



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR
Ciências Sociais e Humanas

RSI: entre novos e tradicionais perfis de beneficiários

Ana Filipa Vieira Felicio

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em
Sociologia: Exclusões e Políticas Sociais
(2º ciclo de estudos)

Orientador: Prof. Doutor Nuno Miguel Cavaca Augusto

Covilhã, Outubro de 2015

Agradecimentos

A presente investigação não teria sido realizada sem o apoio de algumas pessoas, às quais quero agradecer.

Em primeiro lugar, agradeço ao meu orientador, Professor Doutor Nuno Augusto, pela sua disponibilidade, ajuda e sugestões ao longo deste percurso.

Agradeço aos meus pais por terem acreditado em mim e apoiado sempre ao longo do meu percurso académico.

Ao meu namorado, pela paciência e o apoio naqueles momentos em que a investigação “dá dores de cabeça”. Obrigado por não me deixares fraquejar aos pequenos obstáculos que surgiram neste percurso.

E por último, um especial obrigado às técnicas e beneficiários que participaram nesta investigação. Porque sem eles, esta investigação não teria sido possível de realizar.

Resumo

Nos últimos tempos a sociedade portuguesa tem assistido a uma crise económica que tem originado vários obstáculos à vida de indivíduos que possuíam uma vida estável e com trabalho estável que permitia satisfazer as suas necessidades. Uma parte importante destes indivíduos tem qualificações superiores e nunca conhecera a pobreza anteriormente. Com a perda de laços com o mercado laboral, estes indivíduos requereram ao RSI como alternativa para a sua subsistência.

Esta investigação tem como objetivo comparar os impactos o RSI teve entre um novo perfil de beneficiários e o perfil tradicional de beneficiários. Para tal, analisámos dois grupos, sendo o primeiro designado de beneficiários tradicionais (baixas qualificações) e o segundo de novos beneficiários (novo perfil). Os beneficiários que serão estudados ao longo desta investigação pertencem ao concelho da Covilhã. Também serão entrevistadas as técnicas que os acompanham, de modo a conhecer as suas perceções relativamente a este assunto e perceber de que modo o RSI tem vindo a ser implementado, tendo em conta a emergência de um novo perfil de beneficiários.

Palavras-chave

Rendimento Social de Inserção, novo perfil de beneficiários, tradicional perfil de beneficiários, novos pobres, exclusão

Abstract

Over the past years, the Portuguese society has witnessed an economic crisis that has created several obstacles to the life of its individuals, who possessed a stable lifestyle with stable working conditions which enabled them to fulfil their needs.

A large number of these individuals have qualifications of higher education and never before had experienced poverty. With the loss of the job market, these individuals had to apply for benefit payments (RSI) as an alternative to their livelihood.

This research aims to compare the impact that the benefit payments between this new beneficiary profile and the traditional beneficiary profile. For this purpose we analysed two groups, being the first one known as the traditional beneficiaries (low qualifications) and the new one, the new beneficiaries (new profile).

The beneficiaries of this study who will be studied during this project belong to the parish of Covilhã. We will also interview the technicians who follow their cases, so as to get to know their understanding regarding this issue in order to understand how the benefits payments has been implemented taking into account the emergence of the new profile of beneficiaries.

Keywords

Benefits payment, new beneficiary profile, traditional beneficiary profile, new poor, exclusion

Índice

Introdução.....	1
Parte I- Enquadramento teórico.....	3
Capítulo I- Pobreza e exclusão- dos conceitos à evolução de novos perfis de pobreza	3
1. Em torno dos conceitos de Pobreza e Exclusão	3
1.1 O cenário da pobreza e da exclusão em Portugal e na Europa	7
1.2. Evolução dos Perfis de pobreza: dos tradicionais aos novos perfis	9
Capítulo II- Estado Providência e Políticas Sociais em Portugal	13
1.Evolução do Estado- Providência	13
1.1 Estado- Providência- O caso Português	15
1.2 A Crise do Estado- Providência	18
1.3 Portugal: o modelo de welfare da Europa do Sul	19
2.Políticas Sociais: a sua evolução e contração	20
2.1. O Contexto da sua formação.....	22
2.2. As Políticas Sociais Ativas	23
2.3 O papel das Políticas Sociais no combate à pobreza e à exclusão social em Portugal e na Europa	26
Capítulo III- Rendimento Social de Inserção: uma política social ativa	28
1. A Transição do Rendimento Mínimo Garantido para o Rendimento Social de Inserção	28
1.1 Rendimento Social de Inserção- a sua funcionalidade	30
1.2 Fragilidades do Rendimento Social de Inserção	33
1.3 O acompanhamento entre técnicos e os beneficiários.....	35
2.Caracterização dos Beneficiários do Rendimento Social de Inserção a Nível Nacional	36
2.1 Escolaridade dos beneficiários	37
2.3 Características dos agregados familiares beneficiários	38
2.2 As trajetórias de vida dos beneficiários	39
3. Caracterização geral dos beneficiários do RSI do concelho da Covilhã	40
Figura 1- Concelho da Covilhã	40
3.1 Breve contextualização do Concelho da Covilhã	40
3.2 Alteração das práticas de consumo, expectativas dos beneficiários face ao futuro e a procura ativa de emprego	42
3.3 A perceção dos beneficiários face ao RSI.....	43
Capítulo IV- Metodologia	45
1.Estratégia metodológica	45
1.1 Técnica utilizada.....	46
1.2. O Tratamento das entrevistas	48

1.3 Definição da amostra	48
Parte II- Análise dos dados	50
1. Problemáticas da investigação	50
2.Caraterização e Trajetórias de vida dos Beneficiários Tradicionais (BT).....	52
2.1 Caraterização e trajetórias de vida do BT1	52
2.2 Caraterização e trajetórias de vida do BT2	52
2.3 Caraterização e trajetórias de vida do BT3	52
2.4 Caraterização e trajetórias de vida do BT4	53
2.5 Caraterização e trajetórias de vida do BT5	53
2.6 Caraterização e trajetórias de vida do BT6	53
2.7 Caraterização e trajetória de vida do BT7	53
2.8 Caraterização e trajetória de vida do BT8	54
3.Caraterização e Trajetória de vida dos Novos Beneficiários (NB)	54
3.1Caraterização e trajetória de vida do NB1	54
3.2 Caraterização e trajetória de vida do NB2	55
3.3 Caraterização e trajetória de vida do NB3	55
3.4 Caraterização e trajetória de vida do NB4	56
3.5 Caraterização e trajetória de vida do NB5	56
3.6 Caraterização e trajetória de vida do NB6	57
3.7 Caraterização e trajetória de vida do NB7	57
3.8 Síntese das caraterísticas e dos percursos dos beneficiários do concelho da Covilhã...	58
4. Avaliação do Estatuto.....	59
4.1 Perceção de si mesmo	59
5- Conhecimento sobre o RSI e o Programa de Inserção	61
5.1 Perceções sobre o RSI.....	61
5.2 Fatores que contribuíram para a informação sobre o RSI	63
5.3 Conhecimento/desconhecimento sobre o programa de inserção	64
5.4 Sugestão de melhorias no RSI.....	67
6- Relação entre técnico e beneficiário	69
6.1 Tipo de relação entre técnicos e beneficiários	69
6.2 Mudanças nas relações entre técnico e beneficiário	72
6.3 Nível de proximidade entre técnico e beneficiário.....	73
7- Processo de intervenção	74
7.1 Avaliação da transformação do perfil de beneficiários	74

7.2 Perceção dos técnicos quanto à implementação do RSI (tendo em conta os diversos perfis)	76
7.3 Adequação do RSI/programa de inserção às características dos beneficiários.....	78
7.4 Avaliação dos técnicos sobre a postura dos beneficiários (a reação face ao programa de inserção)	82
7.5 Avaliação dos técnicos sobre a compreensão que os beneficiários têm do RSI.....	83
8. Laços Sociais.....	84
8.1 Relação com os familiares, amigos e comunidade (quem ajuda e em que situações) ..	84
9- Alterações nas práticas de consumo	88
9.1 Mudanças de estilo de vida	88
9.2 Perceção dos técnicos sobre as mudanças na vida dos beneficiários.....	91
10. Perceção do futuro	92
10.1. Percepções e aspirações face ao futuro	92
11.Procura de emprego.....	94
11.1 Procura ativa ou inativa.....	94
11.2 Recursos utilizados para procurar emprego	95
11.3 Avaliação das técnicas sobre a procura de emprego por parte dos beneficiários	96
11.4 Apoio das técnicas na procura de emprego.....	97
11.5 Mudanças na procura de emprego enquanto beneficiário	98
11.6 Ajuda do RSI na procura de emprego	99
12- Considerações Finais	102
Bibliografia.....	106
Anexos	115
Anexo 1- Pedido de autorização para as entrevistas- Técnicos.....	116
Anexo 2- Pedido de autorização para as entrevistas - Beneficiários	118
Anexo 3- Guião de entrevista para os técnicos.....	119
Anexo 4- Guião de entrevista para os beneficiários	120
Anexo 5- Grelha Analítica das Problemáticas.....	122
Anexo 6-Mapa de Escolaridade RSI - Serviço Local da Covilhã.....	124
Anexo 7- Sinopses das entrevistas realizadas às técnicas	125
Anexo 8- Sinopse das entrevistas realizadas aos novos beneficiários	133
Anexo 9- Sinopses das entrevistas realizadas aos beneficiários tradicionais.....	153

Lista de Figuras

Figura 1- Concelho da Covilhã

Lista de Tabelas

- Tabela 1- Percentagem do valor do RSI por cada elemento do agregado
- Tabela 2- Beneficiários do RMG e RSI em % dos beneficiários ativos
- Tabela 3- Níveis de escolaridade
- Tabela 4- Nível de escolaridade por sexo e faixa etária dos beneficiários do concelho da Covilhã no ano 2014
- Tabela 5- A Perceção de si mesmo enquanto beneficiário- Novo perfil
- Tabela 6- A Perceção de si mesmo enquanto beneficiário- Perfil Tradicional
- Tabela 7- Perceção sobre o RSI- Perfil tradicional
- Tabela 8- Perceção sobre o RSI- Novo perfil
- Tabela 9- Fatores que contribuíram para a informação sobre o RSI- Perfil Tradicional
- Tabela 10- Fatores que contribuíram para a informação sobre o RSI- Novo perfil
- Tabela 11- Conhecimento/ desconhecimento do programa de inserção- Novo perfil
- Tabela 12- Conhecimento/ desconhecimento do programa de inserção- Perfil Tradicional
- Tabela 13- Sugestão de melhorias no RSI- Perfil Tradicional
- Tabela 14- Sugestão de melhorias no RSI- Novo Perfil
- Tabela 15 - Avaliação da relação entre técnico e beneficiário
- Tabela 16- Avaliação da relação dos beneficiários com a técnica - Novo perfil
- Tabela 17- Avaliação da relação dos beneficiários com a técnica - Perfil Tradicional
- Tabela 18- Mudanças nas relações entre técnico e beneficiário
- Tabela 19- Importância do nível de proximidade entre técnico e beneficiário
- Tabela 20- Transformação do perfil de beneficiários
- Tabela 21- Avaliação da Implementação do RSI
- Tabela 22 - Adequação do RSI/programa de inserção às características dos beneficiários- Novo perfil
- Tabela 23- Adequação do RSI/programa de inserção às características dos beneficiários- Perfil Tradicional
- Tabela 24- Avaliação das técnicas sobre a postura dos beneficiários perante o programa de inserção
- Tabela 25- Avaliação das técnicas sobre a compreensão que os beneficiários tem do RSI
- Tabela 26 - Relação com familiares, amigos e comunidade- Novo perfil
- Tabela 27 - Relação com familiares, amigos e comunidade- Perfil Tradicional
- Tabela 28- Alterações nas práticas de consumo na vida dos beneficiários- Novo Perfil
- Tabela 29- Alterações nas práticas de consumo na vida dos beneficiários- Perfil Tradicional
- Tabela 30- Perceção das técnicas sobre as mudanças na vida dos beneficiários
- Tabela 31- Perceção do futuro após a cessação do RSI- Novo perfil
- Tabela 32- Perceção do futuro após a cessação do RSI- Perfil Tradicional
- Tabela 33- Procura ativa /inativa por parte dos beneficiários- Novo Perfil
- Tabela 34- Procura ativa /inativa por parte dos beneficiários- Perfil Tradicional

Tabela 35- Recurso utilizados para procurar emprego- Novo Perfil

Tabela 36- Recurso utilizados para procurar emprego- Perfil Tradicional

Tabela 37- Expetativas das técnicas sobre a procura de emprego dos beneficiários

Tabela 38- Apoio das técnicas na procura de emprego-Novo Perfil

Tabela 39- Apoio das técnicas na procura de emprego- Perfil Tradicional

Tabela 40- Apoio das técnicas na procura de emprego

Tabela 41- Mudanças na procura de emprego enquanto beneficiário - Perfil Tradicional

Tabela 42- Mudanças na procura de emprego enquanto beneficiário - Novo Perfil

Tabela 43- A ajuda do RSI na procura de emprego- Novo Perfil

Tabela 44- A ajuda do RSI na procura de emprego- Perfil Tradicional

Lista de Acrónimos

RSI- Rendimento Social de Inserção
INE- Instituto Nacional de Estatística
CEE- Comunidade Económica Europeia
RMG- Rendimento Mínimo Garantido
UBI - Universidade da Beira Interior
NLI- Núcleos Locais de Inserção
POC'S- Programas Ocupacionais
BT1- Beneficiário Tradicional 1
BT2- Beneficiário Tradicional2
BT3- Beneficiário Tradicional3
BT4- Beneficiário Tradicional4
BT5- Beneficiário Tradicional5
BT6- Beneficiário Tradicional 6
BT7- Beneficiário Tradicional7
BT8- Beneficiário Tradicional8
NB1- Novo Beneficiário1
NB2- Novo Beneficiário2
NB3- Novo Beneficiário3
NB4- Novo Beneficiário4
NB5- Novo Beneficiário5
NB6- Novo Beneficiário6
NB7- Novo Beneficiário7
T1- Técnica 1
T2- Técnica 2
T3- Técnica 3
T4- Técnica 4

Introdução

Atualmente a sociedade portuguesa depara-se com uma crise económica que tem confrontado muitos indivíduos que possuíam uma vida estável e com rendimentos suficientes para satisfazer as suas necessidades. A debilidade financeira tem levado a muitas empresas a encerrarem, acarretando situações de risco de pobreza para os indivíduos, o que resultou que muitos deles se candidatassem ao Rendimento Social de Inserção (RSI). Alguns destes indivíduos possuem escolaridade superior, e ao ficarem desempregados conheceram uma pobreza que nunca conheceram antes. Consideramos assim estes como os novos perfis de beneficiários.

O RSI é uma das novas políticas sociais ativas provenientes do Estado- Providência Português que foi criada com o intuito de ajudar os indivíduos a se inserirem socialmente tanto no mercado de trabalho como em atividades que os ajudem a inserir-se socialmente na sociedade. Com este tipo de políticas, tanto os indivíduos como o Estado têm uma atitude mais ativa.

Visto que a temática desta dissertação se centra numa das novas políticas sociais ativas, foi elaborada a seguinte pergunta de partida:

- Que fatores explicam a emergência de um novo perfil de beneficiários de RSI e o que os diferencia relativamente aos beneficiários tradicionais, quer nas suas trajetórias de exclusão, quer nas estratégias de inclusão?

Perante esta pergunta de partida, pretende-se saber o que diferencia os novos beneficiários dos tradicionais no que respeita às trajetórias de exclusão. Isto é, se os laços sociais dos beneficiários se mantêm com a sua entrada no RSI e saber quais os motivos que levaram os beneficiários a usufruir deste rendimento. No que diz respeito às estratégias de inclusão, pretende-se saber quais dos perfis de beneficiários têm mais iniciativa na procura activa de emprego. Temos também o intuito de saber se existe diferenças nas oportunidades de inclusão e inserção entre ambos perfis nas atividades sociais reconhecidas e no mercado de trabalho.

O objetivo geral desta dissertação é comparar os impactos do RSI entre um novo perfil de beneficiários e o perfil tradicional de beneficiários. Contudo esta dissertação tem objetivos mais específicos:

- Conhecer as trajetórias de vida que levaram os beneficiários a usufruir do RSI;
- Identificar os impactos do RSI nas práticas de consumo e laços sociais nos tradicionais e novos perfis de beneficiários;
- Verificar de que modo as competências escolares afetam o conhecimento do processo associado ao RSI e programa de inserção;
- Conhecer as perceções e representações que os beneficiários têm de si mesmos;
- Compreender se existe ou não um grau de proximidade entre os beneficiários e os técnicos no acompanhamento do processo;

- Verificar em que medida o RSI alterou a relação dos beneficiários com o mercado de trabalho e com a procura ativa de emprego.

Esta dissertação está dividida em duas partes: sendo a primeira parte referente ao enquadramento teórico e a segunda parte referente à análise dos dados. Na primeira parte da dissertação encontra-mos a revisão da literatura que abrange as questões relevantes para a dissertação e a metodologia a ser utilizada para obtenção dos dados. Assim sendo no primeiro capítulo procura-se analisar o conceito de pobreza e exclusão, onde serão debatidos os vários tipos de exclusão existentes e a evolução do conceito de pobreza. Abordar-se-á o conceito da nova pobreza, mostrando quem são os novos pobres. Também será abordado o cenário de pobreza em Portugal e na Europa. No segundo capítulo será analisada a evolução do Estado- Providência, a sua implementação e crise, com um especial destaque para a situação de Portugal. Também será analisado o papel das políticas sociais e as respostas que estas têm para combater a pobreza e exclusão. No terceiro capítulo é analisada a transição do Rendimento Mínimo Garantido para o Rendimento Social de Inserção. Será analisada de forma crítica a função do RSI enquanto política social ativa e geradora de processos de inclusão. Encontramos ainda neste capítulo uma caracterização dos beneficiários do RSI a nível nacional e dos beneficiários do concelho da Covilhã. Outro aspeto a ser referenciado neste capítulo será a relação entre técnico e beneficiário dando ênfase à importância da proximidade entre estes dois para o bom funcionamento do processo. Serão também analisadas as alterações das práticas de consumo, expectativas dos beneficiários face ao futuro e a procura ativa de emprego. Por último, será abordado as perceções dos beneficiários relativamente ao RSI.

O quarto capítulo desta primeira parte será dedicado à metodologia adotada tendo em conta a população estudada e o instrumento de análise. A metodologia a ser adotada na investigação será a qualitativa, usando a entrevista semi diretiva. As entrevistas foram aplicadas aos beneficiários do RSI e às técnicas que os acompanham, entre os meses de Maio e Junho, numa sala concedida pela Segurança Social da Covilhã. No que respeita à amostra optámos pela amostragem não probabilística intencional, pretendendo-se entrevistar beneficiários do RSI com baixa escolaridade e escolaridade superior.

Na segunda parte desta dissertação, serão apresentadas e operacionalizadas as problemáticas e as dimensões em estudo nesta investigação. De seguida efetuar-se-á a caracterização dos percursos de vida dos beneficiários em estudo, logo depois será realizada a exposição e interpretação dos dados, tendo sempre como suporte as diferentes abordagens trabalhadas no enquadramento teórico, indo de encontro aos objetivos delineados nesta investigação. Por último, será produzida as considerações finais onde encontramos algumas propostas para melhorar futuramente o RSI e propostas para futuras investigações.

Parte I- Enquadramento teórico

Capítulo I- Pobreza e exclusão- dos conceitos à evolução de novos perfis de pobreza

1. Em torno dos conceitos de Pobreza e Exclusão

O conceito de pobreza combina duas perspetivas teóricas: a tradição culturalista e a tradição socioeconómica, seguidamente serão explicadas em que consistem. No que diz respeito à tradição culturalista, (Lewis, Bréban e Hoggart in Capucha, 2005), afirmam que esta cultura de pobreza é vista como um sistema de defesa contra a humilhação sem o qual a subsistência se tornaria impossível, resultado de um mundo social e simbólico caracterizado pela instabilidade das condições de vida e pela vergonha. Os indivíduos aqui inseridos formam comunidades fortemente integradas internamente e são segregadas exteriormente, isto é, afastadas a nível societal. Segundo (Lyon, Meca e Murard in Capucha, 2005), estes indivíduos tem a incapacidade de relacionar-se com as instituições da sociedade. “ *O sentimento de pertença a uma comunidade e o fechamento desta sobre si própria, tendem a ser vistos como mecanismos de defesa de meios de vida frequentemente irregulares (no duplo sentido normativo e temporal do termo), marcados pela escassez e resultado da segregação e da marginalização.*” (Capucha,2005:68)

No que diz respeito à tradição socioeconómica esta organiza-se em volta dos conceitos de pobreza relativa, pobreza absoluta e a pobreza subjectiva. De acordo com Capucha (2005) a noção de pobreza absoluta consiste em indivíduos cujos recursos são insuficientes para garantir a satisfação das necessidades básicas. É de referir que as necessidades básicas e os níveis mínimos de satisfação são relativos consoante a sociedade em que se insere, isto é, as necessidades básicas consideradas em Portugal não são as mesmas que em Angola por exemplo. Quanto à pobreza relativa Capucha (2005) diz-nos que as pessoas encontram-se excluídas dos padrões de vida e da participação social que fazem parte das condições ditas aceitáveis de viver em sociedade. Tal como nos diz Capucha (2005) “ *São pobres, relativamente, os indivíduos, famílias e grupos cujos recursos materiais, culturais e sociais são tão fracos que os excluem dos modos de vida mínimos aceitáveis na sociedade em que residem.*” (Capucha,2005:70)

No entanto a noção de pobreza subjectiva, de acordo com Capucha (2005) leva-nos à aproximação da pobreza através das representações preponderantes numa sociedade no que diz respeito ao que é ser pobre e por outro lado a representação dos indivíduos a respeito da sua própria situação. Com o mesmo raciocínio: “ *é pobre, ou torna-se pobre, aquele que se sente pobre (...) e, por outro lado, também, é pobre aquele que os outros consideram como*

pobre' (...) Está-se assim perante uma abordagem subjectiva da pobreza, intencionalmente baseada em opiniões e julgamentos dos próprios pobres ou da sociedade no seu conjunto.” (Pereirinha,1999:193)

A pobreza é uma realidade ampla e complexa pelo facto de esta poder ser definida e percebida de diversas maneiras. Segundo Bruto da Costa *et al* (2012) a pobreza é entendida como uma situação de privação que resulta de falta de recursos. Quando falamos em privação estamos a referir-nos a uma situação de carência que pode resultar na ausência de recursos (nomeadamente as necessidades básicas). *“A fome, a falta de abrigo ou de vestuário, etc., são carências que requerem solução imediata, mesmo que transitórias, normalmente através de medidas de emergência. Se, porém, a intervenção em causa se limitar a tratar da privação, a pessoa pobre permanecerá indefinidamente dependente da ajuda (pública ou particular) que recebe e de que necessita para vencer as carências”.* (Bruto da Costa *et al*,2012:26) Como nos diz Bruto da Costa *et al* (2012) este problema de falta de recursos só ficará solucionado quando o indivíduo obtê-los de uma das fontes que a sociedade considera fonte normal de recursos. De acordo com Bruto da Costa (1998) o contexto de vida de pobreza vai afectar a personalidade do pobre. *“Modificam-se os hábitos, surgem novos comportamentos, alteram-se valores, transforma-se a cultura, ensaiam-se estratégias de sobrevivência, a revolta inicial vai cedendo o lugar ao conformismo, vai baixando o nível de aspirações, esbate-se a capacidade de iniciativa, enfraquece a auto-estima, modifica-se a rede de relações, ocorre a perda de identidade social e, eventualmente, a perda de identidade pessoal.”* (Bruto da Costa,1998:28) É de salientar que a pobreza representa uma forma de exclusão, o contrário não é válido.

Ainda seguindo o raciocínio de Bruto da Costa (1998) podemos abordar o conceito de exclusão social que é considerado como um fenómeno complexo e heterogéneo, o que resulta diversos tipos de exclusão:

- do tipo económico, que consiste na privação múltipla de recursos, onde esta exclusão é caracterizada por más condições de vida, baixos níveis de instrução e emprego precário entre outros;

- do tipo social, aqui a exclusão verifica-se nos laços sociais pelo facto de os indivíduos se isolarem dos outros indivíduos.

- do tipo cultural podemos abordar o racismo, xenofobia que pode originar a exclusão de minorias étnico-culturais;

- do tipo patológico, esta exclusão tem origem nos factores patológicos de natureza psicológica ou mental. *“ Por vezes, as rupturas familiares são originadas por problemas psicológicos ou mentais”* (Bruto da Costa,1998:23);

- exclusão por comportamentos auto-destrutivos, que consiste na exclusão social em consequência de comportamentos auto-destrutivos. Aqui falamos dos comportamentos relacionados com a toxicodependência, alcoolismo etc.

(Graham Room in Capucha, 2005) afirma que o conceito de exclusão social teve uma mudança de enfoque em cinco elementos:

1. Uma visão multidimensional das condições de vida;
2. Uma preocupação com processos dinâmicos e uma atenção prestada aos consumos correntes e aos do futuro;
3. Os recursos pessoais e familiares e essencialmente os coletivos devem ser tidos em conta;
4. Abordagem dos aspectos relacionais juntamente com os aspectos redistributivos das desigualdades;
5. Enfoque particular nos indivíduos, famílias e comunidades que se encontram em condições verdadeiramente catastróficas.

De acordo com Rodrigues (2000) a exclusão é considerada um processo de ruptura com a sociedade que tem duas formas: a ruptura pela ausência de recursos básicos que atinge as populações fragilizadas, por outro lado, a ruptura é consequência da estigmatização que afecta determinados grupos. Peter Townsend afirma que os excluídos *“são os indivíduos que acumulam um conjunto de riscos, de dificuldades ou de handicaps, através de trajetórias de vida que reforçam diferentes tipos de rupturas e perdas ou privações, agravados pelos mecanismos sociais de estigmatização prévios ou posteriores ao processo de ruptura.”* (cit in Rodrigues,2000:175)

Dando agora ênfase à abordagem francófona, Capucha (2005) revela-nos que a exclusão social é formada como uma realidade processual, multidimensional, possui carácter cumulativo e estrutural que é derivado de rupturas dos laços sociais por parte de alguns indivíduos. Os indivíduos ficam fora dos recursos predominantes da sociedade.

De acordo com Capucha (2005) alguém encontrar-se em estado de exclusão social significa possuir uma estatuto social desvalorizado e nomeadamente uma identidade negativa, viver em habitações degradadas e por vezes viver na rua, pertencer a grupos que são caracterizados pela carência, marginalidade e pobreza. Capucha (2005) afirma que este conceito evoca a chamada *“nova questão social”* que iria substituir a *“velha”* questão salarial e da luta de classes. *“A nova questão social seria a daqueles que ficam de fora do processo e das estruturas produtivas, primeiro, depois sociais, na condição de desempregados, de idosos, de marginais ou de assistidos.”* (Capucha,2005:79)

(Lenoir in Capucha,2005) refere que a velha pobreza era dos *“inadaptados”*, daqueles que não acompanhavam o progresso e que eram marginalizados por este. Por isso no que diz respeito à nova exclusão, esta é efeito do progresso económico e das suas consequências. Com a degradação do mundo laboral e a perda do trabalho ou a precaridade e incerteza quanto ao futuro faz com que haja uma *“desadaptação”* ao progresso. Paugam (2003) para abordar o resultado dos processos associados a transformações profundas no emprego nos indivíduos afectados, fala-nos de *“desqualificação social”*, enquanto Robert Castel fala de *“desafiliação”*.

Começemos por Paugam com o conceito de desqualificação social. De acordo com Paugam (2003) este conceito refere-se ao descrédito daqueles que não participam plenamente na vida económica e social. Como o autor diz, é estudar a variedade dos estatutos que os caracterizam

e as identidades pessoais, isto é, os sentimentos subjetivos dos indivíduos que estão nesta situação e as relações sociais que mantêm entre si e também com os outros. Neste processo de desqualificação os indivíduos vão perdendo a dignidade resultante da sua desclassificação profissional. Este contexto de fragilidade pode levar a situações de ruptura de laços sociais tais como os laços familiares e até mesmo os laços de envolvimento com os trabalhadores sociais.

Segundo Paugam (2000) a desqualificação social tem a ver com as evoluções estruturais. Tendo em conta que a primeira evolução, já referida anteriormente, foi a degradação do mercado de emprego. Aqui podemos referir o caso do desemprego de longa duração que atinge jovens e trabalhadores. No que diz respeito à segunda evolução é o enfraquecimento dos laços sociais, nomeadamente com os laços familiares que pode provocar situações de isolamento que são associadas às dificuldades de inclusão económica. Como última evolução podemos referir o enfraquecimento das solidariedades de classe.

Abordando agora o conceito de desfiliação/ desafiliação, Castel (1991) refere que os contextos de pobreza são resultado de dois vetores: o eixo de integração (a não integração pelo trabalho) e o eixo de inserção (a não inserção na dimensão familiar). Perante isto Castel (1991) identifica três zonas:

- Integração - aqui o indivíduo tem segurança de um trabalho permanente e de laços sociais.
- Vulnerabilidade - é associada à insegurança e fragilidade no trabalho e nos laços sociais.
- Desfiliação - é a conjugação da desinserção laboral e o isolamento social.

“ Hoje a zona de integração abre brechas, a zona de vulnerabilidade está em expansão e alimenta continuamente a zona de desafiliação.” (Castel, 1991:152) Ainda no que respeita à exclusão, Castel afirma que: *“ não há pessoas fora da sociedade, mas um conjunto de posições cujas relações com o centro estão mais ou menos distendidas.”* (Castel, 1995:442)

Segundo Castel (1994) a transformação no mercado de trabalho tem trazido insegurança que é acompanhada pela deterioração dos suportes relacionais e precaridade do emprego, o autor associa a isto um risco para os indivíduos caírem para a vulnerabilidade, mais propriamente ao que ele chama de desfiliação. E por isso o autor realça que para haver a inserção do indivíduo é preciso haver contacto com a família e com uma vasta rede de relacionamentos.

1.1 O cenário da pobreza e da exclusão em Portugal e na Europa

Depois de ser feita a abordagem sobre o que consistia a pobreza e a exclusão, é importante focarmos na situação destes fenómenos em Portugal em perspectiva comparada, tendo como pano de fundo a realidade europeia. Em 2012, Portugal deparava-se com 18,7% indivíduos em risco de pobreza, segundo o INE.

De acordo com o INE (2014) “(...) a mediana do rendimento monetário líquido por adulto equivalente registou um decréscimo nominal de 1,8% entre 2011 e 2012. Consequentemente, o limiar, ou linha de pobreza relativa (que corresponde a 60% da mediana da distribuição dos rendimentos monetários líquidos equivalentes) reduziu-se de 4 994 euros para 4 902 euros, ou seja, de 416 euros para 408 euros em termos mensais.” (INE, 2014:2)

De acordo com a Rede Europeia Anti- Pobreza (2014) tem-se verificado que o sexo feminino é o mais vulnerável à pobreza, mas em 2012, o sexo feminino apresentava só 18,6% e o sexo masculino 18,8%. O que se verifica uma ligeira descida face ao sexo masculino. Um dos grupos mais vulneráveis à pobreza é também a população jovem. No que se refere aos menores de 18 anos, este grupo tinha a taxa de risco de pobreza reduzida de 2010 para 2011 com 22,4% e 21,8% respetivamente, enquanto em 2012 o número subiu para 24,4%. É de salientar, segundo o INE (2014), que o risco de pobreza nas crianças diminui consoante o nível de habilitações dos pais. No ano de 2012 verificou-se que 37,5% das crianças que tinham pais com o ensino básico estavam em risco de pobreza no entanto crianças com pais que tinham o ensino secundário eram 14,1% e apenas 4,1% crianças que tinham pais com ensino superior estavam em risco de pobreza. “O risco de pobreza de um detentor de habilitações ao nível do ensino secundário ou superior é cerca de metade do risco enfrentado por alguém que detém habilitações académicas inferiores ao ensino secundário: em 2012 aquela diferença ultrapassava os 10 p.p. (10,7% e 21,2%, respetivamente).” (INE, 2014:4)

Ainda no que diz respeito às habilitações, o INE (2014) revela-nos que as mulheres tem maior risco de pobreza face aos homens. No entanto no ano de 2012 verifica-se que as mulheres (3,7%) que possuem o ensino superior têm um registo de risco de pobreza inferior ao dos homens (3,9%) com as mesmas habilitações que esta.

Outro aspeto a ser considerado é a população em situação de desemprego, que de acordo com a Rede Europeia Anti- Pobreza (2014) apresenta um risco de pobreza desta população de 46,5% no ano de 2012. No entanto, na população empregada, o risco de pobreza é de 10,5% em 2012 enquanto a população idosa tem precisamente um risco de pobreza de 14,6% em 2012. Segundo o INE (2014) os agregados familiares mais afectados (no risco de pobreza) são compostos por dois adultos com três crianças ou mais e por um adulto com uma criança dependente.

Segundo o INE (2014) a taxa de intensidade da pobreza (que consiste em medir percentualmente a insuficiência de recursos dos indivíduos que estão em risco de pobreza) no

ano de 2012 foi de 27,3% verificando assim uma subida significativa de défice de recursos apenas 24,1% em 2011.

Em 2013 verificou-se um aumento da população em risco de pobreza e exclusão. *“De acordo com o inquérito realizado em 2013, a proporção da população em risco de pobreza ou exclusão social - pessoas em risco de pobreza ou vivendo em agregados com intensidade laboral per capita muito reduzida ou em situação de privação material severa - era de 27,4%, constatando-se um aumento de mais de 2 p.p. face ao valor de 25,3% no ano anterior.”* (INE,2014:6)

Foquemos agora atenção para a comparação dos dados da pobreza e exclusão social entre Portugal e os países da Europa. Segundo o Eurostat no ano de 2012, 24,8% a população da UE28 vivia em agregados em situação de pobreza e exclusão social. Segundo o Eurostat no ano de 2013 os indivíduos em risco de pobreza e exclusão social na Europa era de 24,5%, o que significa que relativamente ao ano de 2012 diminui ligeiramente.

“Em 2013, mais de um terço da população estava em risco de pobreza ou exclusão social em cinco Estados-Membros: Bulgária (48,0%), Roménia (40,4%), Grécia (35,7%), Letónia (35,1%) e Hungria (33,5%). Pelo contrário, os números mais baixos de pessoas em risco de pobreza ou exclusão social foram registados na República Checa (14,6%), Países Baixos (15,9%), Finlândia (16,0%) e na Suécia (16,4%) ”. (Eurostat, 2014:2)

No que diz respeito à privação material severa na Europa pode-se confirmar que: *“Na EU28, em 2013, 9,6% da população estava severamente em privação material, o que significa que eles tinham condições de vida limitada pela falta de recursos, como não ser capaz de dar ao luxo de pagar as suas contas, manter a sua casa adequadamente quente, ou ter uma semana de férias longe de casa ”* (Eurostat,2014:3)

Segundo o Eurostat, a população que estava em severa privação material diminui em comparação com 2012 pois neste ano o número era de 9,9%. Mas é de se referir que em 2008 o número era menor, com 8,5% apenas. No entanto a privação material severa em 2013 variou entre os Estados- Membros como nos mostram os dados dos seguintes países: Bulgária 43,0%, Roménia 28,5%, Hungria com 26,8%, a Suécia com apenas 1,4% e Luxemburgo com 1,8%, Países Baixos e Finlândia com 2,5%, na Dinamarca com 3,8% e por último a Áustria com 4,2 %. Face a estes valores o Eurostat afirma que comparando o ano de 2013 ao de 2008 o número de indivíduos que estavam em situação de privação material aumentou em quinze Estados-Membros (Bulgária, Dinamarca, Estónia, Grécia, Espanha, Itália, Lituânia, Chipre, Letónia, Luxemburgo, Hungria, Malta, Países Baixos, Portugal e Islândia) excetuando a Eslovénia e a Suécia que se mantiveram estáveis e outros nove membros onde a taxa diminui (República Checa, França, Áustria, Polónia, Roménia, Eslováquia, Finlândia, Noruega, Suíça). Contudo verifica-se que em 2013 Portugal (27,4%) ultrapassa a Europa (EU28) (24,5%) no que diz respeito a indivíduos que estão em risco de pobreza e exclusão social.

1.2. Evolução dos Perfis de pobreza: dos tradicionais aos novos perfis

De acordo com Almeida *et al* (1994) existem categorias sociais vulneráveis à situação de pobreza e exclusão social, tal como os idosos pensionistas, trabalhadores desqualificados e mal renumerados com contratos precários inseridos em sectores informais da economia que estão inseridos na chamada pobreza tradicional. Martins (2000) afirma que neste contexto assistimos a uma pobreza persistente mas mais integrada. *“O nível de vida pode ser baixo, mas estão ligados a uma rede de apoio informal mais ou menos extensa, é, sociedade providência, geralmente integrando uma rede social de familiares e vizinhança.”* (Martins, 2000: 4)

No entanto, Martins (2000) refere o surgimento de uma “nova pobreza”, onde são inseridos grupos vulneráveis como os desempregados de longa duração com idades bastante elevadas, jovens desqualificados que procuram o primeiro emprego, famílias monoparentais, minorias étnicas, indivíduos com deficiência, entre outros. No que diz respeito a estas categorias, pode-se afirmar que *“(...) a exclusão social é a mais intolerável, com poucas perspetivas de futuro, de projetos de vida em sociedade, comprometendo um futuro pessoal e familiar, incapazes de mobilizar os recursos materiais, relacionais, institucionais e cognitivos.”* (Martins, 2000: 4)

De acordo com Martins (2000) esta “nova pobreza” vai além da incapacidade deste indivíduos participarem no mercado. Aqui a exclusão social é considerada a problemática insider-outsider que leva os indivíduos a mecanismos de exclusão multidimensionais. Estes indivíduos não utilizam os seus direitos sociais de integração e identidade.

Atualmente a sociedade portuguesa é confrontada com uma crise económica que tem provocado a perda de emprego de muitas famílias e indivíduos que tinham uma vida estável, o que os conduziu para a pobreza e exclusão. Assistimos assim a uma reprodução de velhas e novas desigualdades sociais que resultam em novas formas de pobreza que fragilizam determinados grupos sociais.

De acordo com Fitoussi (1997) estas novas desigualdades são classificadas como “intracategoriais”, por serem situações desiguais relativamente ao desemprego no interior de uma mesma categoria. Estas são menos bem admitidas do que as que dividem as categorias homogéneas. Os indivíduos que pertencem a esta nova desigualdade pertenciam a grupos que antes não eram afetados pela pobreza. Seguindo o raciocínio do autor, estas desigualdades contribuem para perturbar a representação que os indivíduos têm de si próprios. De certo modo estas desigualdades produzem uma rutura da pertença, porque para as vítimas a sua referência continua a ser a categoria a que pertenciam antes. *“A sociedade torna-se então menos legível, porque as desigualdades estruturais são redobradas por novas desigualdades de estatuto indeterminado.”* (Fitoussi, 1997: 43)

Atualmente o desenvolvimento de um desemprego elevado é o principal condutor da insegurança e de vulnerabilidade nos indivíduos. Quem nos refere esta realidade é Fitoussi (1997) que admite que a insegurança é um sentimento sentido por assalariados, funcionários, reformados, que todos os dias têm o mesmo medo e incerteza. *“ O futuro já não é percebido como o tempo da “ carreira”, do avanço profissional, mas como o do aleatório. Tudo parece incerto a todo o momento.”* (Fitoussi,1997:15) Ainda assim o autor diz-nos que o futuro tornou-se a discriminação entre indivíduos que se julgavam iguais.

Segundo Fitoussi (1997) as instituições onde o emprego encontra-se nomeadamente garantido sentem pesar ao seu redor e também a generalização de um emprego precário o que leva a oscilar entre o temor e a culpabilidade. À imagem da exclusão este modelo precário torna-se um referente negativo e o lugar da punição social.

Como nos afirma Fitoussi (1997) o salariato repela as suas vítimas, escolhidas aleatoriamente para o mundo de emprego incerto. O autor admite que já lá vai o tempo de igualdade de percursos que garantia os indivíduos dotados à mesma carreira profissional e salarial.

Tendo em conta as transformações verificadas no mercado de trabalho, ditas anteriormente, podemos referir que os pobres de hoje já não são só os pobres tradicionais de famílias alargadas que vivem nos bairros sociais. Esta nova pobreza já não é a mesma que foi descrita neste tópico inicialmente por Martins (2000).

Os novos pobres de hoje são *“os trabalhadores qualificados expulsos do seu trabalho devido as reconversões industriais e as alterações tecnológicas; alguns pequenos empresários, comerciantes, artesãos e profissionais sem possibilidade de adaptação; pessoas, especialmente mulheres, que tendo responsabilidades familiares não podem obter trabalho ou que o perdem; pessoas que se endividam para além das suas posses.”* (Estivill,2003:12)

De acordo com (Graham Room in Gennari e Albuquerque, 2011) refere que estes novos pobres são impedidos de realizar os seus direitos sociais. No que diz respeito à nova pobreza *“ ela sinaliza o destino excludente de parcelas majoritárias da população mundial, seja pelas restrições impostas pelas transformações do mundo do trabalho, seja pelas desigualdades absurdas de qualidade de vida”* (Wanderley cit in Gennari e Albuquerque,2011:64).

Gennari e Albuquerque (2011) dizem-nos que a pressão sobre os mais vulneráveis, tal como os menos qualificados e idosos, o encerramento de empresas e desregulamentação de direitos laborais, baixos salários e restrições no que diz respeito a apoios sociais, levam a situações de pobreza grupos mais alargados e heterogéneos de populações que antes estavam inseridas socioprofissionalmente como também atinge indivíduos com baixos salários.

Atualmente, a pobreza não se estende só aos grupos habituais mas também à classe média. A Cáritas do Porto demonstra este facto: *“ desde o ano passado que nos chegam pedidos de professores, advogados, engenheiros: profissões que nada fazia prever que precisariam de ajuda institucional”.* (cit in Estanque,2012:74)

Perante esta situação entre públicos diferentes, as instituições de ajuda construíram um calendário com o objectivo de responder a esta situação (num dia são atendidos os “grupos

habituais” noutro dia são os que pertencem à classe média). Na mesma linha teórica, Ferreira (2009) afirma que existem pedidos de ajuda de indivíduos, pertencentes à classe média, a estas instituições que apoiam na emergência de necessidades básicas.

“ (...) ao atingir a classe média esta crise coloca em patamares insustentáveis os já precários equilíbrios sociais existentes nos arranjos mistos do bem - estar em Portugal.”

(Ferreira,2009:1)

Segundo Estanque (2012) esta vulnerabilidade face à pobreza traz o surgimento da chamada “pobreza envergonhada”, onde deparamos com famílias endividadas. A seguinte expressão retrata bem essa vergonha: *“ as pessoas pedem comida, ajuda, para pagar os livros dos filhos, a mensalidade da casa, a conta da farmácia. Pedem sobretudo que não lhes divulguem o nome, porque nunca se imaginaram na posição de quem faz o gesto de estender a mão a pedir ajuda; (...) são pessoas que comem nas cantinas comunitárias) viradas para a parede, têm vergonha de ser vistas ali, se lhes perguntarem o nome fogem (...)”* (Manuel de Lemos¹ cit in Estanque,2012:72)

Outro autor que também refere esta pobreza envergonhada é Rodrigues (2010). De acordo com o autor esta vergonha da pobreza encontra-se nos indivíduos que estão a viver da dependência de subsídios mas ao mesmo tempo continuam a manter as suas práticas anteriores, de modo a preservar a sua imagem de classe mais abastada. *“A nova pobreza é caracterizada pela heterogeneidade de seus membros, uma vez que eles vêm de diferentes formações profissionais e socioculturais.”* (Golbert e Kessler cit in Spicker et al,2007:140)

Tendo em conta o que foi referido anteriormente, podemos afirmar que há uma evolução dos perfis de pobreza. De acordo com Fernandes et al (2012) os indivíduos que fazem parte desta nova pobreza são indivíduos que possuem habilitação média e superior, que tiveram uma vida marcada pela estabilidade e segurança e que se vêem agora limitados no acesso a bens e serviços e uma desvinculação do mercado de trabalho.

De acordo com Pascual et al (2013), os novos pobres produzem um discurso de comparação entre o *antes* (caracterizado na ilusão da segurança, equilíbrio e confiança e a capacidade para prever o futuro) e o *depois* (caracterizado pela insegurança, sem esperança, incerteza) o que coloca estes indivíduos numa situação de “queda livre para o abismo”. Estes autores na sua investigação verificaram uma ambivalência nos comentários destes novos pobres. Pascual et al (2013) refere-se ao mito do progresso face ao modelo económico e social: *“Apesar do enfraquecimento do mito que atravessa o grupo heterogêneo de “novos pobres ”, há que assinalar que a dita quebra se manifesta de forma enfatizada segundo os coletivos. Em alguns casos, especialmente nos sujeitos de classe média baixa, os jovens qualificados e os profissionais permanecem operativos - ainda que de forma ambivalente- as esperanças de recuperar o modelo cobiçado e perdido ”* (Pascual et al, 2013:355). Paugam (2000) associa a nova pobreza com a noção de desqualificação social. Já anteriormente tivemos oportunidade de analisar este conceito. Vamos agora abordar as três fases/ perfis deste processo.

¹ Presidente da União das Misericórdias Portuguesas

Começamos pela primeira fase da desqualificação social - a fase da fragilidade - consiste numa desclassificação ou até mesmo a variadas tentativas sem sucesso de inserção profissional. Podemos incluir aqui os desempregados que perderam o laço com mercado de trabalho e os que possuem um trabalho temporário ou precário. No seu estudo, Paugam (2000) refere que os indivíduos que tinham perdido os laços com o emprego recentemente se distanciam dos serviços sociais pelo facto de terem a perspectiva de que se tivessem ajuda, esta acentuaria a sua desqualificação e indignidade. Porque estes indivíduos não queriam ser iguais aos outros que também usufruíam dos serviços sociais. Para estes indivíduos que trabalharam durante anos na mesma empresa e de um momento para o outro se deparam sem este vínculo laboral provoca “ (...) *uma crise identitária, por um sentimento de inferioridade, por uma perda da auto-confiança, por um sentimento profundo de humilhação*”. (Paugam,2000:111) Paugam (1991) admite que os indivíduos “frágeis” na sua maioria não foram socializados em condições de pobreza. Para estes indivíduos esta experiência é vivida como um teste onde a prática de um emprego estável continua a ser a forma única de auto-realização. “*Estes indivíduos estão ansiosos para aceder ou aceder novamente ao mercado de emprego. Os contratos de trabalho de duração limitada, biscates ou fórmulas de tratamento social de desemprego a eles, que são por vezes propostas não satisfazem plenamente: eles fazem uma distinção entre um “verdadeiro” e “falso” trabalho*”. (Paugam,1991:84)

A segunda fase é designada por assistência ou dependência - nesta fase verificamos alterações na personalidade e na atitude dos indivíduos. Após terem passado pela fragilidade e pelas situações de insucesso, os indivíduos passam para esta fase. Aqui estes aceitam com maior facilidade a interação e as ajudas dos assistentes sociais, o que não se verificava na fase anterior. Na fase de dependência os indivíduos já “perderam” a vergonha e conseguem ter uma relação mais estável com os assistentes sociais.

Os indivíduos assistidos “*aceitam então a ideia de serem dependentes e de manterem relações regulares com os serviços de acção social para obterem uma garantia de rendimento e ajudas diversas...*” (Paugam,2003:17) De acordo com Paugam (2000) o estatuto de assistido embora tenha possibilidades de compensar os insucessos e comportamento diferente dos mais frágeis, continua o estatuto socialmente desvalorizado. De que forma se percecionam socialmente os beneficiários do RSI do concelho da Covilhã?

A última fase é a ruptura ou a marginalidade - aqui os indivíduos encontram-se numa perda de laços prolongada com o emprego, assim como com os laços familiares e as políticas sociais. Inserem-se aqui os sem-abrigo. Os indivíduos das fases do processo de desqualificação passam a ter um “rótulo” de assistidos e pobres e incapazes de mudar a sua vida para melhor. Aos indivíduos frágeis pode-se aplicar o estigma desacreditável, referido por Goffman (1988)- o estigma do individuo não é conhecida nem imediatamente perceptível pelos indivíduos. Enquanto que os indivíduos que estão na fase de assistência e de marginalidade diz-se que estão num estigma desacreditado- o estigma é conhecido e é imediatamente observável pelos outros. O processo de desqualificação social conduz ao estigma de o individuo se reconhecer e ser reconhecido como pobre. A própria assistência social simultaneamente envergonha e

estigmatiza o indivíduo. Verificamos assim que os pobres tradicionais eram aqueles que sempre conheceram a pobreza e possuíam trabalhos precários e desqualificados. Mas passado os anos o perfil do pobre “modifica-se” e passa para o indivíduo que não pertencia ao círculo da pobreza e que teve uma vida anteriormente com melhores condições de vida. Tendo em conta isto, que trajetórias motivaram os beneficiários da Covilhã a recorrerem ao RSI?

Capítulo II- Estado Providência e Políticas Sociais em Portugal

1.Evolução do Estado- Providência

O Estado- Providência tem como intuito garantir o bem-estar dos seus cidadãos no que diz respeito à universalização de acesso a direitos sociais, tais como: a habitação, educação, alimentação, saúde e proteção social. Rodrigues (2000) afirma que apesar de estas áreas serem necessárias para o bem-estar social, estas são economicamente insustentáveis na lógica lucrativa. Cabendo assim ao Estado e ao seu poder redistributivo uma acção promotora. Segundo Offe (1993) o Estado - Providência tem servido como a principal “fórmula” de paz para as democracias capitalistas. Consiste na obrigação, por parte do Estado, em dar assistência aos cidadãos que se encontram com necessidades e estejam em situação de risco. *“(...) o estado de bem-estar é baseado no reconhecimento do papel formal dos sindicatos, tanto na negociação coletiva quanto na formação de políticas públicas.”* (Offe,1993:147)

Conseguirá o Estado- Providência ter capacidade de garantir os seus princípios para com os cidadãos ao longo da sua existência?

Offe (1993) refere-nos ainda que o estado de bem-estar tem componentes que limitam os conflitos de classe, com o objetivo de equilibrar a relação desigual entre capital e trabalho. O Estado - Providência tem como funções importantes, de acordo com Offe (1993):

- a eliminação da necessidades da classe trabalhadora;
- facultar meios para satisfazer as necessidades ;
- uma produção mais regular e previsível, de modo a evitar conflitos e problemas.

Esping- Andersen (1990) refere que o estado de bem-estar não deve ser compreendido apenas no que respeita aos direitos que atribui. O autor afirma que também devemos ter em conta as atividades estatais que estão interligadas com o mercado e o papel da família na prestação social. *“O estado de bem-estar não é apenas um mecanismo que intervém, e, possivelmente, corrige, a estruturação da desigualdade; que é, por direito próprio, um sistema de estratificação. É uma força ativa na ordenação das relações sociais.”* (Esping - Anderson,1990:23)

Para Esping -Andersen (1990) o Estado- Providência aparece como resultado de processos de ajustamento económico e da situação das diversas classes sociais num contexto capitalista, afirmando-se deste modo como o “Welfare capitalism”. De acordo com Flora e Alber (in Mozzicafreddo, 1997) o desenvolvimento do Estado- Providência aparece em simultâneo com a sociedade industrial e a democracia de massas. De acordo com Santos (1992) o Estado-Providência tem origem num pacto económico teorizado por Keynes, entre o estado, o capital e o trabalho. O Estado- Providência, por ser uma forma política das sociedades capitalistas, não pode ser considerado apenas como um Estado capitalista mas também como “ (...) *a criação política que até hoje promoveu com mais verosimilhança e dramatismo a imagem da exterioridade e da autonomia da política em relação à economia.*”. (Santos,1992: 197) Refere ainda Santos (1992) que o Estado- Providência insere-se na ideia de conciliação entre o crescimento económico e políticas sociais e entre capitalismo e democracia. Por outro lado, também Mozzicafreddo (1997) afirmava que a “equação keynesiana” faz parte da estruturação do Estado- Providência. Segundo Mozzicafreddo (1997), esta “ equação keynesiana”, é resultado da necessidade de dinamizar a criação de emprego na depressão dos anos 30. Na mesma linha de raciocínio, Offe (1993) admite que a intenção da política keynesiana é proporcionar o crescimento e o pleno emprego, que é também a intenção do Estado- Providência, em ajudar os indivíduos afetados pelos riscos da sociedade industrial e criar uma medida de igualdade social. “*A última estratégia só se torna possível na medida em que a primeira é bem-sucedida, proporcionando assim os recursos necessários para as políticas de bem-estar (...)*” (Offe,1993:198)

O desemprego estava associado à escassez de consumo juntamente com a escassez de investimento. Portanto a função do Estado aqui era aumentar a “ procura global efectiva” ao estimular estas duas funções.

No que diz respeito às políticas keynesianas de incentivo à atividade económica, estas conduzem a acção dos Estados democráticos e industrializados de algumas sociedades europeias, como é o caso de Portugal. São consideradas uma resposta ao contexto de insuficiência da “ procura global efetiva” e às disfuncionalidades do mercado.

De acordo com Mozzicafreddo (1997) o funcionamento deste modelo político de Estado tem ajudado na transformação das relações sociais. Nos anos de 1945 e 1975/80 verificou-se uma melhoria das condições de vida e de acesso aos bens materiais dos indivíduos. O Estado- Providência tem ajudado pela sua ação política para uma alteração da estratificação social nas sociedades. Por isso a reorganização da estrutura social “(...)é conseguida, sobretudo, através dos mecanismos, directos ou indirectos, de redistribuição do rendimento nacional, com base nos sistemas de segurança, assistência e acção social, bem como por meio dos estímulos à mobilidade social, assentes principalmente nos processos de formação escolar e profissional e nos mecanismos de correcção das disfuncionalidades do mercado.” (Esping- Andersen; Friedmann; Gilbert e Sherer cit in Mozzicafreddo,1997:24)

1.1 Estado- Providência- O caso Português

Em Portugal o Estado- providência começa a partir de 1974 e já surge muito tardiamente em relação aos outros países da Europa. Surgiu num contexto desfavorável pelo facto de os Estados- Providência europeus encontrarem-se em retração. Desde então, o foco do Estado- Providência “ (...) *tem sido de alguma maneira, subsumida tanto no papel desempenhado pelo Estado no estímulo ao crescimento económico e na produção de factores de integração social, como na moderada dimensão quantitativa das políticas sociais.*” (Mozzicafreddo (1992:57))

Na implementação do Estado- Providência, Portugal tinha uma industrialização muito tardia e uma economia muito frágil, caracterizada como pequena e atrasada. Não possuíamos uma cultura democrática consistente como também não possuíamos potencial económico e tecnológico que nos levasse a um crescimento, que nos colocasse próximo dos outros países europeus avançados- Estanque (2012).

De acordo com Mozzicafreddo (1992) o Estado- Providência em Portugal foi inserido numa sociedade com características intermediárias numa rápida mutação. Diz-se intermediária pelo facto de ter características de sociedades mais desenvolvidas e democráticas. Apesar dessas características encontramos insuficiências tais como, assimetrias e irregularidades que são essencialmente uma das características de sociedades menos desenvolvidas.

Santos e Ferreira (2002) afirmam que existem quatro elementos estruturais no desenvolvimento do Estado- Providência. “ *Primeiro, um pacto social entre capital e trabalho sob a égide do Estado, cujo objetivo último é compatibilizar democracia e capitalismo; segundo, uma relação sustentada, mesmo se tensa, entre duas tarefas do Estado potencialmente contraditórias: a promoção da acumulação capitalista e do crescimento económico e a salvaguarda da legitimação; terceiro, um elevado nível de despesas no consumo social; quarto, uma burocracia estatal que internalizou os direitos sociais como direitos dos cidadãos, em vez de benevolência estatal.*” (Santos e Ferreira, 2002:185) Santos (1992) considera que perante estes elementos, o Estado- Providência português não é considerado um Estado- Providência no sentido pleno do conceito. Em seguida verificamos como o Estado- Providência Português está aquém dos atributos do Estado- Providência.

Como referido anteriormente, Portugal é considerado um país semiperiférico com um desenvolvimento intermédio. “ (...) *o conceito de semiperiferia é um conceito negativo na medida em que as características atribuíveis aos Estados ou sociedades semiperiféricas não assentam numa materialidade própria nem dispõem de uma lógica evolutiva específica, e são antes uma mistura das características atribuíveis aos Estados ou sociedades centrais e periféricas.*” (Santos, 1992:107) Santos (1993) afirma que neste tipo de sociedades existe uma oscilação entre as políticas que são típicas de sociedades centrais e as de sociedades periféricas.

Segundo Santos (1992) as sociedades semiperiféricas certificam a satisfação adequada dos diversos sectores da população (nomeadamente o operariado) à luz dos modelos de consumo predominantes.

No caso dos países europeus centrais, o pacto social aparece, segundo Santos e Ferreira (2002), no processo complexo com três elementos estruturais: regulação estatal, regulação contratual e por fim valores partilhados. No caso de Portugal, Santos e Ferreira (2002) afirmam que este processo não foi possível antes de 1974, pelo facto de ser bloqueado pela hipertrofia de regulação estatal. Depois de 1974, sucedeu-se a não realização do pacto social por causa dos quase 50 anos de autoritarismo.

Como primeiro elemento estrutural do Estado- Providência, o pacto social para ser criado foi preciso mais do que 15 anos, sendo um dos primeiros passos para a Constituição Política de 1976. De acordo com Santos e Ferreira (2002), garantia todos os direitos cívicos, políticos, sociais e culturais de uma democracia desenvolvida. Um outro passo foi o papel activo por parte do Estado no que se refere às estratégias de negociação e de concertação. Para isso foi preciso “(...) *criar actores sociais interessados no diálogo social; era ainda necessário criar as instituições em que esse diálogo pudesse ser levado a cabo de modo recorrente e com visibilidade política.*” (Santos,1993:35) Perante isto, em 1984, surge o Conselho Permanente da Concertação Social com funções consultivas no domínio económico, financeiro e monetário.

Como terceiro passo podemos contar com a revisão constitucional de 1982 que suprimiu as marcas revolucionárias da Constituição de 1976. E como último passo foi a entrada de Portugal em 1986 na CEE. Estes passos lentamente levaram à emergência do pacto social. Com isto, o pacto social aparece no contexto da crise do Estado - Providência.

Um segundo do elemento do Estado- Providência é o equilíbrio entre as tarefas de acumulação e tarefas de legitimação. De acordo com Santos e Ferreira (2002) mais uma vez assistiu-se à não possibilidade deste equilíbrio após o ano de 1974. “ *O Estado, que se tornou, ele próprio, o centro das lutas sociais, promulgou importante legislação laboral e social sob a pressão do movimento laboral crescentemente radicalizado e amplificado pelas múltiplas formas de mobilização popular que então ocorreram.*” (Santos e Ferreira,2002:187)

Um terceiro elemento do Estado- Providência diz respeito ao grau elevado de despesas nas políticas de bem-estar. No caso de Portugal, em 1974 possuía despesas de proteção social muito baixas enquanto depois da revolução estas aumentaram. De acordo com Santos e Ferreira (2002) as políticas sociais são ineficazes na prevenção da pobreza e desigualdade social e não são suficientemente redistributivas. De acordo com Amerini (2000) Portugal em 1998 era um dos países que menos gastava em despesas sociais. Este baixo nível de despesas sociais tem sido equilibrados pela forte sociedade - providência que é definida por “*redes de relações de interconhecimento, de reconhecimento mútuo e de entreajuda baseadas em laços de parentesco e de vizinhança, através das quais pequenos grupos sociais trocam bens e serviços numa base não mercantil e com uma lógica de reciprocidade.*” (Santos,1993:46) É com o aparecimento da sociedade- providência que se procura entender

nesta investigação, se os beneficiários do RSI obtêm ajuda dos laços familiares e de vizinhança no que respeita à troca de bens.

Por fim temos o quarto elemento do Estado- Providência, que diz respeito à internalização da burocracia estatal, das despesas e serviços sociais, como direito dos indivíduos e não como generosidade estatal. Portugal está muito longe do modelo europeu da burocracia social. A questão que se coloca é a seguinte: Será que o discurso coincide com a prática? Assumindo que o RSI é um direito para os indivíduos mais carenciados, será ele verdadeiramente visto como um direito?

Santos (1992) realça que o Estado - Providência português pode ser definido por uma reduzida cobertura de riscos e baixa qualidade referente aos serviços. Possui ainda uma deficitária participação democrática por parte dos cidadãos no que diz respeito à organização dos serviços. Perante esta fraca participação por parte dos cidadãos, até que ponto terá o RSI, enquanto política ativa, ampliado esta participação dos beneficiários?

Mozzicafreddo (1992) refere que a estrutura do Estado- Providência em Portugal é caracterizada por três dimensões básicas:

1. O desenvolvimento de políticas sociais gerais e políticas compensatórias de proteção social a determinados indivíduos da sociedade;
2. Execução de política macro- económicas e de regulação de esfera económica privada, intervindo nas disfunções do mercado;
3. Constituir formas de conciliação. Isto é, institucionalizar a concertação entre parceiros sociais e económicos à volta dos grandes objetivos. Tais como o crescimento económico e a diminuição das desigualdades sociais.

Ainda segundo Mozzicafreddo (1992), o desenvolvimento do Estado- Providência português, estruturou-se de acordo com o modelo “ universalista”. Com a implementação das medidas, a evolução do Estado- Providência inclinou-se para um modelo instrumental e seletivo. “ *Significa isto que o processo de estruturação assenta na produção de políticas sociais, de mecanismos de regulação da esfera económica e de políticas de concertação social, equacionadas, predominantemente, como resposta às solicitações imediatas das populações.*” (Mozzicafreddo,1992:60) Será que as respostas dadas pelas políticas sociais aos grupos sociais que se encontram em situação de pobreza e de exclusão social são eficientes na redução destas? Conseguirá o Estado- providência proteger estes grupos vulneráveis? Para Mozzicafreddo (1992) este processo apresenta-se descontínuo e fragmentado derivado das diversas assimetrias de poder dos grupos sociais e dos recursos públicos.

1.2 A Crise do Estado- Providência

Entre 1970 e 1980 os Estados- Providência assistem a uma crise, resultado do choque neoliberal (Ferreira, 2012). *“Com o entrosamento das economias a nível internacional, a troca desigual de comércio, o aumento da competição e o aumento da inflação, dá-se um abrandamento das taxas de crescimento económico, que, por sua vez, representa num aumento gradual das taxas de desemprego e das despesas sociais.”* (Ferreira,2012:15)

Rosanvallon (1984) admite que o Estado- Providência está em crise, pelo facto de as despesas sociais aumentarem enquanto as receitas tem reduzido. O que gera um problema de financiamento nos países industrializados. Em 1973 acontece o choque petrolífero que resulta o aumento dos preços energéticos levando assim as economias para a recessão. O colapso do sistema Bretton Woods, o desemprego e a inflação a crescer, refletir-se-iam nas políticas sociais e deste modo provocaram o aumento dos gastos com a proteção social para ajudar os indivíduos (Ferreira, 2012).

Também Marques (2007-2008) afirma que o aumento das taxas de juro e subida nas despesas sociais pôs em causa o equilíbrio entre o crescimento económico e o desenvolvimento das políticas sociais. Perante isto torna - se complicado o Estado-Providência realizar os seus compromissos, como o pleno emprego, proteção social e igualdade. *“Esta crise piorou com a liberalização e desregulação dos mercados de capitais e mercadorias, bem como com a criação de um mercado único europeu, agravando-se ainda na última década do século passado, com o aparecimento da globalização financeira, que implicou grandes alterações em diferentes áreas da sociedade. “* (Marques, 2007-2008:107) Como consequências desta situação apareceu “ a nova questão social”, já referida anteriormente.

De acordo com Santos (1987) a crise do Estado - Providência resulta das despesas do Estado, isto é, o Estado tende a fazer despesas mais elevadas que os seus recursos. O autor refere outro ponto essencial desta crise: o impacto no controlo das crises do capitalismo é ambíguo. Respeitante ao capital, o Estado pode paradoxalmente travar os aumentos de produtividade. No que diz respeito ao mercado de trabalho, o Estado- Providência tem responsabilidade pelo desemprego e inflação crónica o que leva a crise do Estado a agravar-se, refere-nos Santos (1987). É de referir que a teoria keynesiana é também posta em causa pela crise económica. Segundo Rosanvallon (1984) as receitas demonstraram não conseguir reduzir o desemprego como nos anos 30. *“ Este bloqueamento da equação keynesiana manifesta-se, em primeiro lugar, através da redução considerável dos efeitos sobre o crescimento das políticas de relançamento pelo apoio ao investimento ou ao consumo, redução ligada à abertura das economias que faz do «constrangimento externo» a variável - chave da gestão económica.”* (Rosanvallon,1984:44)

Santos (1987) admite que as crises do Estado- Providência são complexas e contraditórias como o Estado- Providência. As manifestações deste demonstram-se variadas e ambíguas. O autor admite que a prática não coincide com o discurso.

O Estado- Providência português parecia continuar em “crise”. No ano de 1996, tínhamos ainda uma pobreza elevada e desigualdades sociais derivadas das debilidades económicas e da ineficácia por parte das políticas existentes. Posto isto o Estado- Providência criou o RMG/RSI. Perante este contexto, que impacto terá tido esta política na redução da pobreza e exclusão social?

1.3 Portugal: o modelo de welfare da Europa do Sul

A chamada Europa do Sul é uma realidade marcada essencialmente por fatores sociopolíticos e não geográficos. Desta Europa do Sul fazem parte países como a Espanha, Grécia, Itália e Portugal. Sendo Espanha, Itália e Portugal países católicos onde a Igreja Católica e o Estado estavam intimamente ligados, o que resultaria em dois acontecimentos: *“um atraso no processo de secularização e um princípio da subsidiariedade na produção do bem - estar, que é particularmente intenso mesmo quando comparado com outros países “corporativos””*. (Adão e Silva,2002:34)

No entanto outros factores ajudaram estes países a serem classificados como Europa do Sul, como a introdução do Estado- Providência nos seus países. Estes foram lançados tardiamente, num contexto económico recessivo prejudicando o desenvolvimento das instituições. Com a mesma linha de raciocínio, Rodrigues (2006) afirma que os Estados- Providência dos países da Europa do Sul foram os últimos a serem desenvolvidos no contexto europeu. Tendo isto em conta, compreende-se a razão pela qual estes não assistiram a tempos alargados de prosperidade. *“Com efeito, o seu surgimento deu-se num contexto de elevados índices de desemprego, principalmente de desemprego de longa duração, marcado por baixas qualificações, elevadas taxas de analfabetismo e o envelhecimento demográfico, este último a um ritmo mais rápido do que na restante Europa.”* (Rodrigues,2006:86)

Malefakis (in Adão e Silva, 2002) afirma que estes países desenvolveram -se recentemente, podendo verificar dois factos: amplo processo da modernização e consolidação de regimes democráticos. Mas o que acontece é que estes processos surgiram mais tarde do que nos países da Europa do Norte e por isso não tiveram a hegemonia suficiente para substituir na totalidade as estruturas pré-existentes. *“ O resultado deste processo foi o crescimento de sociedades semelhantes às dos países industrializados, mas ligadas a uma estrutura reprodutiva típica dos países periféricos e caracterizada por uma marcada heterogeneidade social.”* (Sapelli cit in Adão e Silva,2002:37)

Castles, Katrougalos e Esping- Andersen (in Adão e Silva, 2002) referem-nos que os países da Europa do Sul são considerados versões pouco desenvolvidas do modelo “corporativo”.

De acordo com Rodrigues (2006) este modelo de Europa do Sul aglomera debilidades estruturais, constrangimentos económicos e que não possui uma orientação política clara.

Segundo Ferrera (1999), as características do modelo da Europa do Sul podem sintetizar-se da seguinte forma:

- Elevada relevância das remunerações de transferência e da polarização interna dos sistemas de manutenção de rendimentos da Europa meridional;
- Desequilíbrio da proteção social pelos escalões de riscos padronizados;
- Sistema de saúde universal e público;
- Persistência do particularismo institucional e formação das chamadas máquinas de proteção para distribuição de subsídios monetários;
- Grande desequilíbrio na distribuição dos custos pelos grupos ocupacionais;
- Elevada ocorrência de economia paralela;

Segundo Rodrigues (2006) no que diz respeito aos sistemas de proteção social nos países do sul, estes determinaram que o Estado apenas compensaria os indivíduos na velhice e infância. No entanto a Europa do Sul depende cada vez mais das importações, o que vai resultar o aumento do défice externo o que conduz aos países do sul a empréstimos externos para conseguirem financiamento para novos projetos.

De acordo com Rodrigues (2006) o baixo crescimento económico resulta uma maior vulnerabilidade destes países, o que vai gerar situações de pobreza e exclusão social. No que se refere aos trabalhadores que se encontram fora do mercado do trabalho, Ferreira (2000) afirma que temos um sistema de fraca proteção. *“(...) possuímos o sistema de segurança social mais ineficaz na redução da pobreza, na redistribuição dos rendimentos e na redução das desigualdades sociais.”* (Ferreira,2000:5) As prestações sociais revelaram por um lado ineficácia redistributiva e por um lado ineficácia na redução da pobreza. Ferrera (1996) refere que este modelo não é apenas uma fase subdesenvolvida do modelo corporativo e que estes países não têm o mesmo grau de subdesenvolvimento nas áreas da segurança social.

2. Políticas Sociais: a sua evolução e contração

De acordo com Sousa *et al* (2007) as políticas sociais devem promover um padrão mínimo de bem-estar e proteção social aos indivíduos. As políticas sociais são consideradas uma aquisição das sociedades mais desenvolvidas. Segundo Ferreira (2012) a proteção social iniciou-se na Alemanha com Bismarck com a implementação do seguro social obrigatório que rapidamente se alastrou a outros países europeus. De acordo com Rodrigues (2010) este seguro social obrigatório aparece como um mecanismo de dependência e também de contrapartida. No entanto uma parte da classe operária não tinha rendimentos suficientes para pagar este seguro. Só no século XX é que a proteção social passou a ser universal. *“Estes sistemas de protecção social, pioneiros enquanto formas de redução das incertezas sociais, eram igualmente o resultado das práticas políticas visando compensar as disfuncionalidades do mercado e uma resposta política ativa face à mobilização social das associações laborais e*

profissionais da época.” (Mozzicafreddo, 1997:7). Na Grã-Bretanha em 1942, surgiu uma proteção social universalista, que é conhecido como o Relatório de Beveridge. Este era destinado aos indivíduos que tinham baixos salários, instabilidade laboral e que tivessem um agregado familiar alargado.

No entanto importa compreender, como ao longo do tempo, as políticas sociais responderam às situações de pobreza em Portugal. De acordo com Carreira (1996) a intervenção do Estado Português para colmatar os contextos de pobreza só ocorreu no século XIX.

A proteção de riscos sociais em Portugal foi criada inicialmente com a assistência pública em 1835, com o Conselho Geral de Beneficência que intencionava extinguir a mendicidade. Em 1911 foi criado o Fundo Nacional de Assistência (Carreira, 1996). Contudo, as medidas executadas no início da República mostraram-se insuficientes e sem efeitos sociais *“(...)o alcance das medidas tomadas nos primeiros tempos da República revelou-se insuficiente e sem efeitos sociais significativos, dado o contexto de grande turbulência política e de enorme fragilização socioeconómica”* (Rodrigues, 2010:204). Perante este contexto de incapacidade, demorou algum tempo até ser publicado o Estatuto da Assistência Social. Este tem o intuito de *“(...) melhorar as condições morais, económicas ou sanitárias dos indivíduos com sérias dificuldades.”* (Carreira, 1996:58). No entanto os resultados deste Estatuto não obtiveram um balanço positivo, pelo facto de ainda existir insuficiência na proteção fornecida pela assistência pública. Meio século depois dos seguros de Bismarck, e com a intenção de corrigir a ausência de uma proteção social permanente, Portugal insere-se no domínio social pela via dos seguros sociais obrigatórios (Carreira, 1996). Em 1913 (e até 1919) surgiu o seguro social obrigatório no caso de doença, em acidentes de trabalho, invalidez, velhice e sobrevivência. Em 1929, é criada a Caixa Geral de Aposentações que assegurava proteção exclusivamente a funcionários públicos. Na década de 70, assistiu-se à reorganização do Ministério da Saúde e Assistência, que segundo Rodrigues (2010), tinha o intuito a ampliação do direito à saúde, através de um investimento nos centros de saúde. *“(...) os riscos cobertos foram sendo sucessivamente acrescidos, com especial incidência na assistência ao desemprego (através da criação do subsídio de desemprego) e na criação da pensão social, que foi a primeira prestação social de natureza não-contributiva.”* (Rodrigues, 2010:205)

Perante este contexto, manteve-se uma indefinição de uma política social global e um baixo nível de direitos sociais. No entanto a proteção social conheceu uma evolução que nem sempre foi linear. De acordo com Rodrigues (2010) é a partir da Revolução de 1974, que se dá o alargamento da proteção social para todos os indivíduos, com a melhoria de coberturas das prestações sociais que levaram à institucionalização das políticas sociais.

2.1. O Contexto da sua formação

Como sabemos, os direitos sociais tem como objetivo a participação ativa dos indivíduos na vida social, através dos direitos conseguem promover inserção social. Mas por outro lado sabemos que nem todos os indivíduos e grupos sociais da nossa sociedade têm ou conseguem usufruir desses direitos sociais. Perante isto temos a introdução das políticas sociais que surgem com o fraco e tardio Estado- Providência. Portugal encontra-se assim com um modelo de proteção social dualista, segundo Rodrigues (2010). “ (...) *uma sobreprotecção de certos núcleos da força de trabalho (aqueles que são melhor pagos e têm uma relação salarial estabilizada) contrapõem-se níveis rudimentares de proteção social a algumas camadas da população.*” (Rodrigues,2010:202)

De acordo com Lourenço (2005) as políticas de combate à pobreza e exclusão social, devem abarcar formas de intervenção do Estado a nível social e económico e a regulação das atividades económicas privadas. De acordo com Rodrigues (2010), em Portugal o Estado demonstrava debilidades do ponto de vista político e financeiro, que puseram em causa os mecanismos de acção social, o que levou o país a ser considerado um dos mais atrasados a este nível. No mesmo sentido temos Rodrigues et al (1999) que caracterizam as políticas sociais em Portugal como descontínuas, fragmentadas e sectoriais. Isto porque, o Estado-Providência Português se desenvolveu tardiamente, o que levou a desenvolver um modelo particular, quando comparado com outros países da Europa. Como nos diz Hespanha (2001), o sistema de proteção gerado foi baseado nos Estados- Providência dos países industrializados. Isto é, uma espécie de “cópia” dos outros Estados- providências. Com a queda de ditadura em 1974, assistiu-se a um “ (...) *Baixo nível da despesa pública no sector social, as medidas adoptadas tiveram reduzido alcance e foram relativamente ineficientes.*” (Hespanha,2001:188)

Perante esta situação de incapacidade por parte do Estado de possibilitar uma melhoria das condições de vida dos cidadãos, resulta:“ (...) *o rebentamento do Estado Providência e o desencanto dos cidadãos para com a política do modelo de Estado Providência, fruto da discrepância entre as pretensões e a realidade do Estado*” (Caeiro, 2008: 230-231) Rodrigues (2000) refere que existem quatro objetivos da política social comum nos países da Europa que são os seguintes:

- O trabalho ser compensador e gerador de um rendimento seguro;
- Certificar a viabilidade e sustentabilidade dos regimes das pensões;
- Fomentar a inserção social;
- Certificar a elevada qualidade e sustentabilidade da saúde.

Perante o que foi referido anteriormente, será que atualmente a política social tem conseguido assegurar estes objetivos em relação à pobreza em Portugal? Segundo Poupinha

(2009) no nosso país as políticas sociais direcionadas para os indivíduos pobres são da responsabilidade da ação social.

“No que respeita às políticas sociais, (...) existe uma grande diferença entre os princípios promulgados e a sua execução prática, o que causa grande decepção.” (Poupinha, 2009:32) No que se refere às políticas sociais clássicas, o Estado era o único interventor e o beneficiário tinha um papel passivo. Como nos diz Poupinha (2009) no que respeita ao beneficiário: *“(...) já que se supunha que, se lhe fosse dada maior autonomia, esta poderia ser aproveitada em proveito próprio.”* (Poupinha, 2009:33) Sendo o Estado o único interventor, como poderia este conhecer de facto quais eram as necessidades dos beneficiários? É preciso saber realmente quais são as necessidades destes indivíduos e para saber isso é preciso que estes tenham um papel ativo enquanto beneficiário de uma política. Por isso a partir dos anos 90, na União Europeia foi introduzido uma nova geração de políticas sociais, a qual chamaram de políticas sociais ativas, que tencionam que os beneficiários sejam participantes ativos da sua inclusão social.

2.2. As Políticas Sociais Ativas

Sousa *et al* (2007) referem-se às novas políticas sociais inseridas em Portugal como tardias, limitadas e pouco consistentes. As políticas sociais ativas surgem com o intuito de substituir as políticas clássicas de cariz indemnizatório. Têm como objetivo principal a inserção do indivíduo: *“Ajudar as pessoas a se inserirem socialmente, seja nos mercados de trabalho, seja em atividades socialmente reconhecidas.”* (Hespanha, 2008:1) A inserção gerada por estas políticas depende da participação ativa dos beneficiários na sociedade de modo a “quebrar” um pouco a carga pejorativa de “assistido”. Posto isto, será que estas políticas ativas são eficientes na inserção dos indivíduos? Ou será que na prática estas políticas continuam com as características das políticas clássicas? Como exemplo dessas medidas, temos o RSI (surgiu como RMG em 1996) como política social ativa onde os seus beneficiários são obrigados a assinar um plano de inserção, assunto que será abordado mais adiante e com maior profundidade.

Segundo a filosofia subjacente a estas políticas, tanto o indivíduo como a sociedade têm obrigações. O que isto significa é que à sociedade compete levar a sério os direitos dos indivíduos marginalizados, enquanto que o indivíduo é responsável pelo seu futuro e deve ter um papel ativo em todo este processo. No entanto a inserção é objeto de um acordo entre o beneficiário e o Estado. *“O contrato de inserção implica uma obrigação positiva do beneficiário mas, ao mesmo tempo, representa o reconhecimento da sua dignidade de cidadão actor (e não de mero assistido).”* (Hespanha, 2008:6) É de referir que a inserção não se aplica só ao indivíduo excluído mas também aos grupos de indivíduos que se encontram nesta situação. Esta nova geração de políticas pretende que haja por parte do Estado e dos cidadãos uma atitude mais ativa. O cidadão torna-se activo e competente, negociando com o

Estado as medidas, os direitos e as obrigações. Geldof (1999) diz que estas obrigações para com os beneficiários levam a constrangimentos e a um carácter disciplinador e punitivo destas. Até que ponto estas obrigações poderão influenciar a implementação da medida? De acordo com Moser (2011) esta nova geração de políticas chama-se *workfare*- assenta na obrigação de participação dos indivíduos em medidas de ativação centradas no mercado de trabalho. Neste contexto de políticas ativas os serviços de ação social, *“vão de encontro aos cidadãos em risco, numa lógica de descentralização, aproximação e adaptação das intervenções baseadas em projectos e em metodologias de gestão de objectivos, partilha de responsabilidades e estabelecimento de parcerias”*. (in Poupinha, 2009:33)

De acordo com Hespanha (2002) o aumento do risco social atual tem a ver com os novos factores de incerteza que diminuem a capacidade de resposta por parte tanto dos governos, como das instituições de proteção social.

Tendo em conta que o emprego é considerado uma das principais esferas de inclusão, com o desemprego estrutural dos últimos tempos, a situação torna-se complicada. Como nos diz Caleiras (2004): *“Perante este quadro, o Estado- Providência, em alegada crise ideológica e financeira, tem vindo a substituir a lógica passiva da subsidiação por atitudes mais ativas de (re) inserção de desempregados, ou seja políticas ativas de emprego”* (Caleiras, 2004:9). Também Gómez (in Rodrigues, 2006) considera que o Estado não consegue cobrir todos os riscos sociais. O Estado tem parceria com instituições privadas dando resultado ao *welfare mix*, derivado do enfraquecimento estatal e da inaptidão do mercado. As políticas sociais devem ultrapassar as práticas compensatórias centradas nos desempregados, propondo novas ações de modo a manter estes em atividade. Standing (in Ferreira, 2012) revela que esta substituição do *welfare* pelo *workfare* expressa-se em reformas nos programas sociais que foram iniciadas nos anos 90 na Europa e duram até a atualidade. Sousa *et al* (2007) consideram que a inserção é mais do que um direito de subsistência. O facto de o beneficiário estar inserido numa actividade considerada útil, dá ao beneficiário um papel positivo na sociedade. *“ Ao considerar os indivíduos como cidadãos ativos e não apenas como assistidos, introduz-se uma filosofia de cidadania que estava afastada na clássica relação paternalista entre Estado e assistido, geradora de dependência e pela qual este último se tende a tornar um sujeito subordinado.”* (Sousa *et al*, 2007:93)

De acordo com Hespanha (2004) as políticas sociais ativas vieram responder a inúmeras situações como: a inaptidão de resposta das políticas passivas face a um número elevado de indivíduos marginalizados; o aumento da despesa pública com as políticas sociais; a armadilha da dependência, necessitando legitimar o Estado-Providência perante os contribuintes; o uso inapropriado dos instrumentos e de ajudas às necessidades dos indivíduos; a pressão das concepções neoliberais e conservadoras sobre a responsabilidade do Estado, da sociedade civil e do mercado.

Segundo Hespanha (2002) as políticas ativas, para serem eficientes com o seu público, tiveram que ser mais orientadas, seletivas e personalizadas. É necessário que estas tenham capacidade de se adequar às situações pessoais e familiares dos indivíduos a que se destinam.

Tendo em conta o que foi referido, estarão as políticas ativas orientadas para acompanhar novos perfis de beneficiários? Terão estas eficiências para responder aos problemas destes novos perfis? *“Este facto conduziu a que novas exigências, no sentido da maior flexibilidade, capacidade de negociação e rapidez, passassem a fazer-se sentir sobre os dispositivos de administração desta política”* (Hespanha, 2002: 8). Cardim *et al* (2011) atribuem às políticas sociais ativas a responsabilidade de “abrandar” o clima de contestação social dos contribuintes e promover as práticas de responsabilidade cívica. Segundo Hespanha (2008) os modelos de intervenção social que emergiram do Estado- Providência activo, baseiam-se em novas metodologias como a abordagem por projecto, a acção descentralizada e partilhada, intervenção em parceria, individualização das medidas e a ativação. A abordagem por projecto é considerada a nova unidade básica de intervenção e tem um requisito do princípio de gestão por objetivos. Diferencia-se do modo tradicional de intervenção baseada nos planos de actividades feitos pelos serviços públicos. Na abordagem do projeto existe uma proximidade dos problemas, isto é, há um melhor conhecimento da realidade local, e também há *“ capacidade de fazer circular a informação, de mobilizar capital social, de produzir ajudas, de ligar os agentes económicos, de controlar as políticas públicas”*. (Hespanha, 2008:7) No que diz respeito à descentralização das políticas esta é positiva, mas no entanto contém algumas limitações, que só conseguem ser corrigidas com a articulação com os princípios gerais do sistema e com a estrutura coordenadora que verifique a sua execução. Quanto à intervenção em parceria, a partilha de responsabilidades e de acção com as organizações da sociedade civil vai de encontro com a descentralização das políticas. Ainda assim podemos dizer que as parcerias *“ pressupõem um conjunto de condições básicas, dentre as quais um melhor conhecimento da realidade onde se quer intervir, um consenso em torno dos objectivos partilhados; legitimidade social.”* (Hespanha, 2008:9) A individualização das medidas é um dos objectivos de inserção social, e Hespanha (2008) afirma que os novos programas sociais dão mais ênfase às medidas de carácter concreto, adequadas ao perfil dos destinatários. Ao mencionarmos a activação destas políticas, os beneficiários têm uma postura activa, considerando esta característica como uma das mais importantes da nova geração de políticas sociais. O intuito desta activação consiste em prevenir contextos de exclusão, que pudessem acontecer de uma atitude passiva por parte dos beneficiários face às políticas sociais indemnizatórias.

De acordo com Sousa *et al* (2007) a ativação é uma das formas de combater a ineficácia das políticas tradicionais e principalmente um modo de colocar os próprios beneficiários dessa política a participar no seu próprio processo de inserção. O direito de ser ajudado envolve o dever de contribuir numa actividade considerada útil pela sociedade. Isto é, o Estado pede algo em troca da ajuda que presta. *“ A exigência de cumprimento deste dever pode colocar um grave problema de controlo social e de marginalização sempre que o estado exija algo desproporcionado em troca da sua ajuda.”* (Hespanha, 2008: 11)

2.3 O papel das Políticas Sociais no combate à pobreza e à exclusão social em Portugal e na Europa

Perante o quadro de vulnerabilidade existente na sociedade portuguesa resultante do desemprego, de empregos precários e da crise económica, a pobreza e a exclusão têm, como foi verificado anteriormente, ganho uma grande dimensão, o que leva a uma intervenção crescente das políticas sociais. Numa entrevista Bruto da Costa afirma que em relação ao combate da pobreza, o seguinte: “*Para mim não é possível combater a pobreza, de uma forma apreciável, substantiva, sem alterar o padrão de desigualdade da sociedade portuguesa. Mas tudo quanto fazemos no ensino, no campo dos salários, no campo das pensões, enfim, nas políticas de luta contra a pobreza, mantém intacto o padrão da desigualdade. O que quer dizer que são esforços que passam à margem das causas da pobreza no nosso país.*” (Bruto da Costa, 2012:14) De acordo com Baltazar (2004) a União Europeia tem vindo a dar ênfase às políticas sociais, considerando que um dos desafios da EU resulta na criação de um sistema de proteção social que ofereça uma melhoria de qualidade de vida e evite a exclusão. Assim sendo a “*(...) a política social europeia pretende corrigir os desequilíbrios económicos e sociais existentes ao garantir direitos mínimos e condições de proteção com vista ao atenuar das grandes disparidades entre Estados- Membros.*” (Baltazar,2004:6) Em 2000 foi realizado o Conselho Europeu de Lisboa designado por “Estratégia de Lisboa” que segundo Baltazar (2004) teve uma contribuição importante para as políticas sociais europeias com o intuito de promover a inclusão social. Moreira (in Baltazar,2004) afirma que os Estados - Membros deram a “sua palavra” em como promoviam o desenvolvimento sustentável e bons empregos de modo a combater o risco de pobreza e exclusão social.

A Agenda Social aprovada pelo Conselho Europeu de Nice, consistiu num quadro de políticas sociais para a inclusão social nos próximos cinco anos², que tinha os seguintes objectivos: “*promover a participação no emprego e o acesso de todos aos recursos, aos direitos, aos bens e serviços; prevenir os riscos de exclusão; actuar em favor dos mais vulneráveis; mobilizar o conjunto dos intervenientes.*” (Baltazar,2004:7) Com o Quadro Comunitário de Apoio para 2000-2006, surgiram políticas sociais como o Programa Operacional Emprego, Formação e Desenvolvimento Social que interfere no emprego e na formação com intuito de ampliar a competitividade económica e a coesão social. Outros com relevância são o Plano Nacional de Emprego e o Programa Integrado de Apoio à Inovação e o Plano Nacional de Ação para a Inclusão que têm como objetivo a promoção da inclusão, nomeadamente a igualdade de oportunidades de participação social (Baltazar, 2004). Baltazar (2004) afirma que as políticas sociais devem ser intrasectoriais e transversais tendo em conta uma multidisciplinariedade de ação. O Plano Nacional de Acção para a Inclusão baseia-se nos princípios base como “*a consagração de direitos básicos de cidadania, que postula o direito ao*

² Ter em conta o ano que este artigo foi elaborado (2004)

trabalho e a apoios básicos com vista à inserção, mas também ao exercício dos direitos cívicos, à cultura, à educação, à habitação condigna e à participação na vida social e cultural”. (Dias,2010:39) Segundo Dias (2010) o Plano Nacional de Ação para a Inclusão tem também a finalidade de combater a pobreza essencialmente nas crianças e idosos e outros também considerados desfavorecidos. Intervém no sentido de promover mais e melhores qualificações nos indivíduos considerando assim uma das prioridades do Plano para se alcançar o desenvolvimento económico e nomeadamente a coesão social do país.

De acordo com Rodrigues (2008) as políticas sociais públicas são importantes no que diz respeito à compensação dos grupos sociais vulneráveis. Assume que estas são dirigidas para categorias sociais específicas ou a contextos territoriais concretos. *“(...)as políticas sociais correspondem a formas de compensação inibidoras de formas extremas de exclusão ou de formas de relegação social. Devem assumir-se de forma tão multidimensional quanto a multidimensionalidade dos processos que visam combater.”* (Rodrigues,2008:5) (Castro; J.L. Castro e Gonçalves; A. Gonçalves in Barreto e Marques, 2010) referem que as medidas de combate à pobreza e exclusão social devem ser inseridas em dinâmicas de desenvolvimento sustentado. De acordo com Barreto e Marques (2010) estimula-se a participação das instituições e instâncias locais de governação face ao desenvolvimento de acção social e nomeadamente impulsiona a promoção da participação activa dos grupos a quem se destina as medidas de política social.

Dias (2010) refere-nos que o Estado e as políticas públicas têm uma enorme responsabilidade na diminuição da pobreza através das transferências sociais. A autora fazendo referência à Estratégia Nacional para a Inclusão afirma que *“Uma acção integrada dos diversos agentes - promoção do crescimento e emprego, mais e melhores qualificações, protecção social sustentável, justa e socialmente equilibrada, de prestações de combate à pobreza rigorosas e bem dirigidas, mobilização de todos os actores sociais, com a devida valorização do papel da sociedade civil - pode e deve ser o pilar de uma estratégia bem conseguida de defesa de uma sociedade plenamente inclusiva.”* (Dias,2010:39)

Podemos abordar outro programa que foi inserido para combater a pobreza e a exclusão social, a Rede Social. Sendo a Rede Social uma política social ativa e por trabalhar em rede na luta contra a pobreza e exclusão, é de salientar a aplicação de medidas como o RSI. No RSI é fundamental o protocolo com parceiros sociais (instituições locais) para uma melhor intervenção contra a pobreza e a exclusão dos seus beneficiários. Esta “rede” é essencial para o sucesso da planificação estratégica de reinserção social destes indivíduos.

De acordo com o Núcleo da Rede Social (2001) este programa consiste em combater a pobreza e a exclusão social numa perspetiva de promover o desenvolvimento social. Este programa tem como objetivos os seguintes:

- desenvolver uma parceria efectiva e dinâmica que articule a intervenção social dos diferentes agentes locais;

- promover um planeamento integrado e sistemático, potenciando sinergias, competências e recursos a nível local;
- garantir uma maior eficácia do conjunto de respostas sociais nos concelhos e freguesias;
- (...)induzir o diagnóstico e o planeamento participados;
- procurar soluções para os problemas das famílias e pessoas em situação de pobreza e exclusão social;
- formar e qualificar agentes envolvidos nos processos de desenvolvimento local, no âmbito da Rede Social;” (Núcleo da Rede Social,2001:13)

No entanto uma das políticas sociais importantes para combater a pobreza e a exclusão social é nomeadamente o RSI. De acordo com Dias (2010) esta política social consiste numa prestação que foi concebida para combater a pobreza e a exclusão social contrariando a tendência da exclusão em alguns elementos da população como também realçar a inclusão social por parte da cidadania.

Capítulo III- Rendimento Social de Inserção: uma política social ativa

1. A Transição do Rendimento Mínimo Garantido para o Rendimento Social de Inserção

De modo a combater a pobreza e a exclusão, em 1992, foi pedido aos Estados- membro europeus o direito aos cidadãos de possuírem recursos suficientes para viver com alguma dignidade humana. Em 1996, Portugal tinha um conjunto de debilidades estruturais a nível económico e ao nível das políticas sociais. Perante esta situação, surgiu o Rendimento Mínimo Garantido (RMG), que pretendia inserir os beneficiários a nível económico e noutras áreas de vulnerabilidade, através de um programa de inserção. De acordo com Rodrigues (2010) o RMG foi estabelecido como um direito social para os indivíduos e famílias que vivem abaixo de um determinado nível de rendimentos. Segundo Isabel Guerra (1997), esta medida baseia-se nas seguintes características: Prestação monetária, com base nas condições económicas dos indivíduos, como direito universal mesmo não contributiva; Dimensão de inserção social debatida com os requerentes; Territorialização da prestação; Distribuição apoiada num coletivo, mais precisamente as Comissões Locais de Acompanhamento.

O surgimento do RMG “ *correspondeu à constatação de que as políticas tradicionais de proteção social não se revelaram capazes de fazer face aos desafios mais contemporâneos*” (Castro cit in Rodrigues, 2010:92) Contudo o autor realça que apesar de o RMG potenciar uma melhoria nas condições de vida dos seus beneficiários, parece conter um potencial de estigmatização dos beneficiários. As pessoas pobres são assim associadas às classes perigosas, que leva à criação de estigmas com consequências numa redução da auto-estima dos próprios beneficiários.

Segundo Rodrigues (2010) o RMG iniciou-se em duas fases distintas: na primeira fase, criação de projetos- piloto que decorreram durante um ano; numa segunda fase, foi aplicado a nível nacional. Segundo Batista e Cabrita (2009) no início de 2002 a coligação de centro- direita preparou-se para um retrocesso ideológico do RMG e seus objetivos, que teriam consequências na aplicação da política. Por isso, o governo decidiu alterar o Rendimento Mínimo Garantido para Rendimento Social de Inserção (RSI) em 2003. Podemos assim afirmar que “ *A nova filosofia do RSI orientava-se claramente para uma preocupação de «moralização» da medida, introduzindo novos mecanismos de «eficiência» para assegurar que se alcançasse «o objectivo mais nobre» do RSI- segundo as palavras do então Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social- e que este não se tornasse um «expediente formal para manter o direito à prestação e nunca deixar a situação.*” (Batista e Cabrita,2009:7)

Pato (2011) diz que a necessidade de rever esta medida (RMG) passa por modificar o que estava mal regulado e algumas lacunas, como por exemplo a fiscalização. “*Assim, é pensado e proposto o Rendimento Social de Inserção, visando aprofundar a condição de recurso a esta prestação, e ao mesmo tempo tornando-o mais eficaz, com uma maior exigência e rigor na atribuição e fiscalização.*” (Pato,2011:18)

Apesar de o RSI se destinar aos indivíduos que estão em situação de carência económica (tal como o RMG), encontramos algumas diferenças em ambos. As principais diferenças passam pela sua natureza e pelas condições de atribuição. De acordo com Rodrigues (2006) o RMG consistia numa prestação não contributiva da Segurança Social enquanto o RSI já é uma prestação que está incluída no subsistema de solidariedade. De acordo com Dias (2010) outra mudança verificada com a criação do RSI é a introdução de condições mais restritas de acesso e manutenção da prestação. No caso de incumprimento dos deveres por parte dos beneficiários, estes têm uma penalização mais gravosa. “*No Rendimento Mínimo Garantido, a não celebração do programa de inserção implicava a cessação imediata da prestação e impedia o beneficiário de a requerer novamente pelo menos durante seis meses.*” (Dias, 2010:35) Com o Rendimento Social de Inserção, esta inibição é de 24 meses. Rodrigues (2010) afirma que o prazo estabelecido para a elaboração do programa no RSI é de 60 dias enquanto no RMG a sua elaboração era de três meses.

Outra modificação diz respeito aos rendimentos. No RMG os rendimentos auferidos pelo beneficiário eram contabilizados os últimos 12 meses. Já no, no RSI, o período contabilizado são os 3 meses anteriores ao requerimento. Outro aspeto de mudança foi a mudança de designação das Comissões Locais de Acompanhamento (CLA) que com o

surgimento do RSI passaram a designar-se por Núcleos Locais de Inserção (NLI) (Pato, 2011). Mais adiante será abordado a sua composição. Ferreira (2012) refere que assistimos a uma mudança de paradigma de *welfare* e políticas sociais de inserção para um paradigma de *workfare* e de políticas sociais de ativação. Verificamos assim “ (...) *uma crescente disponibilização de mecanismos de controlo fiscal e social, em que a prestação social em questão passa de um mecanismo de inserção para um mecanismo de regulação, de controlo, de moralização e disciplinização dos beneficiários.*” (Ferreira,2012:31)

1.1 Rendimento Social de Inserção- a sua funcionalidade

O RSI, de acordo com a Segurança Social (2014), é um apoio para indivíduos e famílias com carência económica grave. Este é constituído por um contrato de inserção com o intuito de integrá-los social e profissionalmente através de uma prestação pecuniária que satisfaça as necessidades básicas dos beneficiários. Os beneficiários que tem direito ao RSI são os indivíduos e famílias que se encontram em condições de carência económica grave e que precisam de apoio para se inserirem social e profissionalmente. Quanto aos objetivos do RSI, estes: “*passam pela mobilização de ferramentas e conceitos das ciências sociais, para responder ao objectivo moral e político de aproximar as identidades e vivências dos beneficiários à norma social.*” (Diogo,2004:2)

Segundo a Segurança Social (2014) uma pessoa que viva sozinha tem direito ao RSI se o total dos seus rendimentos mensais não for igual ou superior a 178,15 euros. No caso de o indivíduo viver com familiares, os rendimentos mensais de todos os elementos do agregado familiar não pode ser igual ou superior ao valor máximo de RSI, calculado em função da composição do agregado familiar. (Segurança Social,2014)

O valor máximo de RSI pertence à soma dos valores estipulados no quadro seguinte, por cada elemento do agregado.

Tabela 1- Percentagem do valor do RSI por cada elemento do agregado³

Pelo titular	178,15 € (100%) do valor do RSI
Por cada indivíduo maior	89,07€ (50%) do valor do RSI
Por cada indivíduo menor	53,44 € (30%) do valor do RSI

Esta prestação é atribuída aos indivíduos que se encontram nas seguintes condições: Residência legal em Portugal; Situação de carência económica grave; Assinem e cumpram o Contrato de Inserção; Possuam 18 anos ou mais (exceto se estiver grávida, for casado ou viver em união de facto há mais de 2 anos; Ter menores ou deficientes a cargo que dependam do

³ Ver em Guia Prático- Rendimento Social de Inserção

agregado familiar e que tenham rendimentos próprios superiores a 70% do valor do RSI (124,70€)); Estar inscrito no Serviço de Emprego da área de residência.

O RSI é recebido pelos beneficiários no máximo até 12 meses. É de referir, de acordo com a Segurança Social (2014), que estes doze meses são contados a partir do mês que corresponde à data do direito (esta data é a data da assinatura do Contrato de Inserção). No caso de os beneficiários quererem renovar esta prestação, terão que renovar dois meses antes do termo da sua concessão, a pedido do requerente. Ainda é de referir que se a prestação for facultada por doze meses, o pedido de renovação deve ser feito no décimo mês após o início da mesma. O RSI é composto por um programa de inserção que é constituído por uma agregação de ações implementadas localmente que tem acordo entre os beneficiários e os Núcleos Locais de Inserção (Batista e Cabrita, 2009). Este programa tem o intuito de originar condições que levem à inserção social dos beneficiários e também dos que fazem parte do seu agregado familiar. É de referir que este programa é obrigatório, envolvendo deste modo tanto as instituições e os beneficiários. Este programa de inserção é constituído com os tipos de ação a desenvolver, as entidades responsáveis para a realização das actividades, os apoios a facultar e as obrigações do beneficiário, e quando se verifique aplicável, aos membros do agregado familiar.

Batista e Cabrita (2009) afirmam que as acções que fazem parte do programa de inserção variam consoante as características dos beneficiários e do seu agregado. *“Os beneficiários têm de se comprometer a cumprir as obrigações estipuladas nos acordos de inserção, que podem incluir: a) aceitar trabalho ou formação profissional; b) frequentar o sistema educativo; c) participar em programas de ocupação de carácter temporário que favoreçam a inserção no mercado de trabalho ou satisfaçam necessidades sociais ou ambientais e que normalmente não seriam desenvolvidas no âmbito do trabalho organizado; d) aceitar a melhoria das condições de habitação; e) aceitar um apoio paralelo e complementar para a família (apoio psicossocial); f) aceitar cuidados de saúde e participar em ações de prevenção na área da saúde, especialmente para crianças.”* (Batista e Cabrita, 2009:12) No que respeita à área da saúde no programa de inserção: *“(…) a medida prevê, através dos apoios complementares, meios económicos pontuais para o pagamento de tratamentos ou outros cuidados de saúde (como os tratamentos de estomatologia, próteses dentárias, aquisição de óculos, medicamentos, etc.), que em muito têm contribuído para a resolução de problemas de saúde (...)”* (Poupinha, 2009: 103)

Dias (2010) refere-nos que o Programa de Inserção baseia-se num relatório social da responsabilidade do Núcleos Locais de Inserção. Este é realizado pelo técnico que acompanha o beneficiário, o que vai resultar num diagnóstico económico e social. Ermida (in Dias, 2010) demonstra que o programa de inserção social e profissional é criado com o próprio beneficiário e os elementos que pertencem ao seu agregado familiar.

A Segurança Social (2014) no que se refere ao não cumprimento do contrato de inserção indica que se o requerente não assinar o contrato, o pedido deste é recusado e não poderá requerer do RSI durante dois anos. Já no caso de um dos elementos do agregado

familiar do requerente não assinar, este deixa de “pertencer” àquele agregado familiar mas no entanto os seus rendimentos continuam a ser considerados no cálculo do montante do RSI. A este elemento não lhe pode ser atribuído o direito durante 1 ano após a recusa. Por fim, quando a situação é de recusa tanto do requerente como dos elementos do agregado familiar, durante 1 ano após a rejeição, ambos deixam de ser considerados no agregado em posterior requerimento apresentado por qualquer um dos elementos do mesmo agregado, ainda assim os seus rendimentos são contados. No RSI foi inserido protocolos com os parceiros sociais no sentido de tornar mais eficiente o acompanhamento dos beneficiários. Começamos inicialmente por abordar a nível nacional, onde existe uma Comissão Nacional do Rendimento Social de Inserção. Segundo Batista e Cabrita (2009) aqui estão agrupados os representantes dos ministérios da Educação, Saúde, Trabalho e Solidariedade Social e Justiça. Também nesta comissão está inserido o Secretário de Estado da Habitação e representantes das autoridades locais, das instituições particulares de solidariedade social, dos sindicatos e por fim dos grupos de empregadores. Esta comissão tem como sua função avaliar a aplicação da medida. No que respeita a nível local, temos os Núcleos Locais de Inserção que estão no âmbito territorial que corresponde aos concelhos. Estes incluem representantes das quatro áreas fundamentais para o procedimento de integração:” *a Segurança Social, responsável pela administração da medida e pela concessão das prestações e que também inclui os serviços de acção social (ou de solidariedade social), essenciais para a integração social dos beneficiários, a Educação, a Saúde e o Emprego. Estes Núcleos Locais podem também incluir as autoridades locais, as instituições particulares de solidariedade social, os grupos de empregadores e de sindicatos, bem como outras organizações sem fins lucrativos.*” (Batista e Cabrita, 2009:15)

Quanto ao papel dos NLI, estes estão relacionados com a regulação do modo da aplicação e funcionamento do RSI a nível local. Estes determinam as responsabilidades dos parceiros, a coordenação dos recursos através da sua canalização e otimização. Tem o intuito de implementar os programas de inserção dos beneficiários como também avaliação destes programas. Batista e Cabrita (2009) referente aos protocolos afirmam que estes foram desenvolvidos entre as delegações distritais dos serviços da segurança social e as organizações particulares de solidariedade social e entidades que também realizam trabalho de solidariedade social no NLI. Estes protocolos emergem quando se verifica a ausência ou insuficiência de recursos técnicos qualificados dentro do NLI.

“ *A introdução desta nova disposição institucional permitiu uma maior disponibilidade de recursos e a possibilidade de melhorar a qualidade da intervenção dentro da componente de inserção social, nomeadamente ao possibilitar a criação de equipas multidisciplinares mais bem equipadas e posicionadas (por exemplo, relação mais próxima com os beneficiários) com vista a satisfazer as diversas necessidades das famílias abrangidas no Programa.*” (Batista e Cabrita, 2009:16) Para Rodrigues (2010) o RSI vem aplicar uma metodologia de intervenção e uma rede de apoio social num trabalho ativo. Com isto Portugal está a inserir novas

circunstâncias de funcionamento do Estado- Providência, tendo em conta os apoios em função das necessidades dos beneficiários.

1.2 Fragilidades do Rendimento Social de Inserção

Apesar do RSI estimular a procura de emprego por parte dos seus beneficiários não podemos no entanto esquecer que existe uma fraca qualidade no que respeita aos acordos de inserção no âmbito de emprego. Caleiras (2008) chama atenção para o facto de ser irregular o acesso a empregos, que em certa parte pode ser explicado pelo facto de existir uma diferença entre as competências de base dos beneficiários e as medidas de inserção propostas. De acordo com algumas avaliações realizadas ao RMG/RSI, Caleiras (2008) afirma no que respeita aos desempregados, que os resultados indicam para uma diversidade de causalidades da pobreza na qual esta política não consegue responder por si só. Diogo (2004) aponta outro “defeito” em relação ao RSI: a maioria dos beneficiários desconhece em que consiste o programa de inserção. Para afirmar isto, o autor baseia-se nos estudos de avaliação do RMG desenvolvidos pelo Instituto para o Desenvolvimento Social (IDS) em 2002, que é *“demostrado que 70% dos beneficiários considera que a expressão inserção nunca lhes foi explicada”*. (Castro *et al* cit in Diogo,2004:3). Terão os beneficiários da Covilhã conhecimento sobre o que consiste o programa de inserção e de que modo corresponde aos novos e tradicionais perfis?

Poupinha (2009) refere que na execução do programa de inserção existe a dificuldade de interpretação dos programas e compreensão das suas implicações que é resultado das baixas qualificações, da acomodação à sua situação e falta de iniciativa.

Diogo (2004) diz que o papel da parceria é colocar ao serviço de inserção social dos beneficiários os recursos dos diversos parceiros. Tendo em conta que os beneficiários desconhecem no que consiste o programa de inserção, o que vai acontecer, é que os beneficiários não vão obter inserção. Consideramos assim que o trabalho desenvolvido pelo RSI pode estar posto em causa pela falha de comunicação. Segundo Fernandes *et al* (2012) a maioria dos “novos pobres” desconhece a amplitude do programa de inserção, nomeadamente nas obrigações a cumprir. Segundo Vallancourt (in Matos e Costa,2012) corremos o risco de uma instrumentalização por parte das instituições do terceiro sector. O controlo da implementação e da intervenção é determinado quando o protocolo for estabelecido, resultando um espaço reduzido para a iniciativa local. Hespanha (2008) aponta como um dos entraves a personalização ou individualização das políticas, que é a margem de manobra de que gozam os agentes da administração social que são responsáveis por desenhar o programa de inserção.

O “R.S.I., nomeadamente, esta medida social deveria ser uma medida política de proximidade entre utentes e técnicos, contudo com o atual número de beneficiários e de técnicos, esta aproximação no acompanhamento das famílias nem sempre é possível”

(Figueiredo,2013:24) No que se refere ao alcance do sucesso de inserção dos beneficiários do RSI :*“não basta a participação do Estado, dos técnicos da acção social, dos poderes locais e das instituições, para criarem oportunidades de inserção. É necessário aliar este trabalho de parceria à sensibilização dos contextos locais para a importância desses processos de inserção social.”* (Rodrigues,2010:218)

Poupinha (2009) aponta-nos mais um “defeito” da medida: a falta de respostas e desadequação ao perfil dos beneficiários leva a um constrangimento do desenvolvimento da atividade do NLI e o que foi delineado no programa de inserção. Esta situação leva a uma desacreditação do RSI e do centro de emprego.

Rodrigues (2010) afirma que o RSI, no que diz respeito aos rendimentos, parece cumprir as funções elementares mas no que toca à capacidade do programa de inserção parece não funcionar de modo tão efetivo. As técnicas admitem a falta de empenho das instituições locais que pertencem ao NLI para a edificação de parcerias e projetos com tendência à formação dos programas de inserção. Segundo este autor, os recursos humanos são escassos mas, por outro lado, também os recursos a nível informático postos à disposição dos Núcleos Executivos dos Núcleos Locais são obsoletos. Perante isto vão resultar falhas, como os atrasos na avaliação dos processos, dificuldade em cruzar os dados e complexificação do tratamento da informação e dos procedimentos burocráticos impostos pela medida. Uma outra fragilidade é referida por Capucha (2005), os beneficiários são penalizados se não cumprem a sua parte do contrato mas no entanto se as instituições não cumprirem a sua parte estas não são sancionadas. O que resulta numa evidente disparidade de relação deveres/direitos, que acaba por sobrevalorizar a componente subsidio. De acordo com Poupinha (2009) a medida deveria contabilizar as despesas fixas do agregado que possibilitaria pelo menos o atenuar de contextos de privação e exclusão social. No seu estudo averiguou que a não contabilização dessas despesas é percecionada pelos beneficiários como injustiça no tratamento da situação. De acordo com Dias (2013) não se deve partir unicamente da aderência a valores e conceitos pressupostos na lei mas sim ir ao encontro das verdadeiras necessidades dos beneficiários em relação a si próprios. Outra fragilidade está relacionado com os programas de ocupacionais previstos no programa de inserção. Os indivíduos são integrados em POC'S habitualmente em tarefas socialmente pouco valorizadas. O que resulta *“(...) um mercado de trabalho secundário, de ocupações meramente temporárias e de empregos desvalorizados, acabando por não levar à efectiva inserção profissional dos trabalhadores “activados”.*” (Poupinha,2009: 161)

Também é apontado como fragilidade do RSI o valor da prestação: *“ O baixo valor da prestação foi também referido como um dos factores que deveria ser revisto principalmente no caso dos isolados, que não possuem qualquer outro rendimento”*(Poupinha,2009:162)

Contudo, Fernandes *et al* (2012) também refere que os beneficiários (com qualificações média / superiores) consideram o valor da prestação do RSI insuficiente para garantir as suas necessidades básicas. Esta prestação é complementada pelo apoio de familiares diretos e amigos muito próximos.

1.3 O acompanhamento entre técnicos e os beneficiários

O processo de acompanhamento entre técnicos e beneficiários é um ponto fulcral para o sucesso da aplicação do RSI. Sousa *et al* (2007) admitem que um técnico terá mais sucesso quando visita as famílias. De que modo o grau de proximidade entre o técnico e o beneficiário pode influenciar o sucesso da aplicação do RSI?

Tendo em conta o estudo nacional de Matos e Costa (2012), no que respeita ao apoio e disponibilidade do técnico com o beneficiário, pode-se constatar que *“A maioria dos beneficiários atesta que o técnico o compreende e o ajuda, procurando os apoios que necessita (...)”*. (Matos e Costa, 2012:98)

De acordo com Sousa *et al* (2007) é necessário a promoção da flexibilidade e proximidade no trabalho com as famílias. Isto é, desenvolver um ambiente positivo e facilitador para que os indivíduos se sintam confortáveis a conversar com o seu técnico e terem ajuda. Mas no entanto Sousa *et al* (2007) reconhecem que as regras institucionais ordenam que o técnico deve ter uma distância técnica e ser objetivo para com os beneficiários.

Segundo Figueiredo (2013) deveria haver mais acompanhamento a cada beneficiário com intuito de sensibilizá-los para necessidade de estes serem independentes do RSI, isto é, de serem autónomos. De acordo com Salomé e Galland (in Dias, 2013) os indivíduos valorizam a relação com o profissional que o acompanha, desenvolvendo interações de escuta e sentimentos de calma, suporte, amizade e dedicação. Rodrigues e Sousa (2006) dizem que o técnico deve demonstrar disponibilidade para haver eficácia e principalmente envolver e motivar os indivíduos para a intervenção de modo a criar uma relação de confiança.

Por vezes o acompanhamento dos técnicos é prejudicado pelo excesso de trabalho que estes profissionais têm: *“Os técnicos referem unanimemente, o excessivo e crescente trabalho burocrático que envolve o RSI, aliado ao também excessivo número de processos por técnico, a par da rigidez de alguns procedimentos, como é o caso do cumprimento das exigências técnico - administrativas, como os prazos e os relatórios, compromete a realização de um trabalho com maior qualidade.”* (Poupinha, 2009: 160)

Knoch (2003) afirma que, no que respeita à relação do técnico e beneficiário esta pode acarretar vários problemas. Como é o caso do paternalismo por parte dos técnicos e as desigualdades de poder. *“As atitudes moralistas e paternalistas, muitas vezes reforçadas pela crença de que os indivíduos não conseguem resolver os seus próprios problemas, ou tomar decisões positivas para a sua vida, ou até mesmo de gerir o seu dinheiro e a sua vida familiar, reforçam junto dos indivíduos sentimentos de descrença na eficiência dos técnicos e de desconfiança quanto às suas intenções.”* (Poupinha, 2009: 27)

Rodrigues e Sousa (2006) revelam que é necessário fazer com as famílias coisas úteis na perspetiva de quem intervém e de quem recebe o apoio, porque assim encoraja estas a serem ativas, reforçando a sensação que os técnicos estão interessados em ajudar.

De acordo com Poupinha (2009) a autonomia, igualdade e solidariedade são valores que devem conduzir a intervenção do técnico de modo a incluir o beneficiário. Mas estes são por vezes contrariados e dificultados pelas imposições e limitações que derivam do sistema por advocação da lei. Será que por parte dos assistentes sociais face aos diversos perfis de beneficiários existe igualdade na intervenção?

Rodrigues (2010) afirma que os técnicos consideram a inserção no âmbito do RSI *“uma apropriação pejorativa, quando não estigmatizante, na medida em que assume os beneficiários como cidadãos já em fase de dessocialização e em fase de fratura dos laços com a sociedade.”* (Rodrigues, 2010: 217) Algumas instituições Particulares de Solidariedade Social e instituições ligadas às Câmaras Municipais não querem participar na gestão local da medida. Rodrigues (2010) realça que esta não participação por parte destas instituições relevantes para o sucesso dos processos de reinserção social pode pôr em causa os resultados do programa de inserção.

Com esta situação, a medida é somente adstrita à prestação pecuniária naquele que é um dos constrangimentos da medida, que é causado pela inércia institucional com intervenção na área social. Fernandes *et al* (2012) no seu estudo verificou que os beneficiários (de qualificações média/ superiores) chamam atenção para o fato da assistência social mostrar indiferenciação e ineficácia. Referem que existe ausência de informações para com os beneficiários e também consideram os serviços de assistência social desadequados perante as necessidades dos beneficiários.

2. Caracterização dos Beneficiários do Rendimento Social de Inserção a Nível Nacional

No que diz respeito à caracterização dos beneficiários do RSI vamos inicialmente começar por analisar a percentagem de beneficiários correspondentes a cada região de Portugal. Em seguida também será analisado quanto ao sexo dos beneficiários e a sua escolarização.

Tabela 2- Beneficiários do RMG e RSI em % dos beneficiários ativos⁴

Territórios	Beneficiários do RMG e RSI em % dos beneficiários ativos	
	Anos	
	2009	2013
Portugal	10,8	8,7
Continente	10,6	8,3
Norte	14,2	9,6
Centro	7,5	6,2
Lisboa	8,5	8,3
Alentejo	12,0	9,5

⁴ Fonte: PORDATA

RSI: entre novos e tradicionais perfis de beneficiários

Algarve	8,5	6,9
Região Autónoma dos Açores	25,7	26,2
Região Autónoma da Madeira	9,3	8,3
Ignorado/Outro	1,6	7,2

Tendo em conta os dados da PORDATA, na tabela 2, podemos verificar que em 2013 a região que apresenta maior percentagem de beneficiários de RSI é a Região Autónoma dos Açores (26,2%) tendo em seguida a região do Norte (9.6%). A região Centro é a que apresenta uma menor percentagem (6,2%). A nível nacional as percentagens de beneficiários de RSI tem comparativamente baixado de 2009 para o ano de 2013. Neste período de tempo verificou-se a nível nacional uma redução da percentagem de beneficiários de RSI.

A PORDATA revela-nos que no ano de 2013, registavam-se 175,140 beneficiários do RSI do sexo masculino enquanto o sexo feminino contava com 185,232 beneficiárias.

Com base nos dados anuais 2004-2013 da Segurança Social, é de sublinhar que no sexo feminino a faixa etária que sobressai em 2013, é a dos maiores de 18 anos (59,228), seguindo-se a faixa dos 40-44 anos (15,837). Contudo no sexo masculino, a faixa etária que sobressai é também os maiores de 18 anos mas com um número relativamente maior (63,201), seguindo a faixa etária 45-49 anos (14,204). Segundo os dados da PORDATA⁵ referente ao ano de 2014, o sexo do beneficiário de RSI mais dominante é precisamente o sexo feminino com 163,281 beneficiários enquanto o sexo masculino tem 157,273. Não foi possível obter dados em relação à faixa etária dos beneficiários referentes ao ano de 2014. Contudo verificamos, comparando o ano de 2014 com o de 2013, que quer o número de mulheres beneficiárias, quer o número de homens diminuiu.

2.1 Escolaridade dos beneficiários

De acordo com Matos e Costa (2012)⁶ a escolaridade dos beneficiários é maioritariamente baixa, tendo em conta o ano de 2011. Na tabela 3 podemos verificar que em 2011: “(...) *na população residente com mais de 15 anos 50% dos indivíduos têm pelo menos o 3º ciclo, no caso dos entrevistados este grupo não representa mais do que 27%. No entanto é de realçar*

⁵ Dados atualizados em 5-2-2015 pela Pordata
<http://www.pordata.pt/Municipios/Beneficiarios+do+Rendimento+Minimo+Garantido+e+Rendimento+Social+de+Insercao+da+Seguranca+Social+total+e+por+sexo-513>

⁶ Pode-se ver em Relatório Final - Impactos dos Acordos de inserção no Desempenho do RSI (entre 2006-2009) da autoria de Madalena Matos e Sónia Costa

que entre os agregados familiares destes entrevistados existem elementos com graus de escolaridade francamente mais elevados.” (Matos e Costa,2012:44)

Tabela 3- Níveis de escolaridade⁷

	População residente com 15 e mais anos de idade	População inquirida: total de entrevistados	Grau de habilitações mais elevado entre os elementos do agregado família
	1º Trimestre de 2011	(Março a Dezembro 2011)	
Nível de escolaridade mais elevado completo	Percentagem	Percentagem	Percentagem
Nenhum	11,3	20,5	7,1
Básico- 1º Ciclo	25,7	29,3	17,5
Básico- 2º Ciclo	13,3	23,4	27,5
Básico- 3º Ciclo	20,5	17,8	31,4
Secundário e pós-secundário	16,1	8,3	14,4
Superior	13,1	,7	2,2

No entanto é nos agregados “casais sem filhos” e “famílias monoparentais” que encontramos os beneficiários com graus de habilitações mais elevados, como veremos em seguida.

Matos e Costa (2012) afirmam que quanto maior a escolaridade, menor é o tempo médio de inserção no RSI. Os autores chamam atenção para o fato de se encontrar nas populações metropolitanas beneficiários do RSI que estão no desemprego e que possuem o grau de habilitações mais elevados.

2.3 Características dos agregados familiares beneficiários

Matos e Costa (2012) apresentam algumas características dos agregados familiares dos beneficiários do RSI. Começamos pelo casal com filhos, onde encontramos os adultos mais jovens desta política. A maior parte destes beneficiários encontram-se no desemprego mas ao mesmo tempo verificamos um maior número de indivíduos a trabalhar. No que respeita à

⁷ Estes dados dizem respeito ao inquérito aplicado aos beneficiários de RSI para a realização do Relatório Final - Impactos dos Acordos de inserção no Desempenho do RSI (entre 2006-2009) da autoria de Madalena Matos e Sónia Costa

escolaridade estes apresentam uma escolarização “média”, isto é, 1º e 2º ciclo. É aqui que encontramos as famílias mais numerosas. No entanto também encontramos as famílias monoparentais, que são fortemente do sexo feminino e mais escolarizadas, mais propriamente o 2º e 3º ciclo.

Dentro destes tipos de família verificamos com menor peso o casal sem filhos que são caracterizados por serem um pouco menos idosos e mais escolarizados comparativamente às famílias unipessoais. No entanto é de referir que este tipo de agregado sobressai por ter elementos dependentes por motivos físicos ou mentais. *“Nas famílias unipessoais (22% do total) que se distribuem em proporções equivalentes entre homens e mulheres (47% e 53% respectivamente), encontramos os indivíduos menos jovens e menos escolarizados. São constituídas fundamentalmente por desempregados (média de idades de 50 anos) e reformados ou incapacitados para o trabalho (média de idades de 58 anos). (...) no caso das famílias unipessoais há aqui um grupo de desempregados menos idosos e mais escolarizados. O grupo minoritário é constituído pelos menos escolarizados da população, a trabalhar sem remuneração.”* (Matos e Costa, 2012:54 e 55)

Quanto às profissões desempenhadas por estes beneficiários, podemos verificar que são os casais sem filhos e as famílias monoparentais que se encontram no grupo de profissões como “Especialistas, Técnicos e profissionais de nível intermédio e pessoal administrativo” mas também no grupo de “trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores”. Neste grupo identificamos o perfil dos mais qualificados/ classe média. Por outro lado, nos agregados de casal com filhos verificamos simultaneamente menos indivíduos a não declarem uma profissão e uma elevada percentagem de trabalhadores que estão inseridos no grupo de profissões tais como “Trabalhadores qualificados de agricultura, indústria e operadores de máquinas” e “trabalhadores não qualificados”. Já neste grupo identificamos um outro perfil, os menos qualificados com profissões pouco renumeradas.

2.2 As trajetórias de vida dos beneficiários

No que respeita à trajetória de vida dos beneficiários de RSI em Portugal, pode-se verificar que 23% veem-se como pobres atualmente sem nunca o terem sido anteriormente. Mas 18% veem-se como remediados depois de anteriormente terem sido pobres. De acordo com Matos e Costa (2012), 49,3% veem-se como pobres agora e no passado enquanto 10% afirma ser remediado e tê-lo sempre sido. De acordo com Matos e Costa (2012) os beneficiários que se descrevem como pobres actualmente e no passado são homens e mulheres que possuem baixa escolaridade. *“ (...) Os agregados que se consideram hoje como no passado como remediados distinguem-se destes primeiros por serem mais escolarizados e proporcionalmente terem mais frequentemente pelo menos um elemento a trabalhar. (...) Os que são actualmente pobres sem nunca o terem sido no passado têm escolaridade elevada, estão desempregados, fazendo parte de agregados metropolitanos, e pertencendo a famílias monoparentais e*

unipessoais. (...)”(Matos e Costa,2012:133 e 134) No entanto os beneficiários que se caracterizam como pobres no passado e hoje definem-se como remediados são sobretudo as mulheres que estão em agregados com maiores recursos e com uma escolaridade média. Estas trabalham e pertencem às famílias monoparentais.

Perante este contexto, podemos dizer, apesar de ainda serem relativamente poucos, que o RSI está perante um novo perfil de beneficiários: o dos novos pobres (beneficiários com maior escolaridade). Mas no entanto, de acordo com Fernandes *et al* (2012) foi possível constatar-se que tem existido um número crescente de pedido do RSI pelos indivíduos com formação média e superior. Estes detêm experiência profissional reconhecida e encontram-se em situação de desemprego e de sobreendividamento e também de ausência de recursos económicos para satisfazer as suas necessidades básicas.

3. Caracterização geral dos beneficiários do RSI do concelho da Covilhã



Figura 1- Concelho da Covilhã

3.1 Breve contextualização do Concelho da Covilhã

O Concelho da Covilhã insere-se na Região Centro de Portugal no distrito de Castelo Branco. De acordo com os Censos de 2011, a população residente era de 51.797 indivíduos. O concelho é constituído por 31 freguesias que estão representadas na figura 1.

RSI: entre novos e tradicionais perfis de beneficiários

Tabela 4- Nível de escolaridade por sexo e faixa etária dos beneficiários do concelho da Covilhã no ano 2014 ⁸

Escolaridade	0-5		6-18		19-24		25-34		34-44		45-54		55-64		»65		Total
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	
Sem esc.	76	58	1	4	1		1	5	4	6	7	8	4	9		3	187
1º, 2º, 3º	5		47	38		8	3	6	8	4	7	5	9	1			141
4º			16	27	9	7	8	11	26	29	51	27	46	33	3	1	294
5º			12	12	3	1	1		4		3		2				38
6º			17	13	7	7	18	14	26	20	25	13	14	6	1	1	182
7º			8	9		2	1	1	2		3	1					27
8º			7	7		1	2	1	1	3	1	2	1	1			27
9º			18	10	12	10	19	31	20	26	28	24	14	12	1		225
10º			6	7		2	2	1	1			1					20
11º			3	5	3	4		1		1	1						18
12º			4	6	15	37	12	37	19	23	11	14	8	6	1		193
Ensino Superior					1	6	11	10	5	3	1	2					39
TOTAL	81	58	139	138	51	85	78	118	116	115	138	97	98	68	6	5	1391

Em seguida será abordado os dados referentes à escolaridade, sexo e faixa etária dos beneficiários de RSI do concelho da Covilhã no ano de 2014. Estes dados vão ser comparados com os dados referentes ao ano de 2013. Relativamente ao ano de 2013, constatou-se, segundo a PORDATA, que eram 1748 beneficiários que recebiam o RSI na Covilhã. No entanto já no ano de 2014, de acordo com o Serviço Local da Covilhã, o número de beneficiários é de 1391, o que significa que o número de beneficiários diminuiu significativamente. Com base na tabela 4, no ano de 2014, os beneficiários do sexo masculino no total eram 707, enquanto o sexo feminino contava com 684 beneficiárias, no entanto no ano de 2013, é-nos demonstrado pela PORDATA que existiam na Covilhã 885 beneficiários do sexo masculino e do sexo feminino 863 beneficiárias. Podemos assim verificar que os beneficiários de RSI do concelho da Covilhã são maioritariamente do sexo masculino. Os beneficiários têm maioritariamente o 4º ano de escolaridade (correspondente ao 1º ciclo) e o 9º ano (correspondente ao 3º ciclo) como nos mostra o quadro 3. É de referir que, segundo o Serviço Local da Covilhã, os beneficiários que possuem maior grau de qualificação⁹ estão distribuídos da seguinte forma:

- Com licenciatura: sexo feminino 16, sexo masculino 14 beneficiários;
- Com mestrado: sexo feminino 6, sexo masculino 2 beneficiários;
- Com doutoramento 1 beneficiária do sexo feminino.

Em 2014, segundo o Serviço Local da Covilhã, 708 famílias beneficiárias assinaram o acordo de inserção. No que respeita à faixa etária:

- 4º ano: predominante nos 45-54 e 55-64 anos
- 9º ano: predominante nos 45-54 anos
- 12º ano: predominante nos 19-24 anos
- Ensino superior predominante entre os 25-34 anos.

⁸ Fonte: Centro Distrital da Segurança Social de Castelo Branco- Serviço Local da Covilhã

⁹ Ver anexo 6

Em suma, existem diversas características entre eles, isto é, são perfis heterógenos. Por um lado, temos um perfil caracterizado por beneficiários “mais velhos” em termos de faixa etária, e a maioria tem o 1º e 3º ciclo de escolaridade e é do sexo masculino. Por outro lado, podemos verificar que os beneficiários são compostos também por indivíduos muito jovens que têm o ensino secundário e o ensino superior. Ao invés do outro perfil, este é maioritariamente do sexo feminino.

3.2 Alteração das práticas de consumo, expectativas dos beneficiários face ao futuro e a procura ativa de emprego

A partir do momento que os indivíduos são beneficiários do RSI conseguem encontrar o apoio na família, amigos e vizinhos face às necessidades do dia-a-dia. Por outro lado, as necessidades dos beneficiários ficam em muitos casos por resolver. Ainda assim, a família é o recurso que muitas vezes consegue satisfazer as suas necessidades. Segundo Matos e Costa (2012) os indivíduos com baixas habilitações e com uma longa permanência no RSI são os beneficiários que habitualmente têm uma atitude mais passiva face aos obstáculos. Dando conta destas dificuldades, estes contam com a ajuda das chamadas redes de proximidade, que são os amigos e os vizinhos. Por outro lado temos os beneficiários mais jovens que possuem mais qualificações e estão há pouco tempo no RSI que se socorrem da família para superar momentos de crise. De acordo com Fernandes *et al* (2012) os novos beneficiários do RSI tendem a esconder a sua condição.

Estes beneficiários viram uma alteração nas práticas de consumo que *“acarreta mudanças nos estilos de vida, como sejam o fim do gozo de férias, as saídas e jantares ao fim de semana, ou até mesmo as idas ao cabeleireiro”*. (Fernandes *et al*,2012:8) Posto isto, assistimos ao enfraquecimento dos laços sociais levando ao isolamento social, perda de autoestima e um sentimento de inutilidade. Perante isto, que alterações o RSI trouxe nas práticas de consumo de vida quotidiana e nos laços sociais do novo e tradicional perfil de beneficiários do concelho da Covilhã?

Quanto às expectativas face ao futuro, os beneficiários têm o desejo de encontrar um emprego para deixar de receber o RSI. Mas quanto mais tempo perdura a situação destes no RSI, mais difícil é para os beneficiários acreditar que irão conseguir estar dependentes desta medida. Também Poupinha (2009) no seu estudo verificou que os novos pobres possuem elevadas expectativas face ao futuro, o que aliado ao maior capital social que possuem possibilita-lhes uma maior capacidade de autonomia relativamente ao RSI. É de referir que as habilitações têm uma certa influência no modo de perspectivar o futuro: *“não surpreende que sejam os agregados familiares com mais recursos (escolares e financeiros) que perspectivem mais frequentemente a autonomização da medida a curto ou médio prazo e que acreditam que no futuro a sua vida vai melhorar.”* (Matos e Costa,2012:128) Por outro lado verifica-se que é

nos agregados com menores recursos que se percebe a impossibilidade de uma vida melhor, isto é, consideram que a sua vida vai piorar no futuro.

De acordo com o *Inquérito aos beneficiários do RSI, 2011*¹⁰ verificou-se no que respeita à iniciativa de procura de trabalho, que são os beneficiários mais jovens e com maior nível de escolaridade que tem maiores possibilidades e frequência da procura de trabalho. Tendo em conta o que foi dito, será que o novo perfil de beneficiários do concelho da Covilhã tem maior frequência na procura ativa de trabalho do que o perfil tradicional e que recursos utilizam para essa procura?

Fernandes *et al* (2012) diz que por parte dos beneficiários com qualificação média/ superior, existe uma descrença no que respeita à integração no mercado de trabalho através do RSI. Estes acreditam sim que encontrarão um novo emprego pelos seus próprios meios através das suas redes de conhecimentos e da procura ativa de emprego em lugares que os possam empregar. No entanto Poupinha (2009) verificou no seu estudo que os técnicos afirmam que os beneficiários que recorrem ao RSI recentemente (novos pobres) querem sair desta situação o mais rápido possível pelo facto de estarem mais motivados para inserção profissional.

3.3 A perceção dos beneficiários face ao RSI

No que diz respeito à perceção que os beneficiários têm em relação ao RSI, Diogo (2004) revela-nos que os beneficiários veem o RSI como uma ajuda devido à ausência dos recursos económicos. *“O que comer amanhã é uma questão que se coloca com frequência a este tipo de pessoas e a prestação é a resposta para esses problemas.”* (Diogo,2004:6) No entanto os novos pobres desta prestação veem esta medida, segundo Fernandes *et al* (2012) como um apoio temporário e não como um meio para a inserção laboral ou de formação. Segundo Poupinha (2009) os beneficiários continuam a privilegiar a vertente económica esquecendo a vertente da inserção: *“(...) o facto de muitos beneficiários continuarem a privilegiar a vertente da prestação, em detrimento da inserção, com desinteresse e falta de motivação para aderir nomeadamente às acções que visem promover a inserção no mercado de trabalho.”* (Poupinha, 2009: 145) Segundo Poupinha (2009) os beneficiários de RSI ainda não “incorporaram” que a medida tem tanto benefícios como obrigações, isto acontece maioritariamente no grupo de beneficiários que estão já algum tempo no RSI. No estudo de Matos e Costa (2012) e Dias (2010) os beneficiários tiveram conhecimento do RSI através de familiares, vizinhos, amigos ou conhecidos e dos *media*.

¹⁰ Relatório Final - Impactos dos Acordos de inserção no Desempenho do RSI (entre 2006-2009) da autoria de Madalena Matos e Sónia Costa

Em suma, neste capítulo constatamos que o RSI apesar de ser uma política social ativa também tem as suas fragilidades, o que pode comprometer a sua função perante os beneficiários. Por outro lado, no que respeita às características dos beneficiários no geral (tendo em conta a tabela 3 e 4), verifica-se a persistência da escolaridade relativamente baixa e a emergência de beneficiários com uma escolarização superior. Note-se que desde 2009 até sensivelmente 2013 os dados da PORDATA indicam-nos um número reduzido de beneficiários desta política. Também no concelho da Covilhã deparamos com um reduzido número de beneficiários. De modo a verificar as problemáticas apresentadas ao longo do enquadramento teórico, o próximo capítulo apresenta-nos quais as metodologias e as técnicas que vão ser submetidas nesta investigação.

Capítulo IV- Metodologia

Após a conclusão do enquadramento teórico, o capítulo que segue é dedicado à metodologia, será abordada qual a estratégia metodológica, os métodos, técnicas e a definição da amostra desta investigação.

1.Estratégia metodológica

Nesta investigação a metodologia de estudo é a qualitativa, pelo facto de ser a mais adequada para se analisar as trajetórias de vida e percepções dos dois perfis de beneficiários e das técnicas do RSI. Através da metodologia qualitativa será possível obter quais foram os impactos do RSI na vida dos beneficiários tradicionais e nos novos. E também conhecer as percepções que as técnicas têm em relação à aplicação do RSI e sobre os dois perfis, o qual seria impossível de identificar no uso de metodologias quantitativas. Por isso o método intensivo é pertinente nesta investigação porque *“ fornece uma compreensão profunda de certos fenómenos sociais apoiados no pressuposto da maior relevância do aspeto subjectivo da ação social”* (Haguette,1995:63)

Como refere Flick (2005) a investigação qualitativa é fundamental para o estudo das relações sociais, pelo facto de existir uma diversidade dos universos de vida caracterizada pela acelerada mudança social que nos traz novos contextos sociais e perspectivas, como é o caso destes novos perfis de beneficiários. Refere-nos Fraenkel e Wallen (in Dilshad e Latif,2013) que a pesquisa qualitativa é feita para investigar a qualidade das relações, actividades e situações. Para Flick as orientações metodológicas qualitativas passam pela apropriada seleção dos métodos e das teorias a utilizar, ou seja, *“o reconhecimento e análise de diferentes perspectivas, a reflexão do investigador sobre a investigação, como parte do processo de produção do saber e a variedade dos métodos e perspectivas”* (2005:4).

De acordo com Quivy e Campenhoudt (2003) a metodologia selecionada pelo investigador é decisiva num trabalho de investigação. Isto porque a metodologia vai proporcionar ao investigador a recolha, dar significado, compreender e explicar os dados. Os métodos escolhidos dependem dos objetivos da investigação e das características do campo de análise. Deslauriers (in Guerra, 2006) considera que os métodos qualitativos constituem uma diversidade de técnicas interpretativas que têm o objetivo de descrever, descodificar, traduzir os fenómenos sociais que se produzem naturalmente. *“ Estas técnicas dão mais atenção ao significado destes fenómenos do que à sua frequência.”* (cit in Guerra,2006: 11) Lalande (1998) refere que esta metodologia recolhe diferentes narrativas, dos diversos actores que experienciaram acontecimentos similares.

Tratando-se neste caso de uma análise indutiva, não é intenção extrapolar para uma realidade mais vasta, pois estamos a tratar de um caso particular que são os beneficiários do RSI do concelho da Covilhã. Guerra (2006) refere que é necessário passar em revista a

literatura mais importante sobre o assunto a ser estudado, em simultâneo com o conhecimento do meio, faz-se uma primeira descrição do sistema de acção, efetuando-se contactos exploratórios. À partida o objecto não está formado porque se constrói progressivamente em contacto com o terreno a partir da recolha de dados e a análise. “(...) *delimitada uma primeira definição do objecto geralmente com base em informação empírica indutivamente analisada, num segundo momento há, simultaneamente, um aprofundamento dessa realidade empírica através da recolha sistemática de informação (sobretudo análise de documentos e dados estatísticos já existentes e entrevistas a informadores privilegiados) e uma aproximação à problemática teórica através da leitura da bibliografia mais pertinente para o objecto delimitado.* (Guerra,2006:37)

Na pesquisa qualitativa, segundo Guerra (2006) a redefinição do objeto e a construção conceptual do modelo de análise dão-se em simultâneo. Não tendo lugar para hipóteses de pesquisa, as leituras e a sua arrumação no modelo conceptual analítico adaptam-se a um quadro de problemáticas através das quais se pretende questionar a realidade. De acordo com a autora não há lugar para a “*elaboração de “hipóteses de pesquisa”, no sentido tradicional do conceito, as quais se baseiam na relação linear entre variáveis, concebendo-se regularidades que se espera encontrar.*” (Guerra,2006:39) Visto que as “hipóteses de pesquisa” são mais pertinentes para a método hipotético-dedutivo, a metodologia indutiva privilegia uma análise de processos e de dinâmicas, com intenção de interpretar o sentido das dinâmicas sociais e a descrição da realidade. As metodologias compreensivas recorrem à indução para apoiar o processo de análise e a relação entre teoria e empiria. “*A intenção dos investigadores não é comprovar hipóteses definidas à priori e estanques, mas antes identificar as lógicas e racionalidades dos actores confrontando-as com o seu modelo de referência. A consequência imediata é que o trabalho de construção do objecto, da análise e das hipóteses é contínuo desde o início até ao final da pesquisa.* (Guerra,2006:22)

1.1 Técnica utilizada

De acordo com Almeida e Pinto (1995) as técnicas de pesquisa, são os procedimentos usados para recolher os dados e tratar a informação, com o objetivo de produzir resultados. No que respeita à técnica de coleta de dados desta investigação, optou-se pela entrevista semi diretiva. Esta opção deve-se ao facto de esta técnica, de acordo com Guerra (2006), ser a mais adequada para obter informações mais detalhadas e maior flexibilidade e oportunidade para avaliar as atitudes e condutas dos beneficiários sobre o RSI. É essencialmente pelo facto de ser uma metodologia onde existe um contato mais direto entre o investigador e o entrevistado. Perante isto é pertinente usar as entrevistas semi-estruturadas nesta investigação para conseguir analisar de forma mais detalhada, tendo em consideração a escolaridade dos beneficiários, os factores que levaram estes indivíduos a requerem o RSI e que conhecimentos têm sobre o RSI. Através da entrevista vou obter as percepções que os dois perfis têm em relação ao seu futuro no mercado de trabalho, e que

alterações trouxe o RSI nas suas vidas, pretendendo-se saber como se percebem os beneficiários. Mais uma vez a entrevista é a técnica mais apropriada para conhecer essas informações detalhadas. No entanto, interessa também analisar e comparar as percepções das técnicas que os acompanham. Ao utilizar esta técnica recolhe-se os dados subjetivos vindos dos beneficiários e técnicas.

Para Marconi e Lakatos (2003) a entrevista é um encontro entre duas pessoas, com o objetivo que uma delas obtenha informações de um dado assunto. *“É um procedimento utilizado na investigação social, para a coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social.”* (Marconi e Lakatos, 2003:195) Na entrevista, *“(...) o entrevistado é levado a rever-se em diferentes contextos e a situar as diferentes personagens que neles de alguma forma interagem. Contar-se é também olhar-se e identificar momentos marcantes de transição e mudança.”* (Lalanda, 1998:875)

De acordo com Quivy e Campenhoudt (2008), a entrevista semi-diretiva consiste essencialmente num número de perguntas-guias que são abertas com o propósito de receber informação por parte do entrevistado. Já que possui perguntas abertas, vai ajudar os beneficiários e técnicos a falar mais abertamente sobre o tema. Deste modo são obtidos dados que possibilitem a profundidade do conteúdo recolhido. Quivy e Campenhoudt (2008) referem que as perguntas propostas podem não ser colocadas pela mesma ordem que o entrevistador tem no guião. O investigador deve reencaminhar a entrevista para os objetivos a partir do momento que o entrevistado se afastar destes. No entanto é sabido que a entrevista terá a sua condução com base nos objetivos definidos da investigação. Quando ouvimos um relato do entrevistado, ouvimos a realidade *“segundo um traçado que lhe é proposto e em relação ao qual o entrevistado se cola ou se desvia.”* (Lalanda, 1998:874) Com isto o investigador tem a função de explicar e decodificar os discursos e interpretá-los. Lessard- Herbert (in Guerra, 2006) refere que a validade de uma investigação e o respeito por princípios de ordem ética, passa por informar de forma correta os indivíduos dos objetivos da investigação e nomeadamente proteger as fontes. *“Há, no entanto, nestas como noutras posturas de pesquisa, que assegurar princípios de estabelecimento de uma relação de confiança, como a clareza de ideias para poder transmitir os objetivos do trabalho, a neutralidade face aos juízos de valor (...)”* (Guerra, 2006:52) Segundo Lalanda (1998) o sociólogo durante a entrevista com o entrevistado deverá transformar esta numa relação de confiança, não se trata de obter intimidade com o indivíduo em estudo. Pretende-se deixar o entrevistado sentir-se à vontade e que seja ele que tenha um papel principal durante a entrevista. No que respeita à construção do guião, Guerra (2006) afirma que o ponto mais importante é a clarificação dos objetivos e dimensões de análise que a entrevista comporta. Guerra (2006) aconselha que o guião deva ser construído com base nos objetivos que decorrem da problematização. Na presente investigação haverá dois guiões: um para os beneficiários do RSI e outro para as técnicas (anexo 3 e 4). Os guiões serão elaborados com base no quadro das problemáticas (anexo 5). O guião que diz respeito aos beneficiários inicialmente pretende conhecer a trajetória de vida à requisição do RSI, em seguida pretende

saber o conhecimento sobre o RSI e o Programa de Inserção por parte dos beneficiários. Através deste guião também será conhecida a relação entre o técnico e o beneficiário, as alterações na vida do beneficiário e a sua perceção quanto ao futuro. Quanto ao guião das técnicas este inicialmente pretende conhecer e compreender as relações entre as técnicas e os beneficiários e seguidamente o guião centra-se no processo de intervenção.

Segundo Quivy e Campenhoudt (2008) uma das vantagens da entrevista é nomeadamente a profundidade dos elementos que estão a ser analisados e a flexibilidade que permite recolher as informações dos entrevistados e as interpretações dos interlocutores. Assim desta forma conseguirei observar a forma como os beneficiários e os técnicos abordam determinados assuntos e as suas reações. De acordo com Quaresma (2005) este tipo de entrevista é óptima para indivíduos que não saibam ler ou escrever, no caso da minha investigação, poderia cruzar-me com beneficiários que analfabetos (o que acabaria por acontecer), o que significa que a aplicação da entrevista é boa para este caso. Enquanto que a teoria assegura a validade da problematização, as entrevistas ajudam a um contato com a realidade experienciada pelos os atores sociais.

1.2. O Tratamento das entrevistas

Após realizadas as entrevistas será feita a sua transcrição, recorrendo às audições do material já gravado. Seguida das transcrições, será realizada a construção de sinopses de entrevista (anexo 7, 8 e 9). Tal como nos diz Guerra (2006): *“As sinopses são sínteses dos discursos que contêm a mensagem essencial da entrevista e são fiéis, inclusive na linguagem, ao que disseram os entrevistados.”* (Guerra, 2006:73) Através das sinopses haverá uma triagem da informação que se confrontou com o quadro conceptual. Assim a análise dos dados obtidos será feita tendo em conta a grelha das problemáticas e dimensões. (anexo 5)

1.3 Definição da amostra

O tipo de amostragem utilizado neste estudo será a amostragem não probabilística intencional. De acordo com Marconi e Lakatos (2002) o investigador tem interesse na opinião e ação de certos indivíduos da população mas no entanto estes não são representativos dela. *“O pesquisador seleciona os elementos a que tem acesso, admitindo que estes possam, de alguma forma, representar o universo. Aplica-se este tipo de amostragem em estudos exploratórios ou qualitativos.”* (Gil, 2008:94) É de referir que esta amostra foi escolhida em função da característica específica que se pretendia estudar: indivíduos com baixa escolaridade e escolaridade superior.

De modo a ser possível a realização das entrevistas aos beneficiários e às técnicas do Serviço Local da Covilhã, foi inicialmente pedido autorização ao Diretor do Centro Distrital da Segurança Social de Castelo Branco, que prontamente aceitou. Seguidamente foi pedida a

autorização para a realização das entrevistas com os beneficiários e as técnicas que foi solicitada à técnica chefe do Serviço Local da Covilhã. (anexo 1 e 2) A todos os entrevistados foi explicado em que consistia a investigação e quais os objetivos pretendidos. Foram informados que todas as suas declarações eram confidenciais e anónimas.

A amostra desta investigação incidirá em 15 beneficiários do concelho da Covilhã, com o intuito de verificar quais os motivos do benefício do RSI entre o novo e tradicional perfil, dividindo-os:

- 8 Beneficiários com escolaridade baixa
- 7 Beneficiários com escolaridade superior

No entanto também incidirá na amostra 4 técnicos do RSI da Segurança Social da Covilhã, de modo a verificar as suas percepções sobre o modo como é aplicado o RSI nos beneficiários e a relação dos técnicos com os beneficiários. O local onde serão realizadas as entrevistas, irá ser numa sala concedida pela Segurança Social da Covilhã entre o mês de Maio e Junho.

Parte II- Análise dos dados

1. Problemáticas da investigação

Antes de iniciarmos a análise dos dados recolhidos, serão revistas as problemáticas e as dimensões que nortearam a investigação. De acordo com o quadro de problemáticas (ver anexo 5) nesta investigação estão estabelecidas 10 problemáticas. Sendo a primeira problemática a **caraterização sociodemográfica dos beneficiários** que tem como dimensões a idade, a escolaridade, estado civil, sexo e composição do agregado familiar. Como segunda problemática temos a **trajetórias de vida dos beneficiários**. No âmbito desta problemática surgem 4 dimensões. A primeira recai no percurso escolar, com o qual se pretende caracterizar o percurso de cada beneficiário, assim como as oportunidades tiveram (ou não) ao longo deste percurso. A segunda dimensão incide no percurso profissional, pretendendo-se conhecer qual as profissões desempenhadas pelos beneficiários antes de requererem o RSI. A terceira dimensão é conhecer o percurso pessoal e social dos beneficiários - que tipo de vida tinham os beneficiários antes do RSI, isto é, se tinham uma vida considerada estável ou se já se encontravam em situações precárias. A quarta e última dimensão desta problemática é conhecer as razões que levaram a requerer o RSI. A terceira problemática é a **avaliação do estatuto** que tem como dimensão perceção de si mesmo, através da qual procuramos avaliar como se veem estes indivíduos enquanto beneficiários do RSI, e desta forma comparar as perceções dos dois perfis. Como quarta problemática temos o **conhecimento sobre o RSI e o Programa de Inserção** que se reporta a 5 dimensões. A primeira incide nas perceções sobre o RSI, pretende-se aqui entender de que modo veem os beneficiários esta medida. A segunda dimensão é os fatores que contribuem para a informação sobre o RSI, onde vamos verificar como os beneficiários tiveram conhecimento do RSI, se foi através dos meios de comunicação, por alguém próximo ou mesmo pela própria Segurança Social, etc. A terceira dimensão foca-se no Conhecimento/ desconhecimento sobre o programa de inserção, aqui pretende-se averiguar qual o conhecimento que os beneficiários têm sobre o programa. A quarta dimensão centra-se na sugestão de melhorias no RSI, verificamos a partir daqui que melhorias poderiam ser feitas ao RSI segundo ponto de vista dos beneficiários. A quinta problemática incide na **relação entre técnico e beneficiário que surge com três dimensões** - o tipo de relação entre técnicos e beneficiários, com a qual se procura apurar por parte das técnicas que tipo de relação estas têm com os beneficiários que acompanham. E por parte dos beneficiários pretende-se também saber como eles percecionam a relação que têm com a técnica em questões como a disponibilidade ou a avaliação do acompanhamento. Como segunda dimensão temos as mudanças nas relações entre técnico e beneficiário, aqui pretende-se conhecer através dos técnicos que tipo de mudanças houve nas suas relações com os beneficiários ao longo destes anos. Quanta à terceira dimensão temos o nível de proximidade entre técnico e beneficiário, que pretende analisar importância avaliação que os técnicos

fazem da relação com os beneficiários. A sexta problemática dirige-se ao **processo de intervenção** que é composta por 5 dimensões. Sendo a primeira dimensão a avaliação da transformação de perfil de beneficiários, pretende-se saber como evoluíram os perfis dos beneficiários de RSI nos últimos anos e conhecer quais as diferenças entre o perfil tradicional e o novo perfil. A segunda dimensão refere-se à perceção dos técnicos quanto à implementação do RSI (tendo em conta os diversos perfis) pretende-se aqui verificar se na perceção das técnicas o RSI está a ter sucesso no combate à pobreza e à exclusão social. A terceira dimensão adequação do RSI/programa de inserção às características dos beneficiários (nos cuidados de saúde, nas formações profissionais e inserção dos filhos no sistema educativo, prestação) pretende-se aqui verificar se o RSI tem ajudado os beneficiários nestas vertentes de inserção. A quarta dimensão incide na avaliação dos técnicos sobre a postura dos beneficiários (a reação face ao programa de inserção), pretende-se analisar como os técnicos veem a postura dos beneficiários perante o programa de inserção, se têm ou não noção do que consiste o programa de inserção. A quarta dimensão centra-se na avaliação dos técnicos sobre a compreensão que os beneficiários têm do RSI, pretende-se aqui verificar qual é a perceção que os técnicos tem dos beneficiários quanto ao conhecimento que estes tem do RSI. A sétima problemática diz respeito **aos laços sociais** que tem a dimensão relação com os familiares, amigos e comunidade (quem ajuda e em que situações) pretende-se nesta dimensão conhecer como é a relação dos beneficiários com a família, amigos e a comunidade a partir do momento que é beneficiário de RSI e quais os suportes informais a que podem recorrer. A oitava problemática diz respeito às **alterações nas práticas de consumo** que é composta por 2 dimensões. A primeira dimensão é mudanças de estilo de vida (a nível económico, de lazer e de consumo), a partir do momento que tem o RSI. A segunda dimensão consiste na perceção dos técnicos sobre as mudanças de vida dos beneficiários. Pretende-se analisar o modo como as técnicas percecionam as mudanças que possam existir na vida dos beneficiários. A nona problemática foca-se na **perceção do futuro** que tem como dimensão perceção e aspirações face ao futuro. Pretende-se conhecer a perceção que os beneficiários tem do seu futuro quando cessar o RSI. A décima e última problemática está relacionada com a **procura de emprego** que é composta por 6 dimensões. Sendo a primeira dimensão a procura ativa ou inativa, a partir daqui vamos conhecer se os beneficiários têm uma procura ativa e os que não tem essa procura ativa, pretende-se saber a razão por estar inativo. A segunda dimensão incide nos recursos utilizados para procurar trabalho. A terceira dimensão centra-se nas avaliações das técnicas sobre a procura de emprego por parte dos beneficiários, tendo em conta os diferentes perfis e o seu potencial impacto na procura mais ou menos ativa de emprego. A quarta dimensão é dirigida ao apoio dos técnicos na procura de emprego, pretende-se aqui conhecer se as técnicas ajudam de alguma forma os beneficiários na procura de emprego e de que modo o fazem. A quinta dimensão centra-se nas mudanças na procura de trabalho enquanto beneficiário, pretende-se aqui conhecer se houve alguma mudança na procura de trabalho enquanto beneficiários. A sexta dimensão incide na ajuda do RSI na

procura de trabalho pretende-se averiguar se os beneficiários tiveram alguma proposta de emprego enquanto beneficiários de RSI.

2.Caraterização e Trajetórias de vida dos Beneficiários Tradicionais (BT)

2.1 Caraterização e trajetórias de vida do BT1

Este beneficiário tradicional é do sexo masculino e tem 58 anos. Não possui qualquer habilitação. O seu estado civil é divorciado e de momento vive sozinho. O percurso de vida deste beneficiário é marcado por várias dificuldades - fugiu de casa aos 15 anos porque sofria de maus tratos por parte do pai e vivia num contexto de pobreza. Toda a sua vida trabalhou, iniciando o seu percurso profissional como pastor. Aos 16 anos decidiu abandonar aquela vida pela escassez de rendimentos que lhe proporcionava. Mais tarde começou a trabalhar na construção civil algum tempo. Em seguida esteve a trabalhar como operador de máquinas, colocava tapete de alcatrão nas estradas. A seguir a este trabalho voltou a trabalhar nas obras e ao fim de 4 anos saiu e a partir daí andou sempre a “saltitar” de trabalho para trabalho. Este beneficiário requereu ao RSI por ter terminado o subsídio de desemprego e o subsídio social e por não ter qualquer outro rendimento.

2.2 Caraterização e trajetórias de vida do BT2

Este beneficiário é do sexo feminino, tem 23 anos e pertence à etnia cigana. Possui o 4º ano de escolaridade, e considera que o seu percurso foi estável mas admite que ficou apenas com o 4º ano pelo fato de não querer estudar mais. O seu estado civil é de solteira apesar de viver com um companheiro do qual tem uma filha e um filho. Esta beneficiária vivia num de contexto de pobreza e por isso foi com o companheiro para Espanha arranjar trabalho. Ambos trabalharam na agricultura, mas acabariam despedidos. O motivo que levou a beneficiária a requerer o RSI foi devido a ela e ao companheiro ficarem sem trabalho e por ter duas crianças para sustentar.

2.3 Caraterização e trajetórias de vida do BT3

O terceiro beneficiário tradicional é do sexo feminino e tem 30 anos e pertence à etnia cigana. Não possui habilitações e está junta com o pai dos seus 3 filhos. Esta beneficiária e a sua família sempre viveu na pobreza. Afirma também que nunca trabalhou. A beneficiária diz que recorreu ao RSI por causa da necessidade, afirmando que o rendimento é preciso por causa dos filhos.

2.4 Caraterização e trajetórias de vida do BT4

Este beneficiário é do sexo masculino e tem 59 anos. Possui o 4º ano, classifica o seu percurso escolar como um “bocado desorientado”, muito marcado pelas faltas às aulas. Admite que em casa e na escola levava chamadas de atenção por causa do seu comportamento. Falhou dois anos na escola, o 3º e o 4º ano de escolaridade respetivamente. Este beneficiário é solteiro e vive sozinho. Este beneficiário tinha uma vida considera estável e com o que recebia dava para as suas coisas. O seu percurso profissional começa na fábrica onde hoje está situada a Universidade da Beira Interior (UBI), como operário. Depois de fechar a fábrica foi trabalhar para as obras a arranjar estradas e também foi despedido, e como ficou sem dinheiro para a renda da casa foi fazer o pedido para o RSI.

2.5 Caraterização e trajetórias de vida do BT5

A quinta beneficiária é do sexo feminino e tem 53 anos. É solteira e vive sozinha. Possui o 6º ano. Esta beneficiária ao longo do seu percurso escolar nunca demonstrou muito interesse em estudar, a maior parte do seu percurso escolar foi feito em Angola. Em Angola fez do 4º ano até ao 7º ano mas está incompleto. Teve que interromper os estudos na Escola Campos Melo para ajudar os pais que tinham um restaurante e depois tentou estudar à noite mas não conseguiu. A beneficiária teve uma vida complicada chegando mesmo a passar fome. O seu percurso profissional passa pela hotelaria, limpezas e apanha de fruta. Admite que sempre trabalhou mas que variava de trabalho. Durante três anos trabalhou numa fábrica em Castelo Branco mas também acabou por ser despedida. Os motivos que levaram a requerer o RSI foi por passar fome e para não ficar na rua.

2.6 Caraterização e trajetórias de vida do BT6

Este beneficiário é do sexo masculino e tem 58 anos. Está junto com uma companheira. O seu agregado familiar é composto por ele, pela companheira, pela filha da companheira e pelo filho dele. Este beneficiário possui o 3º ano e afirma que o seu percurso escolar foi de insucesso no que respeita à aprendizagem e em seguida começou a trabalhar. Trabalhou toda a vida como ajudante de camião de fruta e foi despedido há 4 anos. Admite que foi muito cedo trabalhar porque tinha que ajudar a mãe. O que levou a este beneficiário a requerer o RSI foi ter sido despedido e não ter qualquer outro tipo de rendimento.

2.7 Caraterização e trajetória de vida do BT7

Este beneficiário é do sexo masculino e tem 65 anos. É divorciado e vive sozinho. Possui o 4º ano. O seu percurso escolar foi iniciado em 1957 e ficou marcado por algumas reprovações. Os seus pais queriam que ele continuasse a estudar mas ele não quis (do que hoje se arrepende).

Este beneficiário afirma que teve uma vida considerada estável em que conseguia fazer todas as suas despesas. Toda a vida foi comerciante mas depois com a concorrência dos hipermercados teve que fechar o estabelecimento em 2013. Depois de fechar o estabelecimento ainda teve algum dinheiro mas obviamente que este escasseou, provocando insatisfação na concretização das necessidades básicas. Foi esta situação que o motivou a requerer o RSI.

2.8 Caracterização e trajetória de vida do BT8

O oitavo beneficiário é do sexo masculino e tem 53 anos. É divorciado e vive sozinho. Possui o 2º ano mas admite que foi mal feito. O beneficiário admite que não o deixaram estudar porque tinha que trabalhar para sustentar a família. O percurso profissional foi sempre a trabalhar como agricultor, trabalhava numa quinta em Castelo Branco onde cuidava de ovelhas e vacas. Trabalhava em sociedade com um sócio e fazia muitos negócios com o gado. Mas depois despediu-se por ser enganado pelo sócio e por causa de a mulher lhe gastar o dinheiro. Este beneficiário considera que teve uma boa vida porque o negócio dava-lhe lucro e conseguia dar tudo o que os filhos e a ex-mulher queriam. A razão pela qual requereu o RSI foi porque se separou da mulher e por se despedir da quinta onde trabalhava. Ainda ficou com algum dinheiro mas depois este acabou.

3.Caraterização e Trajetória de vida dos Novos Beneficiários (NB)

3.1Caraterização e trajetória de vida do NB1

Este beneficiário é do sexo masculino e tem 41 anos. O seu estado civil é solteiro e vive sozinho. Licenciou-se em 2005 em Engenharia de Produção Têxtil Industrial e depois tirou um mestrado integrado de Bolonha em Engenharia de Gestão. O seu percurso escolar iniciou-se na Escola Primária do Rodrigo, depois foi para o ciclo e em seguida para o liceu, mas o seu percurso no liceu é caracterizado pela insatisfação face à escola e pela reprovação. Em seguida foi para a escola da nº3 (hoje Quinta das Palmeiras) e afirma que foi um bom aluno. Em seguida foi estudar para a Campos Melo onde esteve na área de eletrotecnia mas depois acabou por chumbar no 12º ano e por isso mudou de área. Terminado o 12º ano, ingressou na UBI em 1994 em Físico- Química Ensino e ao fim de dois anos prescreveu o que levou a ir para Lisboa tirar um curso de monitor de informática. Passado um tempo, no ano lectivo de 1997/1998 ingressou novamente na Universidade em Engenharia da Produção Têxtil e Industrial. O beneficiário admite que sempre quis estudar porque tinha a perspetiva de que quem tinha um curso superior conseguiria ter uma vida mais estável. No que respeita ao seu percurso profissional, iniciou-se logo que acabou a licenciatura. Foi para uma empresa na Guarda trabalhar na sua área, mas afirma que foi complicado pelo facto de a empresa estar em fase de falência. Em seguida conseguiu estágios que lhe prometiam um futuro, o que não

aconteceu. Depois andou em trabalhos temporários na área financeira e na área comercial em Viseu. Depois também esteve em Castelo Branco a trabalhar na área comercial. O seu percurso continuou no Fundão em part-time na Cetelem, onde esteve 9 meses e não ficou mais tempo porque não podia fazer estágio. Logo de seguida veio para a Covilhã e começou no Globo do Saber dar explicações de Físico- Química e Matemática, mas não ficou lá porque ganhava pouco. Os motivos que levaram a requerer o RSI foi porque descobriu que tinha problemas de saúde e afirma que já não tem idade para bater à porta das pessoas. E também pelo facto de só conseguir arranjar trabalhos de um mês. Com o RSI consegue ter um rendimento mensal.

3.2 Caraterização e trajetória de vida do NB2

O segundo beneficiário é do sexo masculino e tem 39 anos. É solteiro e vive sozinho. Licenciou-se em Ensino Básico na Guarda. O percurso profissional inicia-se quando vai para França trabalhar para uma fábrica de papel aos 18 anos. Depois trabalhou em hipermercados, cafés, bares e restaurante. Esteve durante 9 anos num hipermercado e licenciou-se sempre a trabalhar para poder pagar os estudos. Teve oportunidade de ir para AECS do Sabugal durante 3 anos e partir daí foi lançado para o desemprego. No que respeita ao seu percurso escolar, o beneficiário afirma que teve alguma dificuldade em acabar matemática no 12º ano, ficando durante 4 anos a fazer a disciplina. Acabou por fazer em noturno a disciplina. De seguida ingressou para a faculdade. Admite que foi um período de ilusões pelo facto de ver os seus colegas avançarem para a faculdade e estarem bem na vida e ele trabalhar num supermercado todos os dias e ganhar menos que eles, fez com que ele tivesse vontade de estudar. Este beneficiário afirma que quando tinha trabalho a sua vida era bastante diferente, porque sabia o que “podia contar ao fim do mês”, tinha um ordenado certo e podia antecipar despesas. Considera que teve uma vida estável e que conseguia pôr dinheiro de parte. O que levou a requerer o RSI foi por terem acabado os subsídios e com o objetivo de garantir um Programa Ocupacional (POC).

3.3 Caraterização e trajetória de vida do NB3

O terceiro beneficiário é do sexo feminino e tem 44 anos. É casada e vive com o marido e com um filho. É licenciada em Gestão de Empresas. O seu percurso escolar começa no Colégio das Freiras e ficou por lá até ao 4º ano. Depois do ciclo foi para a Campos Melo e por fim para a UBI, afirma que concorreu para esta Universidade devido aos pais não terem capacidade financeira para ela concorrer para outra Universidade. Admite que sempre foi uma boa aluna. O seu ingresso na Universidade foi no ano letivo 1989/1990. Fez o curso em 5 anos, acabando-o em 1995. No que respeita ao seu percurso profissional, este começou em 1996 num escritório no Fundão. No ano a seguir foi para uma empresa de ar condicionado e aquecimento central, onde trabalhou na área da contabilidade, recursos humanos e financeira. Esteve nesta empresa durante 10 anos. Em 2006 é confrontada com o fecho da

empresa. Depois em 2007/2008 o marido também foi despedido. Em 2007, com o subsídio de desemprego foi colocada num POC na UBI na secção de contabilidade. Quando estava quase no final do POC, recebeu uma proposta para dar formação a um curso profissional na Covilhã durante três anos. Também deu explicações. A beneficiária admite que antes de ficar desempregada tinha uma vida boa, tanto ela como o marido tinham bons ordenados. Tinham uma boa vivenda e tinham cada um o seu carro. Com o desemprego de ambos, tiveram que vender o ouro e a vivenda que tinham. Perante a situação de desemprego de ambos tiveram que recorrer ao RSI.

3.4 Caraterização e trajetória de vida do NB4

O beneficiário é do sexo masculino e tem 24 anos. O seu estado civil é solteiro e vive sozinho. Possui mestrado em Marketing. No que respeita ao seu percurso escolar, considera que foi normal, ficando a fazer o 12º ano durante três anos e na universidade reprovou um ano. Quanto ao percurso profissional, iniciou-se num estágio curricular no atendimento ao público a recibos verdes. Depois começou a trabalhar por conta própria a fazer trabalhos para pequenas empresas. O beneficiário admite que a sua vida antes do RSI não era muito diferente da que tem agora, pelo facto de continuar a fazer alguns trabalhos para empresas, e por isso não recebe o rendimento completo. Diz que nunca passou por dificuldades porque teve a bolsa de estudo enquanto estudava. Afirmar ainda que quando vivia com os pais nunca lhe faltou nada e por isso admite que tinha uma vida estável. Os motivos que levaram a requerer o RSI foi por não ter rendimento suficiente para pagar as despesas.

3.5 Caraterização e trajetória de vida do NB5

A quinta beneficiária é do sexo feminino e tem 57 anos. É solteira e vive sozinha. É Licenciada em Ensino de Matemática. Considera o seu percurso escolar normal porque nunca reprovou. Esteve em África desde da primária até ao 9º ano na escola Lourenço Marques. Depois veio para a Covilhã e acabou o secundário e ingressou na UBI. O seu percurso profissional foi numa firma de eletrodomésticos e a partir daí nunca mais trabalhou. Em seguida começou a dar explicações mas pouco depois acabou por terminar esta atividade devido a uma depressão que teve. Ficou durante 4 anos desempregada e como não tinha dinheiro ficou sem casa. Actualmente vive numa casa emprestada por familiares. Considera que antes teve uma vida boa e que fazia uma vida normal. Admite que antes tinha rendimentos suficientes para satisfazer as suas despesas e hábitos de vida. O que levou a requerer o RSI foi a ausência de rendimentos.

3.6 Caraterização e trajetória de vida do NB6

A sexta beneficiária é do sexo feminino e tem 36 anos. O seu estado civil é solteira e vive sozinha. Tem licenciatura em Gestão. Todo seu percurso foi feito em Bragança até ao 12º ano e ainda ficou mais um ano a fazer matemática. Em 1998 ingressou para a UBI e acabou o curso em 2005. O seu percurso profissional passou por trabalhar na Associação dos Municípios da Cova da Beira em Belmonte, a sua função era de acompanhar o financiamento de projetos. Foi despedida porque houve redução de pessoal. Fez estágio na área de marketing. Em seguida foi para uma financeira. Trabalhou também em discotecas, gelatarias, e lojas de roupa. Antes de requerer ao RSI tinha uma vida mais desafogada, conseguia fazer férias e ganhava muito mais dinheiro por trabalhar também aos fins-de-semana. Afirma que nunca tinha tido problemas monetários e conseguia pôr dinheiro de parte. Foi por não ter rendimentos nenhuns que decidiu requerer a esta prestação.

3.7 Caraterização e trajetória de vida do NB7

A sétima beneficiária é do sexo feminino e tem 61 anos. Casou-se em Inglaterra e teve um filho deste casamento. Como se casou em Inglaterra não transpôs o casamento para Portugal mas entretanto acabou por se separar e ficou com o seu estado civil em Portugal como solteira. Atualmente vive sozinha. Quanto ao seu percurso escolar afirma que se formou tardiamente. É licenciada em Línguas e Culturas Portuguesas pela UBI, só acabou o 12º ano quando já estava casada e com um filho. Depois ingressou na universidade, tendo passado naquela altura a aptidão à Universidade em pleno ano da revolução. Afirma que naquela altura foi complicado a admissão à universidade. Esteve na escola de Oxford para estudar inglês. Admite que naquela altura andava entusiasmada com os estudos. Começou a trabalhar quando tinha 18 anos na segurança social. Após umas férias no Brasil, no regresso ao trabalho, perdeu o seu posto de trabalho pelo facto de haver uma comissão de trabalhadores a gerir a segurança social após o 25 de Abril. As coisas estavam complicadas nessa altura. Trabalhou sempre na área do secretariado e mais tarde trabalhou numa empresa que fazia exportação e importação. Também trabalhou na câmara municipal na área do cartão do idoso e depois passou para a biblioteca municipal. Logo em seguida teve uma proposta para ir trabalhar para Castelo Branco gerir uma equipa de trabalho mas passado um tempo a empresa foi à falência e ficou desempregada. Em 2001, começou a fazer POCS. Acabado o desemprego fez um projeto no museu dos lanifícios que também teve um fim. Ainda no âmbito dos POCS esteve a trabalhar no centro de saúde. O que motivou esta beneficiária a requerer o RSI foi a falta de rendimentos e como tinha naquela altura o filho a estudar, precisava de algum suporte financeiro.

3.8 Síntese das características e dos percursos dos beneficiários do concelho da Covilhã

Ao estudar os beneficiários do RSI do concelho da Covilhã identificaram-se dois grupos heterogéneos, criando assim dois perfis: os tradicionais e os novos beneficiários. O que difere num perfil e noutro são as suas habilitações literárias tal como as trajetórias de vida. Depois de analisadas as características de cada beneficiário, verifica-se que o perfil dos beneficiários tradicionais é marcado pelas seguintes características:

- São maioritariamente do sexo masculino;
- A maioria tem o ensino básico;
- Existem 2 casos de analfabetismo;
- Nível etário é em média próximo dos 50 anos;
- O estado civil é maioritariamente solteiro e divorciado;
- Composição do agregado familiar é maioritariamente unipessoal.

Para metade destes beneficiários a trajetória de vida foi vivida em contexto de pobreza enquanto para os restantes a vida foi vivida com obstáculos não se identificando casos de pobreza nesses beneficiários. No entanto é de realçar os casos dos beneficiários BT7 e BT8 que possuem algumas características do novo perfil, tais como o estilo de vida que tinham e as mudanças que sofreram na sua vida a partir do momento que passaram a beneficiar do RSI (aspetos que são referidos mais adiante). A maioria das profissões desempenhadas por estes beneficiários está no grupo de profissões menos renumeradas e desqualificadas.

No que diz respeito ao perfil dos novos beneficiários encontramos o seguinte:

- São maioritariamente do sexo feminino;
- Maioritariamente licenciados;
- Nível etário é variado;
- Estado civil é maioritariamente solteiro;
- Composição do agregado familiar é maioritariamente unipessoal.

Na maioria dos novos beneficiários a sua trajetória de vida antes do RSI era uma vida estabilizada onde conseguiam pagar as suas despesas e fazer uma vida mais desafogada. Quanto às profissões desempenhadas por este tipo de perfil podemos encontrar dois grupos de profissões: o de profissões qualificadas e o de profissões menos qualificadas. Isto porque se verifica que alguns dos beneficiários no seu trajeto trabalharam em hipermercados e cafés e trabalhos temporários. Mas, por outro lado, também detetámos beneficiários que passaram por trabalhos na área da contabilidade, financeira e secretariado.

4. Avaliação do Estatuto

4.1 Perceção de si mesmo

Nesta dimensão pretende-se avaliar como se veem estes indivíduos enquanto beneficiários do RSI, e desta forma comparar as perceções dos dois perfis. Recapitulando o que já foi referido no enquadramento teórico, para abordarmos a avaliação do estatuto dos beneficiários, Paugam (2003) apresenta-nos o conceito de desqualificação social para se referir ao descrédito daqueles que não participam plenamente na vida económica e social. É estudar a variedade dos estatutos e os sentimentos subjetivos dos indivíduos que estão nesta situação. A desqualificação social passa por 3 fases: fragilidade, assistência e marginalização. Neste processo os indivíduos vão perdendo a dignidade resultante da sua desclassificação profissional. A primeira fase -a fragilidade - consiste numa desclassificação ou as variadas tentativas sem sucesso de inserção profissional. Paugam (2000) refere que os indivíduos que perderam os laços com o emprego recentemente se distanciam dos serviços sociais pelo facto de terem a perspetiva de que se tivessem ajuda, esta acentuaria a sua desqualificação e indignidade. Após a passagem pela fragilidade, os indivíduos passam para a fase da assistência. Nesta fase os indivíduos aceitam serem dependentes dos serviços da ação social. Verifica-se aqui alterações nas atitudes dos indivíduos. Na fase da dependência/assistência, os indivíduos já “perderam” a vergonha. Os indivíduos assistidos *“aceitam então a ideia de serem dependentes e de manterem relações regulares com os serviços de acção social para obterem uma garantia de rendimento e ajudas diversas...”* (Paugam,2003:17) De acordo com Paugam (2000) o estatuto de assistido embora tenha possibilidades de compensar os insucessos e comportamento diferente dos mais frágeis, continua o estatuto socialmente desvalorizado.

Tabela 5- A Perceção de si mesmo enquanto beneficiário- Novo perfil

Problemática	Dimensão	NB3	NB6	NB7
Avaliação do estatuto	Perceção de si mesmo	«É um bocado constrangedor por um lado [...]há muita gente que pensa que nós não fazemos nada para mudar a situação[...] Eu raramente digo que tenho o RSI porque as pessoas muitas das vezes... oiço comentários... não é bem vergonha, é para não ouvir certos comentários. Para não me arrelhar»	Não estava à espera disto nunca na vida, nem pensar. Sinto vergonha mesmo»	«É negativa, digamos acho que as pessoas, eu falo de mim naturalmente, mas eu acho que não merecia estar nesta situação. [...] É realmente uma situação muito humilhante mais do que triste é humilhante. Humilhante exatamente por isto, eu sei que sou uma parcela de muitos milhares que estão nesta situação, eu sei, provavelmente haverá casos ainda piores do que o meu. Mas chegamos a um ponto que a desilusão é completa.»

Subscrevendo Paugam, a maioria do novo perfil de beneficiários admite um estatuto socialmente desvalorizado enquanto beneficiário desta medida. As respostas por parte dos novos beneficiários em certa parte vão de encontro com a primeira fase da desqualificação- a fragilidade. Tal como nos diz Paugam (1991) estes indivíduos não foram socializados em contextos de pobreza e não esperavam esta situação para sua vida. A única forma de se autorrealizarem é através do emprego. Identificamos nestes beneficiários sentimentos de revolta, angústia, vergonha e humilhação. De alguma forma os novos beneficiários revelam-nos que sofrem *“uma crise identitária, por um sentimento de inferioridade, por uma perda da auto-confiança, por um sentimento profundo de humilhação”*.(Paugam,2000:111) Por sua vez, os novos beneficiários também pertencem ao estatuto de assistido/ dependente de Paugam, devido ao facto de aceitarem a ajuda por parte dos serviços sociais. Mas no entanto não “perderam” a vergonha como menciona Paugam.

É de verificar uma pobreza envergonhada por parte de alguns beneficiários (BN6, BN3 e BN7) no sentido de terem vergonha da condição social em que estão inseridos e não no sentido que Rodrigues (2010) refere. De acordo com o autor esta vergonha da pobreza encontra-se nos indivíduos que estão a viver da dependência de subsídios mas ao mesmo tempo continuam a manter as suas práticas anteriores, de modo a preservar a sua imagem de classe mais abastada. Este tipo de pobreza envergonhada não se encontra nesta investigação.

Tabela 6- A Perceção de si mesmo enquanto beneficiário- Perfil Tradicional

Problemática	Dimensão	BT3	BT4	BT5	BT7	BT8
Avaliação do estatuto	Perceção de si mesmo	«[...] oh somos pobres»	«Vejo-me como as outras pessoas»	«Eu sinto-me bem, é uma boa ajuda. Se não fosse isto eu não estava cá... eu já tentei o suicídio [...]»	«Vejo -me mal, já vi como eu vivo? [...] Eu aborreço-me com a vida está a perceber?»	«Vejo-me como um cidadão como os outros e um bocado limitado»

No entanto, nos beneficiários tradicionais (BT4,BT5 e BT8) estes percecionam-se, na sua maioria, como cidadãos “normais” e que se sentem confortáveis enquanto beneficiários de RSI.

No entanto temos dois casos únicos neste tradicional perfil, o BT3 que perceciona-se como pobre enquanto que no BT7 verificamos aborrecimento e mau estar por estar nesta situação. É de referir que se verifica no BT3 e no NB3 aquilo que Capucha (2005) e Pereirinha (1999) chamam de pobreza subjetiva. Esta pobreza subjetiva caracteriza-se pelas representações preponderantes numa sociedade no que respeita ao que é ser pobre e por outro lado a representação dos indivíduos a respeito da sua situação. *“(...) Está-se assim perante uma*

abordagem subjetiva da pobreza, intencionalmente baseada em opiniões e julgamentos dos próprios pobres ou da sociedade no seu conjunto.” (Pereirinha,1999:193)

Em seguida vamos conhecer qual é o conhecimento dos beneficiários sobre o RSI e o programa de inserção tendo em conta as dimensões delineadas.

5- Conhecimento sobre o RSI e o Programa de Inserção

5.1 Perceções sobre o RSI

Nesta dimensão pretende-se entender de que modo veem os beneficiários esta medida. No que diz respeito à percepção que os beneficiários têm em relação ao RSI, Diogo (2004) revela-nos que os beneficiários veem o RSI como uma ajuda devido à ausência dos recursos económicos. *“O que comer amanhã é uma questão que se coloca com frequência a este tipo de pessoas e a prestação é a resposta para esses problemas.”* (Diogo,2004:6) No entanto os novos pobres desta prestação veem esta medida, segundo Fernandes *et al* (2012) como um apoio temporário e não como um meio para a inserção laboral ou de formação.

Tabela 7- Percepção sobre o RSI- Perfil tradicional

Problemática	Dimensão	BT1	BT3	BT5	BT6
Conhecimento sobre o RSI e o Programa de Inserção	Perceções sobre o RSI	«Eu acho que é uma coisa boa porque faz falta para a sobrevivência da pessoa. Quem não tem onde comer como é que desenrasca?»	«Penso que é bom se não fosse o rendimento onde é que a gente estava? Para os remédios, os garotos precisam de uma medicação»	«É uma boa ajuda em todos aspetos, ajuda na renda, a pagar a luz, água pronto»	«Penso que é boa, dá-me para governar lá em casa mas se a cortarem é que tenho que arranjar emprego por algum lado não é?»

Como se pode ver na tabela 7, os beneficiários tradicionais na sua maioria veem o RSI como uma medida que é boa ajuda para pagar as suas despesas. Podemos reparar que a maioria dos beneficiários ainda olha para esta medida como um recurso financeiro e não pela sua vertente de integração. A maioria das repostas vão de encontro com o que diz Diogo (2004) no seu estudo. O autor diz que os beneficiários veem o RSI como uma ajuda devido à ausência dos recursos económicos.

Tabela 8- Percepção sobre o RSI- Novo perfil

Problemática	Dimensão	NB1	NB2	NB4	NB5	NB7
Conhecimento sobre o RSI e o Programa de Inserção	Percepções sobre o RSI	« [...] acho que é uma boa medida de apoio para quem está em necessidade e com falta de trabalho para ter também apoios sociais. [...] Porque eu vejo isto aqui, não é como veem os outros, isto é para deixar andar, não, [...]. porque as pessoas que aqui veem pedir o RSI são pessoas ou alcoólicas ou pessoas que não querem fazer nada ou não gostam de trabalhar e era isso que via no RSI, porque ouvia nas notícias da televisão »	«Para mim foi uma bóia de salvação para garantir um POC para garantir um trabalho. Eu acho que as prestações que nos dão não servem para nada.[...]	«Penso que é uma boa ajuda para pessoas que não têm mais nada é bom por outro não é um futuro não é?»	«Por um lado para as pessoas que não têm mais nada é bom por outro não é um futuro não é?»	«Bem, penso que é um fundo que o estado social disponibiliza para as pessoas que de fato não tem meios de sobrevivência, não tem rendimentos próprios. O Estado tem que proteger as pessoas que são carenciadas porque no fundo é do que se trata, somos carenciados economicamente e portanto eu penso que será por aí. [...]»

No novo perfil de beneficiários as percepções divergem entre si, isto porque uns veem o RSI como uma boa ajuda e que não é para toda a vida e depois há quem o veja como uma maneira de se inserir profissionalmente (NB2). No entanto há quem o veja como um apoio do Estado para apoiar economicamente os indivíduos carenciados. (NB7) Verificamos nos beneficiários que afirmam que o RSI não é para toda a vida mas é uma boa ajuda (NB1,NB4, NB 5) que a acomodação não tem lugar. Estas perspetivas vão de encontro com o que diz Fernandes *et al* (2012) em que o RSI é visto pelos beneficiários com mais qualificações como um apoio temporário. É de referir que o NB1 nos revela a reprodução de estereótipo quando se refere aos beneficiários tradicionais, dizendo que os outros que estão nesta medida “deixam-se andar” e antes via o RSI como uma coisa para pessoas alcoólicas. Tinha esta percepção devido à “mensagem” que os *media* transmitem.

No entanto só o NB7 vê o RSI como uma ajuda económica para indivíduos carenciados. Verifica-se aqui consciencialização no que consiste do RSI por parte deste beneficiário.

Repare-se que o (NB2) é o único que vê esta medida como uma “ponte” para se inserir profissionalmente enquanto que a maioria do novo perfil não percebe desse modo. A maioria deste novo perfil vai de encontro com o que diz Fernandes *et al* (2012) que os novos pobres não veem a medida como um meio para a inserção laboral ou formação.

5.2 Fatores que contribuíram para a informação sobre o RSI

Pretende-se nesta dimensão verificar como os beneficiários tiveram conhecimento do RSI, isto é, se foi através dos meios de comunicação, por alguém próximo ou mesmo pela própria Segurança Social.

Tabela 9- Fatores que contribuíram para a informação sobre o RSI- Perfil Tradicional

Problemática	Dimensão	BT1	BT2	BT3	BT4	BT5	BT8
Conhecimento sobre o RSI e o Programa de Inserção	Fatores que contribuem para a informação sobre o RSI	«Foi nas conversas com a malta que está a receber e explicaram-me como devia fazer [...] Disseram para vir aqui e pôr o meu caso e pronto... vim cá, falei com alguém e depois assinei os papéis [...]»	«Eu tive conhecimento sobre o RSI por familiares»	«Dirigi-me aqui à Segurança Social e foram eles que me falaram do RSI»	«Pelos os amigos que já cá andavam e disseram “olha fazes isto e aquilo, vais lá falar com a doutora” e pronto cá vim.»	«Foi através da Segurança Social com uma doutora que explicou o que era»	«Foram as minhas sobrinhas que me disseram, eu não sabia de nada, eu nunca liguei a nada disto. Porque eu não precisava disto, eu antes tinha dinheiro que chegasse.»

Tabela 10- Fatores que contribuíram para a informação sobre o RSI- Novo perfil

Problemática	Dimensão	NB1	NB3	NB2	NB6
Conhecimento sobre o RSI e o Programa de Inserção	Fatores que contribuem para a informação sobre o RSI	«[...] Foi através da televisão mas pensava que não era para mim, pensava que era mesmo para pessoas que não tinham nada no banco e chegou a um ponto que eu não aguentei. [...]E vim cá pôr os papéis, um bocado acanhado [...]»	«Oh eu estou sempre a consultar a net e via na televisão depois na altura dirigi-me aqui à assistente social perguntar o que era preciso»	«Tive conhecimento a partir de uma colega minha que é assistente social [...]E ela é que foi - me dizendo que tinha direito a um subsídio social que eu não sabia, e a seguir ao subsídio social poderia pedir o rendimento. Que eu também não sabia. [...]Depois vim informar-me e lá me disseram o que tinha que fazer»	«Foi através de um amigo [...]. Depois a senhora falou-me disto. Eu já sabia mas eu queria evitá-lo. Ela falou-me e pronto.[...]»

Matos e Costa (2012) identificaram como principais meios para o conhecimento sobre o RSI os familiares, vizinhos, amigos ou conhecidos. Verifica-se, como tal, que as relações informais têm um peso significativo na informação obtida. A maioria dos beneficiários entrevistados nesta investigação tomou conhecimento do RSI através dos amigos e da Segurança Social, não reproduzindo as conclusões destes autores. O BT1 e BT4 tomaram conhecimento do RSI através de amigos que também estão na mesma situação. Repare-se que estes beneficiários pertencem a um grupo de amigos que também estão na mesma situação.

Também alguns beneficiários do novo perfil afirmam que foi através de amigos que tiveram conhecimento da medida (NB6). No caso do NB6 verifica-se que este novo beneficiário tenta afastar-se do estatuto de pobre quando nos diz que queria evitar o RSI, identificando -se aqui novamente a fase dos “frágeis” de Paugam. No entanto noutro beneficiário do novo perfil (NB2) identificamos que este não sabia o que era o RSI e muito menos sabia que tinha direito de o usufruir. Foi fundamental neste beneficiário a ajuda da sua colega que era assistente social.

Outro meio que maioritariamente os beneficiários tiveram conhecimento sobre o RSI foi através da Segurança Social, sendo estes do perfil tradicional (BT3 e BT5).

De acordo com Dias (2010) no seu estudo, os beneficiários tomaram conhecimento da medida através de familiares e dos *media*. Os beneficiários (BT2 e BT8) aproximam-se do que Dias (2010) afirmou. No caso do BT8 nota-se o não conhecimento sobre o RSI devido à sua trajetória de vida, pois nunca tinha sido preciso e também porque não se imaginaria nesta situação, tal como os novos beneficiários. No entanto só o NB1 e o NB3 admitem que foi através dos meios de comunicação (televisão e internet) que obtiveram conhecimento do RSI.

5.3 Conhecimento/desconhecimento sobre o programa de inserção

Nesta dimensão pretende-se averiguar qual o conhecimento de ambos perfis de beneficiários sobre o programa de inserção. Pretende-se igualmente verificar se o grau de escolaridade tem alguma influência no maior ou menor conhecimento do programa de inserção.

Ermida (in Dias,2010) refere que o programa de inserção social e profissional é criado com o próprio beneficiário e os elementos que pertencem ao seu agregado familiar. Segundo a Segurança Social (2014) o programa de inserção é constituído com os tipos de ação a desenvolver, as entidades responsáveis para a realização das actividades, os apoios a facultar e as obrigações do beneficiário, e quando se verifique aplicável, aos membros do agregado familiar.

Tabela 11- Conhecimento/ desconhecimento do programa de inserção- Novo perfil

Problemática	Dimensão	NB1	NB2	NB3	NB4
Conhecimento sobre o RSI e o Programa de Inserção	Conhecimento/ desconhecimento sobre o programa de inserção	«É assim tenho uma noção básica, é integrar as pessoas no mercado de trabalho e não ter aqui as pessoas toda a vida. [...] Foi a técnica que me acompanha que me falou do programa»	«Sim conheço, não me leva a lado nenhum, o mal dos POC é que nos utilizam e deitam fora quando acaba porque sabem que há outros para irem. [...] Foi através da técnica que tomei conhecimento. Assim que nos é atribuído o RSI aqui temos logo direito de levar a folha para cima ao centro de emprego e elas tem por obrigação tentar colocar-me em algum lado»	«eu sei que tinha que procurar emprego, portanto a única coisa que me ficou na ideia é que eu tinha que mandar currículos que é aquilo que eu tenho feito sempre, não devo faltar às entrevistas agora o resto não sei o que há mais. Sei que na altura era o facto de termos que procurar trabalho tanto um como o outro se houvesse formações também tínhamos que ir.»	«Sim, temos que ter uma procura ativa de trabalho... tenho uma vaga ideia. [...] Foi a técnica que informou quando assinamos os papéis»

Com base na tabela 11, podemos claramente notar que existe conhecimento sobre o que consiste o programa de inserção por parte do novo perfil de beneficiários. É de salientar que o (NB2) associa o programa de inserção aos programas ocupacionais ao invés dos outros beneficiários. O que este novo beneficiário diz vai de encontro com o que nos diz Poupinha (2009), os indivíduos são integrados em POC'S, habitualmente em tarefas socialmente pouco valorizadas. O que resulta *“(...) num mercado de trabalho secundário, de ocupações meramente temporárias e de empregos desvalorizados, acabando por não levar à efectiva inserção profissional dos trabalhadores “activados”.*” (Poupinha,2009: 161) Por outro lado no (NB3 e NB4) identificamos a consciência de uma procura ativa que esta medida supostamente se centra. Verificamos por parte deste novo perfil uma consciencialização de que o programa de inserção serve para integrar os indivíduos como nos mostra o (NB1) e uma procura ativa de emprego e aceitar frequentar formações (NB3 e NB4). É salientar que estes beneficiários tomaram conhecimento do programa de inserção através da técnica no momento em que assinaram o programa de inserção, tal como nos diz Ermida (in Dias,2010) que o programa é criado com os beneficiários. No estudo de Fernandes *et al* (2012) sobre estes “novos pobres” verificou-se que a maioria dos entrevistados desconhece a amplitude do programa de inserção, principalmente no que respeita às obrigações a cumprir. Nesta investigação podemos constatar que esta situação não acontece no que respeita às obrigações. A maioria dos beneficiários deste novo perfil tem aparentemente consciência das suas obrigações apesar de o conhecimento sobre o programa de inserção ser ainda um pouco vago.

Tabela 12- Conhecimento/ desconhecimento do programa de inserção- Perfil Tradicional

Problemática	Dimensão	BT1	BT2	BT4	BT5	BT7
Conhecimento sobre o RSI e o Programa de Inserção	Conhecimento/ desconhecimento sobre o programa de inserção	«Que é isso? [...] assinei uma coisa do desemprego, uns papéis da junta, fotocópia do bilhete de identidade, não sei mais o que assinei»	«Sim sei, sei que por exemplo que temos que procurar emprego e se encontramos temos que avisá-los, também sei que temos direitos e deveres mas não me lembro do resto [...] Foi a técnica que me disse quando vim cá assinar os papéis.»	«Não sei o que é [...] Assinei documentos e a doutora é que lia [...] não me lembro de falarem desse contrato»	«Não conheço [...] Ah já foi há tempos, já não sei o que assinei.»	«Sim já ouvi falar... Tenho que aceitar tudo o que for proposto pela técnica para ser inserido [...] Foi através da senhora doutora que tive conhecimento disso»

Através da tabela 12, é visível a não consciencialização pela maioria dos beneficiários tradicionais à exceção de dois casos (BT2 e BT7). Estes dois casos foram os únicos entre os entrevistados do perfil tradicional que demonstraram algum conhecimento do programa de inserção e consciencialização dos seus direitos e deveres.

A maioria do perfil tradicional afirma não saber o que é o programa de inserção e não sabe o que assinou com a técnica (BT1e BT5). Por outro lado temos um beneficiário que diz que nunca ouviu falar sobre o programa (BT4). A partir desta análise é de se verificar que os dados que dizem respeito aos beneficiários tradicionais vão de encontro ao que Diogo (2004) identificou no seu estudo. De acordo com Diogo (2014) a maioria dos beneficiários desconhece em que consiste o programa de inserção. Baseando-se nos estudos de avaliação do RMG pelo Instituto para o Desenvolvimento Social é “*demonstrado que 70% dos beneficiários considera que a expressão inserção nunca lhes foi explicada*”. (Castro *et al* cit in Diogo,2004:3). Diogo (2004) chama-nos a atenção que este desconhecimento sobre o programa de inserção pode resultar a não inserção destes beneficiários. O autor admite que o trabalho realizado pelo RSI pode estar em causa pela falha de comunicação. Tendo em conta o que nos diz Ermida (in Dias,2010), como será possível este perfil afirmar que desconhece o programa de inserção. Nesta investigação verificamos que o fator escolaridade é determinante para o conhecimento do programa e interesse da sua consistência. Como será possível verificar-se mais adiante, as perceções das técnicas relativamente à consciencialização dos beneficiários face ao programa de inserção vão de encontro com as respostas dadas pelos beneficiários. As técnicas afirmam que os beneficiários com maiores qualificações têm maior consciência do que consiste o programa de inserção do que os de menores qualificações. Afirmam ainda que os beneficiários de menores qualificações não tem noção do que assinam, o que vai de encontro com o discurso do BT1, BT4 e BT5.

5.4 Sugestão de melhorias no RSI

Na dimensão- sugestão de melhorias no RSI- pretende-se verificar a partir daqui que melhorias poderiam ser feitas ao RSI do ponto de vista dos beneficiários.

Poupinha (2009) no seu estudo verificou que os beneficiários mencionaram o baixo valor da prestação: “ *O baixo valor da prestação foi também referido como um dos fatores que deveria ser revisto principalmente no caso dos isolados, que não possuem qualquer outro rendimento*”(Poupinha,2009:162) Na presente investigação, a maioria dos beneficiários do perfil tradicional (BT1,BT3, BT6 e BT8) mencionam como sugestão de melhoria no RSI: um aumento do valor da prestação. (Tabela 13) O que confirma o que Poupinha (2009) diz. É de reforçar que a maioria destes beneficiários vive sozinho e não tem qualquer outro apoio.

O BT3 apesar de fazer referência ao aumento da prestação é de notar uma falha do programa de inserção, o facto de não colocar este beneficiário e o seu agregado familiar numa habitação social como é previsto no programa de inserção quando é necessário. Sendo a habitação social um requisito essencial para este beneficiário viver em condições, este admite que o RSI deveria ter em conta a sua situação. (Tabela 13)

Tabela 13- Sugestão de melhorias no RSI- Perfil Tradicional

Problemática	Dimensão	BT1	BT3	BT6	BT8
Conhecimento sobre o RSI e o Programa de Inserção	Sugestão de melhorias no RSI	«[...] Que dessem mais um bocadinho pelo menos para as pessoas sobreviverem. Eu descontei toda a vida e o que não descontei foi o que me roubaram. [...] Eu estou a receber honestamente o que descontei. Mas há aí gente sem descontar nada, que é o caso dos ciganos . Sinto injustiça por causa dos ciganos. Nós somos sempre chamados ao “espeto” e eles não. »	«[...] devia ser aumentado um pouco, porque a gente vive em barracas e devíamos viver como os outros, ter condições. Ir para uma habitação social prontos...»	«Se aumentassem mais um pouco não é?... já dava para eu pagar muita coisa que devo ainda.»	«Eu acho que sim. Receber um bocadinho mais[...]»

Tabela 14- Sugestão de melhorias no RSI- Novo Perfil

Problemática	Dimensão	NB1	NB2	NB3	NB5	BN7
Conhecimento sobre o RSI e o Programa de Inserção	Sugestão de melhorias no RSI	«Eu acho que o rendimento não é muito mas prontos já dá uma boa ajuda. Devia por exemplo haver por escalões, para os casados um valor e para os solteiros outro. No que respeita ao emprego devia ajudar as pessoas dentro das suas áreas profissionais.»	«Acho que rever os valores [...]Não era um aumento de 1 ou 2 euros, não se vive com 40 e poucos euros por mês não se vive. Nem se sobrevive»	«Eu acho que deveria ser visto caso a caso, poderia ser complicado, mas caso a caso. Porque se fossem a ver caso a caso havia ai muita gente que está a recebê-lo que não tem direito e se calhar há muita gente que iria receber muito mais e se calhar conseguia pelo menos dar volta à situação.»	«Sim. Eu acho que deve ver o estado das pessoas, como vivem, quais são as dificuldades que têm.»	«Sim deveria ser feito algo para melhorar mas vou bater sempre a um ponto, eu preferia que arranjassem um trabalho percebe? Do que me dessem mais. Que dissessem olhe temos aqui um trabalho que se enquadra dentro do seu perfil, era isso que pretendia perceber?»

No novo perfil de beneficiários as sugestões de melhoria do RSI como podemos verificar na tabela 14 dividem-se: “ver caso a caso”, “arranjar trabalho na área de competência” e “rever os valores”. No que respeita em ver caso a caso temos o NB3 e BN5. A sugestão dada pelo NB3 vai no sentido do que Poupinha (2009) afirma. De acordo com a autora se houvesse uma contabilização das despesas fixas dos agregados possibilitaria pelo menos o atenuar de contextos de privação e exclusão social. A não contabilização das despesas é vista pelos beneficiários como a origem de injustiças no tratamento das suas situações.

Também esta sugestão se verifica no estudo de Fernandes *et al* (2012) em que os beneficiários “(...) sugerem ainda um acompanhamento mais próximo e individualizado das situações, no sentido de serem avaliadas e seguidas com base na especificidade dos casos”. (Fernandes *et al*, 2012:9) Também os beneficiários vão de encontro com o que diz Dias (2013), que não se deve partir unicamente da aderência a valores e conceitos pressupostos na lei mas sim ir ao encontro das verdadeiras necessidades percebidas pelos beneficiários em relação a si próprios.

Por outro lado temos o (NB2) que admite tal como os beneficiários tradicionais que os valores devem ser revistos, porque a prestação é de baixo valor para a sua sobrevivência. Outras sugestões (tabela 14) focam-se em o RSI oferecer trabalho na área de competência dos indivíduos (NB1e BN7). No entanto o NB1 sugere ainda que o RSI deveria ter em consideração o estado civil dos beneficiários, dando assim a prestação conforme fosse o estado civil do

indivíduo. É de referir que o BN7 preferia que lhe oferecessem trabalho do que propriamente um aumento no rendimento.

Apesar de não ser apresentado aqui em análise, apenas dois beneficiários não propuseram melhoria para o RSI.

6- Relação entre técnico e beneficiário

6.1 Tipo de relação entre técnicos e beneficiários

Na dimensão- tipo de relação entre técnicos e beneficiários- procura-se apurar por parte das técnicas que tipo de relação estas têm com os beneficiários que acompanham. E por parte dos beneficiários pretende-se também saber como eles percebem a relação que têm com a técnica em questões como a disponibilidade ou a avaliação do acompanhamento.

De acordo com Figueiredo (2013) o RSI deveria ser uma medida que incentivasse a proximidade entre os utentes e os técnicos, mas devido à existência do atual número de beneficiários e de técnicos, o acompanhamento por vezes nem sempre é possível.

Segundo Rodrigues e Sousa (2006) o técnico tem que demonstrar disponibilidade para haver eficácia e principalmente envolver e motivar os indivíduos para a intervenção de modo a criar uma relação de confiança.

Tabela 15 - Avaliação da relação entre técnico e beneficiário

Problemática	Dimensão	T1	T2	T4
Relação entre técnico e beneficiário	Tipo de relação entre técnicos e beneficiários	«A nossa relação é profissional entre técnico e cliente da segurança social [...] É uma relação que procuramos que seja próxima, transparente e objetiva e tanto quanto possível prática. É fundamental essa relação.»	« [...] a minha relação com eles é positiva [...] durante estes anos tenho tido uma boa relação com eles, uma relação próxima, tanto sinto mesmo pela forma como eles manifestam muito sinceramente. Uma intervenção direta dá-me imenso satisfação além disso eu sinto que eles também gostam e acabam até por elogiar e procuram muito [...]»	« [...] eu acho que é uma relação de bastante proximidade, já trabalho com RSI há 18 anos e acho que já se criou uma relação bastante grande de proximidade. A relação com eles tem sido estáveis e favoráveis [...] Eu privilegio o atendimento, acho fundamental conversarmos com eles para saber o que se passa do lado de lá porque acho se não for assim o nosso trabalho nem é gratificante. [...] A minha estratégia de atuação é igual para todos, independente da escolaridade, é igual para todos, não há diferenças»

De acordo com Sousa *et al* (2007) uma das estratégias que tem sido eficaz é a promoção da flexibilidade e proximidade no trabalho com as famílias. Isto é, desenvolver um ambiente positivo e facilitador para que os indivíduos se sintam confortáveis a conversar com o seu técnico e terem ajuda. Verificamos esta proximidade e flexibilidade na T2 que nos mostra um maior nível de proximidade e satisfação com os beneficiários. Também a T4 segue esta linha de pensamento, ao revelar que tem uma relação estável com os beneficiários e que o atendimento é crucial para saber o que eles precisam. No entanto afirma que atua de igual forma com todos os perfis.

Podemos afirmar que as técnicas entrevistadas assumem que a relação que têm com os beneficiários é no geral uma relação próxima e cordial. Contudo a T1 assume que tem uma relação próxima mas transmite-nos em simultâneo que tem uma relação técnica e neutra (Tabela 15). Recorrendo à bibliografia, o testemunho desta técnica aproxima-se com o que diz Sousa *et al* (2007): as regras institucionais ordenam que o técnico deve ter uma distância técnica e ser objetivo. Contudo a ausência de uma relação de confiança entre técnico e beneficiário pode originar frustração para ambos.

Tabela 16- Avaliação da relação dos beneficiários com a técnica - Novo perfil

Problemática	Dimensão	NB1	NB3	NB4	NB5
Relação entre técnico e beneficiário	Tipo de relação entre técnicos e beneficiários	«É uma pessoa que dá apoio e temos uma boa relação não tenho nada a dizer [...] Sim sempre disponível para me atender [...] perguntou se precisava mais de apoios.[...] «Quando tenho que cá vir é iniciativa por parte da técnica e tenho alguma regularidade de contato com ela»	«Tem sido cinco estrelas em muitas coisas [...] Ajudou precisamente na situação do recibo verde e o acto isolado. Tem sido impecável. [...] Tenho vindo cá muita vez. [...] de vez em quando tenho alguma dúvida de alguma situação ou quando recebo as cartas das reposições tenho cá vindo sempre. »	«É uma boa relação, quando eu tenho alguma dúvida ela esclarece-me. Faz um bom trabalho sem dúvida. [...] Não tenho nenhum exemplo. Mas quando queria comunicar com ela sempre consegui falar com ela, nunca tive problemas.[...] «Muito raramente estou com ela [...]»	«Ah boa muito boa. É simpática, pronta a ajudar muito boa mesmo. Está sempre disponível [...] Ajudou-me uma vez que tinha problemas em pagar à farmácia. Não me ajudou monetariamente mas vim cá falar e deu-me conselhos.[...] Quando me telefonam ou quando escrevem para eu vir de ano a ano ou então quando eu preciso de alguma coisa venho cá.»

Tabela 17- Avaliação da relação dos beneficiários com a técnica - Perfil Tradicional

Problemática	Dimensão	BT2	BT4	BT5
Relação entre técnico e beneficiário	Tipo de relação entre técnicos e beneficiários	«A relação com a técnica tem sido muito boa, é uma pessoa que compreende as coisas. [...] Sim, sim mostra-se sempre disponível para ajudar. [...] Ela disse que ia falar com a câmara para ver se podiam dar ajuda por causa do telhado da minha casa, porque ele não está em condições, estou a aguardar uma resposta[...]«É quando ela me contata quando há alguma coisa que não está bem »	«Temos uma boa relação. Ela aconselha-me sempre e diz-me para deixar-me estar ali no lar e eu lá ando, sempre me entretenho. [...] Está sempre à disposição. [...] Ela diz para não desanimar, diz para eu continuar. E eu lá ando pronto.[...] só quando preciso é que cá venho. Mas não é muito frequente»	«Muito simpática, é amável não poderia ter outra melhor. Quando há algum problema liga-me e diz-me que quando eu precisar que ela está à minha disposição. Eu estou à vontade com ela. [...] Quando preciso de desabafar ela apoia-me, é amiga.[...] venho mês a mês porque ela também quer saber a situação e como é que eu estou.»

Segundo Matos e Costa (2012) “A maioria dos beneficiários atesta que o técnico o compreende e o ajuda, procurando os apoios que necessita (...)”. (Matos e Costa, 2012:98) Nesta investigação verifica-se o que estes autores afirmam. A tabela 16 e 17 mostra-nos isso mesmo - que a maioria dos beneficiários assume que tem uma relação boa com a técnica e que esta se mostra disponível para os ajudar, mas o contato é realizado com pouca regularidade como é o caso do NB4, NB5, BT2 e BT4.

Por outro lado verificamos que apenas os BN1, BN3 e BT5 afirmam que têm uma boa relação com a técnica e que o contato é frequente. A proximidade está bem salientada nas citações. É de salientar como é importante para a BT5 esta relação de proximidade, porque esta vê a técnica como um apoio e uma amiga. Este beneficiário confirma o que Salomé e Galland (in Dias, 2013) dizem: os indivíduos valorizam a relação com o profissional que os acompanha, desenvolvendo interações de escuta e sentimentos de calma, suporte, amizade e dedicação.

De acordo com Knoch (2003) a relação do técnico e beneficiário pode acarretar vários problemas. Também Poupinha (2009) segue a mesma linha de raciocínio: “As atitudes moralistas e paternalistas, muitas vezes reforçadas pela crença de que os indivíduos não conseguem resolver os seus próprios problemas, ou tomar decisões positivas para a sua vida, ou até mesmo de gerir o seu dinheiro e a sua vida familiar, reforçam junto dos indivíduos sentimentos de descrença na eficiência dos técnicos e de desconfiança quanto às suas intenções.” (Poupinha, 2009: 27) Perante as respostas dadas pela maioria dos beneficiários, as situações citadas por estes autores não acontecem na relação que têm com as técnicas.

Verificamos assim que para ambos perfis de beneficiários existe disponibilidade por parte dos técnicos para ajudar nos seus problemas ou dúvidas.

6.2 Mudanças nas relações entre técnico e beneficiário

Pretende-se nesta dimensão conhecer através dos técnicos que tipo de mudanças houve nas suas relações com os beneficiários ao longo destes anos. Na tabela 18 podemos verificar as mudanças mais relevantes nas relações entre estes dois intervenientes.

Tabela 18-Mudanças nas relações entre técnico e beneficiário

Problemática	Dimensão	T1	T2	T4
Relação entre técnico e beneficiário	Mudanças nas relações entre técnico e beneficiário	«É assim as mudanças nas relações depende muito da pessoa em que está do outro lado, pronto, e da forma como ela está a viver o momento... que está em dificuldades [...] a medida tem sofrido alterações ao longo dos anos e isso vai condicionar as relações que temos com os beneficiários, na forma como eles encaram a prestação, na forma como eles a aceitam e nas exigências que lhe são apresentadas, não é?»	«Ultimamente, cada vez mais, vamos tendo e acompanhado utentes com escolaridade superior, portanto essa mudança sim tem havido. O perfil de utentes tem vindo a mudar, e a minha relação com eles acaba por ser imparcial e de igual forma para uns e para os outros [...] enquanto com os utentes de maior escolaridade hoje a relação é diferente pronto, há outra cumplicidade, como hei de dizer, são utentes que se trabalham mais facilmente enquanto os outros não, insistimos, insistimos e não se vê resultado nenhum.»	«A partir do momento que a lei altera eles vem com uma postura diferente, nós temos que fazer perceber que a lei mudou. As pessoas estão mais informadas mas também mais para aquilo que lhes convém, sabem que a lei alterou, sabem que a prestação mudou, sabem que o cálculo foi alterado e de repente chega-lhes um cheque em casa com um valor inferior ao que estava acostumados a receber e chegam aqui e o técnico é quem dá a cara é o técnico que ouve ou leva [...] Tem havido mudança nas relações porque o perfil dos beneficiários tem vindo a alterar também devido ao aparecimento de beneficiários com mais qualificações. Logo aí o relacionamento entre o técnico e o beneficiário é diferente. O tratamento é igual para todos mas depois o feedback do outro lado a partir do momento que é diferente nós também damos mais um bocadinho [...]»

Tendo em conta a tabela 18, no que respeita às mudanças de relações com os beneficiários, as técnicas identificaram o fator da escolaridade e a alteração do RSI como fatores determinantes. As técnicas (T2) e (T4) afirmam que antes o perfil que encontravam era simplesmente quem se esperava encontrar na pobreza e atualmente deparam-se com um público com mais qualificações e mais conhecimentos que, devido à conjuntura económica, tiveram que recorrer ao RSI. A T2 admite que o novo perfil tem sido mais fácil de trabalhar pelo fato de ter mais conhecimento, o mesmo não acontecendo junto do perfil tradicional. No entanto a T4 revela-nos que quando a lei altera alguns critérios do RSI, os beneficiários vem com outra atitude. Apesar de os beneficiários estarem informados, estes tem uma atitude incompreensiva para com as técnicas. É como se fossem elas as responsáveis pela aquela situação.

A T1 mostra-nos que as mudanças que tem assistido nas relações depende de quem está do outro lado e da forma como está a viver a situação e refere, tal como a T4 que as alterações que o RSI tem sofrido influenciam as relações entre eles. No sentido como eles encaram a prestação e as exigências que lhe são propostas.

Recorrendo ao enquadramento teórico, Poupinha (2009) revela-nos que a autonomia, igualdade e solidariedade são valores que devem conduzir a intervenção do técnico de modo a incluir o beneficiário. As respostas dadas pelas técnicas vão de encontro com este autor, quando afirmam que tratam de igual modo todos os beneficiários.

6.3 Nível de proximidade entre técnico e beneficiário

No nível de proximidade entre técnico e beneficiário, pretendeu-se analisar a importância da avaliação que os técnicos fazem da relação com os beneficiários.

Para realçar a importância da proximidade entre técnico e beneficiário, Figueiredo (2013) refere que deveria haver mais acompanhamento a cada beneficiário com o objetivo de os sensibilizar para a necessidade de serem independentes do RSI. Nesta investigação apurou-se através das técnicas (T1, T2 e T4) que a proximidade é fundamental para o processo de acompanhamento mas não identificamos o acompanhamento como forma de sensibilizá-los para a independência do RSI. Tendo em conta a tabela 19, a T2 revela que é importante uma relação de confiança e proximidade para se poder ajudar nos problemas e comportamentos da vida dos beneficiários mas admite que por vezes não é fácil. Refere-nos também que deveria haver mais acompanhamento por parte das técnicas para com os beneficiários mas devido à carga de trabalho tem sido difícil. Deste modo esta técnica vai de encontro com o que diz Poupinha (2009) no que respeita ao volume de trabalho: *“Os técnicos referem unanimemente, o excessivo e crescente trabalho burocrático que envolve o RSI, aliado ao também excessivo número de processos por técnico, a par da rigidez de alguns procedimentos, como é o caso do cumprimento das exigências técnico - administrativas, como os prazos e os relatórios, compromete a realização de um trabalho com maior qualidade.”* (Poupinha, 2009: 160)

No entanto a T4 também refere o mesmo no que respeita ao acompanhamento para com os beneficiários: *“[...] Devíamos fazer mais visitas às famílias em termos de RSI[...]”*. Admitindo que o excesso de trabalho tem impedido essas visitas às famílias. A importância das visitas e do acompanhamento está marcado no discurso da T2 e a T4. Tal como nos diz Sousa *et al* (2007) que admite que um técnico terá mais sucesso quando visita as famílias porque sabe que precisam dele.

Por outro lado também o que diz a T4 segue a linha de pensamento de Rodrigues, ao considerar que quando o contrato de inserção é assinado com os parceiros as coisas “param um bocado”. De acordo com Rodrigues (2010) as técnicas admitem a falta de empenho das instituições locais que pertencem ao NLI para a edificação de parcerias e projetos com tendência à formação dos programas de inserção. E esta não participação pode pôr em causa

os resultados do programa de inserção. Com esta situação, a medida é somente adstrita à prestação pecuniária naquele que é um dos constrangimentos da medida, que é causado pela inércia institucional com intervenção na área social.

Reparemos mais uma vez no discurso da T1 que afirma novamente que tem uma postura técnica e de isenção apesar de afirmar que a proximidade é fundamental na inserção.

Tabela 19- Importância do nível de proximidade entre técnico e beneficiário

Problemática	Dimensão	T1	T2	T4
Relação entre técnico e beneficiário	Nível de proximidade entre técnico e beneficiário	[...] a proximidade é fundamental, porque nós trabalhamos muito depois na inserção e é importante que a relação seja o mais próxima possível no sentido do encaminhamento adequado dos clientes[...] a nossa postura em termos técnicos tem que ser a mesma em termos de isenção e naturalidade[...] é regular tanto quanto possível[...]	«[...] Portanto o meu objetivo é sempre criar alguma relação de confiança com eles, onde eles também depois sintam à vontade comigo para relatar maiores preocupações, maiores dificuldades com que se confrontam na vida e perante as várias fases da vida deles. [...] é importantíssimo haver uma relação muito próxima e de confiança para podermos contornar e ajudar alterar alguns comportamentos da vida deles que não é fácil mas também temos conseguido.[...] Deveria ser com maior regularidade esse contato, confesso [...] porque é preciso informatizar, é preciso elaborar relatórios, portanto, há uma série de trabalho que por vezes nos implica estarmos mais... mas tentamos sempre de qualquer forma fazer acompanhamento, agora, não há uma regularidade, eu pelo menos falo dos meus »	«A proximidade é fundamental para o sucesso. Penso que deveria haver mais acompanhamento da nossa parte mas é impensável com o volume de trabalho que temos. Devíamos fazer mais visitas às famílias em termos de RSI. O contrato de inserção é assinado, os parceiros assinam em reunião e a coisa pára ali um bocado. [...] é regular o contato que temos com os beneficiários.»

7- Processo de intervenção

7.1 Avaliação da transformação do perfil de beneficiários

Neste ponto pretende-se saber como evoluíram os perfis dos beneficiários de RSI nos últimos anos e conhecer quais as diferenças entre o perfil tradicional e o novo perfil. Almeida *et al* (1994) definem como categorias sociais vulneráveis à situação de pobreza e exclusão social, os idosos, os pensionistas e os trabalhadores desqualificados e mal renumerados com contratos precários inseridos em sectores informais da economia que estavam inseridos na chamada pobreza tradicional. Estanque (2012) revela-nos que atualmente a pobreza não se estende só aos grupos habituais mas também à classe média. A Cáritas do Porto demonstra este facto: “ desde o ano passado que nos chegam pedidos de professores, advogados, engenheiros: profissões que nada fazia prever que precisariam de ajuda institucional”. (cit in Estanque,2012:74) De acordo com Golbert e Kessler in Spicker *et al* (2007:140) - “A nova

pobreza é caracterizada pela heterogeneidade de seus membros, uma vez que eles vêm de diferentes formações profissionais e socioculturais.”

Segundo Fernandes *et al* (2012) os indivíduos que fazem parte desta nova pobreza são indivíduos que possuem habilitação média e superior, que tiveram uma vida marcada pela estabilidade e segurança e que se veem agora limitados no acesso a bens e serviços e uma desvinculação do mercado de trabalho. Também no estudo de Matos e Costa (2012) se identificaram- agregados de beneficiários com graus de escolaridade elevados.

Tendo em conta a tabela 20, as técnicas (T2 e T4) revelaram que ao longo destes anos houve alterações nos perfis dos beneficiários. Antigamente eram confrontadas com indivíduos que estavam na extrema pobreza, que já vinham de famílias cíclicas e com baixas competências escolares, o que vai de encontro com a pobreza tradicional descrita por Almeida *et al* (1994).

Atualmente as técnicas deparam-se com um novo perfil de beneficiários que tem habilitações superiores (T2 e T4). Tal como nos diz Estanque (2012) quando nos refere a emergência de um novo perfil. Também estes testemunhos das técnicas veem confirmar o que diz Fernandes *et al* (2012) e Matos e Costa (2012).

Surgem também indivíduos que trabalharam uma vida inteira numa determinada instituição e que devido à conjuntura económica do país acabou no desemprego (T2). Este novo perfil de beneficiários surge associado aos chamados “novos pobres”. Estas alterações verificadas no perfil dos beneficiários pelas técnicas (T2 e T4) vai de encontro com o que diz Golbert e Kessler in Spicker *et al* (2007) ao afirmarem que esta pobreza é caracterizada pela heterogeneidade dos seus membros.

Tabela 20- Transformação do perfil de beneficiários

Problemática	Dimensão	T2	T4
Processo de intervenção	Avaliação da transformação de perfil de beneficiários	« [...] a própria escolaridade, por exemplo, há 18 anos havia imensos utentes que nem tinham o 4º ano, havia muita baixa escolaridade[...] [...] Com maior qualificação, estamos agora a ter maior afluência... acho que isto também é consequência do contexto em que vivemos, da crise económica do país que está a atravessar, com a alta taxa de desemprego. Existe utentes que tinham um trabalho estável, pronto, que trabalhavam vários anos numa entidade, e caíram numa situação de desemprego. Licenciado jovens que não conseguem o primeiro emprego e que não tem outra alternativa a não ser o RSI [...] [o novo perfil] É o perfil em si, são pessoas mais motivadas, mais interessadas em mudar a sua situação... empenhadas. Os de baixa escolaridade acomodam-se um pouco, são aqueles utentes que por vezes estão dependentes do serviço, responsabilizam o serviço por todo o seu dia a dia, o serviço é quem tem lhe dar a	« [...] Alguns anos atrás temos única e exclusivamente aquela faixa de beneficiários na pobreza extrema ou que sempre tiveram qualquer tipo de apoio a nível da segurança social, neste momento não, temos licenciados, temos estudantes universitários, temos famílias que caíram no desemprego e estão numa situação de pobreza e sem rendimentos e é por isso que recorreram ao RSI. [...]» Os novos beneficiários são muito mais colaboradores. [...] As pessoas com menos habilitações ou se acomodaram ou não percebem o porquê. A outra diferença é que as pessoas com mais habilitações e com mais conhecimentos estão mais disponíveis para colaborar connosco. São mais flexíveis.»

RSI: entre novos e tradicionais perfis de beneficiários

		prestação para eles poderem comprar, pagar isto pagar aquilo enquanto que os beneficiários com maior escolaridade tem outra noção da realidade, portanto, eles só vem requerer só mesmo por uma questão profissional.»	
--	--	--	--

No que respeita às diferenças entre ambos perfis, as técnicas admitem que existem grandes diferenças entre eles. Descrevem os beneficiários com maior escolaridade como indivíduos informados e motivados para colaborar, que têm noção da realidade e que requerem a medida por uma questão profissional. Notam por parte destes revolta, arrogância e exigência. Quanto aos beneficiários com escolaridade mais baixa descrevem- nos como: acomodados e dependentes e que tem uma menor compreensão.

7.2 Perceção dos técnicos quanto à implementação do RSI (tendo em conta os diversos perfis)

Nesta dimensão pretende-se verificar se, na perceção das técnicas, o RSI está a ter sucesso no combate à pobreza e à exclusão social.

De acordo com a Segurança Social (2014), o RSI é definido como um apoio para famílias com carência económica e é constituído por um contrato de inserção que tem o objetivo de integrá-los social e profissionalmente, através de uma prestação pecuniária para satisfazer as necessidades mais básicas.

Tabela 21- Avaliação da Implementação do RSI

Problemática	Dimensão	T1	T2
Processo de intervenção	Percepção dos técnicos quanto à implementação do RSI (tendo em conta os diversos perfis)	« [...] é uma medida que tem combatido a pobreza, é assim, tem combatido no sentido do estado de poder económico depois a sua leitura ao nível da inserção gostaríamos de ter mais. [...] o que se verifica na prática é que a conjuntura socio económica não está favorável à inserção destes perfis de beneficiário [ambos perfis]. [...] Neste momento as respostas em termos de RSI são muito limitadas ao nível de inserção »	« [...] essa parte de combater a pobreza, eu penso que sim, de certa forma tem combatido bastante devido à prestação económica que recebem vai dando sempre para satisfazer algumas despesas . A nível de inserção, fica muito aquém, eu gostava que futuramente as coisas mudassem. Portanto, todas as entidades envolvidas tentam combater essa parte mas não é fácil. [...] A nível inserção tem havido ultimamente bastante cursos profissionais com essas tais valências da escolaridade que sim...tem sido um resultado positivo, tem se encaminhado muitos utentes. [...] Com este novo perfil, em contrapartida estamos com o mercado de trabalho nada favorável, portanto nem sempre é fácil arranjar estratégias para os incluir. [...]E a nível de centro de emprego, as informações que temos é que as ofertas de trabalho são cada vez menos.»

Tendo em conta a tabela 21, constatamos que o RSI tem conseguido alcançar em parte a sua função. Isto é, tem combatido a pobreza no sentido de a prestação ajudar nas necessidades mais básicas (T1 e T2) mas no que respeita à inserção têm existido dificuldades pela escassa oferta de emprego (T2). Tal como refere Bruto da Costa et al , “(...)Se, porém, a intervenção em causa se limitar a tratar da privação, a pessoa pobre permanecerá indefinidamente dependente da ajuda (pública ou particular) que recebe e de que necessita para vencer as carências” (2012:26). Esta investigação confirma. Enquanto o RSI continuar a colmatar a privação e carências e não conseguir inserir profissionalmente, só conseguirá a permanência daqueles indivíduos na pobreza e dependentes daquela prestação. Segundo Bruto da Costa et al (2012), o problema de ausência de recursos só ficará resolvida quando o indivíduo encontrar um emprego.

De acordo com a T2, tem- se conseguido inserir de forma positiva os indivíduos em cursos profissionais que lhe dão a escolaridade adequada. No entanto a T2 revela-nos que nos beneficiários com mais qualificações tem sido mais difícil encontrar estratégias para os incluir, visto que o RSI, de acordo com as técnicas, tem tido mais sucesso no combate à pobreza com a ajuda da prestação do que propriamente na inserção da maioria dos beneficiários (principalmente o novo perfil), confirmando o que diz Rodrigues (2010): o RSI no que diz respeito aos rendimentos parece cumprir as funções elementares, mas quanto à capacidade do programa de inserção parece não funcionar de modo tão efetivo.

Tal como refere Rodrigues, *“não basta a participação do Estado, dos técnicos da acção social, dos poderes locais e das instituições, para criarem oportunidades de inserção. É necessário aliar este trabalho de parceria à sensibilização dos contextos locais para a importância desses processos de inserção social.”* (2010:218). Rodrigues salienta ainda a importância da participação dos vários parceiros na criação de oportunidades de inserção, mas a T2 afirma que as entidades/parceiros envolvidos tentam combater o insucesso que tem havido a nível de inserção, mas não tem sido fácil.

7.3 Adequação do RSI/programa de inserção às características dos beneficiários

Na dimensão adequação do RSI/programa de inserção às características dos beneficiários (nos cuidados de saúde, nas formações profissionais e inserção dos filhos no sistema educativo, prestação) pretende-se verificar se o RSI tem ajudado os beneficiários nestas vertentes de inserção.

As ações que fazem parte do programa de inserção variam consoante as características dos beneficiários e do seu agregado. *“Os beneficiários têm de se comprometer a cumprir as obrigações estipuladas nos acordos de inserção, que podem incluir: a) aceitar trabalho ou formação profissional; b) frequentar o sistema educativo; c) participar em programas de ocupação de carácter temporário que favoreçam a inserção no mercado de trabalho ou satisfaçam necessidades sociais ou ambientais e que normalmente não seriam desenvolvidas no âmbito do trabalho organizado; d) aceitar a melhoria das condições de habitação; e) aceitar um apoio paralelo e complementar para a família (apoio psicossocial); f) aceitar cuidados de saúde e participar em ações de prevenção na área da saúde, especialmente para crianças.”* (Batista e Cabrita,2009:12)

Tabela 22 - Adequação do RSI/programa de inserção às características dos beneficiários- Novo perfil

Problemática	Dimensão	NB1	NB3	NB6	NB7
Processo de intervenção	Adequação do RSI às características dos beneficiários (nos cuidados de saúde, nas formações profissionais e inserção dos filhos no sistema educativo, valor da prestação)	«Está. [rendimento] Porque estou numa situação em que preciso. Não tenho ajuda de ninguém. A mim está adequado porque como não tenho direito ao desemprego tenho que ter direito a alguma coisa para viver.[...][ajuda] bastante a nível de medicação [...][disseram se aparecer algum curso que avisam mas até agora não fui chamado.»	«Não está adequada às minhas necessidades nem características. [...] [rendimento] Tive depressão que infelizmente obriga-me a tomar medicamento que por enquanto não consigo largar devido a esta situação que estou a viver. Às vezes os medicamentos é um balúrdio... sim senhora que não pago as consultas, neste momento estou isenta, mas os medicamentos tenho que os pagar.[...] não me chamaram para nenhuma formação profissional. Aliás já tentei entrar para um curso até foi no início do RSI e uma das coisas foi que tinha licenciatura e não dá. [...] na escola não, tenho é o escalão que me dá alguns livros grátis»	«Claro que não. É mesmo pelo valor. Com esse dinheiro comer comia mas não pagava as contas. [...] o RSI nunca me ajudou nos cuidados de saúde [...]até agora ainda não me chamaram para nada. Nunca me vão oferecer uma formação superior àquela que eu já tenho[...].»	« Não, não está [...] [rendimento] [...] Porque há um dilema mensal não é? Temos que pagar a renda e temos que pagar a água, o gás, a luz temos que viver não é? [...] E portanto é muito complicado, sem dúvida muito complicado. [...] tive um problema de saúde em termos de ossos e esse problema de descalcificação manifestou-se na parte dentária. [...] falei com a minha assistente e ela sabia da minha situação, portanto ela providenciou e eu tratei num sítio mais baratinho e facultou-me um dinheiro extra portanto daquilo que estava a receber exatamente para poder prover essa situação. [...] Nunca me chamaram para nenhuma formação[...]. »

De acordo com a tabela 22, podemos constatar que o RSI e algumas esferas do programa de inserção não tem conseguido dar resposta às necessidades dos novos beneficiários. Fernandes *et al* (2012) refere que os serviços de assistência social são desadequados perante as necessidades dos novos beneficiários. O mesmo se verifica neste novo perfil como nos mostra o NB3 e NB6 que dizem que o RSI não está adequado às suas necessidades em todas as vertentes. Também o NB7 demonstra alguma insatisfação perante o RSI no que respeita à prestação. Como exceção temos o NB1 que revela satisfação com o RSI no que respeita às suas necessidades. É de referir que este novo perfil não tem tido oferta de formações.

De acordo com Poupinha “(...) a medida prevê, através dos apoios complementares, meios económicos pontuais para o pagamento de tratamentos ou outros cuidados de saúde (como os

tratamentos de estomatologia, próteses dentárias, aquisição de óculos, medicamentos, etc.), que em muito têm contribuído para a resolução de problemas de saúde (...)” (2009: 103) No novo perfil só dois beneficiários admitem que o RSI/programa de inserção os tem ajudado nos cuidados de saúde (NB1 e NB7). No NB1 o RSI tem ajudado na aquisição da medicação e no NB7 ajudou a nível dentário. No entanto a maioria dos beneficiários do novo perfil necessita da mesma ajuda nos cuidados de saúde e não tem.

Com estas citações verificamos que o RSI (e programa de inserção) ainda não está preparado para responder às necessidades deste novo perfil. Outra situação está relacionada com a prestação que lhes é dada, que é considerada insuficiente pelos beneficiários para satisfazer as suas necessidades básicas (NB3, NB6 e NB7), o que vai de encontro com o que diz Fernandes *et al* (2012) :” *A maioria destes novos beneficiários refere que o valor da prestação de RSI é manifestamente insuficiente para assegurar a satisfação de necessidades básicas, nomeadamente ao nível da alimentação, saúde e habitação (...)*” (Fernandes *et al*, 2012:7)

Tabela 23- Adequação do RSI/programa de inserção às características dos beneficiários- Perfil Tradicional

Problemática	Dimensão	BT2	BT3	BT4	BT5
Processo de intervenção	Adequação do RSI às características dos beneficiários (nos cuidados de saúde, nas formações profissionais e inserção dos filhos no sistema educativo, valor da prestação)	«[...]não acho adequado [prestação] porque às vezes tenho que ir pedir alguma coisa à minha vizinha. Não me dá pra os alimentos, e para as crianças, os produtos de higiene não chega. Não me dá até ao fim do mês. Porque fico com 185 euros e isso dá para quê? Não dá para nada [...] até ao dia de hoje não tenho precisado de ajuda na saúde [...] estive ali no Beira serra a estudar cidadania e empregabilidade, e estive também a estudar à noite para fazer o 5º ano. Uma pessoa sai de lá a saber o mesmo. Mas não conclui porque não deu para concluir. Agora estou a fazer 15 horas semanais no lar de S. José [...] ainda não estão na escola os meus meninos»	«Eu acho que sim [prestação], tem ajudado na alimentação para a gente e para os garotos. [...] tem ajudado bastante nos medicamentos [...] nunca me mandaram para os cursos nem para aprender a escrever [...] sim ajudam, tenho o meu pequenito na escola e às vezes costuma haver um aumentozito mas é de ano a ano»	«Nem por isso [prestação]. Eu aos sábados e domingos vou fazendo alguma coisa e vou ganhando senão não era só com esse rendimento que me governava. Se fosse mais era melhor. [...] estou isento, não pago nada quando vou ao médico mas de resto não tem sido preciso [...] estive num curso de jardinagem. Estou a fazer umas horas no lar de S. José, é triste é um gajo andar ali de borla porque já estou a receber daqui. »	«Oh ele [RSI] ajuda-me (risos) então não posso queixar. É melhor que nada, é pouquinho mas vai-se esticando.[...] ajudou-me no alcoolismo, onde fiz tratamento e consegui ultrapassar[...]não nunca me chamaram para formações »

Na tabela 23, verificamos que nos beneficiários tradicionais os programas de inserção estão mais adequados ao perfil, nomeadamente no que respeita à formação profissional e nos programas ocupacionais. No entanto as opiniões divergem quanto à satisfação da prestação. O BT2 mostra-se insatisfeito com a prestação pelo fato de não conseguir satisfazer as suas

necessidades e do seu agregado até ao final do mês. Contudo o RSI tem ajudado na sua formação, dando a oportunidade de aumentar as suas qualificações e oferecendo formações. Mas não teve muito sucesso no que respeita ao completar a escolaridade. No caso do BT5 este admite que apesar de ser muito pouco o que recebe de prestação já é uma ajuda. É de salientar que conseguiu através do programa de inserção fazer um tratamento para resolver o seu problema com o álcool. Também o BT6 admite que em questões do rendimento, este tem ajudado nas despesas e na aquisição de medicamentos para a sua esposa. Verificamos aqui a ajuda do RSI nos cuidados de saúde deste beneficiário e do seu agregado. Neste beneficiário é notório a ajuda do programa de inserção quando este nos diz que frequenta um curso para obter a 4ª classe.

É importante frisar que apenas o BT3 tem ajuda na inserção dos filhos no sistema educativo¹¹ mas por outro lado existe falha na educação da mãe (beneficiário analfabeto). Este beneficiário afirma que o rendimento tem ajudado nas suas despesas e agregado familiar e na aquisição de medicamentos.

No que respeita aos programas ocupacionais de caráter temporário, identificamos apenas dois casos dos beneficiários tradicionais (BT2 e BT4) que frequentam o Lar de S. José. Aqui verificamos um dos objetivos da política social que é o RSI. O que vai de encontro com o que diz Hespanha (2008). As políticas sociais ativas surgem com o intuito de substituir as políticas clássicas de caráter indemnizatório. Têm como objetivo principal a inserção do indivíduo: “*Ajudar as pessoas a se inserirem socialmente, seja nos mercados de trabalho, seja em atividades socialmente reconhecidas.*” (Hespanha, 2008:1)

O beneficiário ao ser inserido numa atividade considerada útil, dá ao beneficiário um papel positivo na sociedade. “*Ao considerar os indivíduos como cidadãos ativos e não apenas como assistidos, introduz-se uma filosofia de cidadania que estava afastada na clássica relação paternalista entre Estado e assistido, geradora de dependência e pela qual este último se tende a tornar um sujeito subordinado.*” (Sousa et al, 2007:93)

Hespanha (2002) refere que as políticas ativas para serem eficientes com o seu público, tiveram que ser mais orientadas, seletivas e personalizadas. É necessário que estas tenham capacidade de se adequar às situações pessoais e familiares dos indivíduos a que se destinam. Tendo em conta o que nos diz o autor, nestes beneficiários não encontramos o RSI, enquanto política social ativa, a ser eficiente no seu todo. O RSI neste caso não está a ter a capacidade de se adequar às características do novo perfil. Note-se que apesar de o RSI estar mais adequado ao perfil tradicional verifica-se no entanto em alguns destes beneficiários a ineficácia da medida em alguns aspetos. Verifica-se que existe discrepância entre o que está no papel e a prática: “*No que respeita às políticas sociais, (...) existe uma grande diferença entre os princípios promulgados e a sua execução prática, o que causa grande decepção.*” (Poupinha, 2009:32)

¹¹ Note-se que a maioria dos beneficiários não tem filhos, por isso só foi possível identificar neste caso. Este beneficiário pertence à etnia cigana.

7.4 Avaliação dos técnicos sobre a postura dos beneficiários (a reação face ao programa de inserção)

Nesta dimensão pretende-se analisar como os técnicos veem a postura dos beneficiários perante o programa de inserção, se têm ou não noção do que consiste o programa de inserção.

Tabela 24- Avaliação das técnicas sobre a postura dos beneficiários perante o programa de inserção

Problemática	Dimensão	T2	T3
Processo de intervenção	Avaliação dos técnicos sobre a postura dos beneficiários (a reação face ao programa de inserção)	« [...] É assim no caso dos utentes que tem mais escolaridade, sim. Como já referi, às vezes o objetivo deles é mesmo a inserção profissional, portanto aí eles tem consciência [...] os beneficiários que não tem escolaridade eu penso que eles por vezes, e vou ser muito sincera, por vezes assinam e não tem mesmo a consciência do que estão a assinar. Assinam porque sabem que tem que assinar porque senão o processo pode bloquear.»	«[...] logo na primeira entrevista que faço ao beneficiário ou mesmo na visita digo porque é que vou e vou logo dizendo os direitos e as obrigações. Não são só direitos apesar de muitos só acharem que tem direitos. [...] Portanto, eu explico logo tudo, até porque já tive beneficiários com baixa escolaridade a dizer que pode muito bem ser chamado para emprego, formação profissional e disse-me que não interessa. [...] para quem tem mais escolaridade não, percebem perfeitamente, não há nada assim de transcendente. Os de baixa escolaridade tenho que explicar mais sobre o assunto»

No terceiro capítulo do enquadramento teórico, Poupinha (2009) admite que na concretização do programa de inserção se assiste a dificuldades de interpretação dos próprios programas e de compreensão das suas implicações que é resultado das baixas qualificações, da acomodação à sua situação e falta de iniciativa. Nesta investigação os dados obtidos vão de encontro com o que diz a autora. Nos discursos das técnicas, verificou-se por parte dos beneficiários tradicionais a não consciencialização do que estão a assinar (o programa de inserção) e que os beneficiários do novo perfil são mais conscientes e têm maior interesse no programa. A T2 salienta que um dos objetivos dos beneficiários do novo perfil a requerer o RSI é devido a inserção profissional. Verifica-se de certo modo neste aspeto, por parte destes, o conhecimento do que consiste o programa de inserção.

Quanto aos beneficiários com menores habilitações, estes não têm tanto conhecimento sobre o programa de inserção como os beneficiários com maiores qualificações. Os beneficiários com menores qualificações por vezes demonstram desinteresse (T2 e T3). A T3 refere que a maioria dos beneficiários com baixas qualificações pensa que só tem direitos e não tem deveres e que demonstram interesse quando surge alguma proposta de

emprego ou formação profissional. É um grupo que se tem que explicar mais sobre o assunto quando é o momento de assinar o programa de inserção.

7.5 Avaliação dos técnicos sobre a compreensão que os beneficiários têm do RSI

Pretende-se aqui verificar qual é a perceção que os técnicos têm dos beneficiários quanto ao conhecimento que estes têm do RSI.

De acordo com a tabela 25, é possível identificar que na perceção da técnica (T3), os beneficiários antigamente tinham a ideia de que o RSI era uma pensão mas atualmente já têm consciência do que consiste o RSI. Já a T4 afirma o oposto: ainda continuam a pensar, os beneficiários com menos habilitações, que é um salário mínimo nacional e esquecem-se completamente da vertente da inserção. Admite ainda que os beneficiários com maior escolaridade têm mais noção da medida. A T2 reforça a ideia de que atualmente se assiste a uma maior consciencialização por parte dos beneficiários no que consiste o RSI e realça ainda que a maioria dos beneficiários dá mais importância à questão económica do que à vertente da inserção e que tentam manipular o sistema. Esta técnica e T4 vão de encontro com o que Poupinha (2009) apurou, quando afirma que a maioria dos beneficiários continua a privilegiar a vertente económica da medida. *“(...) o facto de muitos beneficiários continuarem a privilegiar a vertente da prestação, em detrimento da inserção, com desinteresse e falta de motivação para aderir nomeadamente às acções que visem promover a inserção no mercado de trabalho.” (Poupinha, 2009: 145)*

Segundo Poupinha (2009) os beneficiários de RSI ainda não “incorporaram” que a medida apesar de lhes dar benefícios também traz obrigações, acontecendo maioritariamente no grupo de beneficiários que estão já há algum tempo no RSI. Este facto poderia se confirmar nos beneficiários estudados se fosse há um tempo atrás, atualmente segundo as técnicas, isto não acontece, à exceção da T4.

É de realçar que existe um facto contraditório em alguns testemunhos das técnicas. Isto é, se os beneficiários tradicionais não têm noção de que assinam o programa de inserção como é que se pode afirmar que estes beneficiários sabem o que é o RSI?

Tabela 25- Avaliação das técnicas sobre a compreensão que os beneficiários têm do RSI

Problemática	Dimensão	T2	T3	T4
Processo de intervenção	Avaliação dos técnicos sobre a compreensão que os beneficiários têm do RSI	«O compreender compreendem. [...] Acho que alguns dão maior importância à parte da inserção enquanto que a maioria é por uma questão económica [...] Eles tem consciência, isto tem regras e tem que cumprir eles por vezes é que tentam contornar e tentam manipular o sistema, mas tem consciência disso tem.[...] »	Até há um tempo acho que eles pensavam que começavam a receber e que não... era tipo uma pensão. Mas agora não. Agora já percebem que é algo que recebem mas tem que fazer alguma coisa, portanto, dar algo em troca [...] Portanto há as obrigações e não só direitos, estão conscientes disso. »	«Alguns ainda continuam a pensar, os com menos habilitações, que é o salário mínimo nacional [...] Isto não é um salário, é uma prestação social pequenina e que pode ser uma porta aberta mas eles não percebem isso. Esquecem-se completamente da vertente da inserção, só querem saber do dinheiro [...] Mas os de maior escolaridade tem mais noção do que é o RSI.»

8. Laços Sociais

8.1 Relação com os familiares, amigos e comunidade (quem ajuda e em que situações)

Pretende-se nesta dimensão, conhecer como é a relação dos beneficiários com a família, amigos e a comunidade a partir do momento que é beneficiário de RSI e quais os suportes a que podem recorrer nestes âmbitos.

Segundo Paugam (2000) a segunda evolução da desqualificação social é o enfraquecimento dos laços sociais, nomeadamente com os laços familiares, que pode provocar situações de isolamento que são associadas às dificuldades de inclusão económica. De acordo com Castel (1994) a transformação no mercado de trabalho tem trazido insegurança que é acompanhada pela deterioração dos suportes relacionais e precaridade do emprego, o autor associa a isto um risco para os indivíduos caírem para a vulnerabilidade, mais propriamente ao que ele chama de desfiliação. E por isso o autor realça que para haver a inserção do indivíduo é preciso haver contacto com a família e com uma vasta rede de relacionamentos.

A maioria dos beneficiários do novo perfil (NB1, NB2 e NB6) vem contrariar o que diz Paugam e Castel no que respeita ao enfraquecimento de laços sociais. O NB1, NB2 e NB3 revelam-nos

que as relações sociais mantêm-se iguais. Podemos verificar que alguns dos beneficiários esconde a sua situação como nos mostra o NB1 e NB6. Evidencia-se no discurso do NB1 que este esconde a sua situação perante os outros pelo medo de ser julgado: «[...]Eu escondo porque as pessoas dizem logo, és um lambão, tu és aquilo e aquilo e eu não gosto de ouvir isso [...]». Verificamos aqui o que Goffman (1988) chama de estigma desacreditável- o estigma do indivíduo não é conhecido nem imediatamente perceptível pelos indivíduos. A NB6 também se verifica este estigma ao esconder a sua situação: «[...]Escondo a minha situação porque a palavra RSI não me soa bem. [...]» (NB6)

A maioria dos beneficiários tem ajuda por parte da família nas suas necessidades mais básicas. Similarmente no estudo de Matos e Costa (2012) verificou-se que os beneficiários com maior escolaridade consegue encontrar apoio na família, amigos e vizinhos face às necessidades do dia-a-dia. A família é o recurso que muitas vezes consegue satisfazer as suas necessidades. No caso do NB2 a sua relação com os amigos mantêm-se pelo fato de, no seu círculo de amigos, existirem mais casos como o dele. E também para este beneficiário, a família é o seu suporte de ajuda para o que precisa.

Apenas o NB7 mencionou fragilidade nas relações com amigos após o RSI entrar na sua vida, apenas podendo contar com ajuda da mãe. Este beneficiário reparou que as relações com os amigos alteraram-se rapidamente tornando-o mais solitário. Revela-nos que a nível social tem sido péssimo onde sente algum estigma por partes dos outros indivíduos: «A nível social é péssimo. [...] é um estigma.[...]»(NB7) Segundo Bruto da Costa (1998) a exclusão social verifica-se nos laços sociais pelo facto de os indivíduos se isolarem dos outros indivíduos. Esta exclusão social verifica-se no discurso deste beneficiário. O RSI poderá ser gerador de exclusão pelo fato de limitar o beneficiário de realizar certas atividades na sua vida. Desde do momento que é beneficiário do RSI este beneficiário viu grandes alterações a nível social, pelo fato de nunca mais conseguir frequentar os jantares e os encontros com a sua rede de amigos (devido à sua carência económica). O que resultou no afastamento desses colegas. Também é gerador de exclusão devido ao estigma que os indivíduos têm face aos beneficiários desta medida. Apesar de o RSI, tentar acabar com a carga pejorativa sobre quem recebe este tipo de rendimento, esta tem persistido.

Contudo os testemunhos dados pelo novo perfil leva-nos a crer que a maior parte destes beneficiários estão distantes do que Castel (1994) chama de desfiliação, devido ao apoio que a família, vizinhos ou outros lhes prestam não levando a um isolamento social.

Tabela 26 - Relação com familiares, amigos e comunidade- Novo perfil

Problemática	Dimensão	NB1	NB2	NB6	NB7
Laços Sociais	Relação com os familiares, amigos e comunidade (quem ajuda e em que situações)	«a minha relação sempre foi igual, eu não conto nada a ninguém, não me exponho. Pronto a família sabe. Eu escondo porque as pessoas dizem logo, és um lambão, tu és aquilo e aquilo e eu não gosto de ouvir isso [...] [receber ajuda] dão me alguns alimentos mas é por parte de pessoas que tenho mais intimidade. Às vezes convidam para jantar»	«[...] a relação com os amigos é a mesma mas claro que não temos aqueles convívios nem aquelas saídas [...]a relação com eles não mudou, aliás tenho mais gente no mesmo caso e continuamos amigos na mesma[...]só conto com os meus pais. E já me dão uma grande ajuda, todos os meses posso contar com roupa lavada já é muito bom»	«Não noto diferença nas relações porque ninguém sabe. [...] Por exemplo na minha família o meu pai não sabe desta situação só a minha mãe e uns tios [...] Escondo a minha situação porque a palavra RSI não me soa bem. Mas também não quer desmotivar quem está a tirar um curso superior ou quem pensa estudar[...] [recebe ajuda] Da minha mãe mas para já é só como lhe disse ainda tenho dinheiro, ainda pago a renda, pago as contas. Compra-me uma roupa, um creme. Ela descobriu lá em França uma farmácia que é tudo mais barato e então manda-me tudo, champô e tudo é ela que manda. O que é uma ajuda muito boa.»	«A nível social é péssimo. [...] é um estigma. [...]Aquele círculo mesmo de colegas antigos de trabalho em que fazíamos o jantar de Natal, de aniversário e não sei o quê, isso parou. O que torna as pessoas mais sombrias, mais solitárias [...] Está a ver como o nosso universo começa a ficar muito restrito percebe?[...] A minha mãe nunca vai deixar que eu passe fome como é óbvio. [...] portanto estou lá todos os dias para ajudar porque são 87 anos e tenho que lhe dar apoio na casa e acabo por fazer a refeição principal mas posso trazer um litro de leite para casa, um pão, qualquer coisa do género.»

Tabela 27 - Relação com familiares, amigos e comunidade- Perfil Tradicional

Problemática	Dimensão	BT2	BT3	BT5	BT8
Laços Sociais	Relação com os familiares, amigos e comunidade (quem ajuda e em que situações)	«[...] as relações mantiveram-se iguais com toda gente [...] [recebe ajuda] Por parte da vizinha em alguns alimentos e roupas que já não precisa e a igreja também ajuda»	«não houve mudança, está tudo igual, porque a minha família também está assim como nós [...] Recebo ajuda das pessoas que dão roupa que já não usam. Toda a minha família é muito pobre por isso não conseguem ajudar.»	«Eu e a minha vizinha damo-nos perfeitamente, até faço os recados a ela. Amigos não interessam muito e a minha família está em Angola[...]não confio em mais ninguém[...]Sim a vizinha ajuda - me no comer, dá-me fruta. [...] Antes comia na associação mutualista mas agora vou lá buscar o comer [...]E na cruz vermelha vou buscar alimentos»	«[...]Os vizinhos desenrascam-me no comer, às vezes eles fazem o jantar para mim, conhecem-me desde pequenito e tratam-me como fosse filho deles. Tenho uma prima que tem uma hortinha em que eu dou uma mãozinha e ela dá-me alguns legumes. E depois também levo para os vizinhos que dão-me de comer.»

No perfil tradicional também não houve alterações nos laços sociais (BT2,BT3,BT5 e BT8). No BT3 as relações mantiveram iguais porque também a sua família está na mesma situação. É de referir que alguns dos beneficiários tem ajuda por parte de instituições (BT2 e BT5), dos vizinhos (BT8 e BT2).

Verifica-se no BT5 e BT8 a importância da sociedade- providência, que é definida por Santos: *“redes de relações de interconhecimento, de reconhecimento mútuo e de entreaajuda baseadas em laços de parentesco e de vizinhança, através das quais pequenos grupos sociais trocam bens e serviços numa base não mercantil e com uma lógica de reciprocidade.”* (Santos,1993:46). No caso do BT5, este beneficiário ajuda em algumas situações a vizinha e em troca tem por parte desta oferta da alimentação. Já no caso de BT8, este cuida da horta de um familiar e recebe em troca alguns legumes. Leva também, como forma de reconhecimento, os legumes para os vizinhos que lhe oferecem algumas refeições. Também Martins (2000) reforça esta ideia de sociedade-providência na pobreza tradicional :*“O nível de vida pode ser baixo, mas estão ligados a uma rede de apoio informal mais ou menos extensa, é, sociedade providência, geralmente integrando uma rede social de familiares e vizinhança.”* (Martins,2000: 4)

9- Alterações nas práticas de consumo

9.1 Mudanças de estilo de vida

Nesta problemática a primeira dimensão analisada é as mudanças de estilo de vida, em que vamos conhecer as alterações que houve a nível económico, de lazer e de consumo na vida dos beneficiários após terem recebido o RSI.

De acordo com Fernandes *et al*, nos novos pobres verificou-se uma alteração nas suas práticas de consumo que *“acarreta mudanças nos estilos de vida, como sejam o fim do gozo de férias, as saídas e jantares ao fim de semana, ou até mesmo as idas ao cabeleireiro”*. (2012:8) De acordo com Bruto da Costa o contexto de vida de pobreza vai afetar a personalidade do pobre. *“Modificam-se os hábitos, surgem novos comportamentos, alteram-se valores, transforma-se a cultura, ensaiam-se estratégias de sobrevivência, a revolta inicial vai cedendo o lugar ao conformismo, vai baixando o nível de aspirações, esbate-se a capacidade de iniciativa [...]”* (1998:28) O que estes dois autores afirmaram anteriormente vai de acordo com o que encontrámos no novo perfil entrevistado. O que nos refere Bruto da Costa verifica-se com preponderância neste perfil.

Nos beneficiários do novo perfil verifica-se opiniões divergentes (tabela 28) porque para alguns dos beneficiários, após terem recebido o RSI, a nível económico as coisas melhoraram um pouco (NB1 e NB5) e para outros beneficiários (NB3 e NB7) as coisas não mudaram muito porque afirmam que o valor da prestação é baixo, o que os limita. No que respeita a nível de consumo, o NB1 revela que tem tido “mais liberdade” para comprar mais coisas e ir por exemplo ao café enquanto o NB3 já nos diz que já não consegue comprar determinados produtos que comprava e que o dinheiro que recebe é destinado para as despesas da casa. Também refere que antigamente ia de férias com a família e que compravam roupa, mas atualmente a sua situação impede de fazer este tipo de vida. No caso do NB5 este afirma que desde que está nesta situação que tem feito uma vida mais poupada e já não pode comprar livros e ir de férias como tinha hábito. O NB7 a nível de consumo admite que desde que recebe o RSI está numa “política de abstinência” porque o dinheiro é limitado e já não pode comprar tudo o que queria como antigamente. Admite que adquiriu estratégias para se gastar o menos possível. A nível de lazer o NB3 admite que não faz nada. O mesmo refere o NB5, ao afirmar que está sempre por casa devido à escassa posse monetária para realizar qualquer tipo de lazer. Por último o NB7 também verificamos a ausência de lazer.

Tabela 28- Alterações nas práticas de consumo na vida dos beneficiários- Novo Perfil

Problemática	Dimensão	NB1	NB3	NB5	NB7
Alterações nas práticas de consumo	Mudanças de estilo de vida (a nível económico, de lazer e de consumo)	«[a nível económico] não mudou muito, não estou a receber muito são só cento e pouco euros mas já dá para controlar . Já penso assim, já no próximo mês vem outra vez dinheiro já lá vou buscar para pagar a medicação para isto e para aquilo. A pessoa já tem um bocadinho de liberdade para dizer eu posso. [...] Já consigo fazer mais compras agora já consigo ter mais um espaço de manobra antes não. Já posso mais estar com os colegas e tomar um café e portanto já não estou a contar os trocos. »	«[...] [a nível económico] pouca coisa, porque não dá para muito. A única coisa que eu consigo é mais ou menos ter as contas pagas no dia certo e não ter as multas.[...] a nível de lazer, eu não faço nada praticamente. Nós tínhamos um plano de férias que nós pagávamos uma joia todos os anos e depois uma semana de férias era capaz nos ficar em 90 euros ou nem isso. Conseguíamos tirar uma semana de férias de vez em quando para sairmos daqui, agora nunca mais. Muita coisa deixei de comprar. Posso-lhe dizer que antes tinha o cuidado de ter um determinado detergente para a roupa e daqueles paninhos que não deixam pegar as cores às roupas e que resultava e tive que deixar de comprar essas coisas porque são muito caras. Eu roupa não compro para mim.»	« eu não tinha nada economicamente por isso melhorou um bocadinho [...]eu antigamente ia de férias e agora não posso, livros são emprestados porque comprar é impossível [...]. Eu tento fazer uma vida poupada.[a nível de lazer] Uma pessoa muda , não me apetece, uma pessoa para ir passear precisa de dinheiro não é? [...]Estou mais em casa [...] Comprava roupa como qualquer pessoa normal mas não era de extravagancias e agora não posso porque não dá.»	«[a nível económico] As pessoas passam a ter uma política total de abstinência do que quer que seja porque o dinheiro é contado, o dinheiro já se sabe para o que é. E portanto a minha vida mudou nesse aspeto em que não há planos, não há expetativas, vou ver se para o mês que vem consigo comprar aquilo que gosto tanto, já não existe isso, acabou.[...] [a nível de lazer] há certas coisas que nós podemos fazer, ir a um parque pegar num livro e levar uma garrafa de água e um boné e podemos socializar, isso é verdade, mas também não podemos fazer sempre isso não é? Quer dizer no Inverno também não vou para o parque para debaixo da chuva não é? E para o café não vou porque não tenho dinheiro para gastar. [...] a nível de consumo é muito complicado. É extremamente doloroso a ginástica, as manobras... adquirem-se estratégias para se gastar o menos possível. [...] Em termos de consumo, claro marcas brancas e depois há coisas que nem compro. Porque não se pode comprar [...] Depois vamos habituando, se é que as pessoas podem habituar-se com algumas privações.»

Como nos mostra a tabela 29, os beneficiários tradicionais revelam-nos que o que mudou a nível económico após ter recebido o RSI, foi ter ajudado a pagar as despesas relacionadas com a renda da casa e alimentação (BT4, BT5 e BT6). No que respeita ao consumo, as mudanças que verificaram-se foi cada vez mais possuírem menos poder de compra. Estes admitem que o consumo só é destinado para a alimentação. No caso do BT5 no que respeita

ao consumo, a alteração que verificou, foi ter que recorrer às instituições como a Cruz Vermelha, por exemplo, para buscar alimentos. Quanto às alterações no lazer, os beneficiários (BT4 e BT6) revelam-nos algumas mudanças. No caso do BT4 algumas vezes este vai com amigos passear de carro até à serra, porque não pode realizar outro tipo de atividade de lazer, devido à carência económica. Sendo esta uma maneira de distração para o beneficiário. Enquanto antes tinha mais diversidade de escolha nas saídas. Já no caso do BT6 este beneficiário revela que o dinheiro é limitado e por isso não dá para as saídas de lazer como antes conseguia fazer. Ainda no que respeita ao lazer, o BT5 não nos revela qualquer mudança no lazer. No entanto é de salientar uma exceção, o (BT7) revelou-nos grandes alterações tanto a nível económico, consumo e lazer. Este aproxima-se em alguns aspetos do novo perfil. Teve uma vida um pouco melhor que os outros beneficiários tradicionais. Este beneficiário afirma que tinha uma vida estável e minimamente boa. Verificamos neste testemunho a importância que é dada à sua imagem que afeta a autoestima deste indivíduo. Admite que a sua vida mudou radicalmente e desde que está nesta situação refere que nunca mais conseguiu ir de férias como era habitual. É de salientar novamente, que o que diz Bruto da Costa (1998) também vai de acordo com os entrevistados deste perfil tradicional.

Contudo, verifica-se que o RSI não alterou significativamente os consumos e o lazer dos beneficiários do perfil tradicional, à exceção do BT7. Ao invés, o novo perfil revela alterações no consumo e lazer mais significativas.

Tabela 29- Alterações nas práticas de consumo na vida dos beneficiários- Perfil Tradicional

Problemática	Dimensão	BT4	BT5	BT6	BT7
Alterações nas práticas de consumo	Mudanças de estilo de vida (a nível económico, de lazer e de consumo)	«[a nível económico] ajuda-me a pagar a renda [...]um gajo já não tem dinheiro para ir para lá ou para aqui. De vez em quando, quando arranjamos um carrito vamos até à serra e até ao rio porque não podemos ir mais pra' lado nenhum. [...] Só compro mesmo o que preciso.»	«[a nível económico] ajudou muito, consigo agora pagar a renda e as minhas despesas [...]estou praticamente em casa, estou lá sossegadinha não houve mudança[...]Passei a buscar comer à associação e ir buscar coisas à cruz vermelha porque não dá para comprar mais nada.»	«[a nível económico] ajudou um pouco, com o que recebo vou comprar a comida [...]Às vezes queria sair e podia, agora já não posso tanto [...]Agora o dinheiro que temos só dá para a alimentação e pronto... e já não dá para outras coisas.»	«[a nível económico] mudou tudo, então eu tinha uma vida mais ou menos boa, fumava tive que deixar de fumar, mas pronto isso é o menos importante, ia comer frequentemente ao restaurante agora não vou [...]E um dia ainda me vou suicidar, porque agora ainda tenho roupa e sempre fui uma pessoa que gostava de vestir-se mais ou menos bem entende? Eu não tenho dinheiro para comprar a roupa [...] em setembro começou-me a cair o cabelo [...]Quando agora recebi passei pelo serra shopping e fui à farmácia do continente, que é mais económico e tive que comprar o shampoo, é porque se me vejo sem cabelo então aí é que é uma desgraça. Entende? O dinheiro faz-me falta mas eu não me gosto de ver sem cabelo entende? [...] Todos os dias eu tomava banho, hoje não posso. Tenho que tomar dois banhos por semana. [...] Estamos no século XXI e quem não anda limpo e lavadinho e isso tudo que eu costumo dizer, é uma vergonha está a perceber? Isto não é a minha maneira e nunca foi, sinto-me triste entende? Eu não me imaginava nesta situação. A minha vida mudou radicalmente. [...] eu todos anos ia de férias agora não vou, eu não saio de casa.»

9.2 Percepção dos técnicos sobre as mudanças na vida dos beneficiários

Nesta dimensão pretende-se analisar o modo como as técnicas percecionam as mudanças que possam existir na vida dos beneficiários.

De acordo com a tabela 30, todas as técnicas entrevistadas referiram como mudança na vida dos beneficiários o acesso a rendimentos e desta forma conseguirem pagar as suas despesas. Segundo as técnicas este poder económico apesar de ser relativamente baixo, traz - lhes alguma autonomia perante famílias ou instituições. Por um lado a T2 identifica um aspeto referenciado pela maioria dos beneficiários de ambos os perfis: de não haver afastamento da parte da família nem de amigos. Quanto ao rótulo esta técnica diz que não pensa que haja esta situação.

No entanto no discurso da T4 verificamos alguns dos sentimentos dos novos beneficiários. Rodrigues afirma que os técnicos consideram a inserção no âmbito do RSI *“uma apropriação pejorativa, quando não estigmatizante, na medida em que assume os beneficiários como cidadãos já em fase de dessocialização e em fase de fratura dos laços com a sociedade.”* (Rodrigues,2010: 217) Nesta expressão identificamos a apropriação pejorativa no relato da T4 ao referir-se ao modo como os novos beneficiários se inserem nesta medida. Enquanto a T2 acredita que não existe quebra de laços sociais nem estigma para com os beneficiários, o que contradiz um pouco o que diz Rodrigues (2010) quando este diz que a inserção no RSI pode ser estigmatizante e pode levar ao enfraquecimento de laços sociais.

No entanto nesta investigação no que respeita ao enfraquecimento dos laços sociais, verifica-se em ambos os perfis de beneficiários a ausência desta quebra de laços, à exceção do NB7. O que confirma o que a T2 nos diz e contradiz o que afirma Rodrigues (2010).

Tabela 30- Percepção das técnicas sobre as mudanças na vida dos beneficiários

Problemática	Dimensão	T1	T2	T4
Alterações nas práticas de consumo	Percepção dos técnicos sobre as mudanças na vida dos beneficiários	«O poder económico... numa primeira instância é logo terem acesso a um valor económico que muitos não tem [...]a pessoa não se sente dependente dos outros, apesar do valor ser muito baixo de qualquer forma é uma forma de a pessoa sentir alguma autonomia perante pessoas que tenham, ou situações mesmo com instituições com as quais está dependente, nesse aspeto isso muda.»	«Muda no facto de estarem a beneficiar de uma prestação. [...] Muitos deles relatam que são dependentes de familiares e no caso de os filhos ainda são os pais de alguma idade tem que estar a sustentar. O fato de ser beneficiários do RSI torna - os um pouco autónomos [...] Não sinto que as pessoas sejam rotuladas. Acho que as relações se mantêm, muito sinceramente [...] o facto de serem beneficiários, pronto, os familiares e os amigos se distanciarem, não penso que não.»	«Eu penso que é a parte económica. O que mais muda é eles terem aquele dinheiro no fim do mês que antes não tinham [...] Basta ter um bocado de poder de compra que altera ali um bocadinho a vida das pessoas, porque a gente sabe que o dinheiro é fundamental. [...] Nos mais qualificados verifica-se por terem tido um emprego estável e por nunca terem passado por esta situação, alguma vergonha e revolta. Também vejo por vezes que eles escondem a sua situação.»

10. Percepção do futuro

10.1. Percepções e aspirações face ao futuro

Através da dimensão *percepções e aspirações face ao futuro*, pretende-se saber como veem os beneficiários o seu futuro após a cessação do RSI.

Matos e Costa (2012) admitem que é nos agregados com menores recursos que se percebe a impossibilidade de uma vida melhor, isto é, consideram que a sua vida vai piorar no futuro. De acordo com Matos e Costa (2012) quanto às expectativas face ao futuro, os beneficiários têm o desejo de encontrar um emprego para deixar de receber o RSI. O mesmo acontece nos beneficiários referenciados em cima, maioritariamente do novo perfil. As habilitações têm influência no modo de perspectivar o futuro: *“não surpreende que sejam os agregados familiares com mais recursos (escolares e financeiros) que perspectivem mais frequentemente a autonomização da medida a curto ou médio prazo e que acreditam que no futuro a sua vida vai melhorar.”* (Matos e Costa, 2012:128) Também Poupinha (2009) no seu estudo verificou que os novos pobres possuem elevadas expectativas face ao futuro, o que aliado ao maior capital social que possuem, possibilita-lhes uma maior capacidade de autonomia relativamente ao RSI.

Na tabela 31, os beneficiários (NB5 e NB7) apresentam-nos dificuldade em perceber o futuro. O NB7 em simultâneo admite que tem dificuldade em perceber o seu futuro como

nos revela uma descrença num futuro melhor. Verificamos o desânimo nas palavras deste beneficiário. Estes dois beneficiários não vão de encontro com o raciocínio de Matos e Costa (2012) quando estes afirmam no seu estudo que os beneficiários com mais recursos escolares acreditam num futuro melhor. Também o NB2 tem uma perceção face ao futuro muito negativa, contrariando também o que diz Matos e Costa (2012). Em oposição temos o NB4 e o NB6 que acreditam num futuro melhor e acreditam que vão arranjar emprego antes do RSI terminar. Nestes dois casos já se aplica o que diz Matos e Costa (2012) e Poupinha (2009). De acordo com Matos e Costa (2012) quanto às expectativas face ao futuro, os beneficiários têm o desejo de encontrar um emprego para deixar de receber o RSI. E Poupinha afirma que os novos pobres tem elevadas expectativas face ao futuro como foi referido acima.

Tabela 31- Perceção do futuro após a cessação do RSI- Novo perfil

Problemática	Dimensões	NB2	NB4	NB5	NB6	NB7
Perceção do futuro	Perceções e aspirações face ao futuro	«Quando acabar vai ficar ainda mais negro se eu não arranjar trabalho [...] Os anos passam-se, trabalho quanto mais velhos ficamos não nos querem. Nem sequer quero pensar que vou ficar mesmo sem nada»	«Espero encontrar emprego para conseguir sustentar-me, aliás, espero encontrar mesmo antes do rendimento acabar.»	«Não tenho ideia nenhuma. Não sei... não sei se nessa altura posso já estar reformada.»	« [...] isto acaba em dezembro... que acabe por mim, que eu arranje emprego. Tenho que fazer alguma coisa [...] Não consigo ver o antes e o depois do RSI. Mas acha que vai melhorar? Só pode melhorar, pior o que seria? Nem imagino.»	«Percecionar o meu futuro é doloroso, é com muita dificuldade que o perceciono. Porque eu não sei o que me pode acontecer. Quer que me deslumbre que alguma coisa boa irá acontecer-me depois de tantas tentativas, de tantos currículos enviados, tantas solicitações a esta e àquela?»

Na tabela 32, o BT2, BT7 e BT4 revela-nos que não têm perceção quanto ao seu futuro. Enquanto o BT5 perceciona o seu futuro com alguma dificuldade porque afirma que quando a prestação terminar a sua vida ficará pior. Este beneficiário vai de encontro com o que diz Matos e Costa (2012) pelo facto de estes afirmarem que os agregados com menores recursos percecionam um futuro pior. Já o BT8 contraria estes autores, ao afirmar uma perceção melhor quanto ao futuro, revelando que quando a prestação acabar já pensa estar empregado.

Tabela 32- Percepção do futuro após a cessação do RSI- Perfil Tradicional

Problemática	Dimensões	BT2	BT4	BT5	BT7	BT8
Percepção do futuro	Percepções e aspirações face ao futuro	«Quer que lhe diga ... nem sei... não tenho noção»	«Não sei. É por causa disso que eu quero meter os papéis para a reforma. [...] Mas se até lá não ter a reforma tenho que encostar alguém para dar-me algo para fazer.»	«Será o meu fim quando o RSI acabar. Isso é que eu não sei, vai ser complicad o muito complicad o arranjar trabalho.»	«Não penso nisso, sei lá quando acabar olha...»	«Ter trabalho porque eu só penso no trabalho»

11. Procura de emprego

11.1 Procura ativa ou inativa

Um dos objetivos centrais do RSI prende-se com a procura ativa de emprego, funcionando como uma medida incentivadora desta procura.

Nesta dimensão vamos conhecer se os beneficiários têm uma procura ativa e os que não tem essa procura ativa, pretende-se saber a razão por estar inativo.

De acordo com o *Inquérito aos beneficiários do RSI, 2011*¹² verificou-se no que respeita à iniciativa de procura de trabalho, que são os beneficiários mais jovens e com maior nível de escolaridade que tem maiores possibilidades e que mais frequentemente procuram trabalho.

Nesta investigação constatamos que em ambos os perfis de beneficiários existe uma procura ativa, à exceção de dois casos, contrariando o que nos diz o Inquérito aos beneficiários do RSI. No que respeita à não procura de emprego, temos o BT7 que não procura emprego devido à descrença de não ser aceite devido à sua idade e escolaridade e o BT3 argumenta que não procura trabalho devido à filha estar doente.

Tabela 33-Procura ativa /inativa por parte dos beneficiários- Novo Perfil

Problemática	Dimensão	NB1	NB6
Procura de emprego	Procura ativa ou inativa	«Encontro-me sistematicamente a enviar currículos»	«Encontro-me à procura de emprego sim»

¹² Relatório Final - Impactos dos Acordos de inserção no Desempenho do RSI (entre 2006-2009) da autoria de Madalena Matos e Sónia Costa

Tabela 34-Procura ativa /inativa por parte dos beneficiários- Perfil Tradicional

Problemática	Dimensão	BT1	BT3	BT4	BT7
Procura de emprego	Procura ativa ou inativa	«Sim estou sempre à procura de alguma coisa»	«Procurar agora não procuro. [...] Tenho a garota doente até o meu marido já andou aí a ver de trabalho para a cereja e está tudo cheio. Há muitos que bato à porta e dizem que já lá tem gente que chegue»	«Sim estou à procura de trabalho»	« [...] Eu nem sequer procuro trabalho [...] eu tenho 65 anos quem é que me dá trabalho? Isso queria eu. Se há tanta gente jovem e não tem trabalho, e sou eu só com a 4 ^o classe?»

Visto que a maioria dos beneficiários de ambos os perfis fazem uma procura ativa de emprego, podemos afirmar que existe a ativação por parte dos beneficiários que é exigida pelo RSI. De acordo com Sousa *et al* (2007) a ativação é um modo de colocar os próprios beneficiários dessa política a participar no seu próprio processo de inserção. E notámos por parte dos beneficiários a participação no seu processo de inserção, apesar de haver alguma inconsciência por parte dos tradicionais beneficiários neste aspeto. (não esqueçamos que a maioria destes não tem consciência do que é o programa de inserção)

11.2 Recursos utilizados para procurar emprego

Tendo em conta que esta dimensão se centra nos recursos utilizados para procurar emprego, no quadro 35 e 36, vimos que os recursos utilizados por parte dos beneficiários é muito variado. Os recursos utilizados vão desde de procurar pelos *media* e amigos, centro de emprego até dirigirem-se aos próprios locais do trabalho pretendido.

Tabela 35- Recurso utilizados para procurar emprego- Novo Perfil

Problemática	Dimensão	NB1	NB4	NB7
Procura de emprego	Recursos utilizados para procurar emprego	«Internet, contato a colabora, falo com pessoal da universidade que conheço e através de amigos que estão lá fora porque sei que há mais oportunidades»	«Envio currículos, basicamente entro em contato com as empresas geralmente por email. Costumo também ver sites de emprego.»	«[...]nomeadamente ir ao centro de emprego, criando os meus próprios anúncios, no jornal do Fundão e no jornal da Covilhã, papelinhos nas lojas, nas tabacarias.»

Tabela 36- Recurso utilizados para procurar emprego- Perfil Tradicional

Problemática	Dimensão	BT1	BT2	BT6
Procura de emprego	Recursos utilizados para procurar emprego	«Vou mesmo ter aos sítios perguntar se precisam de pedreiros. [...]»	«É assim... vou ao centro de emprego e vejo lá os folhetos»	«Vou procurar nas firmas e deixo lá o meu número e dizem para eu esperar»

11.3 Avaliação das técnicas sobre a procura de emprego por parte dos beneficiários

Nesta dimensão o intuito é conhecer as avaliações das técnicas sobre a procura de emprego por parte dos beneficiários, tendo em conta os diferentes perfis e o seu potencial impacto na procura mais ou menos ativa de emprego.

Poupinha (2009) no seu estudo junto dos técnicos identificaram que os beneficiários que recorrem ao RSI recentemente (novos pobres) querem sair desta situação o mais rápido possível pelo facto de estarem mais motivados para inserção profissional.

Como é possível verificar na tabela 37, as técnicas (T2,T3 e T4) percecionam os novos beneficiários como os mais ativos na procura de emprego devido a estes quererem ser inseridos através do RSI e procurarem a mudança. Enquanto os tradicionais beneficiários são percecionados como os menos ativos na sua generalidade, isto é, acomodam-se à situação (T3). Os discursos obtidos por partes das técnicas confere o que diz Poupinha (2009).

Tabela 37- Expetativas das técnicas sobre a procura de emprego dos beneficiários

Problemática	Dimensão	T2	T3	T4
Procura de emprego	Avaliação das técnicas sobre a procura de emprego por parte dos beneficiários	«Os que tem escolaridade sim, tanto que um dos objetivos de requerer o RSI é precisamente essa, é tentar ser inseridos através da prestação de RSI. Existe uma maior procura activa por parte destes. Agora os de baixa escolaridade não. Os que tem baixa escolaridade não é geral... há uns que tem baixa escolaridade e que se esforçam mas de uma forma geral eu penso que não tem essa procura tão ativa, não. [...]»	«[...] Acredito que quem tenha mais escolaridade se calhar tem uma procura... é mais pro- ativo nessa área. Acabava por haver... quem tem menos escolaridade há quem procure na construção civil. Se calhar a maioria é o acomodar, vão fazendo uns pescatos aqui e ali, portanto entra um dinheirito que não está declarado em lado nenhum [...]»	« [...] as famílias que têm mais habilitações que estão interessadas na mudança, numa porta aberta vejo uma procura mais ativa. [...] Os de baixa escolaridade não noto essa vontade de trabalhar. Não noto, porque é assim, nós assinamos um contrato que é anual e passado um ano eu estou a chamá-los cá e a situação alterou? Não. Procurou? Não. [...]»

11.4 Apoio das técnicas na procura de emprego

Na dimensão- apoio das técnicas na procura de emprego- o objetivo é conhecer se as técnicas ajudam de alguma forma os beneficiários na procura de emprego e de que modo o fazem.

De acordo com a tabela 38, verifica-se que na maioria dos beneficiários afirma que não recebe apoio por parte da técnica na procura de emprego, sendo estes maioritariamente os beneficiários do novo perfil.

Tabela 38- Apoio das técnicas na procura de emprego-Novo Perfil

Problemática	Dimensão	NB3	NB4	NB7
Procura de emprego	Apoio das técnicas na procura de emprego	«Não nesse aspeto não»	«Por acaso não»	«Daqui nenhum.»

Por outro lado, os beneficiários tradicionais afirmam o contrário, que recebem apoio por parte das técnicas que os acompanham (tabela 39).

Tabela 39- Apoio das técnicas na procura de emprego- Perfil Tradicional

Problemática	Dimensão	BT2	BT4	BT8
Procura de emprego	Apoio das técnicas na procura de emprego	«A técnica... é assim eu estou inscrita no centro de emprego e eles quando vêm que há possibilidades de eu entrar, eles comunicam com a técnica e depois a técnica ou manda-me uma carta ou telefona-me»	«Oh dizem para eu tentar, tentar ...»	«Avisa quando há alguma coisa»

Contudo como podemos ver na tabela 40, as técnicas no que respeita ao apoio dado aos beneficiários na procura de emprego afirmam que estimulam para a procura ativa. A T1 revela-nos que os beneficiários nem sempre se demostram ativos, o que vai contrariar a informação dada pelos beneficiários quando nos dizem que tem uma procura ativa.

De acordo com Rodrigues e Sousa (2006) é necessário fazer com as famílias coisas úteis na perspetiva de quem intervém e de quem recebe o apoio, porque assim encoraja estas a serem ativas, reforçando a sensação que os técnicos estão interessados em ajudar. O que foi referido anteriormente nas citações das técnicas verifica-se de facto nos beneficiários tradicionais, o mesmo não acontece nos novos beneficiários devido a estes admitirem que não têm apoio por parte da técnica que o acompanha.

Tabela 40- Apoio das técnicas na procura de emprego

Problemática	Dimensão	T1	T4
Procura de emprego	Apoio dos técnicos na procura de emprego	«[...] o papel do técnico é estimular essa parte pró ativa, essa é uma função que nós temos, é o nosso dia a dia em termos de trabalho para com eles mas sentimos que nem sempre há receptividade do outro lado»	«[...] Como técnica incentivo, digo-lhe “ olhe agora pode procurar de outra forma e dizer que é beneficiário de RSI. E na entrevista perguntamos qual é sua experiência profissional, onde é que já trabalhou e depois digo que pode dirigir aqui e ali, vá ali e procure.»

11.5 Mudanças na procura de emprego enquanto beneficiário

A próxima dimensão foca-se nas mudanças na procura de emprego enquanto beneficiário e pretende conhecer se houve alguma mudança na procura de emprego enquanto beneficiários. Perante a tabela 41 e 42, confirmamos que a maioria dos beneficiários de ambos perfis admitem que não houve mudanças na procura de emprego enquanto beneficiário, afirmando que continuam com a sua procura como sempre a fizeram. Verificamos com estes dados que estes indivíduos mantêm a sua postura ativa na procura como já foi referido anteriormente. No entanto identificamos alguns beneficiários que dizem que as mudanças na procura de emprego se verificam por estar inscrito no centro de desemprego (BT2 e BT5) e que já não selecionam tanto para onde mandar os currículos (NB6). No caso do NB6 afirma que desde que é beneficiário que já não seleciona tanto o envio dos seus currículos para determinados sítios e afirma que desaprendeu a procurar trabalho porque antes tinha mais facilidade em encontrar emprego.

O NB2 afirma que desde que é beneficiário tem a obrigação de procurar emprego mas não obtém resposta do lado das instituições para que manda a sua candidatura. E neste caso notámos que não há grandes alterações sendo beneficiário. No entanto a NB7 afirma que não houve mudanças na procura de emprego e não é por estar a receber a prestação que se acomodou à situação.

Uma vez que a maioria dos beneficiários admite que ser beneficiário não traz mudanças na procura de emprego, podemos afirmar que o próprio RSI não ativa a procura de emprego, bem pelo contrário. Leva-nos a crer que o RSI neste setor não têm feito muito para ajudar os seus beneficiários na procura de trabalho.

Tabela 41- Mudanças na procura de emprego enquanto beneficiário - Perfil Tradicional

Problemática	Dimensão	BT2	BT5	BT6
Procura de emprego	Mudanças na procura de emprego enquanto beneficiário	«Estar inscrita no centro de emprego porque antes não estava [...]»	«Estar inscrito no centro de emprego mais nada de especial»	«Não mudou nada, continuo a fazer a minha procura como sempre»

Tabela 42- Mudanças na procura de emprego enquanto beneficiário - Novo Perfil

Problemática	Dimensão	NB2	NB6	NB7
Procura de emprego	Mudanças na procura de emprego enquanto beneficiário	«Não mudou nada, continuo a fazer as minhas procuras e entregar currículos não tenho é o feedback das pessoas onde entreguei currículos [...] temos a obrigação de encontrar trabalho mas a partir do momento em que entregamos o nosso currículo passa para as outras mãos não sabemos o caminho que aquilo leva»	«Já não estou a selecionar tanto, já estou a mandar currículos para mais sítios que antes não tinha mandado. Acho que até desaprendi a procurar trabalho porque sempre me bateu à porta.[...] Mudei um bocado de atitude e acho que não fiz bem porque sempre tive trabalho.»	«Não houve mudanças porque eu nunca me acomodei a esta situação. [...] Mas não é pelo fato de estar a receber este rendimento que eu tenho sido mais inerte na procura de trabalho, pelo contrário»

11.6 Ajuda do RSI na procura de emprego

A última dimensão incide na ajuda do RSI na procura de emprego e pretende-se averiguar se os beneficiários tiveram alguma proposta de emprego enquanto beneficiários de RSI.

De acordo com Fernandes *et al* (2012) os beneficiários com qualificação média/superior têm uma descrença no que respeita na integração no mercado de trabalho através do RSI. Estes acreditam que encontrarão um novo emprego pelos seus próprios meios através das suas redes de conhecimentos e da procura ativa de emprego em lugares que os possam empregar. A tabela 43 revela-nos que a maioria dos beneficiários do novo perfil afirma que o RSI não ajuda na procura de emprego. Verificamos que os dados recolhidos vão de encontro com o que diz Fernandes *et al* (2012). Apesar de admitirem que o RSI não ajuda na procura de emprego, o NB3, NB4 e NB7 tiveram propostas de emprego mas sem sucesso. No NB3 identificamos a dificuldade de encontrar emprego por causa do fator idade. No NB4 e NB7 reparámos mais uma vez na ineficácia do programa de inserção, devido ao desinteresse por parte das entidades que fazem parte do NLI. Ao invés, o NB6, revela-nos que o RSI ajudou na procura de emprego no sentido de procurar melhor para conseguir sair da situação em que

se encontra e não no sentido de o RSI oferecer propostas de emprego. Transmite a ideia de que ao ser beneficiário do RSI dá-lhe mais força para continuar a procurar.

Tabela 43- A ajuda do RSI na procura de emprego- Novo Perfil

Problemática	Dimensão	NB1	NB3	NB4	NB6	NB7
Procura de emprego	Ajuda do RSI na procura de emprego	«Não posso dizer nem bem nem mal, é assim eles não podem dar aquilo que não tem e o iefp só se consegue por cunhas e é isso que me revolta[...]» «Não nunca me propuseram porque nunca houve oportunidades»	«Não. É muito difícil porque as pessoas não querem licenciados porque tem que pagar mais. Eu fui várias vezes ao centro de emprego e disse estou disponível para POCS... nunca fui chamada [...] O centro de emprego chama-me para entrevistas só. Já fui a duas ou três entrevistas ao Fundão mas são 100 cães a um osso e se tenho 44 anos optam sempre por mais novos infelizmente.»	«Acho que não [...] Fui ao centro de emprego há umas semanas porque havia uma proposta para as águas da Covilhã mas depois eles acabaram por nunca me contatar. »	«Vem porque é uma coisa que me diminuí e faz-me sentir... deixa-me de sentir licenciada, deixa-me de sentir tudo... faz-me procurar melhor para sair desta situação.[...] Não, não nunca me chamaram para emprego.»	«Penso que não. A medida que o tempo passa eu tenho cada vez mais a percepção que as coisas estão cada vez mais difíceis pelos anos que estão a passar.[...]«Uma vez propuseram. [emprego] Um senhor da Misericórdia telefonou a marcar a entrevista comigo e depois um dia antes telefonou a dizer que já não era preciso. Portanto ficamos assim.»

No entanto é de realçar que os beneficiários, maioritariamente os tradicionais (tabela 44) admitem que o RSI ajuda-lhes na procura de emprego. (BT2,BT5 e BT8)

Note-se que o BT3 pertence à etnia cigana, e afirma que não tem tido propostas de emprego devido à sua etnia e por ser analfabeta.

Apesar de alguns beneficiários terem tido proposta de emprego estes recusaram-no por diversas razões. Ou por questões de saúde ou por causa de não ter meio de transporte para se deslocar para o sítio que é pretendido. Ou até mesmo o desinteresse por parte das instituições. Verifica-se aqui mais uma vez a inadequação das propostas de emprego face às características dos beneficiários. Isto leva-nos a crer que o RSI, que tem o intuito de inserir profissionalmente, não tem tido muito sucesso. Identificamos aqui o que Poupinha (2009) afirma: a falta de respostas e a desadequação ao perfil dos beneficiários provoca um enorme constrangimento ao desenvolvimento da atividade do NLI e o que foi delineado no programa de inserção. O que resulta numa desacreditação não só na medida como também no centro de emprego. Tal como nos diz Caleiras (2008) o RSI pretende estimular a procura de emprego por parte dos seus beneficiários mas no entanto existe uma fraca qualidade no que respeita aos acordos de inserção no âmbito de emprego. Ainda assim o autor diz que o facto de ser irregular o acesso a empregos pode ser explicado pelo facto de existir uma diferença entre as

competências de base dos beneficiários e as medidas de inserção propostas. Mas por outro lado tem que se ter em conta a situação atual do país que tem uma escassez de oferta de emprego, que dificulta a inclusão dos indivíduos. Neste caso, os dados recolhidos encontram-se também de acordo com o que afirma Gómez (in Rodrigues, 2006) que considera que o Estado não consegue cobrir todos os riscos sociais.

Tabela 44- A ajuda do RSI na procura de emprego- Perfil Tradicional

Problemática	Dimensão	BT2	BT3	BT5	BT8
Procura de emprego	Ajuda do RSI na procura de emprego	«sim, ainda à bocado fui a uma proposta de emprego para limpezas.»	«Oh menina quem vai dar emprego a uma cigana, diga-me lá? Não dá [...] E como não sei ler nem escrever é difícil.»	«Eu acho que sim. Há uma convocatória de trabalho e temos que aparecer [...] Recebi uma carta para as limpezas para o Canhoso mas como poderia descolar-me? Como pagava o passe? Outro era no Alentejo para apanha da fruta e eu não aceitei ir para o Alentejo porque eu não aguento 8 a 12 horas de pé por causa do meu problema no tornozelo.»	«Mais ou menos. Às vezes surgem trabalhos mas a maior parte precisa de transporte e eu não tenho [...] Mandaram-me para Santarém para a framboesa era só uma temporada e é longe, então eu sem carro como é que vou? Se fosse um trabalho bom e certo dizia que sim.»

12- Considerações Finais

Após a análise das problemáticas apresentamos de seguida as conclusões a retirar desta investigação. O objetivo geral que orientou a investigação foi comparar os impactos do RSI entre um novo perfil de beneficiários e o perfil tradicional de beneficiários.

Os beneficiários tradicionais e o novo perfil desta investigação possuem trajetórias de vida todas elas muito diferenciadas umas das outras. Outro fator que os difere é precisamente as habilitações literárias. A maioria das profissões desempenhadas pelos beneficiários tradicionais enquadra-se nas profissões menos renumeradas e desqualificadas, enquanto o novo perfil se insere em profissões qualificadas e também desqualificadas. Isto porque alguns dos beneficiários estiveram em trabalhos precários e outros tiveram trabalhos mais qualificados na área da contabilidade, financeira e secretariado. A maioria dos novos beneficiários tinham uma vida estabilizada que dava pagar as suas despesas e fazer uma vida mais desafogada. Ambos perfis são caracterizados pela vulnerabilidade e exclusão. Os fatores que foram identificados como geradores de pobreza e exclusão foram precisamente a rutura de laços com mercado laboral e o fato de nunca ter trabalhado (um caso). Identificou-se dois beneficiários tradicionais que se aproximam de algumas características do novo perfil: o tipo de vida que tinha e as mudanças que sofreu na vida a partir do momento em que são beneficiários do RSI.

Na avaliação do estatuto enquanto beneficiário, verificamos percepções diferentes entre ambos perfis. Nos beneficiários do novo perfil verificamos a desqualificação social designada por Paugam (2003), nomeadamente a primeira fase deste processo- os frágeis. Estes indivíduos nunca se imaginaram nesta situação porque não foram criados em contextos de pobreza. O que provoca sentimentos de revolta, angústia, humilhação e vergonha por parte destes novos perfis. Quanto aos tradicionais beneficiários já não se identifica estes sentimentos. Verifica-se um “conforto” com a situação de beneficiários e não esqueçamos que alguns destes beneficiários tiveram uma vida mais próxima da pobreza. Existem diversas percepções quanto à percepção do RSI em ambos perfis. O perfil tradicional vê esta medida como uma ajuda para sobreviver e pagar as suas despesas. Por outro lado, no novo perfil as percepções divergem. Uns veem que o RSI não é para o futuro, outros veem-no como um apoio económico do Estado para pessoas carenciadas e por fim e só um beneficiário o vê como forma de se inserir profissionalmente através dos POC'S. Verificamos que a maioria dos beneficiários, principalmente os tradicionais, não veem o RSI como uma forma de integração mas sim como um recurso financeiro.

Os beneficiários tiveram conhecimento sobre o RSI maioritariamente através de amigos e da Segurança Social. A consciencialização sobre o programa de inserção é visível nos beneficiários do novo perfil, apesar de ser ainda uma percepção um pouco vaga. Os beneficiários tradicionais demonstraram espanto quando questionados sobre o programa de inserção e a maioria deles não sabe e não se lembra do que assinou. Esta situação chama-nos a atenção para este ponto fraco do RSI. Este desconhecimento pode comprometer a inserção

destes beneficiários. De acordo com as técnicas, os beneficiários do novo perfil têm mais consciência do que é o programa de inserção por terem mais conhecimento e interesse em sair desta condição, enquanto o perfil tradicional não têm a noção do que assinam e assinam porque sabem que se não assinarem o processo não vai para a frente. Estes mostram desinteresse e são um público que precisa de maior explicação sobre o assunto. Segundo as técnicas, os beneficiários (tradicionais) antigamente percecionavam o RSI como um salário ou uma pensão, mas atualmente têm consciência do que é o RSI. Admitem que os beneficiários manipulam o sistema. Encontramos aqui uma contradição por parte das técnicas, repare-se que anteriormente disseram que os beneficiários tradicionais não têm noção do programa de inserção mas logo de seguida dizem que têm consciência do que é o RSI. Algumas das técnicas referem que para a maioria dos beneficiários o RSI é visto pela vertente económica esquecendo-se assim da vertente da inserção. Podemos confirmar este facto com os testemunhos dos beneficiários quando perguntamos como veem o RSI. Nas sugestões de melhorias do RSI encontramos o seguinte: o aumento do rendimento, ver o caso específico de cada beneficiário e que o RSI arranje trabalho de acordo com as competências de cada um. Note-se que as duas últimas sugestões foram mencionadas pelo novo perfil. Quanto ao ver o caso específico de cada beneficiário, este surge porque os beneficiários afirmam que o RSI não tem em conta as suas despesas e necessidades e que existe muitos indivíduos a receber indevidamente a prestação. A maior parte dos beneficiários queixam-se do valor da prestação por ser irrisório. Apesar de admitirem que é uma boa ajuda, este rendimento deveria ser aumentado.

A relação entre os beneficiários e as técnicas revela-se como uma boa relação e de certo modo um pouco próxima e com uma igualdade na atuação em ambos perfis. Contudo as técnicas verificaram alterações nas relações com os beneficiários, tais como: habilitações superiores e a influência que as alterações do RSI tem nos beneficiários. O que quer dizer que existe incompreensão na generalidade dos beneficiários sobre o porquê daquelas alterações. O técnico é quem “dá a cara” e tem que sujeitar-se por vezes a estas indignações e agressividades por parte desses beneficiários. As técnicas revelam que há mais facilidade em trabalhar com o novo perfil do que propriamente com o tradicional. A maioria dos beneficiários e as técnicas admitem que o contacto é feito com pouca frequência. Aliás, as técnicas salientam que deveria haver mais acompanhamento mas este não tem sido possível devido ao excesso de trabalho que estas têm em mãos.

Houve uma transformação do perfil de beneficiários que de acordo com as técnicas foi o surgimento de indivíduos com escolaridade superior e que caíram no desemprego, jovens licenciados que estão à procura de novo emprego, indivíduos que possuíam um emprego estável e ficaram no desemprego e por último as famílias monoparentais. As técnicas afirmam que o novo perfil recorre a esta medida com o intuito de serem inseridos no mercado laboral. Mas através dos testemunhos dados por estes beneficiários não verificamos esse fato. Estes recorrem à medida simplesmente pelo rendimento para poderem pagar as suas despesas.

Quanto ao papel do RSI no combate à pobreza e exclusão tem havido alguns obstáculos. No que respeita à inserção dos beneficiários no mercado laboral, têm existido dificuldade em inseri-los, devido às escassas ofertas de emprego. No entanto os beneficiários que têm tido mais oportunidades de inserção têm sido os do perfil tradicional, pelo facto de serem estes que nos apresentam mais oportunidades neste sector, tais como: cursos, formações e programas ocupacionais. As técnicas afirmam que a prestação monetária tem ajudado nas despesas dos beneficiários, assumindo assim que o RSI tem feito um bom trabalho nesse aspeto. Ao longo da investigação verificou-se que o programa de inserção nos beneficiários do novo perfil não tem sido eficiente. A maioria dos beneficiários afirma que nunca teve ajuda na saúde e nas ofertas de formações. Verificamos que as respostas do RSI/programa de inserção têm sido insuficientes para ajudar os novos beneficiários na sua inserção. Possivelmente por ser uma medida que não era destinada para este tipo de público.

No que respeita aos laços sociais, a maioria dos beneficiários de ambos os perfis salientaram que as relações com família, amigos e comunidade se mantiveram iguais, não existindo fragilidades neste aspeto. Revelam ainda que é maioritariamente a família e as instituições que os ajudam em algumas necessidades. É possível verificar um pouco da sociedade-providência entre os beneficiários e quem os ajuda.

As alterações verificadas nos modos de vida após receberem o RSI revelam-se díspares entre ambos os perfis. No que respeita ao novo perfil, a nível económico, identificamos divergências nas suas opiniões, devido a uns afirmarem que o RSI ajudou monetariamente um pouco para conseguir pagar as suas despesas enquanto outros dizem que não houve modificações neste aspeto. Na maioria dos beneficiários houve alterações no que respeita aos hábitos de consumo, isto é, antes estes conseguiam fazer férias e fazer uma vida desafogada e agora estão limitados. No perfil tradicional verificamos que para a maioria dos beneficiários a nível económico, o RSI ajudou bastante para as despesas apesar de ser pouco. Na maioria destes beneficiários, a nível de hábitos de consumo verificou-se mudanças pouco significativas comparativamente ao novo perfil. As técnicas afirmam que o que muda na vida dos beneficiários é o poder económico resultando uma maior independência por parte destes. Como poderão estes beneficiários ser independentes por receberem a prestação? A prestação tem um valor muito baixo e além disso estes recorrem principalmente aos familiares e instituições, como já foi dito, para conseguir satisfazer as suas necessidades. Existe uma evidente dependência sempre que houver esta ajuda.

No que respeita à perceção que têm do seu futuro, as perceções dividem-se: “dificuldade em perceber o futuro” e “acreditam num futuro melhor”. Saliente-se que quem acredita num futuro melhor acredita que encontrará emprego e que será antes de o RSI acabar, sendo estes maioritariamente do novo perfil. Enquanto o perfil tradicional as perceções dividem-se entre “dificuldade de perceber o futuro” e “um futuro pior”.

Na procura de emprego constata-se que ambos os perfis têm uma procura ativa. Já as técnicas que os acompanham não têm a mesma perceção. Segundo estas, quem tem maior procura ativa são os beneficiários do novo perfil devido às características já mencionadas.

Afirmam que no geral os beneficiários tradicionais se acomodam e não têm interesse. Referente à ajuda das técnicas na procura de emprego, estas afirmam que incentivam na procura ativa. No entanto a maioria do novo perfil revela que não têm tido qualquer apoio. No entanto no caso dos tradicionais beneficiários o caso modifica-se. Estes admitem que têm tido apoio da técnica na procura de emprego. Constatou-se que a maioria dos beneficiários salienta que o RSI não tem ajudado na procura de emprego, apesar de alguns beneficiários terem tido propostas de emprego. Os beneficiários que tiveram propostas recusaram devido a problemas de saúde que têm e por não terem transporte para ir para o sítio pretendido. Noutros casos, as entidades que chamaram para emprego nunca mais contataram após o primeiro contato. Identifica-se mais uma vez uma fragilidade do RSI, que tem a ver com a sua ineficácia na inserção laboral dos beneficiários, como já foi apontado pelas técnicas anteriormente. O RSI sendo uma política social ativa encaminha os beneficiários para serem ativos, mas neste caso só verificamos os beneficiários tradicionais (nem todos) a ter uma participação ativa. Enquanto entre o novo perfil a única participação ativa que têm é a sua procura de emprego. É urgente tomar medidas para que o RSI não seja apenas uma medida monetária. Alteramos de RMG para RSI para haver mais eficácia e ativação para que os indivíduos largassem a situação rapidamente, mas parece que não houve alterações significativas, pelo menos no caso estudado. Parece-nos que o RSI ainda tem fazer muitas modificações para que esta medida seja realmente uma política ativa e de inserção. Mas por outro lado não devemos culpar só o RSI pelo fracasso na inserção laboral, isto porque, existe uma fraca oferta de trabalho devido à situação do país.

Após estes resultados, deixamos algumas recomendações, sendo elas as seguintes:

- O RSI deverá reformular algumas das suas estratégias devido ao surgimento dos novos beneficiários;
- Haver mais conhecimento das necessidades de cada beneficiário e seu agregado familiar para haver mais eficácia;
- Atenuar o excesso de trabalho das técnicas para que estas possam ter um melhor acompanhamento com os beneficiários;
- Rever os valores das prestações para que os beneficiários tenham melhor qualidade de vida;
- Dar maior conhecimento sobre o que consiste a medida, mostrando a vertente de inserção, que é esquecida pela maioria dos beneficiários.

Em investigações futuras, será importante analisar as perceções dos outros parceiros (NLI) relativamente ao comportamento dos beneficiários e a execução do RSI. Também seria igualmente interessante investigar ex- beneficiários para conhecer as alterações que houve na sua vida após ter saído do RSI.

No entanto nesta investigação, verificou-se uma limitação: nos beneficiários tradicionais, assiste-se a uma certa desconfiança por parte destes ao serem entrevistados, levando à limitação de alguma informação. Porém conseguiu-se responder aos objetivos da investigação.

Bibliografia

ADÃO E SILVA, P., (2002). O modelo de welfare da europa do sul- reflexões sobre a utilidade do conceito. *Sociologia, Problemas e Práticas* , Volume nº38, pp. 25-59.

ALMEIDA, J. et al. (1994). *Exclusão social- factores e tipos de pobreza em Portugal*. 2º ed. Oeiras: Celta.

ALMEIDA, J. & PINTO, J., (1995). *A investigação nas ciências sociais: estudo elaborado no gabinete de investigações sociais*. 5º ed. Lisboa : Editorial Presença .

AMERINI, G., (2000). *Social protection in Europe: expenditure on pensions- theme 3*. [Online] <http://ec.europa.eu/eurostat/documents/3433488/5335421/CA-NK-00-006-EN.PDF/656caef4-a0d5-4a4b-8ad3-a09051c3cacb>
[Acedido em 15 Janeiro 2015].

BALTAZAR, M., (2004). Políticas Sociais: " Solidariedades planeadas". *VIII Congresso Luso-Afro- Brasileiro de Ciências Sociais*, Coimbra, pp. 2-16.

BARRETO, J. & MARQUES, A., (2010). 2010: 10 anos em rede no combate à pobreza e exclusão social. *Revista Sociedade e Trabalho* , pp. 125-140 .

BATISTA, I. & CABRITA, J., (2009). *Regimes de rendimento minimo - um estudo das políticas nacionais*. Centro de Estudos para a Intervenção Social.

BRUTO DA COSTA, A. (2012). *Um olhar sobre a pobreza- vulnerabilidade e exclusão social no Portugal Contemporâneo*. 3º ed. Lisboa: Gradiva.

BRUTO DA COSTA, A., (1998). *Conceito(s) de exclusão social- Exclusões Sociais*. Lisboa : Gradiva .

BRUTO DA COSTA, A., (2012). Não é possível combater a pobreza sem alterar o padrão de desigualdade da sociedade portuguesa. *Revista Economia e Segurança Social*, pp. 12-19.

CAEIRO, J., (2008). *Políticas públicas, Política social e Estado- Providência*. Lisboa : Universidade Lusitana Editora.

CALEIRAS, J., (2004). Globalização, trabalho e desemprego - trajetórias de exclusão e estratégias de enfrentamento. *VII Congresso Luso- Afro- Brasileiro de Ciências Sociais* , Coimbra , pp. 1-21.

CALEIRAS, J., (2008). *A articulação das estratégias de emprego e inclusão social: um overview português*. Porto : Projeto Bridges for Inclusion .

CAPUCHA, L., (2005). *Desafios da Pobreza*. Oeiras : Celta .

CARDIM, M. et al, (2011). Será tudo da crise, ou devemos repensar o estado social? : A emergência de novos paradigmas. *Revista da Associação Portuguesa de Sociologia* , pp. 517-550.

CARREIRA, H., (1996). *Políticas Sociais em Portugal*. Lisboa : Gradiva.

CASTEL, R., (1991). De l'indigence à l'exclusion, la désaffiliation. Précarité du travail et vulnérabilité relationnelle. In DONZELOT, J., *Face à l'exclusion. Le modèle français*. Paris: Esprit, pp. 137-168.

CASTEL, R., (1994). La dynamique des processus de marginalisation: de la vulnérabilité à la désaffiliation. *Cahiers de recherche sociologique* , Volume 22, pp. 11-27.

CASTEL, R., (1995). *Les métamorphoses de la question sociale: une chronique du salariat*. Paris : Fayard.

DIAS, M., (2010). *Os beneficiários do rendimento social de inserção: trajetórias sociais e processos de inclusão*. Relatório de Estágio para obtenção do Grau de Mestre em Sociologia: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

DIAS, M., (2013). *Um olhar sobre os beneficiários do rendimento social de inserção com contrato de inserção*. Dissertação de Mestrado em Psicologia: Universidade Fernando Pessoa-Porto .

DIOGO, F., (2004). *A parceria: para os beneficiários e em função do desenvolvimento local*. Auditório da Biblioteca Pública de Ponta Delgada.

ESPING-ANDERSEN, G., (1990). *The three worlds of welfare capitalism*. Princeton : University Press.

ESTANQUE, E., (2012). *A classe média: ascensão e declínio*. Lisboa : Fundação Francisco Manuel dos Santos.

ESTIVILL, J., (2003). *Panorama da luta contra a exclusão social - conceitos e estratégias*. Genebra: Organização Internacional do Trabalho .

EUROSTAT, (2013). *At risk of poverty or social exclusion in the EU28 - In 2012, a quarter of the population was at risk of poverty or social exclusion*. [Online] <http://observatorio-lisboa.eapn.pt/ficheiro/Risco-de-Pobreza-em-2012.pdf> [Acedido em 10 Dezembro 2014].

EUROSTAT, (2014). *At risk of poverty or social protection in the EU28- More than 120 million persons at risk of poverty or social exclusion in 2013*. [Online] <http://ec.europa.eu/eurostat/documents/2995521/6035076/3-04112014-BP-EN.pdf/62f94e70-e43a-471f-a466-2e84d1029860> [Acedido em 10 Dezembro 2014].

FERNANDES, M. et al, (2012). "Novos pobres" e o impacto económico, social e simbólico do RSI. *VII Congresso Português de Sociologia- Universidade do Porto* , pp. 2-10.

FERREIRA, M., (2004). Quais os impactos da prática local do RMG? Práticas e Representações dos técnicos de duas CLA face ao processo de implementação e execução do RMG a nível local. *V Congresso Português de Sociologia*, Universidade do Minho.

FERREIRA, S., (2000). As organizações do terceiro sector na reforma da Segurança Social. *IV Congresso Português de Sociologia*, Coimbra.

FERREIRA, S., (2009). A nova pobreza e o welfare mix em Portugal. *Encontro "A Crise Actual e o Papel das Instituições"*, Volume Auditório da Fundação Bissaya Barreto, Coimbra, pp. 1-13.

FERRERA, M., 1996. The southern model of welfare in social europe. *Journal of European Social Policy*, pp. 17-37.

FERRREIRA, R., (2012). *RSI, tolerância zero: a construção mediática do estigma*. Dissertação para obtenção de grau de mestre em Sociologia: Universidade do Porto.

FIGUEIREDO, A., (2013). *Beneficiários de Rendimento Social de Inserção e a sua autonomização /inserção no mercado de trabalho*. Dissertação de Mestrado em Ciências Económicas e Empresariais : Universidade dos Açores .

FITOUSSI, J., (1997). *Nova era das desigualdades*. Oeiras: Celta .

FLICK, U., (2005). *Métodos qualitativos na investigação científica*. Lisboa: Monitor.

GELDOF, D., (1999). New activation policies: promises and risks. Dublin: European Foundation, pp. 13-26.

GENNARI, A. & ALBUQUERQUE, C., (2011). Globalização, desemprego, e (nova) pobreza: estudo sobre impactes nas sociedades portuguesa e brasileira. *Revista Critica das Ciências Sociais* , pp. 51-73.

GIL, A., (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas.

GOFFMAN, E., (1988). *Estigma - notas sobre a manipulação de identidade deteriorada*. Livros técnicos e científicos Editora.

GUERRA, I., (1997). The dark side of the moon do rendimento mínimo garantido. *Sociologia, Problemas e Práticas* , pp. 157- 164.

GUERRA, I., (2006). *Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo - sentidos e formas de uso*. Estoril: Principia.

HAGUETTE, T., (1995). *Metodologias qualitativas na Sociologia*. Editora vozes .

HESPANHA, P., 2001. Mal estar e risco social num mundo globalizado: novos problemas e novos desafios para a teoria social- capítulo 4. In SANTOS, B., *Globalização: fatalidade ou utopia ?*. Porto: Afrontamento, pp. 163- 193.

HESPANHA, P., (2002). Algumas questões de fundo para uma avaliação da nova geração de políticas sociais. *VII Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública*, Lisboa .

HESPANHA, P., (2004). *Ativação*. Congresso Luso-Afro-Brasileiro de ciências sociais, Coimbra.

HESPANHA, P., (2008). Políticas sociais: novas abordagens, novos desafios. *Revista Ciências Sociais* , pp. 5-15.

INE, (2014). *Rendimento e condições de vida (dados provisórios)*. [Online] http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=208819520&DESTAQUESmodo=2
[Acedido em 2 Dezembro 2014].

INE, (2014). *Rendimento e condições de vida 2013*. [Online] http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=221518793&DESTAQUESmodo=2 [Acedido em 2 Dezembro 2014].

KNOCH, M., (2003). A deontologia dos assistentes sociais como ética profissional. *Intervenção social* , pp. 5-30 .

LALANDA, P., (1998) . Sobre a metodologia qualitativa na pesquisa sociológica. *Análise Social*, pp. 871- 883.

LOURENÇO, M., (2005). *Pobreza e exclusão social e Políticas sociais em Portugal - uma análise de políticas sociais na relação com a pobreza*. Direcção Geral da Segurança Social.

MARCONI.M & LAKATOS, E., (2002). *Técnicas de pesquisa*. São Paulo: Editora Atlas.

MARCONI, M. & LAKATOS, E., (2003). *Fundamentos de metodologia científica*. São Paulo: Editora Atlas.

MARQUES, J., (2007). A reconfiguração do Estado- Providência. *Gestão e Desenvolvimento* , pp. 105-119.

MARTINS, C., (2000). Políticas sociais para a inserção - traços da aplicação do RMG em Vila Nova de Famalicão. *IV Congresso Português de Sociologia-Sociedade Portuguesa*, Coimbra.

MATOS, M. & COSTA, S., (2012). *Impactos dos acordos de inserção no desempenho do RSI (entre 2006-2009) Relatório Final*, Lisboa : Dinamia' CET-IUL.

MOSER, L., (2011). A nova geração de políticas sociais no contexto europeu: workfare e medidas de ativação. *Revista Katálýsis*, pp. 68-76.

MOZZICAFREDDO, J., (1992). O estado providência em Portugal: estratégias contraditórias. *Revista Sociologia Problemas e Práticas*, Volume 12, pp. 57-89.

MOZZICAFREDDO, J., (1997). Capitulo I- Estado - Providência em Transição. In MOZZICAFREDDO, J., *Estado -Providência e Cidadania em Portugal*. Oeiras: Celta, pp. 1-27.

OFFE, C., (1993). *Contradictions of the welfare state*. Cambridge.

PASCUAL, A., (2013). Marcos interpretativos de lo social en la vivencia de la «nueva pobreza». *Cuadernos de Relaciones Laborales*, Volume 31, pp. 337-382.

PATO, M., (2011). *O rendimento social de inserção: instrumento facilitador de inserção?* Dissertação para obtenção do grau de mestre em Política Social. Lisboa : Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas .

PAUGAM, S., (1991). Les status de la pauvreté assistée. *Revue Française de Sociologie*, Volume 32, pp. 75-101.

PAUGAM, S., (2000). A desqualificação social. In SOULET, M., *Da não integração- tentativas de definição teórica de um problema social contemporâneo*. Coimbra: Quarteto Editora, pp. 107-135.

PAUGAM, S., (2003). *A desqualificação social- ensaio sobre a nova pobreza*. Porto: Porto Editora.

PEREIRINHA, J., (1999). *Exclusão Social em Portugal: Estudo de situações e processos e avaliação das políticas sociais: Relatório de investigação*. Lisboa : CISEP E CESIS.

POBREZA, Rede Anti, (2014). *Indicadores sobre a pobreza - Dados europeus e nacionais*. Porto.

PORDATA, (2015). *Beneficiários do Rendimento Mínimo Garantido e Rendimento Social de Inserção da Segurança Social: total e por sexo*. [Online] <http://www.pordata.pt/Municipios/Beneficiarios+do+Rendimento+Minimo+Garantido+e+Rendimento+Social+de+Insercao+da+Seguranca+Social+total+e+por+sexo-513> [Acedido em 5 Fevereiro 2015].

POUPINHA, S., (2009). *Destinos traçados - Os processos de reprodução social dos beneficiários de RSI em Espinho*. Dissertação de Mestrado. Porto : Instituto Superior de Serviço Social do Porto .

QUARESMA, V., (2005). Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em ciências sociais. *Revista Eletrónica dos Pós- Graduandos em Sociologia Política da UFSC*, Volume 2, pp. 68-80 .

QUIVY, R. & CAMPENHOUDT, (2008). *Manual de investigação em Ciências Sociais*. Lisboa : Gradiva.

REDE SOCIAL, N., (2001). *Programa Rede Social*. Instituto para o Desenvolvimento Social.

RODRIGUES, E., (2000). O Estado- Providência e os processos da exclusão social: considerações teóricas e estatísticas em torno do caso português. *Revista Sociologia* , Volume 10, p. 173.

RODRIGUES, E., (2006). *Escassos caminhos- os processos de imobilização social dos beneficiários do RMG em Vila Nova de Gaia*. Dissertação de Doutoramento. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto .

RODRIGUES, E., (2008). Políticas públicas e mínimos sociais. *VI Congresso Português de Sociologia*. Universidade Nova de Lisboa, pp. 2-14.

RODRIGUES, E., (2010). O Estado e as políticas sociais em Portugal: discussão teórica e empírica em torno do Rendimento Social de Inserção. *Revista do Departamento de Sociologia da FLUP* , Volume XX, pp. 191- 230.

RODRIGUES, E., (2010). Origens e generalização das políticas de rendimento mínimo- Capítulo III. In RODRIGUES, E., *Escassos caminhos - os processos de imobilização social dos beneficiários do Rendimento Social de Inserção* . Porto: Afrontamento , pp. 87-102.

RODRIGUES, E. et al, (1999). A pobreza e a exclusão social: teorias, conceitos e políticas sociais em Portugal. *Revista Sociologia* , pp. 63-101.

ROSANVALLON, P., (1984). Crise do Estado- Providência. Lisboa: Inquérito.

SANTOS, B., (1987). O estado, a sociedade e as políticas sociais - o caso das políticas de saúde. *Revista Critica de Ciências Sociais* , Volume 23, pp. 13-74.

SANTOS, B., (1992). *Estado e Sociedade em Portugal (1974-1988)*. Porto: Afrontamento.

SANTOS, B., (1993). O estado e as relações salariais e o bem- estar na semiperiferia : o caso português . In SANTOS,B., *Portugal: um retrato singular* . Porto : Afrontamento, p. 35.

SANTOS, B. & FERREIRA, S., (2002). A reforma do Estado- Providência entre globalizações conflituantes. In HESPAÑA, Pedro e CARAPINHEIRO, Graça (Org.), *Risco Social e Incerteza: pode o Estado Social recuar mais?*. Porto: Afrontamento, pp. 177- 221.

Social, Instituto da Segurança., *Guia prático- Rendimento Social de Inserção*. [Online] http://www4.seg-social.pt/documents/10152/15010/rendimento_social_insercao [Acedido em 10 Janeiro 2015].

SOUSA, L. et al, (2007). *Familias pobres: desafios à intervenção social*. Lisboa : Climepsi Editores .

SOUSA, L. & RODRIGUES, S., (2006). Intervention with multi-problem poor clients: towards a strenght -focused perspective. *Journal of Social Work Practice*, Volume 2, pp. 189-204.

SPICKER, P., (2007). *Poverty - an international glossary*. London: International Studies in Poverty Research .

Anexos

Anexo 1- Pedido de autorização para as entrevistas- Técnicos

Pedido de autorização

Excelentíssimo Técnico de Serviço Social,

Eu, Ana Filipa Vieira Felício, estudante do 2º ciclo de Sociologia: Exclusões e Políticas Sociais da Universidade da Beira Interior, encontro-me durante o presente ano letivo a realizar a dissertação de Mestrado. Tendo em conta que atualmente os beneficiários do Rendimento Social de Inserção tem abrangido indivíduos não só com baixa escolaridade como também com uma escolaridade mais elevada, pretende-se nesta investigação conhecer a perceção dos técnicos de serviço social sobre esta situação. A investigação é intitulada “*RSI: entre novos e tradicionais perfis de beneficiários*” e decorrerá no presente ano letivo nas instalações do Instituto da Segurança Social da Covilhã. Para o seu desenvolvimento é necessário proceder à realização de entrevistas aos técnicos de serviço social da Segurança Social da Covilhã, para dessa forma conseguir responder aos meus objetivos, que são os seguintes:

- Conhecer as trajetórias de vida que levaram os beneficiários a usufruir do RSI;
- Identificar os impactos do RSI nas práticas de consumo e laços sociais nos tradicionais e novos perfis de beneficiários;
- Verificar de que modo as competências escolares afetam o conhecimento do processo associado ao RSI e programa de inserção;
- Conhecer as perceções e representações que os beneficiários têm de si mesmos;
- Compreender se existe ou não um grau de proximidade entre os beneficiários e os técnicos no acompanhamento do processo;
- Verificar em que medida o RSI alterou a relação dos beneficiários com o mercado de trabalho e com a procura ativa de emprego.

Para o efeito, solicito a sua colaboração na participação da entrevista e a autorização para que as mesmas sejam gravadas. A entrevista irá decorrer entre os meses de Abril e Maio de 2015, pelo que até lá será contactado novamente para acordar a data de realização da entrevista. Informo, ainda, que os dados recolhidos serão usados unicamente para a elaboração da dissertação e que a privacidade e o anonimato dos participantes são garantidos. Segue-se em seguida a autorização para a realização da entrevista.

Na qualidade de profissional de Técnico de Serviço Social, aceito participar na investigação intitulada: “ *RSI: entre novos e tradicionais perfis de beneficiários*”, tomando conhecimento dos seus objetivos, e a garantia que a minha participação é de anonimato.

(Assinatura do Técnico de Serviço Social)

Sem outro assunto de momento, subscrevo-me com os melhores cumprimentos.

(Ana Filipa Vieira Felício)

Covilhã, _____ de _____ de 2015

Anexo 2- Pedido de autorização para as entrevistas - Beneficiários

Pedido de autorização

Exmo./a. Senhor(a)

Eu, Ana Filipa Vieira Felício, estudante do 2º ciclo de Sociologia: Exclusões e Políticas Sociais da Universidade da Beira Interior, encontro-me durante o presente ano letivo a realizar a dissertação de Mestrado. A investigação que será realizada no âmbito desta dissertação tem o intuito de conhecer os tradicionais e os novos beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI), verificando os impactos do RSI na sua vida. A investigação é intitulada “ *RSI: entre novos e tradicionais perfis de beneficiários*” e decorrerá no presente ano letivo nas instalações do Instituto da Segurança Social da Covilhã. Para o seu desenvolvimento é necessário proceder à realização de entrevistas aos beneficiários do Rendimento Social de Inserção do Concelho da Covilhã, para dessa forma conseguir responder aos meus objetivos, que são os seguintes:

- Conhecer as trajetórias de vida que levaram os beneficiários a usufruir do RSI;
- Identificar os impactos do RSI nas práticas de consumo e laços sociais nos tradicionais e novos perfis de beneficiários;
- Verificar de que modo as competências escolares afetam o conhecimento do processo associado ao RSI e programa de inserção;
- Conhecer as perceções e representações que os beneficiários têm de si mesmos;
- Compreender se existe ou não um grau de proximidade entre os beneficiários e os técnicos no acompanhamento do processo;
- Verificar em que medida o RSI alterou a relação dos beneficiários com o mercado de trabalho e com a procura ativa de emprego.

Para o efeito, solicito a sua participação na entrevista e a respetiva autorização para que as mesmas sejam gravadas. A entrevista irá decorrer entre os meses de Abril e Maio de 2015, pelo que até lá será contactado novamente para acordar a data de realização da entrevista. Informo, ainda, que os dados recolhidos serão usados unicamente para a elaboração da dissertação e que a privacidade e o anonimato dos participantes é garantida. Segue-se em seguida a autorização para a realização da entrevista. Como beneficiário do Rendimento Social de Inserção, aceito participar na investigação intitulada: “ *RSI: entre novos e tradicionais perfis de beneficiários*”, tomando conhecimento dos seus objetivos, e a garantia que a minha participação é de anonimato.

(Assinatura do beneficiário(a))

Sem outro assunto de momento, subscrevo-me com os melhores cumprimentos.

(Ana Filipa Vieira Felício)

Covilhã, _____ de _____ de 2015

Anexo 3- Guião de entrevista para os técnicos

A) Interação com os beneficiários

1. Como avalia a sua relação com os beneficiários do RSI? Porquê?
2. Tem existido mudanças nas relações com os beneficiários? Se sim quais.
3. Como avalia a importância da proximidade com os beneficiários para o processo de RSI?

B) Processo de intervenção

4. O que é que mudou mais nos últimos anos nos perfis dos beneficiários?
5. Nos últimos anos temos assistido a novos beneficiários (licenciados, mestres etc). Como tentam adequar as estratégias aos diferentes perfis?
6. O que distingue estes novos beneficiários em relação aos tradicionais beneficiários?
7. Como é estabelecido o contato com os beneficiários?
8. De que forma são informados sobre o plano de inserção?
9. Pela sua experiência, considera que os beneficiários são devidamente conscientes do programa de inserção?
10. Em que medida o RSI tem contribuído para combater a pobreza e a exclusão?
11. Em que medida estes diferentes perfis de beneficiários fazem variar o conhecimento que existe sobre o plano de inserção?
12. Na sua opinião, os beneficiários compreendem em que consiste o RSI?
13. O que na sua opinião mais muda quando os indivíduos se tornam beneficiários?
14. Na sua opinião os beneficiários tem uma procura ativa relativamente ao trabalho? E qual o papel dos técnicos neste processo?

Anexo 4- Guião de entrevista para os beneficiários

A) Da Trajetória de vida à requisição do RSI

1. Pode dizer-me qual é:
 - a) A sua escolaridade;
 - b) Idade;
 - c) Estado civil;
 - d) Composição do agregado familiar;
2. Como era a sua vida antes do RSI? Desempenhou alguma profissão até requerer o RSI? Se sim, qual?
3. Fale-me um pouco do seu percurso escolar.
4. O que o levou a pedir o RSI?
5. Como se vê como beneficiário do RSI?

B) Conhecimento sobre o RSI e o Programa de Inserção

6. Como teve conhecimento sobre o RSI?
7. O que pensa sobre esta medida?
8. Conhece o programa de inserção? (se não, passar para a 11)
9. Como tomou conhecimento do programa de inserção? (passar para 12)
10. Quando requereu o RSI assinou alguns documentos? Quais?
11. Na sua opinião acha que o RSI está adequado às suas características?
12. Na sua opinião deveria ser feito algo para melhorar o RSI? O quê?
13. Como tem ajudado o RSI nos seguintes aspetos:
 - a) Nos cuidados de saúde do agregado familiar;
 - b) Na formação profissional;
 - c) Inserção dos filhos na escola; (se aplicável)

C) Relação com os técnicos

14. Como descreve a sua relação com o técnico que o acompanha?
15. Os técnicos mostram-se disponíveis para o aconselhar e tirar dúvidas que possa ter?
16. Têm ajudado em que situação? Dê um exemplo.
17. Com que regularidade tem contato com os técnicos? A iniciativa é dos técnicos ou sua?

D) Alterações na vida do beneficiário

18. O que mudou na sua vida após ter recebido o apoio do RSI, nos seguintes aspetos?

- A nível económico;
- Nível social (relação com amigos, familiares e outros)
- De lazer;
- De consumo.

19. Recebe ajuda por parte dos seus amigos ou familiares?

20. Em que situações tem essa ajuda?

E) Perceção do futuro e Procura de trabalho

21. O que mudou na procura de trabalho a partir do momento que tem o RSI?

22. Como percebe o seu futuro quando acabar o RSI? Porquê?

23. Encontra-se de momento à procura de trabalho?

24. Quais são os meios que utiliza para procurar trabalho?

25. Por que razão não está à procura de trabalho?

26. Acha que o RSI veio ajudar na procura de trabalho? Como?

27. Quais os apoios que tem dos técnicos para a procura de emprego?

28. Alguma vez lhe propuseram um emprego? Qual?

Anexo 5- Grelha Analítica das Problemáticas

PROBLEMÁTICAS	DIMENSÕES
Caraterização sociodemográfica dos beneficiários	<ul style="list-style-type: none"> • Idade • Escolaridade • Estado Civil • Sexo • Composição do agregado familiar
Trajetórias de vida dos beneficiários	<ul style="list-style-type: none"> • Percurso escolar • Percurso profissional • Percurso pessoal e social • Razões que levaram a requerer o RSI
Avaliação do Estatuto	<ul style="list-style-type: none"> • Perceção de si mesmo
Conhecimento sobre o RSI e o Programa de Inserção	<ul style="list-style-type: none"> • Perceções sobre o RSI • Fatores que contribuem para a informação sobre o RSI • Conhecimento/ desconhecimento sobre o programa de inserção • Sugestão de melhorias no RSI
Relação entre técnico e beneficiário	<ul style="list-style-type: none"> • Tipo de relação entre técnicos e beneficiários • Mudanças nas relações entre técnico e beneficiário • Nível de proximidade entre técnico e beneficiário

<p>Processo de intervenção</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Avaliação da transformação de perfil de beneficiários • Perceção dos técnicos quanto à implementação do RSI (tendo em conta os diversos perfis) • Adequação do RSI/programa de inserção às características dos beneficiários (nos cuidados de saúde, nas formações profissionais e inserção dos filhos no sistema educativo, prestação) • Avaliação dos técnicos sobre a postura dos beneficiários (a reação face ao programa de inserção) • Avaliação dos técnicos sobre a compreensão que os beneficiários têm do RSI
<p>Laços Sociais</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Relação com os familiares, amigos e comunidade (quem ajuda e em que situações)
<p>Alterações nas práticas de consumo</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Mudanças de estilo de vida (a nível económico, de lazer e de consumo) • Perceção dos técnicos sobre as mudanças na vida dos beneficiários
<p>Perceção do futuro</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Perceções e aspirações face ao futuro

Procura de emprego

- Procura ativa ou inativa
- Recursos utilizados para procurar emprego
- Avaliação das técnicas sobre a procura de emprego por parte dos beneficiários
- Apoio das técnicas na procura de emprego
- Mudanças na procura de trabalho enquanto beneficiário
- Ajuda do RSI na procura de emprego

Anexo 6-Mapa de Escolaridade RSI - Serviço Local da Covilhã**MAPA DE ESCOLARIDADE RSI - CONCELHO COVILHÃ**

Escolaridade	0-5		6-18		19-24		25-34		34-44		45-54		55-64		»65	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Sem esc	76	58	1	4	1		1	5	4	6	7	8	4	9		3
1º,2º, 3º	5		47	38		8	3	6	8	4	7	5	9	1		
4º			16	27	9	7	8	11	26	29	51	27	46	33	3	1
5º			12	12	3	1	1		4		3		2			
6º			17	13	7	7	18	14	26	20	25	13	14	6	1	1
7º			8	9		2	1	1	2		3	1				
8º			7	7		1	2	1	1	3	1	2	1	1		
9º			18	10	12	10	19	31	20	26	28	24	14	12	1	
10º			6	7		2	2	1	1			1				
11º			3	5	3	4		1		1	1					
12º			4	6	15	37	12	37	19	23	11	14	8	6	1	
Outro					1	6	11	10	5	3	1	2				
TOTAL	81	58	139	138	51	85	78	118	116	115	138	97	98	68	6	5

Outro:	nº
Mulher / Licenciatura	16
Homem Licenciatura	14
Mulher / Mestrado	6
Homem / Mestrado	2
Mulher /Doutoram	1

Total beneficiários: 1391

Anexo 7- Sinopses das entrevistas realizadas às técnicas

PROBLEMATICA	DIMENSÕES	T1	T2
Relação entre técnico e beneficiário	Tipo de relação entre técnicos e beneficiários	«A nossa relação é profissional entre técnico e cliente da segurança social [...] É uma relação que procuramos que seja próxima, transparente e objetiva e tanto quanto possível prática. É fundamental essa relação.»	« [...] a minha relação com eles é positiva [...] durante estes anos tenho tido uma boa relação com eles, uma relação próxima, tanto sinto mesmo pela forma como eles manifestam muito sinceramente. Uma intervenção direta dá-me imensa satisfação além disso eu sinto que eles também gostam e acabam até por elogiar e procuram muito. [...] O perfil de utentes tem vindo a mudar, e a minha relação com eles acaba por ser imparcial e de igual forma para uns e para os outros [...]»
Relação entre técnico e beneficiário	Nível de proximidade entre técnico e beneficiário	«[...] a proximidade é fundamental, porque nós trabalhamos muito depois na inserção e é importante que a relação seja o mais próxima possível no sentido do encaminhamento adequado dos clientes.» «[...] a nossa postura em termos técnicos tem que ser a mesma em termos de isenção e naturalidade. [...] é regular tanto quanto possível, sendo que é feito, a nível da entrevista, visitas domiciliárias que fazemos aos próprios e às famílias e contatos telefónicos, tudo através de cartas também [...]»	«[...] Portanto o meu objetivo é sempre criar alguma relação de confiança com eles, onde eles também depois sintam à vontade comigo para relatar maiores preocupações, maiores dificuldades com que se confrontam na vida e perante as várias fases da vida deles. [...] é importantíssimo haver uma relação muito próxima e de confiança para podermos contornar e ajudar a alterar alguns comportamentos da vida deles que não é fácil mas também temos conseguido.[...] Deveria ser com maior regularidade esse contato, confesso [...] por mim andava sempre no terreno e acabo por mais vezes estar no serviço devido às exigências que solicitam, porque é preciso informatizar, é preciso elaborar relatórios, portanto, há uma série de trabalho que por vezes nos implica estarmos mais... mas tentamos sempre de qualquer forma fazer esse acompanhamento, agora, não há uma regularidade, eu pelo menos falo dos meus [...] »

RSI: entre novos e tradicionais perfis de beneficiários

<p>Relação entre técnico e beneficiário</p>	<ul style="list-style-type: none"> Mudanças nas relações entre técnico e beneficiário 	<p>«É assim as mudanças nas relações depende muito da pessoa em que está do outro lado, pronto, e da forma como ela está a viver o momento... que está em dificuldades [...] a medida tem sofrido alterações ao longo dos anos e isso vai condicionar as relações que temos com os beneficiários, na forma como eles encaram a prestação, na forma como eles a aceitam e nas exigências que lhe são apresentadas, não é?»</p>	<p>« [...] ultimamente cada vez mais vamos tendo e acompanhado utentes com escolaridade superior, portanto essa mudança sim tem havido. O perfil de utentes tem vindo a mudar, e a minha relação com eles acaba por ser imparcial e de igual forma para uns e para os outros [...] enquanto com os utentes de maior escolaridade hoje a relação é diferente pronto, há outra cumplicidade, como hei de dizer, são utentes que se trabalham mais facilmente enquanto os outros não, insistimos, insistimos e não se vê resultado nenhum. »</p>
<p>Processo de intervenção</p>	<ul style="list-style-type: none"> Avaliação da transformação de perfil de beneficiários 	<p>«O que mudou, pronto, mais nos últimos anos, as habilitações, o contexto familiar, mais propriamente famílias monoparentais. [...] antigamente havia pessoas que tinham situações estáveis ao nível do trabalho, emprego e com esta situação social viram-se a braços com situações muito penosas em termos de sustentabilidade.»</p> <p>«Ah o que os distingue são as competências que têm claro, pronto são pessoas devidamente esclarecidas e informadas e pronto que também possuíam outro tipo de expetativas que os outros não tem, pronto.»</p>	<p>« [...] a própria escolaridade, por exemplo, há 18 anos havia imensos utentes que nem tinham o 4º ano, havia muita baixa escolaridade[...] [...] Com maior qualificação, estamos agora a ter maior afluência... acho que isto também é consequência do contexto em que vivemos, da crise económica do país que está a atravessar, com a alta taxa de desemprego. Existe utentes que tinham um trabalho estável, pronto, que trabalhavam vários anos numa entidade, e caíram numa situação de desemprego. Licenciado jovens que não conseguem o primeiro emprego e que não tem outra alternativa a não ser o RSI [...]»</p> <p>«[o novo perfil] É o perfil em si, são pessoas mais motivadas, mais interessadas em mudar a sua situação...empenhadas . Os de baixa escolaridade acomodam-se um pouco, são aqueles utentes que por vezes estão dependentes do serviço, responsabilizam o serviço por todo o seu dia a dia, o serviço é quem tem lhe dar a prestação para eles poderem comprar, pagar isto pagar aquilo enquanto que os beneficiários com maior escolaridade tem outra noção da realidade, portanto, eles só vem requerer só mesmo por uma questão profissional.»</p>

<p>Processo de intervenção</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Percepção dos técnicos quanto à implementação do RSI (tendo em conta os diversos perfis) 	<p>« [...] é uma medida que tem combatido a pobreza, é assim, tem combatido no sentido do estado de poder económico depois a sua leitura ao nível da inserção gostaríamos de ter mais, não é que não haja alguns casos de sucesso, temos de facto, mas não são é tanto como se gostariam de ter.»</p> <p>« [...] o que se verifica na prática é que a conjuntura socio económica não está favorável à inserção destes perfis de beneficiários [ambos perfis]. Não há respostas. Neste momento as respostas em termos de RSI são muito limitadas ao nível de inserção. [...]»</p>	<p>« [...] essa parte de combater a pobreza, eu penso que sim, de certa forma tem combatido bastante devido à prestação económica que recebem vai dando sempre para satisfazer algumas despesas. A nível de inserção, fica muito aquém, eu gostava que futuramente as coisas mudassem. Portanto, todas as entidades envolvidas tentam combater essa parte mas não é fácil.[...] A nível inserção tem havido ultimamente bastante cursos profissionais com essas tais valências da escolaridade que sim...tem sido um resultado positivo, tem se encaminhado muitos utentes. [...] Com este novo perfil, e em contrapartida estamos com o mercado de trabalho nada favorável, portanto nem sempre é fácil arranjar estratégias para os incluir. Não é fácil, neste caso eles tem tudo para ser inseridos só falta, digamos assim, o mais importante, que é o trabalho. E a nível de centro de emprego, as informações que temos é que as ofertas de trabalho são cada vez menos. »</p>
<p>Processo de intervenção</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Avaliação dos técnicos sobre a postura dos beneficiários (a reação face ao programa de inserção) 	<p>«Os beneficiários ao nível do plano de inserção é feito numa sessão de entrevista num processo de negociação ... o plano de inserção é sempre um plano entre beneficiário e técnico em que expomos em termos de perfis as capacidades que a pessoa tem ou que o agregado familiar tem e a satisfação das suas necessidades [...] Os de escolaridade alta tem uma noção muito mais real com o que se pretende com o plano de inserção e o que ele exige, enquanto os de escolaridade mais reduzida, pronto, não tem um conhecimento tão adequado, tão objetivo sobre o que é o plano de inserção. Mas por outro lado a nível das expectativas são diferentes de acordo com a escolaridade. [...] Os outros... as pessoas não entendem o porquê de ter que assinar anualmente um documento e de se estar a repetir imensas vezes as mesmas ações, as mesmas exigências, pronto, tem outro tipo de receptividade. Depende muito dos perfis, depois depende também do tipo de</p>	<p>«[...] quando faço logo a primeira entrevista e que reúno as informações para dar deferido ou não o processo eu informo logo, caso o processo fique diferido vão ser convocados porque há o programa de inserção e depois tento dar toda a informação. [...] Portanto nesse primeiro contato eu informo logo do programa de inserção e depois só são mesmo convocados para assinar. Pronto nós elaboramos o programa perante o perfil e toda a avaliação que conseguimos na entrevista, e depois eles vem, são confrontados, e se eles concordarem com as ações que estão delineadas assinam e a partir daí só tem que cumprir.[...] É assim no caso dos utentes que tem mais escolaridade, sim. Como já referi, às vezes o objetivo deles é mesmo a inserção profissional, portanto ai eles tem consciência [...] os beneficiários que não tem escolaridade eu penso que eles por vezes, e vou ser muito sincera, por vezes assinam e não tem mesmo a consciência do que estão a assinar. Assinam porque sabem que tem que assinar porque senão o processo pode bloquear.</p>

RSI: entre novos e tradicionais perfis de beneficiários

		contexto socio familiar em que as pessoas estão enquadradas.»	
Processo de intervenção	<ul style="list-style-type: none"> Avaliação dos técnicos sobre a compreensão que os beneficiários têm do RSI 	«Eu penso que sim, ao longo dos anos eles tem vindo a ter essa consciência do que é a medida e o que ela perspetiva e o objetivo que ela tem. [...] com o tempo tem vindo a perceber que não é só uma medida que tem um valor económico, além do valor económico, tem uma exigência, em termos de inserção, de competências.»	«O compreender compreendem. Enquanto eu estou a dizer que o RSI tem duas vertentes ... acho que alguns dão maior importância à parte da inserção enquanto que a maioria é por uma questão económica [...] Agora se eles tem conhecimento da medida eu acho que tem. Eles tem consciência, isto tem regras e tem que cumprir eles por vezes é que tentam contornar e tentam manipular o sistema mas tem consciência disso tem. Quando é a assinatura do programa de inserção explicamos muito bem o porquê de estar inscrito, portanto, quando eles recebem uma carta ou convocatória da nossa parte ou do centro de emprego ou de outro centro de formação e que não comparecem, desculpem, mas eu acho que eles não comparecem por qualquer motivo ou porque não tem interesse.»
Alterações nas práticas de consumo	<ul style="list-style-type: none"> Perceção dos técnicos sobre as mudanças de vida dos beneficiários 	« O poder económico... numa primeira instância é logo terem acesso a um valor económico que muitos não tem [...]a pessoa não se sente dependente dos outros, apesar do valor ser muito baixo de qualquer forma é uma forma de a pessoa sentir alguma autonomia perante pessoas que tenham, ou situações mesmo com instituições com as quais está dependente, nesse aspeto isso muda.»	«Muda no facto de estarem a beneficiar de uma prestação. [...]. Muitos deles relatam que são dependentes de familiares e no caso de os filhos ainda são os pais de alguma idade tem que estar a sustentar. O fato de ser beneficiários do RSI torna -os um pouco autónomos [...]Não sinto que as pessoas sejam rotuladas. Acho que as relações se mantêm, muito sinceramente [...]o facto de serem beneficiários, pronto, os familiares e os amigos se distanciarem, não penso que não.»

RSI: entre novos e tradicionais perfis de beneficiários

Procura de emprego	<ul style="list-style-type: none"> Avaliação das técnicas sobre a procura de emprego por parte dos beneficiários 	«Nos de maior escolaridade, estão mais sensibilizados para isso tipo de ação. Também tem muito a ver depois com a idade, com a experiência profissional que entretanto foram tendo, há muitas variáveis, por isso é que às vezes é difícil dizermos que tem só a ver com as habilitações »	«Os que tem escolaridade sim, tanto que um dos objetivos de requerer o RSI é precisamente essa, é tentar ser inseridos através da prestação de RSI. Existe uma maior procura activa por parte destes. Agora os de baixa escolaridade não. Os que tem baixa escolaridade não é geral... há uns que tem baixa escolaridade e que se esforçam mas de uma forma geral eu penso que não tem essa procura tão ativa, não. »
Procura de emprego	<ul style="list-style-type: none"> Apoio das técnicas na procura de emprego 	«[...] o papel do técnico é estimular essa parte pró ativa, essa é uma função que nós temos, é o nosso dia a dia em termos de trabalho para com eles mas sentimos que nem sempre há receptividade do outro lado»	«[...] o papel dos técnicos é tentar responsabilizá-los sempre e encaminha-los e tentar orientá-los nesse sentido.»

PROBLEMÁTICA	DIMENSÕES	T3	T4
Relação entre técnico e beneficiário	Tipo de relação entre técnico e beneficiários	«Eu acho que é uma boa relação porque vou de encontro ao que eles procuram. Precisam de qualquer coisa que por norma que nós acabamos por lhe dar.»	« [...] eu acho que é uma relação de bastante proximidade, já trabalho com RSI há 18 anos e acho que já se criou uma relação bastante grande de proximidade. Eles vem com muita frequência ao atendimento não só para assinar o contrato mas também para conversar, para tirar dúvidas mas também muitas vezes para refilar e contestar. A relação com eles tem sido estáveis e favoráveis [...] Eu privilegio o atendimento , acho fundamental conversar com eles para saber o que se passa do lado de lá porque acho se não for assim o nosso trabalho nem é gratificante. [...] A minha estratégia de atuação é igual para todos, independente da escolaridade, é igual para todos, não há diferenças»
		«Ah muito importante, muito importante [...] Faço a convocatória e respondem à convocatória e vem ao serviço	«A proximidade é fundamental para o sucesso. Penso que deveria haver mais acompanhamento da nossa

RSI: entre novos e tradicionais perfis de beneficiários

Relação entre técnico e beneficiário	Nível de proximidade	<p>eles começam logo a justificar [...]Tenho várias famílias a irem para Espanha e todas elas anteriormente me comunicam e vem informar que querem a suspensão do RSI. Sinto que existe uma relação próxima entre mim e eles.»</p> <p>[...] Não, o contato não é regular. Por norma é assim, tem uma dúvida qualquer vão simplesmente por auto recreação, sabem quando é o dia do atendimento e às vezes questionam coisas que nada tem a ver com o RSI. [...]</p>	<p>parte mas é impensável com o volume de trabalho que temos. Devíamos fazer mais visitas às famílias em termos de RSI. O contrato de inserção é assinado, os parceiros assinam em reunião e a coisa pára ali um bocado. [...]</p> <p>« [...] é regular o contato que temos com os beneficiários.»</p>
Relação entre técnico e beneficiário	<ul style="list-style-type: none"> Mudanças nas relações entre técnico e beneficiário 	<p>«[...] noto por exemplo que alguns grupos de pessoas não no geral, com baixa escolaridade principalmente nas primeiras abordagens connosco fazem-no de modo agressivo... para eles só são direitos, tem direito a tudo e mais alguma coisa. [...] Neste momento tenho a dizer que a relação com qualquer desses beneficiários é perfeitamente normal.»</p>	<p>«A partir do momento que a lei altera eles vem com uma postura diferente, nós temos que fazer perceber que a lei mudou. As pessoas estão mais informadas mas também mais para aquilo que lhes convém, sabem que a lei alterou, sabem que a prestação mudou, sabem que o cálculo foi alterado e de repente chega-lhes um cheque em casa com um valor inferior ao que estava acostumados a receber e chegam aqui e o técnico é quem dá a cara é o técnico que ouve ou leva [...] Tem havido mudança nas relações porque o perfil dos beneficiários tem vindo alterar também devido ao aparecimento de beneficiários com mais qualificações. Logo aí o relacionamento entre o técnico e o beneficiário é diferente. O tratamento é igual para todos mas depois o feedback do outro lado a partir do momento que é diferente nós também damos mais um bocadinho [...]»</p>

PROBLEMÁTICAS	DIMENSÕES	T3	T4
Processo de intervenção	Avaliação da transformação	« [...] Antes era aquelas famílias que nós já conhecíamos e aquilo já era mesmo famílias que eram acompanhadas no tempo dos avós e continuam a ser acompanhadas. Agora não,	« [...] Alguns anos atrás temos única e exclusivamente aquela faixa de beneficiários na pobreza extrema ou que sempre tiveram qualquer tipo de apoio a nível da segurança social, neste momento não, temos licenciados, temos estudantes universitários, temos famílias que

RSI: entre novos e tradicionais perfis de beneficiários

	perfil de beneficiários	<p>agora há pessoas que vem ver o que é possível porque dizem que o RSI não é uma coisa para eles. Nota-se por parte dos beneficiários de maior qualificação talvez alguma arrogância e revolta. Não é frequente mas acontece haver alguma dificuldade em se expor.»</p> <p>« [...] Os beneficiários com mais escolaridade por norma são mais exigentes. Por exemplo questionam o porquê daquela prestação, questionam se não têm rendimento nenhum porquê de terem ali uma redução num determinado valor por pequenino que seja que pode ter haver sei lá, com um bem que possuam, um imóvel por exemplo. [...] Tentam questionar mais que propriamente as pessoas com menos escolaridade. »</p>	<p>caíram no desemprego e estão numa situação de pobreza e sem rendimentos e é por isso que recorreram ao RSI. [...]</p> <p>Os novos beneficiários são muito mais colaboradores. [...] As pessoas com menos habilitações ou se acomodaram ou não percebem o porquê. A outra diferença é que as pessoas com mais habilitações e com mais conhecimentos estão mais disponíveis para colaborar connosco. São mais flexíveis.»</p>
Processo de intervenção	Perceção dos técnicos quanto à implementação do RSI (tendo em conta os diversos perfis)	<p>«[...] é uma medida que para além de melhorar a situação socio económica dos beneficiários também lhe dá algumas mais valias, eu acho que sim pelo menos na realidade que encontro[...] claro que é mais difícil neste momento, para as pessoas com mais escolaridade é mais difícil o encaminhamento da nossa parte.[...] Nós temos muitos cursos que dão equivalência às competências básicas portanto para quem não tem o 4º ano, para quem não tem o 6º ano, para quem não tem o 9º, claro que temos muita gente para encaminhar p'ra ai e há uma grande resposta não é? Mas em termos de formação profissional por exemplo não temos grande coisa para quem tem o nível de escolaridade mais alta. »</p>	<p>«Eu penso que em parte tem. Que apesar de ser uma prestação pequena... aquele tipo de famílias que até era organizada e orientada passa pelo RSI, aproveita a prestação, dá o salto, consegue uma inserção e conseguem contornar a situação de pobreza... e ultrapassa-la [...] Depois temos as outras famílias que são cíclicas que já andam aqui há 18 anos. Já são os pais, já são os filhos que são subsídio-dependentes, que se habituaram a uma prestação, acomodaram-se a ela não percebem que isto podia ser um trampolim para alterar a situação deles. [...] Em alguma medida o RSI tem conseguido combater a pobreza e a exclusão[...]</p> <p>»</p> <p>« [...] a nível de inserção tem havido mais dificuldade devido à falta de trabalho e a maioria da população tem escolaridade baixa, e torna-se assim difícil de inseri-los. Para os de escolaridade superior também tem sido difícil arranjar estratégias para os incluir.»</p>

RSI: entre novos e tradicionais perfis de beneficiários

Processo de intervenção	Avaliação dos técnicos sobre a postura dos beneficiários (a reação face ao programa de inserção)	<p>«[...] logo na primeira entrevista que faço ao beneficiário ou mesmo na visita digo porque é que vou e vou logo dizendo os direitos e as obrigações. Não são só direitos apesar de muitos só acharem que tem direitos. [...] Portanto, eu explico logo tudo, até porque já tive beneficiários com baixa escolaridade a dizer que pode muito bem ser chamado para emprego, formação profissional e disse-me que não interessa.»</p> <p>[...] para quem tem mais escolaridade não, percebem perfeitamente, não há nada assim de transcendente. Os de baixa escolaridade tenho que explicar mais sobre o assunto.»</p>	<p>«[...]Na primeira entrevista é para ser deferido/indeferido o processo depende da situação socioeconómica de cada um, depois na segunda é que é para definir o contrato de inserção e eles assinarem e eu assinar também.»</p> <p>« Os de escolaridade mais alta percebem e leem, querem perceber o que estão a assinar enquanto os outros não, só assinam. [...] a preocupação é só assinar</p>
Processo de intervenção	<ul style="list-style-type: none"> Avaliação dos técnicos sobre a compreensão que os beneficiários têm do RSI 	Até há um tempo acho que eles pensavam que começavam a receber e que não... era tipo uma pensão. Mas agora não. Agora já percebem que é algo que recebem mas tem que fazer alguma coisa, portanto, dar algo em troca [...] portanto já perceberam que não é só receber e acabou. Tem que cumprir aquilo que é lhes proposto. Portanto há as obrigações e não só direitos, estão conscientes disso. »	«Alguns ainda continuam a pensar, os com menos habilitações, que é o salário mínimo nacional [...] Isto não é um salário, é uma prestação social pequenina e que pode ser uma porta aberta mas eles não percebem isso. Esquecem-se completamente da vertente da inserção, só querem saber do dinheiro [...] Mas os de maior escolaridade tem mais noção do que é o RSI.»
Alterações nas práticas de consumo	Perceção dos técnicos sobre as mudanças de vida dos beneficiários	«Para várias famílias, sei lá, ficam com a certeza que determinado valor conseguem ter a certeza que no mês seguinte ou pelo menos quando no final do mês, geralmente recebem no final do mês, conseguem cumprir determinados compromissos, que sem o receberem se calhar seria difícil, o pagamento da renda por exemplo»	«Eu penso que é a parte económica. O que mais muda é eles terem aquele dinheiro no fim do mês que antes não tinham [...] Basta ter um bocado de poder de compra que altera ali um bocadinho a vida das pessoas, porque a gente sabe que o dinheiro é fundamental. [...] Nos mais qualificados verifica-se por terem tido um emprego estável e por nunca terem passado por esta situação, alguma vergonha e revolta. Também vejo por vezes que eles escondem a sua situação.»

Procura de emprego	Avaliação dos técnicos sobre a procura de emprego por parte dos beneficiários	«[...] Acredito que quem tenha mais escolaridade se calhar tem uma procura... é mais pro- ativo nessa área. Acabava por haver... quem tem menos escolaridade há quem procure na construção civil. Se calhar a maioria é o acomodar, vão fazendo uns pescatos aqui e ali, portanto entra um dinheirito que não está declarado em lado nenhum [...]»	« [...] as famílias que têm mais habilitações que estão interessadas na mudança, numa porta aberta vejo uma procura mais ativa. [...] Os de baixa escolaridade não noto essa vontade de trabalhar. Não noto, porque é assim, nós assinamos um contrato que é anual e passado um ano eu estou a chamá-los cá e a situação alterou? Não. Procurou? Não.»
Procura de emprego	<ul style="list-style-type: none"> Apoio das técnicas na procura de emprego 	«O técnico incentiva ao trabalho, aliás perguntam “ e se começar a trabalhar” e eu digo “ não se preocupe, se começar a trabalhar só tem é que dizer .” “E se for a experiência ? “ só tem que dizer que é à experiência” . Eu pelo menos incentivo ao trabalho e à procura da formação profissional, tudo, actividade socialmente útil.»	«Como técnica incentivo, digo-lhe “ olhe agora pode procurar de outra forma e dizer que é beneficiário de RSI. E na entrevista perguntamos qual é sua experiência profissional, onde é que já trabalhou e depois digo que pode dirigir aqui e ali, vá ali e procure.»

Anexo 8- Sinopse das entrevistas realizadas aos novos beneficiários

PROBLEMATIC A	DIMENSÕES	NB1	NB2	NB3
Caracterizaçã o sociodemográ fica dos beneficiários	<ul style="list-style-type: none"> Idade Escolaridad e Estado Civil Sexo Composição do agregado familiar 	<p>«41 anos»</p> <p>« [...] licenci-me em 2005 em Engenharia de Produção Têxtil Industrial, e depois tirei um mestrado integrado de Bolonha em Engenharia de Gestão»</p> <p>« solteiro»</p> <p>«Masculino»</p> <p>« [...] sou sozinho não tenho ninguém comigo[...]»</p>	<p>«39 anos»</p> <p>«Licenciado em Ensino Básico na Guarda»</p> <p>«solteiro»</p> <p>«Masculino»</p> <p>«sou eu só»</p>	<p>«44 anos»</p> <p>«sou licenciada em Gestão de Empresas»</p> <p>«casada»</p> <p>«Feminino»</p> <p>«sou eu, o meu marido e um filho»</p>
Trajetória de vida dos beneficiários	<ul style="list-style-type: none"> Percorso escolar 	<p>« [...] Andei então na escola primária do Rodrigo, a professora era muito rigorosa [...]Depois vim para aqui para o ciclo depois do ciclo fui para o liceu não gostei de lá</p>	<p>«Posso dizer-lhe que acabei o meu 12º ano com média de catorze só não fiz foi a cadeira de matemática porque não gostava do professor. E acabei por andar quatro anos a fazer matemática, acabei por mudar de escola porque ali não era capaz. Acabei por ir para o noturno</p>	<p>« [...] estive até ao 4º ano no colégio das freiras depois fui para o ciclo e do ciclo para a Campos Melo da Campos Melo</p>

		<p>andar e desisti e acabei por chumbar. [...] Depois daí fui para a nº3 aí sim fui um excelente aluno, que agora é a Quinta das Palmeiras, sai da nº3 fui para a Campos Melo porque não havia até ao 12º ano. Estive na área de eletrotecnia depois chumbei no 12º ano por causa do professor, era muito exigente e tive que mudar de área de disciplinas e depois entrei para a Universidade para Físico- Química Ensino em 94 [...] ao fim de dois anos prescrevi e fui para Lisboa tirar um curso de monitor de informática. [...] entrei novamente na universidade em 97/98 em Engenharia da Produção Têxtil e Industrial e fui mesmo com unhas e garras pois já estava com 24 anos. [...] Olhe é assim eu sempre quis estudar, tomei o gosto pelos estudos porque na altura quem tinha um curso superior conseguia ter uma vida mais estável o que fazia que eu andasse sempre muito alegre[...]»</p>	<p>comecei em Outubro e acabei em março portanto eram aquelas unidades capitalizadas que se faziam antigamente , então fiz filosofia, a matemática e informática acho eu, e em pouco meses consegui acabar o 12º, coisa que não conseguia há quatro anos e consegui. Lancei-me para as específicas entrei logo para a faculdade [...] Acho que foi um período de ilusões, porque eu via os meus colegas que fizeram o 12º comigo, avançarem logo para o superior e eu deixe-me andar também se calhar porque comecei desde novo tomar sabor ao dinheiro[...]o facto de ver os meus colegas tão bem e eu a trabalhar no Ecomarché sábados, domingos e feriados e ganhar menos que eles, motivou -me mais para estudar. Foi muita despesa e muito esforço para nada.»</p>	<p>para a UBI. [...] Sempre fui boa aluna. Eu entrei para a Universidade em 89/90 foi o ano da PJA das provas específicas de primeiro ano tanto que era para entrarmos em Setembro de 89, entramos em Janeiro de 1990[...]Aquilo eram 5 anos praticamente e correu tudo bem. Estive na área da contabilidade na Campos Melo na altura quando sai apenas concorri para matemática e informática e gestão aqui na UBI, porque os meus pais não tinham capacidade para mandar-me para outro lado.»</p>
Trajetória de vida dos beneficiários	<ul style="list-style-type: none"> • Percurso profissional 	<p>Logo que acabei a licenciatura fui para uma empresa na Guarda e comecei a trabalhar na minha área Engenharia da Produção Têxtil e Industrial foi muito complicado porque entrei numa empresa que estava em falência técnica. [...] Depois andei em vários sítios, tive estágios que prometeram fundos e mundos, o estágio era de um ano e só fiquei meio ano porque estava a substituir uma pessoa que não estava[...]depois andei em trabalhos</p>	<p>« Comecei então a trabalhar em França numa fábrica de papel aos 18, comecei a trabalhar logo em hipermercados, cafés, bares, restaurantes onde houvesse trabalho eu estava [...] Eu estive 9 anos num hipermercado, licenciiei-me sempre a trabalhar para poder pagar os meus estudos. [...] tive oportunidade de ir para a AECS do Sabugal durante 3 anos e a partir desses três anos fomos lançados para o desemprego. [...]»</p>	<p>« [...]Acabei a UBI em 95 em Novembro e no dia 1 de Maio de 96 estava a trabalhar para o Costa Pais [...]na altura eles tinham o escritório no Fundão, quando lá sai em 97 em Agosto, fui para uma empresa de ar condicionado e aquecimento central, água e esgotos, mas na área responsável da contabilidade, recursos</p>

		<p>temporários na área financeira, trabalhava sábados e domingos, trabalhei numa empresa em Viseu onde me prometeram um ordenado e depois telefonei ao fim do mês a perguntar quando metiam o dinheiro na conta e disseram que só metiam o que quisessem e o que lhes apetecia. Também estive em Viseu e Castelo Branco numa empresa comercial. Depois tive no Fundão no Cetelem dei-me muito bem, estive lá nove meses e não pude ficar mais porque não podia fazer estágio, era a part-time.[...] Depois vim novamente aqui para a Covilhã, eu não parava, andava de um lado para o outro. Depois vim para aqui para o Globo do Saber e tive a dar explicações de físico-química, matemática... e depois disse que não ficava lá mais porque estava a ganhar dois tostões e não dava para as despesas não dava para nada»</p>		<p>humanos e financeira. Fazia tudo e estive lá quase 10 anos. [...] no dia 13 de Dezembro de 2006, dia em que fui despedida... quando vou trabalhar de novo estava um papelinho a dizer que a empresa tinha fechado. Portanto foi o próprio tribunal que fechou [...] estava com o subsidio de desemprego e fui colocada com um POC aqui na UBI na parte da contabilidade em Abril de 2007 [...]Portanto em Março tinha que sair da UBI e em Dezembro chamaram-me da Guarda para ir dar uma formação durante três anos para um curso profissional na Covilhã. [...] Estive os três anos a dar formação, havia meses que era um bocadinho melhor outros um bocadinho pior a recibos verdes e foi nessa altura que tirei o curso de massagista em 2009. Ainda dei algumas explicações»</p>
PROBLEMATIC A	DIMENSÕES	NB1	NB2	NB3
Trajectoria de vida dos beneficiários	<ul style="list-style-type: none"> • Percurso pessoal e social 		«Na altura que tinha trabalho era bastante diferente, sabíamos o que podíamos contar ao final do mês, tínhamos o nosso ordenado certo, podíamos antecipar despesas e	«Antes de ficar desempregada, era uma vida muito boa, portanto eu

			<p>agora não. [...]Tinha uma vida estável, tinha dinheiro para os meus gastos e para pôr de lado, que eu não sou de extravagância. É complicado falar destas coisas porque somos lançados para o incerto, se não fossem os meus pais não sei, não sei o que seria»</p>	<p>tinha um emprego onde já estava há 10 anos ganhava bem, o meu marido também ganhava muito bem[...]temos um miúdo que é adotado, que veio para nós com 9 anos em 2006, na altura mudamos para uma vivenda [...]Tínhamos dois carros, eu tinha um carro completamente pago que era meu o outro era da empresa para o meu marido quando trabalhava... tínhamos uma boa casa, uma boa vida tentamos proporcionar tudo ao miúdo[...]em 2007 /2008 como o meu marido era o único funcionário da empresa do distrito de Castelo Branco e eles começaram a mandar pessoas embora, fecharam também o concessionário de Castelo Branco. Ao fecharem mandaram-no para a rua [...]Posso-lhe dizer que tive que vender o ouro todo que tinha fiquei apenas com a aliança, foi muito complicado na altura. Ficamos sem nada, tive que entregar a casa, os carros e há dois anos que tivemos que</p>
--	--	--	--	--

RSI: entre novos e tradicionais perfis de beneficiários

				mudar para um apartamento alugado.»
Trajatórias de vida dos beneficiários	<ul style="list-style-type: none"> Razões que levaram a requerer o RSI 	«Pela necessidade mesmo, porque vim a descobrir que tenho problemas de saúde, problemas no rim e de tensão e também já não tenho idade para bater à porta das pessoas.[...] O dinheiro começou a desaparecer e tive que recorrer. Porque só tinha trabalhos de um mês e assim tenho um dinheiro mensalmente, porque não consegui arranjar um trabalho a tempo inteiro. E com este dinheiro vou orientado. E eu não tinha ajuda nenhuma e tive que recorrer [...]»	«Não tenho outro meio de rendimentos, acabou-se o meu subsídio de desemprego, acabou-se o social. [...] Tive mesmo que pedir no intuito de garantir mais um POC porque só assim é que conseguimos aceder a mais um POC porque quando estamos no subsídio de desemprego ou social temos direito a ele, acabando isso só temos direito a POC se tivermos a receber alguma prestação social, neste caso o rendimento. E o intuito foi mesmo esse para eu ter trabalho e um ordenado ao fim do mês. Foi isso que me levou a pedir sem grandes objetivos de alcançar o que quer que seja, mas pelo menos outro POC noutro sítio qualquer, acabei por voltar para o hospital.»	« [...] não tinha nada, não tinha absolutamente nada, ao meu marido tinha acabado o subsídio social, não tinha emprego.»
Avaliação do estatuto	<ul style="list-style-type: none"> Perceção de si mesmo 	«Revolta-me bastante, isto não é aquilo que eu quero para a minha vida e não é com o que estou a ganhar que vou superar a minha vida. Eu sinto uma revolta enorme porque eu estou inscrito em todos os lados e ninguém diz assim “ vamos lhe dar uma mão para lhe arranjar trabalho nem que seja um part time”. Eu tento levantar a minha auto-estima mas há alturas que quando estou a falar com uma pessoa da área sinto-me um bocado em baixo. Digo assim para mim, fogo fartei-me de estudar sempre fui uma pessoa normal nunca meti com ninguém, fiz um percurso normal e porquê agora estou assim?[...] Digo-lhe sinceramente que custa-me às vezes dizer que estou com o RSI porque as pessoas veem o RSI como pessoas desgraçadas, como pessoas pedintes, como mediócras [...]»	«[...] eu não me senti bem a pedi-lo sou sincero, não me senti bem [...]Não me sinto bem na minha situação, não me sinto bem porque vou ter que renovar no fim do ano outra vez o pedido. É muito mau. E sinto-me revoltado porque o que mais quero é um ordenado certo ao fim do mês.»	«É um bocado constrangedor por um lado [...]há muita gente que pensa que nós não fazemos nada para mudar a situação[...]Eu raramente digo que tenho o RSI porque as pessoas muitas das vezes... oiço comentários... não é bem vergonha, é para não ouvir certos comentários. Para não me arreliar»
Conheciment o sobre o RSI e o Programa de Inserção	<ul style="list-style-type: none"> Perceções sobre o RSI 	« [...] acho que é uma boa medida de apoio para quem está em necessidade e com	«Para mim foi uma bóia de salvação para garantir um POC para garantir um trabalho. Eu acho que as prestações que nos dão não	[...]E o RSI é uma boa ajuda e acho que pode haver aí muitas

RSI: entre novos e tradicionais perfis de beneficiários

		<p>falta de trabalho para ter também apoios sociais.</p> <p>Porque eu vejo isto aqui, não é como veem os outros, isto é para deixar andar, não, [...]. [...] porque as pessoas que aqui veem pedir o RSI são pessoas ou alcoólicas ou pessoas que não querem fazer nada ou não gostam de trabalhar e era isso que via no RSI, porque ouvia nas notícias da televisão »</p>	servem para nada.[...]»	<p>situações camufladas e que estejam a dar a pessoas erradas acredito que sim, mas há outras pessoas que precisavam mais e não dão.»</p>
<p>Conhecimento sobre o RSI e o Programa de Inserção</p>	<ul style="list-style-type: none"> Fatores que contribuem para a informação sobre o RSI 	<p>«[...] Foi através da televisão mas pensava que não era para mim pensava que era mesmo para pessoas que não tinham nada no banco e chegou a um ponto que eu não aguentei. [...]E vim cá pôr os papéis, um bocado acanhado [...] porque as pessoas que aqui veem pedir o RSI são pessoas ou alcoólicas ou pessoas que não querem fazer nada ou não gostam de trabalhar e era isso que via no RSI, porque ouvia nas notícias da televisão.»</p>	<p>«Tive conhecimento a partir de uma colega minha que é assistente social [...]E ela é que foi -me dizendo que tinha direito a um subsídio social que eu não sabia, e a seguir ao subsídio social poderia pedir o rendimento. Que eu também não sabia. [...]Depois vim informar-me e lá me disseram o que tinha que fazer»</p>	<p>«Oh eu estou sempre a consultar a net e via na televisão depois na altura dirigi-me aqui à assistente social perguntar o que era preciso»</p>
<p>Conhecimento sobre o RSI e o Programa de Inserção</p>	<ul style="list-style-type: none"> Conhecimento/ desconhecimento sobre o programa de inserção 	<p>«É assim tenho uma noção básica, é integrar as pessoas no mercado de trabalho e não ter aqui as pessoas toda a vida. [...]Foi a técnica que me acompanha que me falou do programa»</p>	<p>«Sim conheço, não me leva a lado nenhum, o mal dos POC é que nos utilizam e deitam fora quando acaba porque sabem que há outros para irem.[...] Foi através da técnica que tomei conhecimento. Assim que nos é atribuído o RSI aqui temos logo direito de levar a folha para cima ao centro de emprego e elas tem por obrigação tentar colocar-me em algum lado»</p>	<p>«eu sei que tinha que procurar emprego, portanto a única coisa que me ficou na ideia é que eu tinha que mandar currículos que é aquilo que eu tenho feito sempre, não devo faltar às entrevistas agora o resto não sei o que há mais. Sei que na altura era o facto de termos que procurar trabalho tanto um como o outro se houvesse</p>

RSI: entre novos e tradicionais perfis de beneficiários

				formações também tínhamos que ir.»
Conhecimento sobre o RSI e o Programa de Inserção	<ul style="list-style-type: none"> Sugestão de melhorias no RSI 	«Eu acho que o rendimento não é muito mas prontos já dá uma boa ajuda. Devia por exemplo haver por escalões, para os casados um valor e para os solteiros outro. No que respeita ao emprego devia ajudar as pessoas dentro das suas áreas profissionais.»	«Acho que rever os valores [...]Não era um aumento de 1 ou 2 euros, não se vive com 40 e poucos euros por mês não se vive. Nem se sobrevive»	«Eu acho que deveria ser visto caso a caso poderia ser complicado, mas caso a caso. Porque se fossem a ver caso a caso havia aí muita gente que está a recebê-lo que não tem direito e se calhar há muita gente que iria receber muito mais e se calhar conseguia pelo menos dar volta à situação.»
Processo de intervenção	<ul style="list-style-type: none"> Adequação do RSI às características dos beneficiários (nos cuidados de saúde, nas formações profissionais e inserção dos filhos no sistema educativo, valor da prestação) 	«Está. [rendimento] Porque estou numa situação em que preciso. Não tenho ajuda de ninguém. A mim está adequado porque como não tenho direito ao desemprego tenho que ter direito a alguma coisa para viver.[...][ajuda] bastante a nível de medicação [...]disseram se aparecer algum curso que avisam mas até agora não fui chamado.»	«Não está adequado[...]a mensalidade, a prestação são valores irrisórios. Não se trata aqui uma pessoa qualificada ou não qualificada, trata-se de uma pessoa que tem as suas despesas diárias, mensais, tem obrigações de quem paga a renda quem paga créditos infelizmente a gente deixou de pagar.» «não me ajuda em nada [...]gastei 100 euros a semana passada, passei a semana nas urgências e ajudou porque não tive que pedir dinheiro à minha mãe nem quem quer que seja, mas se só tivesse com aqueles 40 e tal euros por mês, não. [...]nunca fui chamado para nada... mas agora estou num POC como auxiliar operacional no hospital»	«Não está adequada às minhas necessidades nem características.[rendimento] Primeiro, pela situação toda que nós vivemos, acho que até mesmo pelas idades dos miúdos[...]Tive depressão que infelizmente obriga-me a tomar medicamento que por enquanto não consigo largar devido a esta situação que estou a viver. Às vezes os medicamentos é um balúrdio, sim senhora que não pago as consultas, neste momento estou isenta, mas os medicamentos tenho que os pagar. [...]não me chamaram para nenhuma formação profissional. Aliás já tentei

RSI: entre novos e tradicionais perfis de beneficiários

				entrar para um curso até foi no início do RSI e uma das coisas foi que tinha licenciatura e não dá. [...]na escola não, tenho é o escalão que me dá alguns livros grátis»
Relação entre técnico e beneficiário	<ul style="list-style-type: none"> • Tipo de relação entre técnicos e beneficiários 	«É uma pessoa que dá apoio e temos uma boa relação não tenho nada a dizer [...]Sim sempre disponível para me atender [...] perguntou se precisava mais de apoios [...] Quando tenho que cá vir é iniciativa por parte da técnica e tenho alguma regularidade de contato com ela»	É assim parece-me uma pessoa acessível e só a conheci naquele dia e encaminhou tudo graças a Deus correu tudo muito bem não tenho nada a dizer [...] Aconselhou-me naquilo que havia e também expus a situação dos meus pais e a minha e encaminhou-me mesmo. Eu acho que o trabalho dela foi bem feito»	«Tem sido cinco estrelas em muitas coisas [...]Ajudou precisamente na situação do recibo verde e o acto isolado. Tem sido impecável.[...] Tenho vindo cá muita vez. [...] de vez em quando tenho alguma dúvida de alguma situação ou quando recebo as cartas das reposições tenho cá vindo sempre.»
Laços Sociais	<ul style="list-style-type: none"> • Relação com os familiares, amigos e comunidade (quem ajuda e em que situações) 	«a minha relação sempre foi igual, eu não conto nada a ninguém, não me exponho. Pronto a família sabe. Eu escondo porque as pessoas dizem logo, és um lambão, tu és aquilo e aquilo e eu não gosto de ouvir isso [...] [receber ajuda] dão-me alguns alimentos mas é por parte de pessoas que tenho mais intimidade. Às vezes convidam para jantar»	«[...] a relação com os amigos é a mesma mas claro que não temos aqueles convívios nem aquelas saídas [...]a relação com eles não mudou, aliás tenho mais gente no mesmo caso e continuamos amigos na mesma[...]só conto com os meus pais. E já me dão uma grande ajuda, todos os meses posso contar com roupa lavada já é muito bom»	«a família sabe mas mais ninguém sabe. A maior parte das pessoas não sabe porque não disse. Porque sei que muitos deles são contra o RSI. [...] a minha mãe ajuda-me na renda da casa que dá-me 200/230 também depende dos meses, tenho uma tia que de vez em quando dá... quando a minha mãe dá os 230 é porque a minha tia deu os 30. A minha mãe ajuda-me nas compras, todas as semanas vou às compras com ela e ela paga as

RSI: entre novos e tradicionais perfis de beneficiários

				compras praticamente[...] Por acaso tenho um vizinho que tem muita couve e legumes de vez em quando já nos dão»
Alterações nas práticas de consumo	<ul style="list-style-type: none"> Mudanças de estilo de vida (a nível económico, de lazer e de consumo) 	«[a nível económico] não mudou muito, não estou a receber muito são só cento e pouco euros mas já dá para controlar . Já penso assim, já no próximo mês vem outra vez dinheiro já lá vou buscar para pagar a medicação para isto e para aquilo. A pessoa já tem um bocadinho de liberdade para dizer eu posso. [...] Já consigo fazer mais compras agora já consigo ter mais um espaço de manobra antes não. Já posso mais estar com os colegas e tomar um café e portanto já não estou a contar os trocos. »	«[a nível económico] veio beneficiar no sentido de ter acesso a outro POC aí sim veio me dar mais estabilidade com ordenado ao fim do mês, porque se ficasse com a prestação mensal dos 40 e pouco euros não mudava em nada ia garantir sim as minhas despesas da casa, água, luz e gás não poderia estar cá a viver[...]Ah isso mudou muito. Corta-se em imensa coisa, corta-se muito na alimentação onde podíamos comprar mais mimos mais guloseimas e não se compra. Compra-se o essencial [...]roupa compra-se muito menos, sai-se quase nada, não saímos quase porque sabemos que uma saída é despesas de gasolina ou gasóleo [...]Apetece comprar isto e aquilo e sabemos que não podemos»	«[...] [a nível económico] pouca coisa, porque não dá para muito. A única coisa que eu consigo é mais ou menos ter as contas pagas no dia certo e não ter as multas.[...] a nível de lazer, eu não faço nada praticamente. Nós tínhamos um plano de férias que nós pagávamos uma jóia todos os anos e depois uma semana de férias era capaz nos ficar em 90 euros ou nem isso. Conseguíamos tirar uma semana de férias de vez em quando para sairmos daqui, agora nunca mais. Muita coisa deixei de comprar. Posso-lhe dizer que antes tinha o cuidado de ter um determinado detergente para a roupa e daqueles paninhos que não deixam pegar as cores às roupas e que resultava e tive que deixar de comprar essas coisas porque são muito caras. Eu roupa não compro para mim.»
Perceção do	<ul style="list-style-type: none"> Perceções e 	«Tenho que ter uma	«Quando acabar vai ficar ainda	«Não sei... não

RSI: entre novos e tradicionais perfis de beneficiários

futuro	aspirações face ao futuro	situação muito melhor e estável, penso num futuro melhor não estou aqui a pensar no pior [...]	mais negro se eu não arranjar trabalho [...] Os anos passam-se, trabalho quanto mais velhos ficamos não nos querem. Nem sequer quero pensar que vou ficar mesmo sem nada»	faço a mínima ideia. Eu espero que o meu marido vingue na NOS que consiga e eu tentar ver se quando passarem os anos da... já vai no terceiro ano acho que são cinco anos daquela situação da insolvência, consiga pelo menos... aí sim tentar abrir algo.»
Procura de emprego	<ul style="list-style-type: none"> Procura ativa ou inativa 	«Encontro-me sistematicamente a enviar currículos»	«Sim»	«Sempre»
Procura de emprego	<ul style="list-style-type: none"> Recurso utilizado para procurar trabalho 	«Internet, contato a colabora, falo com pessoal da universidade que conheço e através de amigos que estão lá fora porque sei que há mais oportunidades»	«Desde de bater à porta das empresas com os currículos na mão e enviar pela net»	«A net, IEFP de vez em quando vou mesmo lá ver e recebo sempre também a página do IEFP, e através do facebook»
Procura de emprego	<ul style="list-style-type: none"> Mudanças na procura de emprego enquanto beneficiário 	«Continuo a fazer as mesmas coisas que fazia antes do RSI, não mudou porque as coisas estão mesmo complicadas»	«Não mudou nada, continuo a fazer as minhas procuras e entregar currículos não tenho é o feedback das pessoas onde entreguei currículos[...]temos a obrigação de encontrar trabalho mas a partir do momento em que entregamos o nosso currículo passa para as outras mãos não sabemos o caminho que aquilo leva»	«Não mudou nada, porque eu sempre procurei. Eu sempre mandei currículos para todo lado e continuo a mandar.»
Procura de emprego	<ul style="list-style-type: none"> Ajuda do RSI na procura de emprego 	«Não posso dizer nem bem nem mal, é assim eles não podem dar aquilo que não tem e o iefp só se consegue por cunhas e é isso que me revolta[...] Não nunca me propuseram porque nunca houve oportunidades»	«Eu tenho um objetivo que é arranjar trabalho e independentemente dessas prestações tenho que continuar a procurar. Até a data nem veio beneficiar nem prejudicar. [...] emprego nunca foi proposto»	«Não. É muito difícil porque as pessoas não querem licenciados porque tem que pagar mais. Eu fui várias vezes ao centro de emprego e disse estou disponível para POCS... nunca fui chamada [...] O centro de emprego chama-me para entrevistas só. Já fui a duas ou três entrevistas, ao Fundão mas são 100 cães a um osso e se tenho 44 anos

RSI: entre novos e tradicionais perfis de beneficiários

				optam sempre por mais novos infelizmente.»
Procura de emprego	<ul style="list-style-type: none"> Apoio dos técnicos na procura de emprego 	«A doutora diz que tenho que procurar e se tiverem oportunidades vão chamando»	«Nesse sentido não [...]»	«Não nesse aspeto não»

PROBLEMATICA	DIMENSÕES	NB4	NB5	NB6	NB7
Caracterização sociodemográfica dos beneficiários	<ul style="list-style-type: none"> Idade Escolaridade Estado Civil Sexo Composição do agregado familiar 	<p>«24»</p> <p>«Mestrado em Marketing»</p> <p>« Solteiro»</p> <p>« Masculino»</p> <p>« estou sozinho»</p>	<p>«57»</p> <p>«Licenciatura em Ensino de Matemática»</p> <p>«Solteira»</p> <p>«Feminino»</p> <p>«sou sozinha»</p>	<p>«36 anos»</p> <p>«sou licenciada em Gestão»</p> <p>«solteira»</p> <p>« Feminino»</p> <p>«sou só eu»</p>	<p>«61»</p> <p>«Sou licenciada em Línguas e Culturas Portuguesas pela UBI»</p> <p>«Solteira»</p> <p>« Feminino»</p> <p>«sou eu só»</p>
Trajectoria de vida dos beneficiários	<ul style="list-style-type: none"> Percursos escolar 	«Tive um percurso normal, só no 12º ano é que fiquei três anos retido e depois entrei na universidade perdi um ano»	«O meu percurso foi normal, nunca reprovei, portanto eu comecei a escola primária até ao nono ano em África, tirei no Lourenço Marques. Depois viemos para cá e acabei aqui o 10º, 11º e 12º e a Universidade foi aqui na Covilhã»	«O meu percurso foi todo seguido. Estive em Bragança até ao 12º porque sou de lá e ainda fiquei um ano a fazer matemática e depois concorri para cá para a Universidade em 98 e acabei o curso em 2005»	« [...] acabei o antigo sétimo ano que era o equivalente ao 11º e depois já em casada e com filho fui tirar o décimo segundo ano. Depois o aproveitamento foi bom e entretanto ingressei na universidade.[...] tinha-se que fazer naquela altura aptidão à universidade em Lisboa e acho que tive várias condicionantes que foram negativas para mim, nomeadamente, o antes e o após 25 de Abril, o antes porque estava tudo ainda muito complicado e eu fui fazer a admissão à universidade

					exatamente no auge [...] fui passar umas férias ao Brasil e tenho lá familiares e eles tentaram proporcionar tudo e mais alguma coisa, e nessa estadia eu fiz a escola Oxford, aproveitei o máximo, estudei inglês. [...] Eu estava mesmo entusiasmada, eu acho que tinha vocação realmente para seguir os estudos [...]»
Trajetória de vida dos beneficiários	<ul style="list-style-type: none"> • Percurs o profissi onal 	«Estive num estágio curricular e acabei por ficar lá a recibos verdes, estava no atendimento ao público. Depois comecei a trabalhar por conta própria, comecei a fazer trabalhos para pequenas empresas [...]»	«a firma de eletrodoméstic os onde eu estava fechou. A partir dai nunca mais arranjei emprego. Cheguei a dar explicações mas agora já não sou capaz porque já não tenho poder de concentração. »	«Trabalhava na associação dos municípios da cova da beira em Belmonte. Estava cá mas depois fui para Belmonte. Fazia acompanhamento financeiro de projetos. Houve minimização de pessoal. Fiz estágio na área de marketing entrei na XXL refill que é de tinteiros na Parkubis e depois ele abriu uma financeira e pôs-me lá a mim e depois fiquei. [...] Já trabalhei em discotecas, na Companhia e uma que havia ao pé da telepizza depois no final do curso fiquei um anito ou dois e trabalhei 6 meses na Olá no shopping logo quando aquilo abriu. Depois no pingo doce numa loja de roupa na New Code. »	Eu comecei a trabalhar logo que acabei o antigo sétimo ano [...]Mas trabalhei sempre, portanto ainda não tinha 18 anos comecei aqui nesta casa por acaso [...]depois pedi umas férias sem vencimento porque tinha familiares no Brasil e fui passar o mês de férias e acabei por ficar mais tempo. Quando regresssei quis retomar o meu lugar e isto tinha levado uma grande reviravolta, havia uma comissão de trabalhadores a gerir a segurança social foi logo após o 25 de Abril. A coisa estava muito complicada e acabei por perder o meu lugar de trabalho. [...]Trabalhei sempre na área de secretariado enfim mais tardiamente trabalhei numa empresa de importação e exportação, aliás levantei da estaca zero essa

					<p>empresa, criámos contatos, começamos realmente a fazer negócio. Trabalhei na câmara municipal também como... na área do cartão do idoso depois passei para a biblioteca aqui [...]trabalhei num transitário também durante muito tempo e depois tive uma oferta de trabalho para ir para Castelo Branco gerir uma equipa de trabalho e foi aí que tudo começou a correr mal porque essa empresa foi à falência, eu fiquei desempregada e quando fico desempregada, isto foi em 2001 alguém teve a ideia milagrosa de criar os POCS, os programas ocupacionais e as pessoas não tinham opção, quer dizer, já se começava a sentir os problemas e eu entrei num POC [...] Acabou o desemprego, tive a fazer um projeto nos lanifícios no museu dos lanifícios mas era um projeto que teve um fim também [...]Tive hipótese para ir para o centro de saúde, está a ver o meu trajeto não é?»</p>
Trajetória de vida dos beneficiários	<ul style="list-style-type: none"> • Percurs o pessoal e social 	«A minha vida antes do RSI não era muito diferente sinceramente, porque eu não recebo o rendimento completo, estou a trabalhar ao mesmo tempo	«A minha vida era boa, pronto, trabalhava, tinha a minha casa fazia uma vida normal como as outras pessoas. [...] Há 15 anos tive uma depressão	«Eu tinha uma vida mais desafogada, fazia férias, fazia fins-de-semana era completamente diferente como também ganhava mais também gastava mais. Sempre tive dinheiro de parte e	«Era uma vida normal, sempre trabalhei, aliás eu já me formei tardiamente. [...]fui casada em Inglaterra e tenho um filho fifty - fifty português e inglês, só que eu casei-me em

RSI: entre novos e tradicionais perfis de beneficiários

		portanto [...] Eu no fundo nunca passei por dificuldades porque tinha a bolsa de estudo. Quando vivia com os meus pais nunca nos faltou comida na mesa, por isso considero que tinha uma vida estável, nunca passamos realmente por dificuldades.»	e deixei de ter o poder de concentração é crónica nunca me passa, estou medicada. [...] Tinha o meu ordenado e conseguia fazer as minhas despesas e coisas. Fiquei 4 anos no desemprego a ganhar o subsídio de desemprego depois daí tive que deixar a casa e a vida complicou-se muito. Tive ajuda de um familiar que está no estrangeiro e eu fui para a casa dele e não pago renda é o que me vale»	como sou sozinha tudo o que ganhava era meu, nunca tive problemas monetários.»	Inglaterra mas depois não transpusemos o casamento para Portugal, ainda vivemos cá em Portugal mas depois acabamos por nos separar e portanto eu aqui sou solteira [...]»
Trajetórias de vida dos beneficiários	<ul style="list-style-type: none"> Razões que levaram a requerer o RSI 	«Foi não ter rendimento suficiente para pagar a minha renda e as minhas contas. Quando acabei mesmo de estudar fiquei sem a bolsa e o dinheiro que tinha junto deu-me para algum tempo mas depois tive mesmo que pedir o rendimento porque já não tinha o suficiente.»	«Porque não tinha possibilidades, não tinha rendimentos. Não tinha emprego, tive que pedir.»	«Por não ter rendimentos nenhuns»	«[...] porque eu não tinha rendimentos, não tinha bens, eu vivia do meu trabalho, tinha um filho a estudar [...]»
Avaliação do estatuto	<ul style="list-style-type: none"> Perceção de si mesmo 	«Sinto que sou uma pessoa que ainda precisa de ajuda.»	«Como hei-de de dizer... não era uma coisa que eu esperava para a minha vida não é?[...] Sinto uma revolta porque não consigo arranjar emprego, e na minha área não consigo arranjar emprego [...]»	«Não gosto, é uma sensação péssima. Não estava à espera disto nunca na vida, nem pensar. Sinto vergonha mesmo»	É negativa, digamos acho que as pessoas, eu falo de mim naturalmente, mas eu acho que não merecia estar nesta situação. [...] É realmente uma situação muito humilhante mais do que triste é humilhante. Humilhante exatamente por isto, eu sei que sou uma parcela

RSI: entre novos e tradicionais perfis de beneficiários

					de muitos milhares que estão nesta situação, eu sei, provavelmente haverá casos ainda piores do que o meu. Mas chegamos a um ponto que a desilusão é completa.»
Conhecimento sobre o RSI e o Programa de Inserção	<ul style="list-style-type: none"> • Percepções sobre o RSI 	«Penso que é uma boa ajuda para pessoas que não tem outras fontes de rendimento. Tenho noção que isto é uma ajuda para já, e não um sustento de longo prazo. »	«Por um lado para as pessoas que não tem mais nada é bom por outro não é um futuro não é?»	«Acho ridículo, acho ridículo com este valor nem pensar. É melhor que nada mas com o melhor que nada é uma estupidez. [...] Eu até associava o RSI aos ciganos »	«Bem, penso que é um fundo que o estado social disponibiliza para as pessoas que de fato não tem meios de sobrevivência, não tem rendimentos próprios. O estado tem que proteger as pessoas que são carenciadas porque no fundo é do que se trata, somos carenciados economicamente e portanto eu penso que será por aí. [...]»
Conhecimento sobre o RSI e o Programa de Inserção	<ul style="list-style-type: none"> • Fatores que contribuem para a informação sobre o RSI 	«Tenho alguns amigos que recebem e foram eles que me informaram do RSI.»	«Tive conhecimento daqui da segurança social »	«Foi através de um amigo [...] . Depois a senhora falou-me disto. Eu já sabia mas eu queria evitá-lo. Ela falou-me e pronto. Eu até associava o RSI aos ciganos»	«[...] acabei tudo aquilo que era possível do desemprego e depois passei para o social e acabou tudo [...] fui logo para o centro de emprego dizer, e agora? E a resposta que tive foi: A senhora uma vez que não tem as condições, não há aqui nada, se calhar é melhor ir já pedir o rendimento porque se não vai ficar sem nada mesmo.»
Conhecimento sobre o RSI e o Programa de Inserção	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecimento/desconhecimento sobre o programa de inserção 	«Sim, temos que ter uma procura ativa de trabalho... tenho uma vaga ideia. [...] Foi a técnica que informou quando assinamos os papéis »	«Conheço vagamente, sei que devemos procurar emprego e avisar a técnica no caso de encontrarmos. [...] Foi através da Segurança Social e depois de a doutora falar comigo »	«Sim conheço, tenho que estar disponível caso eles tenham alguma formação. Mas isto é outra parvoíce porque à partida nunca me vão chamar[...] Foi através da técnica que me atribui o rendimento e perguntou-me se	«Sim, por exemplo, se começarmos a trabalhar ou auferir de outro tipo de rendimento temos que dar a conhecer à técnica [...] Foi a técnica que me informou»

RSI: entre novos e tradicionais perfis de beneficiários

				estava disponível e tive que dizer que sim se não...[...]	
Conhecimento sobre o RSI e o Programa de Inserção	<ul style="list-style-type: none"> Sugestão de melhorias no RSI 	«Não estou a ver assim nada»	«Sim. Eu acho que deve ver o estado das pessoas, como vivem, quais são as dificuldades que têm.»	«Claro que sim. Acho que preferia trabalho que se adequasse às minhas competências»	«Sim deveria ser feito algo para melhorar mas vou bater sempre a um ponto, eu preferia que arranjassem um trabalho percebe? Do que me dessem mais. Que dissessem olhe temos aqui um trabalho que se enquadra dentro do seu perfil, era isso que pretendia perceber?»
Processo de intervenção	<ul style="list-style-type: none"> Adequação do RSI às características dos beneficiários (nos cuidados de saúde, nas formações profissionais e inserção dos filhos no sistema educativo, valor da prestação) 	<p>«Eu acho que sim que está adequado.»</p> <p>«Não tem ajudado, eu precisava de ir ao dentista e não posso ir [...] nunca me disseram,[formações] se calhar por ser trabalhador independente.»</p>	<p>Na minha opinião não.[rendimento] Como hei de dizer... se eu tivesse que pagar uma renda eu não conseguia. [...] Eu tenho muitas despesas, tenho a alimentação, tenho a medicação é todos os meses porque não posso deixar de tomar. É muito pouco o rendimento.»</p> <p>«não tenho nos cuidados de saúde ajuda não [...] nunca fui chamada porque dizem que tenho habilitações suficientes e não sou chamada para cursos nenhuns»</p>	<p>«Claro que não. É mesmo pelo valor. Com esse dinheiro comer comia mas não pagava as contas.»</p> <p>« o RSI nunca me ajudou nos cuidados de saúde [...]até agora ainda não me chamaram para nada. Nunca me vão oferecer uma formação superior àquela que eu já tenho.[...] Se me mandassem para um mestrado ou doutoramento até se compreendia agora assim acho que não»</p>	<p>« Não, não está [...]rendimento] [...] Porque há um dilema mensal não é? Temos que pagar a renda e temos que pagar a água, o gás, a luz temos que viver não é? [...] E portanto é muito complicado, sem dúvida muito complicado. [...]»</p> <p>«[...] tive um problema de saúde em termos de ossos e esse problema de descalcificação manifestou-se na parte dentária. [...] falei com a minha assistente e ela sabia da minha situação, portanto ela providenciou e eu tratei num sítio mais baratinho e facultou-me um dinheiro extra portanto daquilo que estava a receber exatamente para poder prover essa situação. [...] Nunca me chamaram para nenhuma formação[...] .»</p>
Relação entre técnico e beneficiário	<ul style="list-style-type: none"> Tipo de relação entre técnicos e 	«É uma boa relação, quando eu tenho alguma dúvida ela esclarece-me. Faz	«Ah boa muito boa. É simpática, pronta a ajudar muito boa	«Tentei estar com ela quando arranjei umas férias, para me informar o que	«[...] é cordial, mas não é favorável aos pedidos sempre. Portanto em

RSI: entre novos e tradicionais perfis de beneficiários

	beneficiários	<p>um bom trabalho sem dúvida. [...] Não tenho nenhum exemplo. Mas quando queria comunicar com ela sempre consegui falar com ela, nunca tive problemas.»</p> <p>«Muito raramente estou com ela [...]»</p>	<p>mesmo. Está sempre disponível [...] Ajudou-me uma vez que tinha problemas em pagar à farmácia. Não me ajudou monetariamente mas vim cá falar e deu-me conselhos.»</p> <p>«Quando me telefonam ou quando escrevem para eu vir de ano a ano ou então quando eu preciso de alguma coisa venho cá.»</p>	<p>fazer, porque sei que tinha que a informar. Mas ela não estava e entretanto estava aí outra e perguntei e ficou por aí. Mas respondeu-me de má vontade porque não era a hora dela, não era a hora de atendimento»</p> <p>«Só estive aquela vez com ela no dia em que ela me entrevistou.»</p>	<p>termos pessoais eu compreendo portanto é uma relação cordial, ela escuta-me, agora daí a fazer ou favorecer-me vai uma distância. [...]Eu não vejo, sou muito honesta, que elas tenham iniciativa ou que tenham um grande empenho de nos estimular, é como eu digo, elas devem ter uma formatação para ouvir e para resolver aquilo que é resolúvel e pronto.»</p> <p>«Sim algumas vezes é iniciativa minha. Venho quando é me solicitado naturalmente, Estou sempre presente e quando tenho problemas, mas sou franca muitas vezes já não venho.»</p>
Laços Sociais	<ul style="list-style-type: none"> • Relação com os familiares, amigos e comunidade (quem ajuda e em que situações) 	<p>«As relações estão iguais porque eu também não promovo que recebo o rendimento, mas da parte de quem sabe não noto diferença nenhuma [...]Como eu trabalho a partir de casa e precisava de um computador novo, então o meu pai ajudou-me. Foi só essa ajuda porque eu não recebo nenhuma mesada nem nada disso.»</p>	<p>«as relações são as mesmas nem ouve discriminação graças a Deus [...] Ajudam-me na alimentação às vezes, as pessoas amigas que são como se fosse minha família ao fim do mês dão-me por exemplo arroz... fazem-me as compras para me ajudarem.»</p>	<p>«Não noto diferença nas relações porque ninguém sabe. [...] Por exemplo na minha família o meu pai não sabe desta situação só a minha mãe e uns tios [...] Escondo a minha situação porque a palavra RSI não me soa bem. Mas também não quer desmotivar quem está a tirar um curso superior ou quem pensa estudar[...] [recebe ajuda] Da minha mãe mas para já é só como lhe disse ainda tenho dinheiro, ainda pago a renda, pago as contas. Compre-me uma roupa, um creme. Ela descobriu lá em França uma farmácia que é tudo mais barato e então</p>	<p>«A nível social é péssimo. [...]É um estigma. [...]Aquele círculo mesmo de colegas antigos de trabalho em que fazíamos o jantar de Natal, de aniversário e não sei o quê, isso parou. O que torna as pessoas mais sombrias, mais solitárias [...] Está a ver como o nosso universo começa a ficar muito restrito percebe?[...] A minha mãe nunca vai deixar que eu passe fome como é óbvio. [...] portanto estou lá todos os dias para ajudar porque são 87 anos e tenho que lhe dar apoio na casa e acabo por fazer a</p>

				manda-me tudo, champô e tudo é ela que manda. O que é uma ajuda muito boa.»	refeição principal mas posso trazer um litro de leite para casa, um pão, qualquer coisa do género.»
Alterações nas práticas de consumo	<ul style="list-style-type: none"> Mudanças de estilo de vida (a nível económico, de lazer e de consumo) 	«[a nível económico] Consegui não pedir ajuda aos meus pais ou amigos a nível económico, agora pelo menos consigo pagar a renda [...] No lazer e no consumo não mudou grande coisa porque não sou muito de extravagâncias. Faço as coisas à medida do possível.»	« eu não tinha nada economicamente por isso melhorou um bocadinho [...]eu antigamente ia de férias e agora não posso, livros são emprestados porque comprar é impossível [...]. Eu tento fazer uma vida poupada.[a nível de lazer] Uma pessoa muda , não me apetece, uma pessoa para ir passear precisa de dinheiro não é? [...]Estou mais em casa [...] Comprava roupa como qualquer pessoa normal mas não era de extravagancias e agora não posso porque não dá.»	«[a nível económico] não mudou muito porque é como lhe disse, tenho algumas poupanças para comprar um carro mas também tenho a minha mãe que não deixa que me falte nada. É claro que há hábitos que mudam, como as compras fúteis, que para mim não são fúteis. Compras de roupa e essas coisas assim e sapatos. Comida não falta. [...] Eu antes se me apetecesse ir comprar um roupa ia comprar ou comprar qualquer coisa que fosse, agora claro que não. Mas não fico frustrada com isso.»	«[a nível económico] As pessoas passam a ter uma política total de abstinência do que quer que seja porque o dinheiro é contado, o dinheiro já se sabe para o que é. E portanto a minha vida mudou nesse aspeto em que não há planos, não há expectativas, vou ver se para o mês que vem consigo comprar aquilo que gosto tanto, já não existe isso, acabou. [...] [a nível de lazer] há certas coisas que nós podemos fazer, ir a um parque pegar num livro e levar uma garrafa de água e um boné e podemos socializar, isso é verdade, mas também não podemos fazer sempre isso não é? Quer dizer no Inverno também não vou para o parque para debaixo da chuva não é? E para o café não vou porque não tenho dinheiro para gastar. [...]a nível de consumo é muito complicado. É extremamente doloroso a ginástica, as manobras... adquirem-se estratégias para se gastar o menos possível. [...] Em termos de consumo, claro

RSI: entre novos e tradicionais perfis de beneficiários

					marcas brancas e depois há coisas que nem compro. Porque não se pode comprar [...] Depois vamos habituando, se é que as pessoas podem habituar-se com algumas privações.»
Perceção do futuro	<ul style="list-style-type: none"> • Perceções e aspirações face ao futuro 	«Espero encontrar emprego para conseguir sustentar-me, aliás, espero encontrar mesmo antes do rendimento acabar.»	«Não tenho ideia nenhuma. Não sei... não sei se nessa altura posso já estar reformada.»	« [...] isto acaba em dezembro... que acabe por mim que eu arranje emprego. Tenho que fazer alguma coisa[...] Não consigo ver o antes e o depois do RSI. Mas acha que vai melhorar? Só pode melhorar, pior o que seria? nem imagino.»	«Percecionar o meu futuro é doloroso, é com muita dificuldade que o perceciono. Porque eu não sei o que me pode acontecer. Quer que me deslumbre que alguma coisa boa irá acontecer-me depois de tantas tentativas, de tantos currículos enviados, tantas solicitações a esta e àquela?»
Procura de emprego	<ul style="list-style-type: none"> • Procura ativa ou inativa 	« Sim»	«Sim»	«Encontro-me à procura de emprego sim»	« Sim»
Procura de emprego	<ul style="list-style-type: none"> • Recurso utilizado para procurar trabalho 	«Envio currículos, basicamente entro em contato com as empresas geralmente por email. Costumo também ver sites de emprego.»	«Portanto os jornais, mas andar de porta a porta não ando para dizer a verdade, porque para escritórios já está tudo ocupado e para loja já sou velha.»	«Internet e estou sempre atenta a comentários... ainda ontem fui jantar fora e uma pessoa falou de uma empresa que está a contratar cá na Covilhã e quando é assim não deixo passar[...]Pergunto onde é que é, tento saber se essa pessoa está ligada a quem está lá dentro porque é importante sempre evitei esse tipo de coisas mas não dá para evitar.»	«[...]nomeadamente ir ao centro de emprego, criando os meus próprios anúncios, no jornal do Fundão e no jornal da Covilhã, papelinhos nas lojas, nas tabacarias.»

RSI: entre novos e tradicionais perfis de beneficiários

Procura de emprego	<ul style="list-style-type: none"> Mudanças na procura de emprego enquanto beneficiário 	«Não mudou, eu tenho esforçado na mesma.»	«Continua tudo igual. Eu tento mandar o meu currículo a várias firmas mas algumas nem reposta tenho.»	«Já não estou a seleccionar tanto, já estou a mandar currículos para mais sítios que antes não tinha mandado. Acho que até desaprendi a procurar trabalho porque sempre me bateu à porta.[...] Mudei um bocado de atitude e acho que não fiz bem porque sempre tive trabalho.»	Não houve mudanças porque eu nunca me acomodei a esta situação. [...] Mas não é pelo fato de estar a receber este rendimento que eu tenho sido mais inerte na procura de trabalho, pelo contrário»
Procura de emprego	<ul style="list-style-type: none"> Ajuda do RSI na procura de emprego 	<p>«Acho que não»</p> <p>«Fui ao centro de emprego há umas semanas porque havia uma proposta para as águas da Covilhã mas depois eles acabaram por nunca me contactar. »</p>	<p>«Penso que não»</p> <p>«Nunca tive proposta»</p>	<p>«Vem porque é uma coisa que me diminuí e faz-me sentir... deixa-me de sentir licenciada, deixa-me de sentir tudo... faz-me procurar melhor para sair desta situação.»</p> <p>«Não, não nunca me chamaram para emprego.»</p>	<p>«Penso que não. À medida que o tempo passa eu tenho cada vez mais a percepção que as coisas estão cada vez mais difíceis pelos anos que estão a passar.»</p> <p>«Uma vez propuseram. [emprego] Um senhor da Misericórdia telefonou a marcar a entrevista comigo e depois um dia antes telefonou a dizer que já não era preciso. Portanto ficamos assim.»</p>
Procura de emprego	Apoio dos técnicos na procura de emprego	«Por acaso não»	«Não tenho»	«Até agora nenhum»	«Daqui nenhum.»

Anexo 9- Sinopses das entrevistas realizadas aos beneficiários tradicionais

PROBLEMÁTICA	DIMENSÕES	BT1	BT2	BT3	BT4
Caracterização sociodemográfica dos beneficiários	<ul style="list-style-type: none"> Idade Escolaridade Estado Civil Sexo Composição do agregado familiar 	<p>«58 anos»</p> <p>«eu não tenho nada»</p> <p>«divorciado»</p> <p>« masculino»</p> <p>« sou só eu»</p>	<p>«23 anos»</p> <p>«4º ano»</p> <p>«Solteira»</p> <p>«Feminino»</p> <p>«Somos 4. Eu e o meu companheiro, a minha filha e o meu filho»</p>	<p>«30 anos»</p> <p>«não sei ler nem escrever»</p> <p>« sou junta»</p> <p>«Feminino»</p> <p>«Ora... somos 5.»</p>	<p>« 59 anos»</p> <p>«4º classe»</p> <p>« Solteiro»</p> <p>« Masculino»</p> <p>«sou eu só»</p>
Trajectoria de vida dos beneficiários	<ul style="list-style-type: none"> Percurso escolar 		<p>«É assim o meu percurso escolar foi só até o 4º ano mas não estudei mais porque não quis. Foi um percurso estável.»</p>		<p>«Oh (risos) era um bocado desorientado, tanto me dava para fugir como não e quando nos apetecia lá íamos e depois era porrada em casa e na escola. (risos) Falhei dois anos, na 3º e na 4º. »</p>
Trajectoria de vida dos beneficiários	<ul style="list-style-type: none"> Percurso profissional 	<p>«Toda a minha vida trabalhei que nem um desgraçado [...] fui para o campo guardar ovelhas. Quando cheguei à idade dos 16 anos comecei a ficar homenzito e comecei a ver que aquilo não era futuro para mim, pronto não ganhei nada, naquele tempo não se ganhava nada pronto... Fui a uma fábrica, é a melhor que aí há... fui pedir trabalho lá e o encarregado não me deu trabalho mas depois fui a uma firma ali no Teixoso e lá comecei a trabalhar nas obras com os balditos da massa todo torcido lá fazia o que podia. Estive lá muito</p>	<p>«Nós estávamos em Espanha, tínhamos um emprego. Tanto eu como o meu companheiro tínhamos trabalho na agricultura mas fomos despedidos. »</p>	<p>«[...] nunca trabalhei»</p>	<p>«Trabalhei na fábrica onde é a universidade onde era operário depois aquilo fechou e fui para às obras para arranjar estradas e as obras também deram o badagaio e depois foi quando meti os papéis.»</p>

RSI: entre novos e tradicionais perfis de beneficiários

		tempo. Fiz limpezas nas estradas a meter tapete de alcatrão desde do Canhoso até Belmonte. Andei numa empresa de construção civil, ao fim de 4 anos sai e depois andei pelo campo outra vez e andei sempre assim aos saltos.»			
Trajectoria de vida dos beneficiários	<ul style="list-style-type: none"> • Percurso pessoal e social 	«[...] fugi de casa quando tinha 15 anos, o meu pai era mau para mim, vivíamos em dificuldades. [...] mas passado um tempo voltei para casa»	«Quando morava com os meus pais vivíamos em dificuldades. E por isso fui com o meu companheiro para Espanha e lá arranjamos aquele trabalhito. A vida não era fácil, havia algumas dificuldades.»	«Oh...passávamos bastante necessidade, a minha família sempre foi muito pobre»	«Tive uma vida mais ou menos, com o que recebia ainda dava para as minhas coisas»
Trajectorias de vida dos beneficiários	<ul style="list-style-type: none"> • Razões que levaram a requerer o RSI 	«Foi a minha necessidade, acabou o desemprego e tive mais um ano... como se chama? Acho que é o social, e ao fim de um ano acabou esse social. Fui obrigado a ir para esta situação, para conseguir sobreviver.»	«Foi porque já não tinha trabalho, estávamos desempregados, tanto eu como o meu marido e não tínhamos possibilidades de ter as coisas para eles.»	«Foi pela necessidade, o rendimento é sempre preciso por causa dos garotos, para a gente que necessita.»	«Porque não tinha dinheiro para a renda de casa.»
Avaliação do estatuto	<ul style="list-style-type: none"> • Perceção de si mesmo 	«Vejo - me algemado e limitado menina.»	«[...]sinto -me desanimada, é muito difícil.»	«[...] oh somos pobres»	«Vejo-me como as outras pessoas.»
Conhecimento sobre o RSI e o Programa de Inserção	<ul style="list-style-type: none"> • Percepções sobre o RSI 	«Eu acho que é uma coisa boa porque faz falta para sobrevivência da pessoa. Quem não tem onde comer como é que desenrasca?»	«[...] O que eu penso sobre a medida é que é injusto porque há pessoas... olha eu faço tudo por receber, trabalho, elas contatam -me e eu estou sempre disponível. Muita gente não faz nada e dizem que o companheiro não faz nada e eles ganham	«Penso que é bom se não fosse o rendimento onde é que a gente estava? Para os remédios, os garotos precisam de uma medicação»	«É pouco [...] pouco dinheiro, devia ser 250 euros pelo menos.»

RSI: entre novos e tradicionais perfis de beneficiários

			por fora e recebem mais do que eu e não fazem nada para o merecer»		
Conhecimento sobre o RSI e o Programa de Inserção	<ul style="list-style-type: none"> Fatores que contribuiu para a informação sobre o RSI 	«Foi nas conversas com a malta que está a receber e explicaram-me como devia fazer [...] Disseram para vir aqui e pôr o meu caso e pronto... vim cá, falei com alguém e depois assinei os papéis [...]»	«Eu tive conhecimento sobre o RSI por familiares»	«Dirigi-me aqui à Segurança Social e foram eles que me falaram do RSI»	«Pelos os amigos que já cá andavam e disseram “olha fazes isto e aquilo, vais lá falar com a doutora” e pronto cá vim. »
Conhecimento sobre o RSI e o Programa de Inserção	<ul style="list-style-type: none"> Conhecimento/ desconhecimento sobre o programa de inserção 	«Que é isso? [...] assinei uma coisa do desemprego, uns papéis da junta, fotocópia do bilhete de identidade, não sei mais o que assinei»	« Sim sei, sei que por exemplo que temos que procurar emprego e se encontramos temos que avisá-los, também sei que temos direitos e deveres mas não me lembro do resto [...] Foi a técnica que me disse quando vim cá assinar os papéis.» [...] Foi a técnica que me disse quando vim cá assinar os papéis.»	«Isso é o quê? [...] Não sei quais eram os documentos...»	«Não sei o que é [...] Assinei documentos e a doutora é que lia [...] não me lembro de falar desse contrato»
Conhecimento sobre o RSI e o Programa de Inserção	<ul style="list-style-type: none"> Sugestão de melhoria no RSI 	«[...] Que dessem mais um bocadinho pelo menos para as pessoas sobreviverem. Eu descontei toda a vida e o que não descontei foi o que me roubaram. [...] Eu estou a receber honestamente o que descontei. Mas há aí gente sem descontar nada, que é o caso dos ciganos . Sinto injustiça por causa dos ciganos. Nós somos sempre chamados ao “espeto” e eles não. »	«Deveria ser feito algo para melhorar para quem faz realmente por ele. E as assistentes sociais deveriam ir de surpresa não deviam de avisar as pessoas que iam a casa. [...]. Devia haver mais acompanhamento e ver as pessoas que realmente precisam. Devia haver mais inspeção e assim elas viam que o dinheiro que estão a dar nem tudo é para o que eles precisam. »	«[...] devia ser aumentado um pouco, porque a gente vive em barracas e devíamos viver como os outros, ter condições. Ir para uma habitação social prontos...»	«[...] oh em vez de andarem a gastar dinheiro mal gasto davam-no aos mais pobres. Não é uns a ganhar X e os outros ganharem pouco. Ou nós não temos a mesma boca que os outros?»

RSI: entre novos e tradicionais perfis de beneficiários

Processo de intervenção	<ul style="list-style-type: none"> Adequação do RSI às características dos beneficiários (nos cuidados de saúde, nas formações profissionais e inserção dos filhos no sistema educativo, valor da prestação) 	<p>«Eu penso que sim [prestação], pelo menos pago a renda e não me põem na rua»</p> <p>«Na saúde nunca foi preciso menina [...] Andei num curso de jardinagem e estive no curso de higiene e segurança no trabalho »</p>	<p>«[...]não acho adequado [prestação] porque às vezes tenho que ir pedir alguma coisa à minha vizinha. Não me dá pra os alimentos, e para as crianças, os produtos de higiene não chega. Não me dá até ao fim do mês. Porque fico com 185 euros e isso dá para quê? Não dá para nada»</p> <p>«até ao dia de hoje não tenho precisado de ajuda na saúde [...] estive ali no Beira serra a estudar cidadania e empregabilidade, e estive também a estudar à noite para fazer o 5º ano. Uma pessoa sai de lá a saber o mesmo. Mas não conclui porque não deu para concluir. Agora estou a fazer 15 horas semanais no lar de S. José [...]ainda não estão na escola os meus meninos»</p>	<p>«Eu acho que sim [prestação], tem ajudado na alimentação para a gente e para os garotos.»</p> <p>«tem ajudado bastante nos medicamentos [...] nunca me mandaram para os cursos nem para aprender a escrever [...] sim ajudam, tenho o meu pequenito na escola e às vezes costuma haver um aumentozito mas é de ano a ano»</p>	<p>Nem por isso [prestação]. Eu aos sábados e domingos vou fazendo alguma coisa e vou ganhando senão não era só com esse rendimento que me governava. Se fosse mais era melhor. [...]</p> <p>estou isento, não pago nada quando vou ao médico mas de resto não tem sido preciso [...] estive num curso de jardinagem. Estou a fazer umas horas no lar de S. José, é triste é um gajo andar ali de borla porque já estou a receber daqui. »</p>
Relação entre técnico e beneficiário	<ul style="list-style-type: none"> Tipo de relação entre técnicos e beneficiários 	<p>«Não tenho nada a dizer. [...]Sim dou-me bem com ela [...]Sim sim mostra-se disponível [...]A minha filha tentou fazer-me o IRS pelo computador e aquilo rejeitava e por causa disso vim ter com a técnica que ajudou-me com um papel qualquer para ir às finanças e disse-me o que devia fazer lá nas finanças»</p> <p>«Não, é muito pouco. E só venho cá quando é preciso, quando me chamam.»</p>	<p>«A relação com a técnica tem sido muito boa, é uma pessoa que compreende as coisas. [...] Sim, sim mostra-se sempre disponível para ajudar. [...]Ela disse que ia falar com a câmara para ver se podiam dar ajuda por causa do telhado da minha casa, porque ele não está em condições, estou a aguardar uma resposta [...] É quando ela me contata quando há alguma coisa que não está bem.»</p>	<p>«É boa, é boa senhora. Ela às vezes manda-me chamar e a gente comparece mas se a gente precisa de um documento qualquer ela dá, é muito boa senhora.[...]</p> <p>Quando a gente precisa de alguma coisa a gente vai lá né? Ela resolve os nossos problemas [...] É de tempos a tempos. Só quando é preciso ela manda-nos chamar. Só vimos quando ela chama»</p>	<p>«Temos uma boa relação. Ela aconselha-me sempre e diz-me para deixar-me estar ali no lar e eu lá ando, sempre me entretenho. [...] Está sempre à disposição. [...] Ela diz para não desanimar, diz para eu continuar. E eu lá ando pronto. [...] só quando preciso é que cá venho. Mas não é muito frequente»</p>

RSI: entre novos e tradicionais perfis de beneficiários

Laços Sociais	<ul style="list-style-type: none"> Relação com os familiares, amigos e comunidade (quem ajuda e em que situações) 	«[a nível social] mudou muito, tenho que fugir dos amigos. Porque eles querem ir beber um copo e tenho que dizer que não. [...] A minha filha lava-me a roupinha já é bom e como lá uma vez por mês.»	«[...] as relações mantiveram-se iguais com toda gente [...] [recebe ajuda]Por parte da vizinha em alguns alimentos e roupas que já não precisa e a igreja também ajuda»	«não houve mudança, está tudo igual, porque a minha família também está assim como nós [...] Recebo ajuda das pessoas que dão roupa que já não usam. Toda a minha família é muito pobre por isso não conseguem ajudar.»	«é tudo igual, mantenho as mesmas relações [...] Nós somos uns para os outros, não nos podemos desorientar. [...] No café quando não tenho, um dos meus amigos paga-me a despesa»
Alterações nas práticas de consumo	<ul style="list-style-type: none"> Mudanças de estilo de vida (a nível económico, de lazer e de consumo) 	«[a nível económico] ficou pior , sempre sobrevivi à minha custa agora tenho que sobreviver à custa dos outros. [...] sento-me ali num banquito e como um bocado do pão que sobrou do almoço e passo assim o meu tempo [...]Quando trabalhava fumava muito agora já não tenho dinheiro para isso»	«[...] graças ao RSI consigo pagar a renda de casa , ajudou um bocado mas não é o suficiente [...] Não posso comprar roupa, eu vou busca-las às instituições e à igreja de S. Francisco. E algumas pessoas também me conhecem e vão dando às vezes. Só posso mesmo comprar comida»	«[a nível económico] ajudou muito o RSI, para alimentar os garotos [...]Oh não podemos comprar roupa , só para comida e os medicamentos porque recebemos pouco e temos que poupar esse dinheiro»	« [a nível económico] ajuda-me a pagar a renda [...]um gajo já não tem dinheiro para ir para lá ou para aqui. De vez em quando, quando arranjam um carrinho vamos até à serra e até ao rio porque não podemos ir mais pra' lado nenhum. [...] Só compro mesmo o que preciso.»
Perceção do futuro	<ul style="list-style-type: none"> Percepções e aspirações face ao futuro 	«Eu acho que isto não acaba. Com idade que tenho, para arranjar emprego vai ser complicado»	«Quer que lhe diga ... nem sei... não tenho noção»	«Sei lá... não sei»	«Não sei. É por causa disso que eu quero meter os papéis para a reforma. [...] Mas se até lá não ter a reforma tenho que encostar alguém para dar-me algo para fazer.»
Procura de emprego	<ul style="list-style-type: none"> Procura ativa ou inativa 	«Sim estou sempre à procura de alguma coisa»	«Sim ainda agora fui a uma proposta de emprego»	«Procurar agora não procuro. [...] Tenho a garota doente até o meu marido já andou aí a ver de trabalho para a cereja e está tudo cheio. Há muitos que bato à porta e dizem que já lá tem gente que chegue»	«Sim estou à procura de trabalho»

RSI: entre novos e tradicionais perfis de beneficiários

Procura de emprego	<ul style="list-style-type: none"> Recursos utilizados para procurar emprego 	«Vou mesmo ter aos sítios perguntar se precisam de pedreiros. Olhe fui àquela obra grande ali na avenida e disseram-me “tomara aguentar os que cá tenho”»	«É assim... vou ao centro de emprego e vejo lá os folhetos»		«Vou telefonando e conheço amigos que fazem obrazitas »
Procura de emprego	<ul style="list-style-type: none"> Mudanças na procura de emprego enquanto beneficiário 	«Não mudou nada. Não há trabalho »	«Estar inscrita no centro de emprego porque antes não estava [...] »	«Não mudou nada»	«Oh continuo a procurar trabalho para ganhar algum mas também estou inscrito no fundo de desemprego[...]»
Procura de emprego	<ul style="list-style-type: none"> Ajuda do RSI na procura de emprego 	« acho que não veio ajudar, continuo sem trabalho[...] Não nunca menina [proposta de emprego].	«sim, ainda à bocado fui a uma proposta de emprego para limpezas.»	«Oh menina quem vai dar emprego a uma cigana, diga-me lá? Não dá [...] E como não sei ler nem escrever é difícil.»	«[...] chamaram-me 3 vezes mas depois dizem que sou velho.[...] Já não me lembro para o que era.»
Procura de emprego	<ul style="list-style-type: none"> Apoio dos técnicos na procura de emprego 	«Não tenho»	«A técnica... é assim eu estou inscrita no centro de emprego e eles quando vêem que há possibilidades de eu entrar, eles comunicam com a técnica e depois a técnica ou manda-me uma carta ou telefona-me»	«Dizem para esperar e que quando houver alguma coisa que avisam.»	«Oh dizem para eu tentar, tentar ... »
PROBLEMÁTICA	DIMENSÕES	BT5	BT6	BT7	BT8
Caracterização sociodemográfica dos beneficiários	<ul style="list-style-type: none"> Idade Escolaridade Estado Civil Sexo Composição do agregado familiar 	<p>«53 anos»</p> <p>«6º ano»</p> <p>« Solteira»</p> <p>« Feminino»</p> <p>« Sou eu só»</p>	<p>«58 anos»</p> <p>«3º ano»</p> <p>« estou junto com uma rapariga»</p> <p>«Masculino»</p> <p>« somos 4, eu e a minha companheira mais a filha dela e o meu filho»</p>	<p>«65 anos»</p> <p>«4º classe»</p> <p>« divorciado»</p> <p>«Masculino»</p> <p>« vivo sozinho»</p>	<p>«53 anos»</p> <p>«fiz a 2º classe e mal feita»</p> <p>« divorciado»</p> <p>« Masculino»</p> <p>«agora sou sozinho»</p>
Trajetória de vida dos beneficiários	<ul style="list-style-type: none"> Percurso escolar 	«Fui muito má (risos). Estudar não era nada comigo. O meu percurso escolar foi em Angola	«Já foi há muito anos ... não aprendi nada e vim embora e fui trabalhar tinha que ser»	«Olhe o meu percurso escolar foi nos anos 50 e fui para a escola em 57 , houve um ano ou outro	«Não me deixaram ir estudar porque havia trabalho para poder sustentar a família, foi complicado»

		<p>praticamente. De Angola para aqui fiz do 4º até ao 7º ano mas está incompleto o 7º ano é por isso que eu tenho só o 6º ano. Eu gostava muito, como hei-de dizer... De eletricidade e mecânica mas como a minha tola não dava para a matemática (risos) e isso precisa muito de matemática e eu era fraca nisso. [...] E quando estive a estudar tive que interromper os estudos na Campos Melo para ajudar os meus pais que tinham um restaurante, e depois fui estudar à noite no liceu mas não conclui porque não dava.»</p>		<p>que não passei. Depois os meus pais queriam que eu continuasse a estudar e eu não quis e pronto fiquei com a 4ª classe. Mas estou bastante arrependido.»</p>	
Trajetória de vida dos beneficiários	<ul style="list-style-type: none"> • Percorso profissional 	<p>«[...] Trabalhei na hotelaria, em limpezas, trabalhei também na apanha da fruta sempre fui ocupada. Sempre trabalhei mas variava sempre de trabalho. Só numa fábrica em Castelo Branco é que trabalhei três anos e tinha que fazer o contrato para ficar efetiva mas não deu.»</p>	<p>«Era ajudante de camião de fruta fui despedido há 4 anos, toda a minha vida foi lá na fruta. Ajudava o camionista a carregar e a entregar a mercadoria a Coimbra. Fui novo trabalhar porque tinha que ajudar lá em casa a minha mãe.»</p>	<p>«[...] era comerciante e foi sempre essa a minha profissão. Depois com a concorrência dos hipermercados as coisas começaram a funcionar menos bem e tive que fechar. Já desde de 2013 que assim estou»</p>	<p>«Oh trabalhava no campo [...] cuidava das ovelhas e das vacas numa quinta em Castelo Branco em sociedade, os lucros eram divididos ao meio e recebia 500 contos. Fui sempre agricultor. [...] Fazia muitos negócios com o gado. [...] Despedi-me por estar farto de ser enganado pelo meu sócio e pelo o fato de a minha mulher gastar o meu dinheiro e mexer na conta.»</p>
Trajetória de vida dos beneficiários	<ul style="list-style-type: none"> • Percorso pessoal e social 	<p>« [...] A minha vida era muito complicada, havia muita necessidade, passava fome»</p>		<p>«A minha vida era boa, tinha uma vida estável como todos as outras pessoas e agora estou nesta situação»</p>	<p>« [...] Tinha uma vida boa, o negócio dava bastante lucro e dava aos meus filhos tudo o que eles queriam e à minha ex -mulher também.»</p>

RSI: entre novos e tradicionais perfis de beneficiários

Trajetórias de vida dos beneficiários	<ul style="list-style-type: none"> Razões que levaram a requerer o RSI 	«A necessidade, por passar fome e não ficar na rua.[...]»	«Fui despedido e faltou-me o dinheiro não é?»	«O que me levou a pedir é que eu não tinha dinheiro. Portanto depois de ser comerciante tive algum dinheiro e foi-se gastando e portanto fiquei sem dinheiro [...]»	«Como me separei dela, sai da quinta e pronto fiquei sem emprego nenhum há um ano. Depois de divorciar-me ainda tinha alguns dinheiritos e fui desenrascando mas depois acabou.»
Avaliação do estatuto	<ul style="list-style-type: none"> Perceção de si mesmo 	«Eu sinto-me bem, é uma boa ajuda. Se não fosse isto eu não estava cá... eu já tentei o suicídio [...]»	«Sinto-me bem como beneficiário»	«Vejo-me mal, já vi como eu vivo? [...] Eu aborreço-me com a vida está a perceber?»	«Vejo-me como um cidadão como os outros e um bocado limitado»
Conhecimento sobre o RSI e o Programa de Inserção	<ul style="list-style-type: none"> Perceções sobre o RSI 	«É uma boa ajuda em todos aspetos, ajuda na renda, a pagar a luz, água pronto»	«Penso que é boa, dá-me para governar lá em casa mas se a cortarem é que tenho que arranjar emprego por algum lado não é?»	«[...] Acha que eu vivo, com a moeda antiga, com 22 contos? [...]Olhe, sei lá, isto é um remedeio...»	«Aquilo para mim não dá... 160 e tal... aquilo não dá para nada, se não for eu fazer um diazito... pagar renda, água, luz. Isto é um desenrasca »
Conhecimento sobre o RSI e o Programa de Inserção	<ul style="list-style-type: none"> Fatores que contribuíram para a informação sobre o RSI 	«Foi através da Segurança Social com uma doutora que explicou o que era.»	«Foi através de umas pessoas amigas e disseram-me para cá vir»	«Oh foi uma pessoa amiga que me alertou para isso...[...] eu também estava a passar um bocado mal com um problema de saúde e eu sou diabético e com esta situação agravou-se em 2013. E eu deixei de tomar medicação... [...] A doutora e uma enfermeira do centro de saúde foram lá à minha casa e tiveram lá e isso tudo, a doutora é que tratou do rendimento»	«Foram as minhas sobrinhas que me disseram eu não sabia de nada, eu nunca liguei a nada disto. Porque eu não precisava disto, eu antes tinha dinheiro que chegasse.»
Conhecimento sobre o RSI e o Programa de Inserção	<ul style="list-style-type: none"> Conhecimento/desconhecimento sobre o programa de inserção 	«Não conheço [...] Ah já foi há tempos, já não sei o que assinei.»	«Não sei [...] Assinei uns papéis aqui. Agora não sei quais eram»	«Sim já ouvi falar... Tenho que aceitar tudo o que for proposto pela técnica para ser inserido [...] Foi através da senhora doutora que tive conhecimento disso»	«Não [...] Assinei. Eu já não sei o que era »

RSI: entre novos e tradicionais perfis de beneficiários

Conhecimento sobre o RSI e o Programa de Inserção	<ul style="list-style-type: none"> Sugestão de melhorias no RSI 	«Não. Desde que não me tirem aquilo que eu tenho»	«Se aumentassem mais um pouco não e?... já dava para eu pagar muita coisa que devo ainda.»	«Um aumento. Deviam ver caso a caso e viam o meu caso e eu apresentava como estou e tudo isso, os recibos da água e da luz [...] No caso da minha doença devia ajudar também...olhe eu devia tomar dois comprimidos e só tomo um e dou mais insulina, sabe porquê? Porque os comprimidos tenho que os pagar embora seja genérico[...]»	«Eu acho que sim. Receber um bocadinho mais[...]»
Processo de intervenção	<ul style="list-style-type: none"> Adequação do RSI às características dos beneficiários (nos cuidados de saúde, nas formações profissionais e inserção dos filhos no sistema educativo, valor da prestação) 	«Oh ele [RSI] ajuda -me (risos) então não posso queixar. É melhor que nada, é pouquinho mas vai-se esticando.»	«Eu acho que sim [rendimento], tem ajudado nas despesas.[...] sim tem ajudado a minha mulher nos medicamentos [...] estou a fazer um curso para tirar a 4º classe [...]inserção dos filhos no sistema educativo]Eles já são grandes já não andam na escola»	«Não está não, de maneira nenhuma[rendimento]. Então não está porque é muito pouco, o dinheiro é muito pouco. Só por esse motivo. Olhe uma coisa, medicamentos, água[...] recebi no dia 25 e já não tenho dinheiro. Está a perceber? Porquê? Porque tinha dois meses de água e fui às compras e isso tudo fiquei sem dinheiro. Por isso o dinheiro é muito pouco. [...] foi no início quando a doutora e a enfermeira foram lá a casa e o meu estado de saúde agravou-se e marcaram consulta no hospital. Mas foi só nessa vez. [...] não fiz nenhuma formação...»	«Penso que não, não dá para todas as despesas » «por enquanto ainda não foi preciso nada da parte da saúde [...]noutro dia a doutora chamou-me por causa de um curso, mas eu quero emprego, não me interessa cursos com esta idade. Não me disse qual era o curso, era para ligarem-me mas nunca me ligaram até hoje, isto há dois meses. Propuseram um curso no fundão mas como ia? Para lá ainda podia ir de comboio e depois como era à noite? Fui ver os horários e não dava»

RSI: entre novos e tradicionais perfis de beneficiários

Relação entre técnico e beneficiário	<ul style="list-style-type: none"> Tipo de relação entre técnicos e beneficiários 	<p>«Muito simpática, é amável não poderia ter outra melhor. Quando há algum problema liga-me e diz-me que quando eu precisar que ela está à minha disposição. Eu estou à vontade com ela. [...] Quando preciso de desabafar ela apoia-me, é amiga.»</p> <p>«Deveria vir cá mais vezes mas também não estou para aborrecê-la. Mas venho mês a mês porque ela também quer saber a situação e como é que eu estou.»</p>	<p>«Eu dou-me bem com ela, temos uma boa relação[...] Sim mostra-se disponível mas ainda não vim cá tirar dúvidas »</p> <p>«Não agora não, já à um tempo que não venho cá. Mas é ela que manda cá vir quando é preciso.»</p>	<p>«Ah a minha relação é boa, também não aborreço muito.»</p> <p>«Oh eu nunca cá venho, elas tem um dia para atender que é à quinta-feira, eu nunca venho [...] Sabe eu só venho cá ano a ano para renovar, de resto o que é que venho cá fazer?»</p>	<p>«Temos uma relação boa, não é má. [...] Sim eu acho que sim está disponível. [...] Só venho cá quando ela me chama quando não é preciso não venho cá»</p>
Laços Sociais	<ul style="list-style-type: none"> Relação com os familiares, amigos e comunidade (quem ajuda e em que situações) 	<p>«Eu e a minha vizinha damo-nos perfeitamente, até faço os recados a ela. Amigos não interessam muito e a minha família está em Angola[...]não confio em mais ninguém[...]Sim a vizinha ajuda - me no comer, dá-me fruta. [...]Antes comia na associação mutualista mas agora vou lá buscar o comer [...]E na cruz vermelha vou buscar alimentos»</p>	<p>«as relações são iguais , não notei nada de diferente [...]O meu garoto tem um colega que tem uma quinta com umas galinhas, ainda consegue trazer de lá alguma coisa e não temos ajuda de mais ninguém»</p>	<p>«Eu tenho umas pessoas de família mas eles tem a vida organizada não é? A minha relação com os familiares não mudou nada porque a alguns familiares eu não expus que estou nesta situação [...] Não recebo ajuda porque há muita gente que não sabe da minha situação, sabem as minhas vizinhas que vão ajudando de vez em quando com uma sopa.»</p>	<p>«dou-me melhor com os vizinhos do que com a família por causa do divórcio [...]Os vizinhos desenrascam-me no comer, às vezes eles fazem o jantar para mim, conhecem-me desde pequenito e tratam-me como fosse filho deles. Tenho uma prima que tem uma hortinha em que eu dou uma mãozinha e ela dá-me alguns legumes. E depois também levo para os vizinhos que dão-me de comer.»</p>
Alterações nas práticas de consumo	<ul style="list-style-type: none"> Mudanças de estilo de vida (a nível económico, de lazer e de consumo) 	<p>« [a nível económico] ajudou muito, consigo agora pagar a renda e as minhas despesas [...]estou praticamente em casa, estou lá sossegadinha não houve</p>	<p>«[a nível económico] ajudou um pouco, com o que recebo vou comprar a comida[...]Às vezes queria sair e podia, agora já não posso tanto [...]Agora o dinheiro que temos só dá para a alimentação e</p>	<p>«[a nível económico] mudou tudo, então eu tinha uma vida mais ou menos boa, fumava tive que deixar de fumar, mas pronto isso é o menos importante, ia</p>	<p>«[a nível económico]a minha vida começou a andar para trás, eu com este dinheiro não me safo, o dinheiro não chega [...]olhe vou ao café e ao continente dar uma volta para não ir tão cedo para casa, antes fazia férias com a</p>

RSI: entre novos e tradicionais perfis de beneficiários

		<p>mudança[...]Passei a buscar comer à associação e ir buscar coisas à cruz vermelha porque não dá para comprar mais nada.»</p>	<p>pronto... e já não dá para outras coisas.»</p>	<p>comer frequentemente ao restaurante agora não vou [...]E um dia ainda me vou suicidar, porque agora ainda tenho roupa e sempre fui uma pessoa que gostava de vestir-se mais ou menos bem entende? Eu não tenho dinheiro para comprar a roupa [...] em setembro começou-me a cair o cabelo [...]Quando agora recebi passei pelo serra shopping e fui à farmácia do continente, que é mais económico e tive que comprar o shampoo, é porque se me vejo sem cabelo então ai é que é uma desgraça. Entende? O dinheiro faz-me falta mas eu não me gosto de ver sem cabelo entende? [...] Todos os dias eu tomava banho, hoje não posso. Tenho que tomar dois banhos por semana. [...] Estamos no século XXI e quem não anda limpo e lavadinho e isso tudo que eu costumo dizer, é uma vergonha está a perceber? Isto não é a minha maneira e nunca foi, sinto-me triste entende? Eu não me imaginava nesta situação. A minha vida mudou</p>	<p>minha família agora não dá. [...] Na altura jantava com a minha família fora muitas vezes, andava bem vestido mas hoje não se pode. Também fiquei sem carro porque os carros estavam todos em nome deles.»</p>
--	--	---	---	--	---

RSI: entre novos e tradicionais perfis de beneficiários

				radicalmente. [...] eu todos anos ia de férias agora não vou, eu não saio de casa.»	
Perceção do futuro	<ul style="list-style-type: none"> Perceções e aspirações face ao futuro 	«Será o meu fim quando o RSI acabar. Isso é que eu não sei, vai ser complicado muito complicado arranjar trabalho.»	«Olhe quando acabar o RSI tenho que procurar trabalho não é?»	«Não penso nisso sei lá quando acabar olha...»	Ter trabalho porque eu só penso no trabalho »
Procura de emprego	<ul style="list-style-type: none"> Procura ativa ou inativa 	«Sim, sim estou à procura de trabalho»	«Claro que procuro»	« [...] Eu nem sequer procuro trabalho [...] eu tenho 65 anos quem é que me dá trabalho? Isso queria eu. Se há tanta gente jovem e não tem trabalho, e sou eu só com a 4º classe?»	«Sim estou»
Procura de emprego	<ul style="list-style-type: none"> Recursos utilizados para procurar emprego 	«Eu vou procurando, vou vendo nos jornais, vou ao desemprego ver lá os papelitos e à junta de freguesia que também tem lá. Mas não se encontra nada é tudo para o estrangeiro»	«Vou procurar nas firmas e deixo lá o meu número e dizem para eu esperar»		«Estou inscrito lá em cima [centro de emprego] e peço a amigos que digam alguma coisa»
Procura de emprego	<ul style="list-style-type: none"> Mudanças na procura de emprego enquanto o beneficiário 	«Estar inscrito no centro de emprego mais nada de especial»	« Não mudou nada, continuo a fazer a minha procura como sempre»		«Não mudou, não arranjo trabalho nenhum»
Procura de emprego	<ul style="list-style-type: none"> Ajuda do RSI na procura de emprego 	«Eu acho que sim. Há uma convocatória de trabalho e temos que aparecer [...] Recebi uma carta para as limpezas para o Canhoso mas como poderia descolar-me? Como pagava o passe? Outro era no Alentejo para apanha da fruta e eu não aceitei ir para o Alentejo	«Penso que sim, disseram - me que havia uma proposta para o lar» «[...] mandaram-me esperar mas não me disseram para o que era. Perguntaram se sabia trabalhar com eletricidade disse que não»	« Não, nem no centro de emprego nem aqui»	«Mais ou menos. Às vezes surgem trabalhos mas a maior parte precisa de transporte e eu não tenho» «Mandaram-me para Santarém para a framboesa era só uma temporada e é longe, então eu sem carro como é que vou? Se fosse um trabalho bom e certo dizia que

RSI: entre novos e tradicionais perfis de beneficiários

		porque eu não aguento 8 a 12 horas de pé por causa do meu problema no tornozelo.»			sim.»
Procura de emprego	<ul style="list-style-type: none"> Apoio dos técnicos na procura de emprego 	«[...] a técnica só me dá apoio.»	«Quando há alguma coisa vão dizendo»	«Não tenho»	«Avisa quando há alguma coisa»